



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 119 – QUINTA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
 Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3º - João Durval - (PDT-BA)
 4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p> <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 13</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
---	---	---

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p>""Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos</p>
---	--

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – RESOLUÇÃO	
Nº 34, de 2013	51716
2 – ATA DA 125ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE AGOSTO DE 2013.....	51717
2.1 – ABERTURA	51718
2.2 – EXPEDIENTE	51718
2.2.1 – Pareceres	
Nº 742, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 30, de 2013.....	51719
Nº 743, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013.	51724
Nº 744, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2013.	51731
2.2.2 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 202/2013-CCJ).	51741
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2013, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 226/2013-CCJ).	51741
2.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 871, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 21 de outubro próximo, destinada a comemorar 40 anos da Associação Nacional dos Procuradores da República.	51742
Nº 872, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2013. Deferido...	51743
Nº 873, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2013. Deferido...	51743
2.2.4 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013, de autoria Senador Alfredo Nascimento, que <i>dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.</i> ..	51743
2.2.5 – Comunicações	
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 617, de 2013 (Ofício nº 138/2013). <i>Designação do Deputado Leopoldo Meyer, como titular, e do Deputado Gonzaga Patriota, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i> ..	51744
Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição e indicação de membros para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, de 2013 (Ofícios nºs 912 e 918/2013). <i>Designação do Deputado Júnior Coimbra, como titular, e do Deputado Eduardo Cunha, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i> ..	51744
Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 620, de 2013 (Ofício nº 913/2013). <i>Designação da Deputada Rose de Freitas, como titular, para compor a referida Comissão.</i> ..	51745
Da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, de 2013 (Ofícios nºs 914 e 917/2013). <i>Designação dos Deputados Danilo Forte e Manoel Júnior, como titulares, e dos Deputados Eduardo Cunha e Marcelo Castro, como suplentes, para comporem a referida Comissão.</i> ..	51745
Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, de 2013 (Ofício nº 961/2013). <i>Designação dos Deputados Manoel Salviano e Edson Pimenta, como titulares, e dos Deputados Hélio Santos e Moreira Mendes, como suplentes, para comporem a referida Comissão.</i> ..	51746

2.2.6 – Mensagens da Presidente da República

Nº 322, de 2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, sancionado e transformado na Lei nº 12.847, de 2013..... 51746

Nº 325, de 2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012, sancionado e transformado na Lei nº 12.849, de 2013..... 51746

Nº 326, de 2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2006, sancionado e transformado na Lei nº 12.850, de 2013..... 51746

Nº 327, de 2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2013, sancionado e transformado na Lei nº 12.851, de 2013..... 51746

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Refleção sobre pesquisa de opinião que abordou diversos assuntos. 51747

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Destaque para a necessidade da diminuição de custos a fim de se solucionar problemas logísticos no Brasil..... 51751

SENADOR HUMBERTO COSTA – Apresentação dos resultados de pesquisa encomendada pela OAB e realizada pelo Ibope que analisa o posicionamento da população brasileira sobre a necessidade de reforma política no País; e outros assuntos. 51752

SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Registro da participação do Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar em audiência em Comissão do Senado para fornecer explicações sobre a política de aplicação de recursos dos fundos de pensões; e outros assuntos..... 51754

SENADOR FERNANDO COLLOR – Defesa do Parlamentarismo como sistema de governo ideal para o País..... 51757

SENADOR CASILDO MALDANER – Apelo ao Governo Federal para que regulamente o Plano Agrícola e Pecuário; e outros assuntos. 51761

SENADOR WALTER PINHEIRO – Apoio à extensão da aplicabilidade do Estatuto da Juventude. 51762

SENADOR MÁRIO COUTO, como Líder – Críticas ao Governo Federal. 51764

SENADOR ANA RITA – Registro do transcurso do sétimo aniversário de vigência da Lei Maria da Penha. 51765

SENADOR JORGE VIANA – Alegria pela noticiada queda da inflação; e outro assunto. 51768

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre reportagens publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* e no site *G1*..... 51775

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que altera a redação do inciso VIII

do § 3º do art. 142, da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea “c”. **Aprovado, em primeiro turno, o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), com a Emenda nº 2-PLEN, após Parecer nº 745, de 2013-PLEN**, proferido pelo Senador Eduardo Lopes, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo usado da palavra os Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Lúcia Vânia, Romero Jucá, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Ana Amélia, José Agripino, Wellington Dias, Paulo Davim, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Magno Malta, Lídice da Mata, Jorge Viana, Vital do Rêgo, Aníbal Diniz, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Randolph Rodrigues, Gim, Eduardo Lopes (Relator) e Sérgio Petecão (votação nominal)..... 51778

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2011 (**Parecer nº 746, de 2013-CDIR**). 51802

Aprovado, em segundo turno, o Substitutivo (votação nominal). À Câmara dos Deputados. .. 51806

2.3.2 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012-Complementar, do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências, para incluir os municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d’Aliança, ambos situados no Estado de Goiás, na RIDE. **Aprovado com as Emendas nºs 1-CDR e 2-PLEN, nos termos da Subemenda**, após Parecer nº 747, de 2013-PLEN, proferido pela Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tendo usado da palavra os Senadores Rodrigo Rollemberg, Gim, Lúcia Vânia (Relatora) e Wellington Dias. 51806

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012-Complementar (**Parecer nº 748, de 2013-CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 51813

2.3.3 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 7, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que institui a Medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. **Aprovado**. 51815

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2013 (**Parecer nº 749, de 2013-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 51816

2.3.4 – Item 2 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2013, do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senado-

res, que <i>institui o Programa "Passe Livre Estudantil", de âmbito nacional. Retirado da pauta nos termos do Requerimento nº 874, de 2013, lido e aprovado nesta oportunidade, para oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</i> 51816	CABRAL SARAIVA para compor o Conselho Nacional de Justiça. Rejeitado (votação nominal). 51831
2.3.5 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	2.3.11 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)
Parecer nº 696, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 32, de 2013, das Lideranças Partidárias, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Aprovado (votação nominal)..... 51817	Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013, de iniciativa da Presidente da República, que <i>institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. Aprovado.</i> 51842
2.3.6 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	Redação final para o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (Parecer nº 750, de 2013-CDIR). Aprovada . À sanção..... 51843
Parecer nº 695, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 31, de 2013, das Lideranças Partidárias, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Aprovado (votação nominal).... 51820	2.3.12 – Leitura de requerimento Nº 875, de 2013, de iniciativa de Líderes, solicitando calendário especial para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009. Aprovado 51845
2.3.7 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	2.3.13 – Pronunciamento
Parecer nº 658, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 29, de 2013 (nº 216/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO DE FARIAS DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Aprovado (votação nominal)..... 51822	SENADORA LÍDICE DA MATA – Alegria pela aprovação, no Senado, de projeto de resolução que institui a Comenda Dorina Gouveia Norwill; e outros assuntos. 51847
2.3.8 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	2.3.14 – ORDEM DO DIA (continuação)
Parecer nº 663, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 28, de 2013 (nº 215/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO para compor o Conselho Nacional de Justiça. Aprovado (votação nominal)..... 51824	2.3.15 – Item 13 (continuação)
2.3.9 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012 (nº 153/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Maurício Rands), que <i>altera o art. 132 da Constituição Federal (estende aos Municípios a obrigatoriedade de organizar carreira de procurador). Retirada da pauta nos termos do Requerimento nº 876, de 2013, lido e aprovado nesta oportunidade, para reexame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</i> 51849
Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012 (nº 153/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Maurício Rands), que <i>altera o art. 132 da Constituição Federal (estende aos Municípios a obrigatoriedade de organizar carreira de procurador). É lida a Emenda nº 3-PLEN.</i> 51827	2.3.16 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária 51850
2.3.10 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA
Parecer nº 657, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 22, de 2013 (nº 603/2013, na origem), da Procuradoria-Geral da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. WELLINGTON	2.4.1 – Comunicação Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, de 2013 (Ofício nº 352/2013). <i>Designação do Deputado José Augusto Maia, como titular, e do Deputado Jorge Corte Real, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i> 51851
	2.4.2 – Leitura de requerimentos
	Nº 877, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 87, de 2013, solicitando que a sessão especial destinada a celebrar os 70 anos da criação do Território Federal do Amapá seja realizada em 20 de setembro próximo. 51852
	Nº 878, de 2013, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 8 a 11 do corrente. 51853

Nº 879, de 2013, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar do Senador Cyro Miranda em 12 do corrente.	51854
Nº 880, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando informações à Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.	51856
Nº 881, de 2013, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações ao Conselho Federal de Medicina Veterinária e da Zootecnia.	51857
2.4.3 – Pareceres	
Nº 751, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 8, de 2011.	51858
Nº 752, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar.	51863
2.4.4 – Comunicação da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente.	51869
2.4.5 – Comunicações	
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 619, de 2013, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (<i>Ofício nº 1/2013</i>).	51869
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, de 2013, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (<i>Ofício nº 1/2013</i>).	51869
2.4.6 – Discursos	
SENADOR EDUARDO SUPILCY – Solicitação que futuras manifestações populares sejam pacíficas; e outro assunto.	51869
SENADOR PAULO PAIM – Defesa do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria de S. Ex ^a ; e outro assunto.	51871
2.4.7 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR CIRO NOGUEIRA – Regozijo com planos do Governo Federal para a mobilidade urbana.	51878
2.4.8 – Comunicação da presidência	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	51880
2.5 – ENCERRAMENTO.	51882
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 7.8.2013	51883
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação.	51884
Bancadas dos Partidos.	51885

Por ordem alfabética	51886
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	51887
6 – LIDERANÇAS	51888
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	51892
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	51894
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	51907
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	51915
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	51919
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	51925
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	51931
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	51941
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	51949
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	51958
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	51965
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	51972
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	51976
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	51980
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)	51981
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	51982
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	51983
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	51983
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	51984
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	51986
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)	51988
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	51990
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)	51992
CONGRESSO NACIONAL	
11 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	51994

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	51999
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	52001
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	52002
Comissões Mistas Especiais	52003

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	52006
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	52007
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	52008

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2013

Institui no Senado Federal a Comenda Dorina Gouveia Nowill e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída no Senado Federal a Comenda Dorina Gouveia Nowill, destinada a agraciar personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) personalidades, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se no mês de setembro.

Art. 3º A indicação de candidato, acompanhada do respectivo currículum vitae e da justificativa, deverá ser encaminhada à Mesa até o dia 1º de abril.

Parágrafo único. Poderão indicar candidatos à Comenda:

I – entidades governamentais e não governamentais de âmbito nacional que desenvolvam atividades relacionadas à defesa de pessoas com deficiência;

II – Senadores;

III – Deputados Federais.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados será constituído o Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º O Conselho a que se refere o caput será renovado a cada ano, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho escolherá, anualmente, entre os seus integrantes, seu Presidente.

Art. 5º Os nomes dos agraciados deverão ser encaminhados à Mesa do Senado Federal até o dia 5 de agosto e serão publicamente divulgados.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de agosto de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 125^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 7 de agosto de 2013

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Anibal Diniz,
Inácio Arruda, Paulo Paim e Eduardo Suplicy*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se
às 21 horas e 46 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

54^a Legislatura 3^a Sessão Legislativa Ordinária

125^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 07/08/13 07:00 até 07/08/13 21:49

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	X	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PTB	DF	GIM	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARbas VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X

PTB	PI JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
PT	AC JORGE VIANA	X	X
DEM	RN JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE JOSÉ PIMENTEL	X	X
PSD	TO KÁTIA ABREU	X	X
PSB	BA LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES MAGNO MALTA	X	X
DEM	SE MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA MÁRIO COUTO	X	X
PTB	RR MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PV	RN PAULO DAVIM	X	X
PT	RS PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS PEDRO SIMON	X	X
P-SOL	AP RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR ROMERO JUCÁ	X	X
PSDB	MS RUBEN FIGUEIRÓ	X	X
PSD	AC SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI WELLINGTON DIAS	X	X
DEM	GO WILDER MORAIS	X	X
PDT	MG ZEZÉ PERRELLA	X	X

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos. São lidos os seguintes:

PARECER Nº 742, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício nº S 30, de 2013, (nº 215/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que "comunica, na forma do disposto no inciso V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação da Juíza de Direito Deborah Ciocci, Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Conselho Nacional de Justiça - Biênio 2013/2015".

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 7 de agosto de 2013, apreciando o Relatório sobre o Ofício "S" nº 30, de 2013, opina pela APROVAÇÃO, da escolha do nome da Senhora DEBORAH CIOCCI, para exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso V da Constituição Federal, por 20 votos favoráveis, — voto(s) contrário(s) e 1 abstenção(ões).

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2013.

Senador VITAL DO RÉGO, PRESIDENTE

Senador LUIZ HENRIQUE, RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 05 Nº 30 DE 2013ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/08/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Vital do Rêgo</u>	
RELATOR: <u>Senador Luiz Henrique</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	<u>L. Pimentel</u>
ANA RITA	<u>A. Rita</u>
PEDRO TAQUES	<u>P. Taques</u>
ANÍBAL DINIZ	<u>Aníbal D.</u>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<u>Antônio C. Valadares</u>
INÁCIO ARRUDA	<u>Inácio Arruda</u>
EDUARDO LOPES	<u>Eduardo L.</u>
RANDOLFE RODRIGUES	<u>Randolfe R.</u>
EDUARDO SUPLICY	<u>Eduardo Suplicy</u>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	<u>Eduardo Braga</u>
VITAL DO RÉGO	<u>Vital do Rêgo</u>
PEDRO SIMON	<u>Pedro Simon</u>
SÉRGIO SOUZA	<u>Sérgio Souza</u>
LUIZ HENRIQUE	<u>Luiz Henrique</u>
EUNÍCIO OLIVEIRA	<u>Eunício Oliveira</u>
FRANCISCO DORNELLES	<u>Francisco Dornelles</u>
SÉRGIO PETECÃO	<u>Sérgio Petecão</u>
ROMERO JUCÁ	<u>Romero Jucá</u>
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	<u>Aécio Neves</u>
CÁSSIO CUNHA LIMA	<u>Cássio Cunha Lima</u>
ALVARO DIAS	<u>Alvaro Dias</u>
JOSÉ AGRIPIINO	<u>José Agripino</u>
ALOYSIO NUNES FERREIRA	<u>Aloysio Nunes Ferreira</u>
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	<u>Armando Monteiro</u>
MOZARILDO CAVALCANTI	<u>Mozarildo Cavalcanti</u>
MAGNO MALTA	<u>Magno Malta</u>
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	<u>Antônio Carlos Rodrigues</u>
1. ANGELA PORTELA	<u>Angela Portela</u>
2. LÍDICE DA MATA	<u>Lídice da Mata</u>
3. JORGE VIANA	<u>Jorge Viana</u>
4. ACIR GURGACZ	<u>Acir Gurgacz</u>
5. WALTER PINHEIRO	<u>Walter Pinheiro</u>
6. RODRIGO ROLLEMBERG	<u>Rodrigo Rollemberg</u>
7. HUMBERTO COSTA	<u>Humberto Costa</u>
8. LINDBERGH FARIA	<u>Linbergh Faria</u>
9. WELLINGTON DIAS	<u>Wellington Dias</u>
1. CIRO NOGUEIRA	<u>Ciro Nogueira</u>
2. ROBERTO REQUIÃO	<u>Roberto Requião</u>
3. RICARDO FERRAÇO	<u>Ricardo Ferraço</u>
4. CLÉSIO ANDRADE	<u>Clésio Andrade</u>
5. VALDIR RAUPP	<u>Valdir Raupp</u>
6. BENEDITO DE LIRA	<u>Benedito de Lira</u>
7. WALDEMIR MOKA	<u>Waldemir Moka</u>
8. KÁTIA ABREU	<u>Kátia Abreu</u>
9. PAULO DAVIM	<u>Paulo Davim</u>
1. LÚCIA VÂNIA	<u>Lúcia Vânia</u>
2. ATAÍDES OLIVEIRA	<u>Ataídes Oliveira</u>
3. CÍCERO LUCENA	<u>Cícero Lucena</u>
4. PAULO BAUER	<u>Paulo Bauer</u>
5. FLEXA RIBEIRO	<u>Flexa Ribeiro</u>
1. GIM	<u>Gim</u>
2. EDUARDO AMORIM	<u>Eduardo Amorim</u>
3. BLAIRO MAGGI	<u>Blaíro Maggi</u>
4. VICENTINHO ALVES	<u>Vicentinho Alves</u>

RELATÓRIO

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

Mediante o Ofício “S” nº 30, de 2013, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminha a esta Casa o currículo da Senhora DEBORAH CIOCCI, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, indicada pelo referido Tribunal para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do disposto no art. 103-B da Constituição Federal.

De acordo com o art. 103-B, o Conselho compõe-se de quinze membros, dentre os quais um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal (inciso V).

Os membros do Conselho têm por atribuição constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

Resumimos, abaixo, o *curriculum vitae* encaminhado a esta Comissão pela juíza indicada.

A Senhora Deborah Ciocci é formada em Direito pela Universidade Católica de Santos, e é doutora em Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo concluído o doutorado em 2005. Atualmente é Juíza Titular da 2ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Santana, Comarca da Capital, do Tribunal de Justiça de São Paulo, e coordenadora e professora do Instituto Sapientiae – Ensino e Pesquisa em Reprodução Humana e Assistida.

Participou de vários cursos de formação complementar, entre os quais: Curso de Direito Penal, em agosto de 2006, ministrado por Dr. Geraldo Farias Lemos Ribeiro, Dr. Julio Fabbrini Mirabete e Dr. Miguel Reale Junior; Curso de Direito do Trabalho, na mesma data, ministrado pelo Dr. Amauri Mascaro Nascimento e Dr. Valentim Carrion; Seminário “Direito Internacional Público”, ministrado pelo Dr. André Franco Montoro, Dr. João Manuel Perestrello e Dr. Eduardo Gutierrez; Seminário “Gestão Pública Moderna”, em 2006, na Fundação Getúlio Vargas, em São

Paulo/SP; Curso “O Direito da Criança e do Adolescente”, no Centro de estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, em São Paulo/SP; e o Curso “Atualização em Processo Civil”, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, em São Paulo/SP.

Da sua experiência profissional, destaca-se, além do vínculo atual, sua atuação como Juíza de Direito Auxiliar da Capital, em Varas Criminais do Foro Central da Capital, São Paulo, entre 1995 e 2006, e como Juíza de Direito da Comarca de Cruzeiro, (2ª Vara).

Atuou também no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, nos anos de 1993, 1994, 2010, 2011 e 2012, e na Procuradoria Geral do Estado, entre 1991 e 1992, como Procuradora nomeada em virtude de aprovação em concurso público.

Advogou entre 1990 e 1991, e atuou na Escola Paulista de Magistratura como Docente Formadora e Instrutora, entre 2005 e 2009.

Possui bons conhecimentos de inglês e italiano, e publicou artigos jurídicos, dentre os quais “O direito dos homossexuais e a reprodução humana assistida”. É autora do livro “Reprodução Assistida: até onde podemos chegar? Compreendendo a ética e a lei” (Atheneu, 2000, São Paulo).

Publicou também alguns capítulos de livros, como “Aspectos Legais na Reprodução Humana Assistida”, (Psicologia e Reprodução Humana Assistida. Uma abordagem multidisciplinar, Santos, 2009).

Ministrou diversas aulas e palestras em faculdades e congressos, e participou de bancas de trabalhos de conclusão de cursos. Possui Medalha Comemorativa do Centenário do 2º BPM/M, conferida pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 02 de dezembro de 1992.

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, a Indicada informa não ser cônjuge, companheira ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Supremo Tribunal Federal, e de qualquer membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e nem tampouco é membro de qualquer desses Poderes. Declara, ainda, que nunca sofreu sanção criminal ou administrativo-disciplinar.

Anexa ao Ofício, consta certidão expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, informando que a magistrada não responde a processos administrativos, nem a penalidades no exercício de suas funções jurisdicionais até a presente data.

Quanto às exigências relativas ao Ato nº 1 de 2007, da CCJ, informa que não figura na condição de autora ou ré em qualquer ação judicial em tramitação; que se encontra em situação regular perante o fisco, nos âmbitos federal, estadual e municipal; que não participa nem participou como sócia, proprietária ou gerente de empresa ou entidade não governamental; que não possui nenhum parente, cônjuge ou companheiro que exerçam ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, mas possui um irmão que atua como advogado autônomo e nunca atuou diretamente em nenhuma Vara onde exerceu a judicatura.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome da Juíza DEBORAH CIOCCI para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER

Nº 743, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 02, de 2013, da Senadora Ana Amélia, que acrescenta o art. 34-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar a impugnação de pesquisas e testes pré-eleitorais.

RELATOR: Senador **ACIR GURGACZ**

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa de iniciativa da nobre Senadora Ana Amélia, que tem por objetivo alterar a Lei que estabelece normas para as eleições para nela incluir dispositivo pelo qual se viabiliza a impugnação de pesquisas e testes pré-eleitorais.

Essas pesquisas e testes são disciplinados, na Lei Eleitoral, por capítulo específico, que compreende, entre outras normas, a determinação dos elementos necessários ao registro de uma nova pesquisa (art. 33), assim como o mecanismo de acesso dos partidos ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgarem pesquisa de opinião relativa às eleições (§ 1º do art. 34), assim como a definição de que o representante legal da empresa ou entidade de pesquisa pode ser responsabilizado por eventual crime praticado nesse processo (art. 35, *caput*).

A norma cuja adoção ora se discute confere legitimidade ativa ao Ministério Público Eleitoral, aos candidatos e aos partidos políticos, assim como às coligações, para impugnar o registro ou a divulgação de pesquisa eleitoral, “quando não atendidas as exigências contidas nos arts. 33 e 34 desta Lei e em outras normas pertinentes”. O foro para tal ação é o juízo eleitoral competente.

É o que consta do *caput* do art. 34-A, que ora se propõe acrescentar à Lei Eleitoral. Os três parágrafos desse artigo cingem-se à especificação de normas e critérios procedimentais para a admissibilidade e o processo de uma ação dessa natureza, assim como para permitir eventual decisão judicial de natureza liminar no âmbito dessa lide.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013, trata de questão pertinente ao direito eleitoral, matéria a respeito da qual o Congresso Nacional dispõe de competência legislativa privativa, conforme a Constituição o diz de forma expressa, em seu art. 22, I, combinado com o art. 48, *caput*.

A proposição, ademais, dispõe de modo adequado, equilibrado, proporcional e razoável sobre a circunstância em que uma pesquisa, desde que elaborada de modo flagrantemente contrário à disciplina legal da matéria, e, em dado contexto eleitoral, voltada à evidente promoção de prejuízo eleitoral a uma das partes, e desde que, naturalmente, se comprove tais fatos em juízo, possa ter a sua divulgação circunstancialmente restringida.

Aqui nos encontramos em campo conhecido do direito e do direito constitucional, assim como da hermenêutica jurídica: o conflito entre distintos princípios constitucionais. De uma parte, a soberania popular, a verdade eleitoral, a vontade do eleitor, a autonomia da sociedade civil, e, de outra, a liberdade de imprensa. Como prescreve a melhor doutrina, um direito não pode afirmar-se em detrimento (total) de outro. Entretanto, um princípio pode ter a sua aplicação afastada circunstancialmente, em benefício de todo o complexo de direitos civil e políticos, da democracia.

São inúmeras as abordagens teóricas e doutrinárias a respeito do tema e talvez não seja este o momento adequado para nos aprofundarmos no estudo do tema. Mas o constitucionalismo moderno tem se debruçado sobre a matéria e já se encontra assentado o entendimento de que, tratando-se de conflito entre princípios constitucionais, o caso pode equacionar-se mediante uma harmonização em que a afirmação de um deles – o direito de realizar e divulgar pesquisas –, não imponha a negação nem a anulação do outro – na hipótese, a equidade de meios entre os candidatos às eleições.

Recorda-se o que declara a respeito do assunto, debatendo-o na perspectiva da interpretação da Constituição e discutindo os princípios pertinentes a essa interpretação, o respeitado constitucionalista português José Joaquim Gomes Canotilho:

Princípio da concordância prática ou da harmonização. (...) Reduzido ao seu núcleo essencial, o princípio da concordância prática impõe a coordenação e combinação de bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício (total) de uns em relação aos outros.

O campo de eleição do princípio da concordância prática tem sido até agora o dos direitos fundamentais (colisão entre direitos fundamentais ou entre direitos fundamentais e bens jurídicos constitucionalmente protegidos). Subjacente a este princípio está a idéia do igual valor dos bens constitucionais (e não diferença de hierarquia) que impede, como solução, o sacrifício de uns em relação aos outros, e impõe o estabelecimento de limites e condicionamentos recíprocos de forma a conseguir uma harmonização ou concordância prática entre esses bens. (Direito Constitucional, Livraria Almedina, Coimbra, 1993, pág. 228).

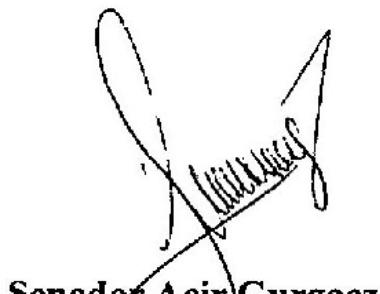
Enfim, o que se pretende, com a proposição ora sob apreço, é que seja mantida a liberdade de realizar a divulgar pesquisas, até porque tal liberdade respeita os mandamentos constitucionais pertinentes e corresponde, ademais, ao interesse público. E propõe-se, por outra parte, que seja constituído um meio legal para eventual contestação de pesquisa, na circunstância, que não parece implausível, de que esse mecanismo de aferir a vontade popular e sua divulgação seja manejado de modo a fraudar essa vontade, e distorcer, dolosamente, a verdade eleitoral, em detrimento da soberania popular.

III – VOTO

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação

Sala da Comissão, 17 de julho de 2013.

Senador Vital do Rêgo, Presidente



Senador Acir Gurgacz
PDT/RO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 225 N° 2 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/07/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador Vital do Rego</u>	
RELATOR: <u>Senador Acir Gurgacz</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIA
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. VAGO
VITAL DO RÉGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMAR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 2, DE 2013

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSE PIMENTEL	X				1 - ANGELA PORTELA				
ANA RITA	X				2 - LIDICE DA MATA				
PEDRO TAQUES	X				3 - JORGE VIANA				
ANIBAL DINIZ					4 - ACIR GLIGACZ (Faltou)	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 - WALTER JIN-EUNG				
INACIO ARRUDA					6 - RODRIGO ROJOL EMERG				
EDUARDO LOPEZ					7 - HUMBERTO COSTA	X			
RANDOLFF RODRIGUES					8 - LINDBERG FARIA				
EDUARDO SUPlicY					9 - WELLINGTON DIAS				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA	X				1 - VAGO				
VIVALDO REGO (Presidente)	X				2 - ROBERTO REQUIÃO				
PEDRO SIMON	X				3 - RICARDO FERRACO				
SÉRGIO SOUZA	X				4 - CLÉSIO ANDRADE				
LUIZ ENRIQUE					5 - VALDIR RAI (PP)				
ELNÍCIO OLIVEIRA					6 - BENEDITO DE LIRA				
FRANCISCO DICKENELLES					7 - WALDEMAR MORA				
SÉRGIO PETECÃO	X				8 - KÁTIA ABREU				
ROMERO JUCA					9 - LÓBACO FILHO				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES					1 - LÚCIA VÁNIA				
CÁSSIO CUNHA LIMA					2 - ATAIDES OLIVEIRA				
ALVARO DIAS	X				3 - CICERO LUCENA				
JOSÉ AGRIPINHO	X				4 - PAULO BAUER				
ALOYSIO NUNES TEREZIARA	X				5 - FLEXA REBEIRO				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - GIM				
MOZARILDO CAVALCANTI	X				2 - EDUARDO AMORIM				
MAGNO MALTA					3 - BLAIBRO MACC				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X				4 - VICENTINHO ALVES				

TOTAL: 47 SIM: 46 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 4

Senador  Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE 2013 (art. 133, § 3º, do RISF) (atualizado em 10/07/2013).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:

Art. 34. (VETADO)

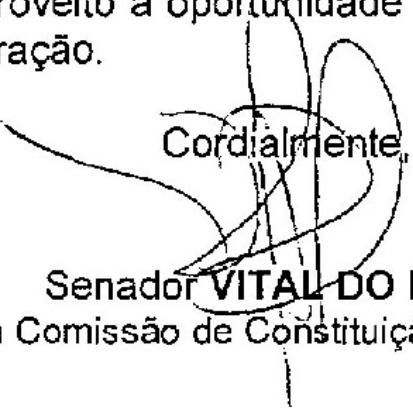
§ 1º Mediante requerimento à Justiça Eleitoral, os partidos poderão ter acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgaram pesquisas de opinião relativas às eleições, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos respondentes.

Art. 35. Pelos crimes definidos nos arts. 33, § 4º e 34, §§ 2º e 3º, podem ser responsabilizados penalmente os representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador.

Ofício nº 202/2013-PRESIDÊNCIA/CCJ**Brasília, 17 de julho de 2013.****Assunto:** decisão terminativa.**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2013, que "Acrescenta o art. 34-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar a impugnação das pesquisas e testes pré-eleitorais", de autoria da Senadora Ana Amélia.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.



Cordialmente,

Senador **VITAL DO RÊGO**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº 744, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que *"Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para instituir prazo para o partido fornecer à Justiça Eleitoral ata de convenção partidária."*

RELATOR: Senador PEDRO TAQUES

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 281, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, cujo propósito é acrescentar o §13 ao art. 11, da Lei 9.504/1997 – Lei das Eleições - para definir que a ata da convenção partidária em que definidos os candidatos e as coligações para as eleições deverá ser enviada à Justiça Eleitoral em 24 horas após sua realização.

De acordo com o Autor, trata-se de proposição que visa ao fortalecimento da democracia partidária para que seja retratada com a maior veracidade possível a deliberação realizada em convenção.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão avaliar o PLS nº 281, de 2013, em seu mérito, visto que ele foi distribuído em caráter terminativo, e também com respeito a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como determina o art. art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que se refere à constitucionalidade, não há nenhum vício a reparar. Compete à União legislar sobre direito eleitoral, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Tampouco há aspectos de

regimentalidade a serem corrigidos. Abaixo será apenas indicada uma sugestão de aprimoramento do projeto em termos de técnica legislativa.

A proposta em questão é meritória e deve ser aprovada.

De fato, busca-se maior fortalecimento das instituições democráticas brasileiras. Essa iniciativa passa, inevitavelmente, pelo fortalecimento da democracia interna dos partidos políticos - veículos por excelência da participação do cidadão na vida política. A proposta estabelece prazo adequado para que a Justiça Eleitoral receba a ata da convenção partidária em que se definem os candidatos ao pleito, bem como as coligações partidárias.

Essa medida é positiva, pois reduz o risco de que a ata da convenção seja elaborada após lapso temporal que prejudique a descrição adequada das decisões partidárias tomadas, afastando-se possíveis discrepâncias entre a realidade e sua descrição.

Sugere-se apenas emenda abaixo indicada para que o dispositivo seja introduzido como §3º ao art. 8º, da Lei 9.504/1997, que trata especificamente das convenções partidárias e não no art. 11, que trata do registro de candidaturas ao pleito.

Em face disso, conta-se com o apoio dos nobres pares para que o presente Projeto seja aprovado na busca do fortalecimento de nossas instituições democráticas com a emenda sugerida.

III – VOTO

Em face do exposto o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 281, de 2013, com a emenda abaixo indicada:

EMENDA N° 1 – CCJ

PROJETO DE LEI DO SENADO 281, DE 2013

Dê-se ao art. 1º do PLS 281, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º. O art. 8º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

"Art. 8º.....
.....

§ 3º Em qualquer caso, a ata da convenção contendo necessariamente as decisões sobre candidaturas e coligações, se houver, deve ser entregue ao órgão competente da Justiça Eleitoral em até 24 horas após sua realização, sob pena de nulidade."

Sala da Comissão, 17 de julho de 2013.

Sen. Vital do Rego
, Presidente

(Vital)
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PL 5 N° 281 DE 2013ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/08/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<u>Senador Presidente</u>
RELATOR:	<u>Senador Presidente</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ARIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIA
EDUARDO SUPLICY	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. VAGO
VITAL DO RÉGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPIINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. FLEXA RIBEIRO
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. VICENTINHO ALVES

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: 171 N° 181, DE

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSE PIMENTEL	X					1 - ANGELA PORTELA				
ANA RUIA	X					2 - LIDICE DA MATA				
PEDRO TAQUES	X					3 - JORGE VIANA				
ANIBAL DINIZ						4 - ACR GURGACZ				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					5 - WALTER PINHEIRO				
INACIO ARRUDA						6 - RODRIGO ROJELMBERG				
EDUARDO LOPES						7 - HUMBERTO COSTA				
RANDOLFE RODRIGUES	X					8 - LINDBERGH FARIAS				
EDUARDO SUPlicY						9 - WELLINGTON DIAS				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA	X					1 - VAGO				
VITAL DO RÍGIO VIANA	X					2 - ROBERTO IRQUIAO				
PIERRE SIMON	X					3 - RICARDO FERRACO				
SEBASTIÃO SOUZA	X					4 - CLEÓSIO ANDRADE				
LUIZ HENRIQUE						5 - VALDIR RAUPP				
EUNÍCIO OLIVEIRA						6 - BENEDITO DE LIRA				
FRANCISCO DORNELLES						7 - WALDEMIRO MOKA				
SÉRGIO PETRECAO	X					8 - KATIA ABREU				
ROMERO JUCA						9 - LÓBIAO FILHO				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AECIO NEVES						1 - LÚCIA VÂNIA				
CASSIO CUNHA LIMA						2 - ATAIDES OLIVEIRA				
ALVARO DIAS	X					3 - CICERO LUCENA				
JOSÉ AGRIPO	X					4 - PAULO BAUER				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X					5 - FLEXA RIBEIRO				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X					1 - GIM				
MOZARULDO GAVALCANII	X					2 - EDUARDO AMORIM				
MAGNO MALFA						3 - BLAIRO MAGGI				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X					4 - VICENTINHO ALVES				

TOTAL: 111 SIM; 18 NÃO; 0 ABSTENÇÃO; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE

Senador VITAL DO RÊGO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISV)
(atualizado em 12/07/2013)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS N° 1, DE

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSE PIMENTEL (PDT, PSB, PT, PC do B, PRR, PSOL)	X					1 - ANGELA PORCINA (PDT, PSB, PT, PC do B, PRR, PSOL)				
ANA RITA	X					2 - LIDICE DA MATA				
PEDRO TAQUES						3 - JORGE VIANA				
ANIBAL DINIZ		X				4 - ACRIL GUICACZ				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X					5 - WALTER PINHEIRO				
INACIO ARRUDA						6 - RODRIGO ROLEMBERG	X			
EDUARDO LOPES						7 - HUMBERTO COSTA				
RANDOLFE RODRIGUES		X				8 - LINDBERGH FARIA	X			
EDUARDO SUPlicY						9 - WELLINGTON DIAS				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
EDUARDO BRAGA (PMDB, PP, PSD, PV)	X				1 - VAGO					
VILALDO REGO (PSB, PT, DEM)					2 - ROBERTO REQUIÃO					
PEDRO SIMON	X				3 - MIGRACIO FERRACO					
SERGIO SOUZA					4 - CLESIOS ANDRADE					
LUIZ HENRIQUE					5 - VALDIR RAUFF					
FUNICIO OLIVEIRA					6 - BENEDITO DE LIRA					
FRANCISCO DORNELLES					7 - WALDEMIRO MOKA	X				
SERGIO PIETRINHO					8 - KATIA ABREU					
ROMERO JUCA					9 - LOBÃO FILHO					
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoritário	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
AECIO NEVES (PSDB, DEM)					1 - LÚCIA VÁNIA					
CASSIO CUNHA LIMA					2 - ATAIDES OLIVEIRA					
ALVARO DIAS					3 - CÍCERO LUCENA					
JOSÉ AGRIFFINO	X				4 - PAULO BAUER					
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				5 - FLEXA RIBEIRO					
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - GIM					
MOZARILDO CAVALCANTI	X				2 - EDUARDO AMORIM					
MAGNO MALTA					3 - BIAIRO MAGGI					
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X				4 - VICENTINHO ALVES					

TOTAL: 12 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

Senador VITAL DO RÉGO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (atualizado em 12/07/2013).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

TEXTO FINAL

Do PROJETO DE LEI DO SENADO N° 281, DE 2013

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para instituir prazo para o partido fornecer à Justiça Eleitoral ata de convenção partidária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

“Art. 8º.....

.....
§ 3º Em qualquer caso, a ata da convenção contendo necessariamente as decisões sobre candidaturas e coligações, se houver, deve ser entregue ao órgão competente da Justiça Eleitoral em até 24 horas após sua realização, só pena de nulidade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 17 de julho de 2013

Senador **VITAL DO RÉGO**, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

LEI N° 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

Art. 8º A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

§ 1º Aos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, ou de Vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que estejam filiados. (Vide ADIN - 2.530-9)

§ 2º Para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão usar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.

Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

§ 1º O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - cópia da ata a que se refere o art. 8º;

II - autorização do candidato, por escrito;

III - prova de filiação partidária;

IV - declaração de bens, assinada pelo candidato;

V - cópia do título eleitoral ou certidão, fornecida pelo cartório eleitoral, de que o candidato é eleitor na circunscrição ou requereu sua inscrição ou transferência de domicílio no prazo previsto no art. 9º;

VI - certidão de quitação eleitoral;

VII - certidões criminais fornecidas pelos órgãos de distribuição da Justiça Eleitoral, Federal e Estadual;

VIII - fotografia do candidato, nas dimensões estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral, para efeito do disposto no § 1º do art. 59.

IX - propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 2º A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse.

§ 3º Caso entenda necessário, o Juiz abrirá prazo de setenta e duas horas para diligências.

§ 4º Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral nas quarenta e oito horas seguintes ao encerramento do prazo previsto no caput deste artigo.

§ 4º Na hipótese de o partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos, estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de quarenta e oito horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º Até a data a que se refere este artigo, os Tribunais e Conselhos de Contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou que haja sentença judicial favorável ao interessado.

§ 6º A Justiça Eleitoral possibilitará aos interessados acesso aos documentos apresentados para os fins do disposto no § 1º. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 7º A certidão de quitação eleitoral abrangerá exclusivamente a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 8º Para fins de expedição da certidão de que trata o § 7º, considerar-se-ão quites aqueles que: (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

I - condenados ao pagamento de multa, tenham, até a data da formalização do seu pedido de registro de candidatura, comprovado o pagamento ou o parcelamento da dívida regularmente cumprido; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

II - pagarem a multa que lhes couber individualmente, excluindo-se qualquer modalidade de responsabilidade solidária, mesmo quando imposta concomitantemente com outros candidatos e em razão do mesmo fato. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 9º A Justiça Eleitoral enviará aos partidos políticos, na respectiva circunscrição, até o dia 5 de junho do ano da eleição, a relação de todos os devedores de multa eleitoral, a qual embasará a expedição das certidões de quitação eleitoral. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 10. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.

§ 11. A Justiça Eleitoral observará, no parcelamento a que se refere o § 8º deste artigo, as regras de parcelamento previstas na legislação tributária federal. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 12. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

Ofício nº 226/2013-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 17 de julho de 2013.

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com a Emenda nº 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2013, que "Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para instituir prazo para o partido fornecer à Justiça Eleitoral ata de convenção partidária", de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **VITAL DO RÉGO**

Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício n° 202, de 2013**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado n° 2, de 2013**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício n° 202/2013 – Presidência/CCJ

Brasília, 17 de julho de 2013

Assunto: Decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 2, de 2013, que “Acrescenta o art. 34-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para regulamentar a impugnação das pesquisas e testes pré-eleitorais”, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Com referência ao **Ofício n° 202, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado n° 2, de 2013, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício n° 226**,

de 2013, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado n° 281, de 2013**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício n° 226/2013-Presidência/CCJ

Brasília, 17 de julho de 2013

Assunto: Decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com a Emenda n° 1-CCJ, do Projeto de Lei do Senado n° 281, de 2013, que “Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para instituir prazo para o partido fornecer à Justiça Eleitoral ata de convenção partidária”, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Com referência ao **Ofício n° 226, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado n° 281, de 2013**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 871, DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Sessão Especial do Senado Federal, a ser realizada no Plenário desta Casa, no dia 21 de outubro, destinada a comemorar os 40 anos da criação da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

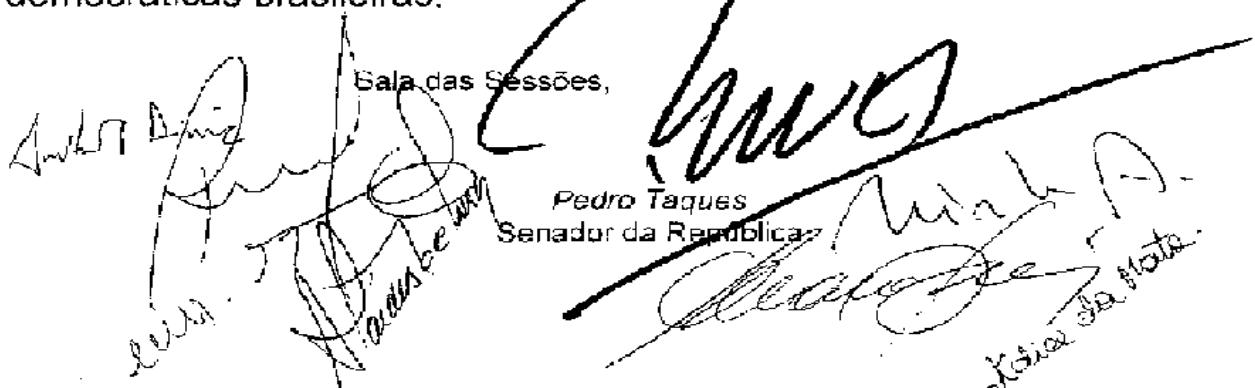
Justificativa

Em 22 de setembro de 2013, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) completa 40 anos de existência.

A ANPR foi fundada em 1973 com o objetivo de ser um ponto de articulação eficiente entre o Ministério Público e as demais instituições brasileiras, tendo em vista a defesa da ordem democrática e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a Constituição Federal de 1988, separaram-se as atividades da Advocacia Pública e as do Ministério Público. Com a estruturação do Ministério Público Federal, a ANPR destaca-se como entidade que congrega mais de mil procuradores da república que atuam em diversas regiões do Brasil no controle da legalidade e constitucionalidade de atos do Poder Público e de agentes privados.

O momento é propício para refletir sobre as demandas da sociedade brasileira a respeito de mais oportunidades de participação democrática e transparência na gestão da coisa pública. Desse modo, é oportuno celebrar-se a trajetória e as conquistas da ANPR para o fortalecimento do Ministério Público e das instituições democráticas brasileiras.



Assinatura de Pedro Taques, Senador da República, e Cássio Cunha Lima, Senador da República.

Assinatura de Pedro Taques, Senador da República.

Assinatura de Cássio Cunha Lima, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO
Nº 872, DE 2013**

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da PEC nº 38, de 2013, que modifica o § 4º do art. 39 da Constituição Federal para limitar o pagamento de verba indenizatória a parlamentares, de minha autoria e da qual sou o primeiro signatário.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**.

**REQUERIMENTO
Nº 873, DE 2013**

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da PEC nº 37, de 2013, que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social, de minha autoria e da qual sou o primeiro signatário.

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 320, DE 2013**

Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 50-A:

Art. 50-A. A União tomará a iniciativa de celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer o funcionamento e a atuação efetiva de órgãos administrativos e judiciais nos locais onde sejam realizados eventos de repercussão nacional.

Parágrafo único. O disposto no caput se aplica a eventos esportivos, artísticos, religiosos, culturais e de

lazer, entre outros, e se destina a garantir a segurança e o bem-estar dos participantes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem o objetivo de prever a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer o funcionamento e a atuação efetiva de órgãos administrativos e judiciais nos locais onde sejam realizados eventos de repercussão nacional, mediante o acréscimo de artigo ao Capítulo IX, que traz as Disposições Permanentes, da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013 e dá outras providências.

Com efeito, o nosso País está recebendo importantes eventos de nível internacional, como a Copa das Confederações, recém finda. Ainda neste mês de julho teremos a Jornada Mundial da Juventude, importante evento sob os auspícios da Igreja Católica, que trará o Papa Francisco ao Brasil.

No próximo ano será realizada em nosso País a Copa do Mundo de Futebol. Assim, cada vez mais também são promovidos em nossas Cidades grandes eventos: esportivos, artísticos, religiosos, culturais e de lazer, entre outros.

Esses acontecimentos promovem grandes concentrações de pessoas e para que seja garantido que não ocorra nada de excepcional, que seja garantida a segurança e a tranqüilidade de todos que participam dessas atividades é necessária a presença do poder público.

Por outro lado, bem sabemos que os Municípios onde concretamente ocorrem esses eventos em regra não têm estrutura suficiente e nem mesmo a competência legal para lidar com todas as suas circunstâncias.

Bem sabemos que o federalismo brasileiro, embora garanta a autonomia político-administrativa dos entes estatais que o compõem, é um federalismo cooperativo, no qual as competências da União, Estados e Municípios se complementam.

E foi levando em conta as nossas especificidades que entendemos importante deixar previsto na lei pertinente que a União tomará a iniciativa em celebrar convênios com os demais entes estatais para que o poder público se faça efetivamente presente por ocasião da realização de grandes eventos no País.

Assim, a título de exemplo, se a competência para estabelecer juizados especiais para examinar e julgar eventuais fatos ocorridos no curso desses even-

tos é da Justiça Estadual, a União poderá proporcionar condições materiais e administrativas que estimulem e favoreçam essa solução.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio de nossos pares para o aperfeiçoamento e posterior aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 12.663, DE 5 JUNHO DE 2012

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de Agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970.

A Presidenta da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IX Disposições Permanentes

Art. 50. O art. 13-A da Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 13-A.
X – não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável.
..... ” (NR)

CAPÍTULO X Disposições Finais

Art. 51. A União será obrigatoriamente intimada nas causas demandadas contra a FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre as hipóteses estabelecidas nos arts. 22 e 23, para que informe se possui interesse de integrar a lide.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – A Presidência designou, como membro titular, o Deputado Leopoldo Meyer, em substituição à Deputada Luiza Erundina; e, como membro suplente, o Deputado Gonzaga Patriota, em substituição ao Deputado Leopoldo Meyer, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 617, de 2013, conforme o **Ofício n° 138, de 2013**, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

O ofício foi encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Of.B/138/13

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Leopoldo Meyer (PSB – PR), como titular, e Gonzaga Patriota (PSB – PE), como suplente, da Medida Provisória nº 617, de 2013, “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona,” em substituição ao já indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Beto Albuquerque** Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – A Presidência designou:

– como membro titular, o Deputado Júnior Coimbra, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, que passa à condição de suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 618, de 2013, conforme os **Ofícios nºs 912 e 918, de 2013**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados; e

– como membro titular, a Deputada Rose de Freitas, em substituição ao Deputado Lucio Vieira Lima, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 620, de 2013, conforme o **Ofício nº 913, de 2013**, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

Os ofícios foram encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Of./GAB/I/N° 912

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Junior Coimbra passa a participar, na qualidade de

Titular, da Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 618/2013, em minha substituição.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha**, Líder do PMDB.

Of./GAB/I/nº 918

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Eduardo Cunha passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 618, de 2013, que “Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências”, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Marcelo Castro**, 1º Vice-Líder no exercício da Liderança do PMDB.

Of./GAB/I/Nº 913

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Rose de Freitas passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 620/2013, em substituição ao Deputado Lúcio Vieira Lima.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eduardo Cunha**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – A Presidência designou:

– como membros titulares, os Deputados Danilo Forte e Manoel Júnior, em substituição aos Deputados Eduardo Cunha e Marcelo Cas-

tro, que passam a condição de suplentes, em substituição, respectivamente, aos Deputados Edinho Araújo e Darcísio Perondi, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 623, de 2013, conforme os **Ofícios nºs 914 e 917, de 2013**, da Primeira Vice-Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados;

– como membros titulares, os Deputados Manoel Salviano e Edson Pimenta, em substituição aos Deputados Eduardo Sciarra e Eleuses Paiva; e, como membros suplentes, os Deputados Hélio Santos e Moreira Mendes, em substituição aos Deputados Guilherme Campos e Heuler Cruvinel, respectivamente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 623, de 2013, conforme o **Ofício nº 961, de 2013**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

Os ofícios foram encaminhados à Comissão Mista para serem juntados ao processado da matéria.

São os seguintes os ofícios:

Of./GAB/I/Nº 914

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Danilo Forte passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 623/2013, que “Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativos a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.”, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, que passa à qualidade de Suplente, em substituição ao Deputado Edinho Araújo.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Marcelo Castro**, 1º Vice-Líder no exercício da liderança do PMDB.

Of./GAB/I/Nº 917

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Manoel Júnior passa a integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer à Medida Provisória nº 623/2013, que “Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativos a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.”, em substituição aos Deputados Eduardo Sciarra e Eleuses Paiva; e, como membros suplentes, os Deputados Hélio Santos e Moreira Mendes, em substituição aos Deputados Guilherme Campos e Heuler Cruvinel, respectivamente, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 623, de 2013, conforme o **Ofício nº 961, de 2013**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

cia de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”, em minha substituição e passo à qualidade de Suplente em substituição ao Deputado Darcísio Perondi.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – Deputado **Marcelo Castro**, 1º Vice-Líder no exercício da Liderança do PMDB.

Of. nº 961/13/PSD

Brasília, 7 de agosto de 2013

Assunto: Indicação de Parlamentares do PSD para comporem Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico os parlamentares abaixo para comporem, a Comissão Mista destinada a apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 623, de 2013:

- Deputado Manoel Salviano (PSD/CE) – Titular;
- Deputado Edson Pimenta (PSD/BA) – Titular;
- Deputado Hélio Santos (PSD/MA) – Suplente;
- Deputado Moreira Mendes (PSD/RO) – Suplente.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que as referidas indicações produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente, – **Eduardo Sciarra**, Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu as seguintes Mensagens da Senhora Presidente da República:

- **Nº 322, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013** (nº 5.546/2001, na Casa de origem, dos Deputados Nilmário Miranda e Nelson Pellegrino), que *institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.847, de 2013*;
- **Nº 325, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2012** (nº 5.349/2009, na Casa de origem, do Deputado João Dado), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex natural gravarem em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância, sancionado e transformado na Lei nº 12.849, de 2013*;
- **Nº 326, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei do Senado nº**

150, de 2006 (nº 6.578/2009, na Câmara dos Deputados), da Senadora Serys Ikhessarenko, que *define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.850, de 2013; e – **Nº 327, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2013** (proveniente da Medida Provisória nº 611, de 2013), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de três bilhões, novecentos e vinte e seis milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica*, sancionado e transformado na Lei nº 12.851, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Queria cumprimentar a todos que nos acompanham, neste começo de semestre ainda, pela TV Senado e pela Rádio Senado, claro, especialmente ao povo do Acre. Depois do feriado de ontem, 6 de agosto, início da Revolução Acreana, liderada por um gaúcho, Plácido de Castro, o Acre voltou ao trabalho também hoje, porque ontem foi a festa de celebração.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Vamos ao trabalho.

O primeiro orador inscrito é o Senador Cristovam, mas, antes, pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Também cumprimento a todas as Sr's e os Srs. Senadores, a V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, e pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Senador Casildo estava primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Se for para respeitar – V. Ex^a tem todo o direito –, seria para me inscrever para uma comunicação inadiável também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Casildo, para uma comunicação inadiável.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Eu posso me inscrever pela Liderança do PP ou para uma comunicação inadiável. Pela liderança fica em primeiro lugar aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Está bem. V. Ex^a está inscrita, Senadora Ana Amélia, para falar pela Liderança do PP.

Eu convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, nosso querido colega Senador Cristovam Buarque.

Eu tenho o privilégio de compor a lista do Diap, junto com V. Ex^a. A lista do Diap saiu hoje; saiu hoje a lista dos 100 “Cabeças” do Congresso, e V. Ex^a está nela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Saiu? Não a vi ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Saiu hoje, e V. Ex^a, como sempre, está nela. Eu estou tendo o privilégio de, pela terceira vez, também estar presente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Estou em boa companhia, então.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Não, eu é que estou em boa companhia; o senhor já estava aqui quando eu cheguei.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Cristovam, pelo tempo regimental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero é um Diap pela população. Eu acho que nós hoje, todos, estamos com dificuldades de sermos reconhecidos pela população como somos por alguns órgãos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu tomei conhecimento nesses dias de uma pesquisa muito extensa, cuidadosa, detalhada sobre a situação do que pensam os jovens, e adultos também, que estão nas ruas.

Sr. Presidente Jorge Viana, essa pesquisa mereceria uma análise cuidadosa, desde qual é o perfil dos manifestantes por renda, sobre os protestos. Eu devo dizer que essa pesquisa foi feita pela Data Popular, pelo Ibope e Datafolha. Sobre os protestos, o que é que pensam. E é preciso dizer que 81% dos que foram ouvidos são favoráveis aos protestos. Mostra quem deve ser o responsável pela educação brasileira, se o Estado ou a população; quem deve ser o responsável pela saúde do brasileiro, o Estado ou a população: 70% da população consideram que o Estado é responsável pela educação. E quando eles dizem Estado não quer dizer

o Estado Unidade da Federação; Estado quer dizer o conjunto, portanto, a União; 75% dizem que é a saúde.

Aqui tem um indicador, Senador: para cada dez brasileiros, nove consideram que a melhoria de sua vida foi um mérito pessoal – 87%; Deus, segundo lugar; família em terceiro; a sorte em quarto; o governo em quinto; e o patrão em sexto. Tem uma pergunta muito interessante: se as pessoas melhoraram de vida, Senador. E isso merece uma reflexão de todos nós e muito dos mais próximos ao governo: sete, Senador Jorge Viana – o senhor vai gostar disso – em cada dez, pensam que de um ano para cá a vida melhorou. E, apesar disso, nós temos o descontentamento geral. Algo mais profundo do que aparece, portanto, é o que causa todas essas dificuldades. Agora, aqui entra o que eu gostaria de discutir: os serviços públicos. A nota dada à saúde pública é 3,78. Ou seja, nenhum aluno chega nem perto da aprovação. A nota dada à educação é 4,69 – reprovado também. A nota dada à segurança pública é 3,89; a média da nota aos serviços públicos é de quatro pontos, ou seja, reprovados.

Nós somos responsáveis por todo isto. Alguns que estão no Governo, outros que estão na oposição, mas nós somos os líderes deste País, nós somos responsáveis.

E aqui o que eu queria – e depois vou fazer uma proposta, Senador Jorge Viana, e acho que o senhor é o Presidente mais indicado para ouvir esta proposta e encaminhá-la – fazer uma pequena análise diferente dessas pesquisas: chamar a atenção que quando a gente dá nota baixa à segurança significa que nós estamos nos matando. A gente esquece porque vê tudo vinculado a uma imagem do Estado em si que não dá segurança. Mas, há uma coisa mais profunda.

O Brasil é um país onde nós estamos nos matando, como na Síria, só que outra forma; em uma guerra civil, só que é de outro tipo. Nós nos esquecemos disso. Costumamos dar nota baixa à segurança, mas esquecemos que este é um país que hoje está se matando. Nenhum exército invadiu o Brasil e nós, entre nós, estamos nos matando.

Quando a gente fala que a educação está ruim, a gente lembra a escola. Mas não é só isso.

Quando a educação é reprovada, Senador, o Brasil é reprovado no seu futuro. Nós, ao reprovarmos a educação dizendo que ela está ruim e reconhecendo que ela está ruim, e é verdade que ela está ruim, é muito mais grave do que apenas dizer que a educação está ruim, é dizer que o nosso futuro está obscuro, está ruim, porque o futuro é construído pelas escolas.

Eu costumo dizer que quem quiser pode ver o futuro de um país, basta olhar a cara da escola pública hoje. O futuro de um país tem a mesma cara da escola

de hoje. O nosso futuro é ruim, significa que a nossa economia vai continuar baseada em bens primários e que o País continuará sendo uma grande montadora de produtos inventados no exterior. Os automóveis nossos, não tem um inventado ou criado no Brasil. Nós somos capazes de colocar *made in Brazil* como se diz lá na hora de exportar, fabricado no Brasil, mas seria mentira dizer criado no Brasil, salvo uma ou outra coisa, como os aviões da Embraer.

Nós, ao darmos uma nota ruim à educação, estamos demonstrando que não trabalhamos como deveríamos para construir o país que precisamos e, ao mesmo tempo, para não construir a vida de cada um, cada indivíduo deste País como deveria. Porque, daí para frente, o futuro é baseado muito mais na educação do que na sorte. Até pode haver um pequeno conteúdo de sorte no futuro do País. Mas uma pessoa que não estuda, só se tirar na Loteria Esportiva, numa Mega-Sena. Até porque, antigamente, dava-se o golpe do baú. Atualmente, não tem mais isso, sabe por que, Senador? Porque, hoje, os ricos só estudam com ricos; então, só casam com ricos. Não há mais como um pobre encontrar uma rica nem uma rica encontrar um pobre. Acabaram-se os pontos de encontro inter-classes. Então, nem golpe do baú é mais uma chance.

A sorte é uma em muitos milhões. Só tem um jeito: a educação.

Quando a gente diz que a saúde está reprovada, tem uma coisa mais profunda do que isso. A saúde reprovada quer dizer que nós estamos deixando pessoas sofrendo de doenças que poderíamos resolver se dessemos o mínimo cuidado. A gente às vezes esquece, porque vê os números, visualiza o hospital, Senador. O hospital está ruim, mas é mais profundo. Não é o hospital que está ruim; são as pessoas que estão morrendo porque o hospital está ruim.

Quando a gente não dá creche para todas as crianças, sejam conveniadas, sejam pelo Estado, o que nós estamos fazendo é abandonando as crianças. Não são as creches que estão ruins apenas; as crianças estão abandonadas. Este é um país que abandona as suas crianças. Isso é o que indicam as pesquisas ao darmos notas baixas à situação do serviço público da educação e da pré-escola.

Senador, o que está levando esse povo para a rua é talvez eles estejam percebendo mais do que nós que as coisas não estão boas. Quando eles dão nota baixa à educação, eles estão sentindo que o futuro do Brasil está ameaçado. Quando eles dão nota baixa à segurança, eles estão percebendo que estamos nos matando entre nós. Quando eles dão nota baixa à saúde, significa que nós estamos morrendo, nós estamos sofrendo, porque não são dados os serviços médicos.

Quando eles dizem que o transporte público tem essa nota é porque eles estão dizendo que não aguentam mais perder três horas por dia para ir de casa para o trabalho. É muito mais do que o transporte físico que a gente visualiza que está ruim. Não é só o ônibus estar ruim, é a vida que está sendo consumida por causa do transporte público, que não consegue avançar. Não é mais nem só o problema do conforto; não é só o problema da espera. É também o problema da demora, e que toca também os que andam de carro privado.

O problema do transporte, hoje, não é só um problema do transporte público; é um problema do transporte urbano em si, roubando vidas de cada um de nós, porque, para manter a indústria automobilística dinâmica, nós sacrificamos a vida de cada pessoa que mora em uma cidade grande.

Tudo isso, Senador – e vou lhe dar a palavra, Senador Sérgio –, faz com que esse documento seja refletido entre nós, não no seu aspecto estatístico, mas no seu aspecto social e moral. E isso a gente não está conseguindo fazer ainda, Senador.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – E aí que quero fazer uma proposta: Senador Jorge Vieira, gostaria que V. Ex^a levasse para a Mesa a proposta de que este Senado precisa, em um desses dias, abrir as suas portas e trazer para a tribuna esses meninos que estão nas ruas se manifestando contra nós. Estou fazendo uma proposta concreta, mas se for preciso escrever, eu escrevo.

Não vamos deixar que todos invadam isso aqui e ocupem o Senado. Não, não estou defendendo isso. Estou defendendo que um grupo deles venha aqui falar para nós. Como escolher? Sorteio. Cada um se inscreve na Internet e por aí a gente vê quem é que vem. Eles escolham, se for o caso, embora hoje eles não tenham líderes, mas precisamos ouvir o que esses meninos têm a dizer. Não precisamos ouvir apenas uma pesquisa, como estou falando, muito bem feita aparentemente. Precisamos, sim, trazê-los fisicamente aqui para falar para nós.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Não controlei o meu tempo porque achava que eram 20 minutos, mas se são apenas 10 minutos, vou fechar.

Gostaria de elaborar mais essa ideia. De qualquer maneira, quero deixar registrado que faço uma proposta. Não é uma ideia solta. Trazemos aqui, Senador Sérgio, para serem ouvidos por nós, alguns dos jovens que estão nas ruas. Eles não poderão ser escolhidos cada um deles por mim, ou pelo Senador

Capiberibe, ou pelo Presidente do Senado, porque aí vamos criar um viés.

Descubramos como, mas vamos ouvi-los. Não dá mais para ter o diálogo tradicional, como se tem com o presidente do sindicato, como se tem com o presidente da UNE. Acabou esse tempo. A Internet matou a representatividade plena desses órgãos. Eles ainda têm representatividade, não podemos negar, mas é uma representatividade menor. Não é trazer o Presidente da UNE para falar para a gente, nem o da CUT para falar para a gente, é trazer representantes diretos que saiam da própria massa que está nas ruas querendo falar conosco (...)

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – (...) dando recado e que a gente termina ouvindo pelas pesquisas, sem levar em conta o sofrimento que cada um deles tem para dizer para nós.

Essa é a proposta que peço a V. Ex^a que leve à Mesa. Se for necessário colocá-la por escrito, eu o farei.

Antes de terminar, quero dar a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Meu caro Senador Cristovam Buarque, como sempre, V. Ex^a sobe à tribuna e profere pronunciamentos que tocam a consciência, o coração dos brasileiros. Eu gostaria de abrir um parêntese com relação à segurança pública. O cidadão brasileiro tem ido às ruas, tem buscado uma vida mais igual, uma vida mais humana, mais ética, uma moral mais elevada. Na verdade, ele quer mais cidadania. Ontem, eu subi à tribuna para fazer um pronunciamento sobre a segurança pública e sobre os homicídios na capital do meu Estado, o Estado do Paraná. Em 10 anos, foram 5.806 homicídios. Somente 23% desses viraram processos judiciais. A morosidade na justiça, no inquérito policial, dá conta de que 77% dos homicídios cometidos na capital do Estado do Paraná não são averiguados profundamente. Imagine, então, o restante dos crimes. Imagine uma mãe que vê seu filho saindo à noite para estudar, pegando esse transporte coletivo que V. Ex^a mencionou, levando horas para chegar à escola, com o mesmo tempo de retorno, e ainda padece do temor de não saber se chega de volta nas mesmas condições físicas que saiu. Então nós temos que rever, de fato, o nosso papel no Congresso Nacional para buscarmos entender o que é bom para a sociedade, porque a nossa função aqui, no Congresso, é regular o convívio, os costumes da sociedade. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu acho que...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – O Senador Mário Couto pediu a palavra. Com muito prazer.

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu acho que o tema é muito sério; é profundo. Assim, eu acho que por um minuto vale a pena falar sobre esta matéria que V. Ex^a traz à tribuna com grande brilhantismo na tarde de hoje. Senador Cristovam, o Brasil cobra imposto dos seus filhos. Talvez a Nação que mais cobre de seus filhos seja esta pátria chamada Brasil. V. Ex^a percebe que, neste ano, vamos chegar a quase R\$1,5 trilhão. Olha o número: R\$1,5 trilhão! Esses jovens devem pensar o seguinte: se a Nação cobra tanto imposto para melhorar a educação, a saúde, a segurança, por que não melhora?

(Soa a campainha.)

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Então, o jovem brasileiro não pode mais ficar alheio a tudo isso. Ele foi às ruas e disse “Basta!”. Se eles não pagassem tantos impostos, não tinham tanto direito de cobrar. Mas se paga muito. E, aí, a resposta é a seguinte, Senador: na saúde, resolve-se o problema contratando médicos estrangeiros. Olha que absurdo, Senador! Está tudo errado nesta Pátria. Está tudo errado, Senador! Eu vejo o seu esforço, com tanto brilhantismo, com tanta sapiência a respeito da educação, e ninguém o ouve nesta Pátria. Ninguém ouve ninguém que quer o bem; ninguém é ouvido, apesar de alguns ainda terem a credibilidade do povo. Não são todos os políticos, não, Senador. Não se inclua. Não se inclua nesse rol. Não são todos os políticos que perderam a credibilidade.

(Soa a campainha.)

O Sr. Mário Couto (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Muitos políticos desta Pátria ainda têm credibilidade, como V. Ex^a tem, só não são ouvidos, porque o governo não quer ouvi-los. Se o governo o tivesse ouvido, desde que chegou aqui; se ele tivesse considerado as suas propostas, desde que chegou aqui – e a todas elas tenho prestado bastante atenção, todas brilhantes, todas com grande sabedoria –, a educação do País não estava assim. Mas não querem ouvi-las. Deixam de ouvi-las. Eu não sei o que fazem com tanto dinheiro. Não sei. A Pátria não pode se conformar com tanta cobrança e ficar à espera do bem social, que não vem nunca. E não vem mais! Não vem mais, porque não se tem essa condição e essa possibilidade de vir agora. A Pátria tem de mudar...

(Interrupção do som)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... e mudar muito. (*Fora do Microfone.*) Eu lhe agradeço, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Senador Mário Couto, eu que lhe agradeço, primeiramente pelo seu reconhecimento, pois realmente o senhor é um dos que presta atenção quando a gente fala; em segundo lugar, pela sua colocação de que a Nação não está ouvindo. Talvez seja essa uma das coisas que está faltando. Daí a minha proposta. A minha proposta é que aproveitemos uma segunda-feira, Senador Collor, em que a gente presta homenagem a pessoas, a entidades – e toda segunda-feira há uma sessão de homenagem aqui – e escolhemos uma sessão dessas para trazer aqui os jovens que estão fazendo manifestação, para que eles nos digam o que eles querem.

Eu diria até que é quase como prestar uma homenagem a eles. Mas não quero prestar-lhes homenagem; eles não precisam dela. Eu quero ouvi-los, como V. Ex^a disse, Senador Mário Couto. Nós não os estamos ouvindo; o governo não nos ouve, e não estamos ouvindo, claramente, plenamente, a voz que vem da rua, até porque é difícil de saber o que eles querem. Então, fica aqui a minha proposta.

E concluo dizendo que, dessa pesquisa que analisei aqui, uma coisa é muito positiva: 65% ainda acredita que a saída é pela democracia. Temos que aproveitar essa crença que ainda têm e, para isso, temos que fazer o dever de casa, mostrando como é que estarmos à altura deste momento. E, às vezes, eu me pergunto se estamos à altura do momento. Os momentos exigem de cada político algo diferente, conforme os desafios que se colocam. E tenho minhas dúvidas se, hoje, a gente está à altura do desafio que o Brasil coloca, com todas as dificuldades a que me referi aqui.

É isso, Sr. Presidente. Espero que V. Ex^a leve essa proposta de uma sessão de homenagem para ouvir aqueles que estão se manifestando nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam.

Como V. Ex^a me faz a solicitação para, na condição de Presidente da sessão, dar esse encaminhamento, acho bom, inclusive, para que fiquemos bem vinculados ao próprio Regimento da Casa, que V. Ex^a encaminhe por escrito a proposição, porque temos aprovado – o que ainda não entrou em prática – a ideia de se fazer as sessões temáticas. Quem sabe não seria esse o momento de discutir o porquê dessa inquietude toda, dessa cobrança toda. Assim, quem sabe, teríamos uma maneira de inaugurar isso, que espero aconteça neste segundo semestre, que são as sessões temáticas. Eu mesmo defendi a ideia da tribuna, que uma resolução

da Mesa incorporou, mas que ainda não fizemos, até porque temos que estabelecer o regramento mínimo desses debates abertos de um tema só, aqui, no plenário da Casa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Só para fechar (*Fora do microfone.*)

Para reagir à sua proposta, quero dizer que estou de acordo, mas a ideia dessas sessões temáticas é entre nós, Senadores, ainda que até possamos trazer alguém. Mas essa minha é diferente; é de que venham como são, para nos dizerem o que eles quiserem, e transmitido pela televisão para que assistamos aqui.

Vou fazer por escrito com essa ideia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Mas já está...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco de Governo/PDT – DF) – ... de sessão de homenagem. Aí, eu gostaria que V. Ex^a também subscrevesse comigo essa proposta, porque creio que são necessários seis Senadores para apresentar proposta de sessão de homenagem.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Faço com gosto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Conte com a minha assinatura, Senador Cristovam.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desculpe a minha interferência, sem consultar V. Ex^a, mas eu queria me inscrever para falar pela Liderança da oposição.

Assim consulto V. Ex^a sobre qual seria o meu posicionamento para falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Como Líder, está inscrita a Senadora Ana Amélia. Então, V. Ex^a seria o segundo inscrito. No revezamento que fazemos, eu agora mesmo vou chamar o Senador Sérgio Souza...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – ... para uma comunicação inadiável. Haveria sete oradores com V. Ex^a, ou seja, V. Ex^a seria o sétimo, pelo critério de revezamento.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Aí é o sistema de revezamento: fala um Senador para uma comunicação inadiável, volta um orador, depois vem um Líder, que é a Senadora Ana Amélia, volta outro Senador, e, aí, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Exatamente. Mas como nós temos

que fazer também um inscrito para uma comunicação inadiável...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A de comunicação inadiável já está falando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Mas há mais dois, ainda, inscritos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Mas faz-se o revezamento. Eu estou calculando que devem ser cinco oradores antes de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Não tem problema. Eu aguardo, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Mas como também, antes da Ordem do Dia, são cinco e dez minutos, certamente não vai demorar. E, com a eventual ausência de alguns colegas, eu chamo V. Ex^a.

Senador Sérgio Souza, para uma comunicação inadiável.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs e Srs. Senadores, funcionários, assessores, aqueles que acompanham esta sessão das galerias, da tribuna de honra, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a todos uma boa tarde.

Sr. Presidente, nós tivemos hoje, na Comissão de Infraestrutura, uma audiência pública, mais uma das audiências que trata do nó logístico do País. Gostaria de parabenizar – e já o fiz na Comissão, hoje de manhã – o Presidente daquela Comissão, Senador Fernando Collor, que tem adotado isso como prioridade dentro da Comissão, para nós darmos, como Congresso Nacional, como Senado Federal, a nossa resposta àqueles Estados que nós representamos na incursão dos recursos necessários para promovermos a otimização dos modais de transportes no Brasil.

Hoje, a audiência pública era para tratar da otimização da legislação sobre mineração no Brasil. Eu vou citar aqui apenas a pessoa do José Fernando Coura, Presidente do Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração, em nome de todos aqueles que participaram hoje daquela audiência pública. Tive a oportunidade de indagar e de fazer alguns comentários a respeito do tema e vi, ali, que grande parte daqueles que clamam por mais taxas, mais impostos, mais recursos advindos da exploração de minerais no País que também clamam por um Brasil mais otimizado.

Entendo que grande parte da solução dos problemas brasileiros, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, está na redução do custo Brasil. E, para reduzir o custo Brasil, nós temos que, basicamente, otimizar dois pon-

tos, um dos quais é a burocracia. A burocracia, neste País, é extremamente excessiva; ela sangra o País.

Eu ouvi hoje depoimentos, na Comissão de Infraestrutura, dizendo que demora 10 anos para se obter uma licença ambiental e que demora, às vezes, 30 anos para se ter uma autorização de lavra. Quanto custa isso para o empresário, para o setor privado ou o setor público do País? E, depois, há ainda o escoamento ou o transporte da maneira como é no Brasil.

De fato, nós precisamos diminuir a burocracia neste País. Diminuindo a burocracia, vamos diminuir as dificuldades que são colocadas, diariamente, nos processos. Diminuir as dificuldades, não tenha dúvida, minha gente, é diminuir a corrupção no País. A partir do momento em que se tem um país com muita dificuldade, que tem muita burocracia, aparece muita gente vendendo facilidade, e a corrupção está diretamente ligada à burocracia excessiva.

O outro ponto, Sr. Presidente, é a otimização dos modais de transporte. O Brasil lançou, recentemente, vários planos para otimizarmos o transporte no Brasil. A Presidente Dilma, com a coragem que lhe é peculiar, percebeu que nós temos que ter um Brasil mais otimizado e lançou o plano ferroviário e o plano aeroportuário.

Quem viaja pelo Brasil, quem vai ao Aeroporto de Brasília, quem passou por ali recentemente, ou que vai a Curitiba, capital do meu Estado, ou que vai a Guarulhos vê a quantidade de obras que estão acontecendo nos aeroportos. Algumas rodovias estão sendo duplicadas e construídas no País e algumas ferrovias também...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... mas não na velocidade que precisamos. Há o plano dos portos, pela MP dos Portos, que votamos, recentemente, aqui no Congresso Nacional.

E passando por cima do Porto de Paranaguá, na quarta-feira da última semana, eu tive a atenção de contar 132 navios atracados na Baía de Paranaguá para carregar e descarregar. Estive visitando uma cooperativa do meu Estado, a Coamo, que é uma das maiores cooperativas da América Latina.

O Presidente me disse que está escoando sua safra de milho pelo Porto de Rio Grande, Senadora Ana Amélia. A Coamo, cooperativa do meu Estado, maior cooperativa agrícola do Brasil, está mandando por caminhões o milho do Paraná para escoar pelo porto do Rio Grande, porque no Porto de Paranaguá um navio chega a ficar 90 dias atracado para poder descarregar.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Então, Sr. Presidente, a comunicação inadiável que venho à tribuna para fazer é neste sentido: nós

precisamos sim de um Brasil mais barato, um Brasil mais justo. Nós só vamos alcançar isso com modais otimizados, com burocracia reduzida. Aí sim nós poderemos, inclusive, taxar e dar impostos à mineração, do que o Brasil precisa, porque nós estamos retirando do *animus* deste País um minério, produto finito e que vai se reduzir em sua escala. Por que não deixar um legado infinito para este País, contribuindo para sua infraestrutura, para a educação, para a saúde? Mas, para isso, nós precisamos reduzir o custo interno. A partir do momento em que assim o fizermos, nós teremos competitividade mundial e sobrará mais dinheiro dentro do País, mais dinheiro nos Estados brasileiros, mais dinheiro para o povo brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – E assim, Sr. Presidente, nós vamos ter, com toda certeza, um Brasil mais igual, um Brasil mais barato. O Cidadão brasileiro está indo às ruas, manifestando-se, diariamente, aos milhares e, às vezes, às centenas de milhares, porque ele não admite mais o Brasil caro como está.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu encontrei nessa semana, passando por aeroportos brasileiros, eu vi centenas de brasileiros com uniformes vindo da Disney, com malas enormes sendo carregadas nos corredores dos aeroportos. Vejam só, eles pagam (é fato!) a própria viagem com os produtos ou com a diferença da compra dos produtos que adquirem em outros países.

Então, minha manifestação é no sentido de precisarmos de fato de um Brasil menos burocrático e mais otimizado, com modais que estejam à altura deste País que é a sexta maior economia do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, colega Sérgio Souza.

Convidado para fazer uso da palavra, como orador inscrito, Senador Humberto Costa. Em seguida, Senador Casildo Maldaner para uma comunicação inadiável.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, eu queria, antes de iniciar meu pronunciamento, fazer dois registros.

O primeiro é um registro de agradecimento a todos os Senadores e Senadoras que, ontem, por 64 votos a zero, aprovaram duas propostas de emenda à Constituição que tive o prazer de apresentar a esta Casa, com um relatório muito bem feito pelo Senador Blairo Maggi. A partir do momento em que a Câmara as votar, eliminará um privilégio absurdo que a população

brasileira não comprehende que exista: a possibilidade da aposentadoria compulsória para magistrados e procuradores que cometam crimes ou outras irregularidades, bem como o fim da ideia de afastamento com vencimentos integrais.

O segundo registro que eu queria fazer é que, contrariando o desejo de muitos colunistas da área econômica, da Oposição e de tantos que torcem para que o pior sempre aconteça, a inflação divulgada, hoje, pelo IBGE, mostra uma queda acentuada, inclusive sob o ponto de vista do crescimento dos preços da cesta básica. Eu gostaria apenas de registrar isso.

O motivo da minha fala, hoje, Sr. Presidente, é para, mais uma vez, trazer ao plenário desta Casa um tema da maior relevância, que é a reforma política.

Eu, hoje, quero abordar o resultado de uma pesquisa que foi encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil e realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e pesquisas, o Ibope, que goza de grande credibilidade junto à população brasileira. Essa pesquisa foi encomendada exatamente para analisar o posicionamento da população brasileira sobre a necessidade da reforma política e essa pesquisa nos mostra números muito significativos.

Em primeiro lugar, 85% da população brasileira desejam a realização da reforma política, isso porque nós sabemos, nós temos consciência de que vivemos, hoje, no nosso País, uma crise da representatividade política e a população tem conhecimento e dimensão do que isso representa hoje. E, pasmem, 92% daquele pessoas que têm nível superior são favoráveis à reforma política, destruindo a argumentação de que essa proposição não faça parte da demanda da população em relação às mudanças que precisam ser feitas no Brasil.

E o mais importante é que a pesquisa do Ibope e da OAB perguntou o que as pessoas achavam de uma reforma política que fosse realizada a partir de um projeto de lei de iniciativa popular, para o qual a CNBB, a OAB e outras entidades estão coletando, agora, assinaturas. E 92% da população foram favoráveis a que a reforma política seja feita tendo como referencial um projeto de lei de iniciativa popular.

Não foi pesquisada aqui a opinião da população sobre a realização de um plebiscito para a realização da reforma política, mas tenho convicção, certeza de que a maioria da população, se inquirida, diria que quer participar diretamente desse processo de decisão.

Outra informação extremamente importante coletada a partir dessa pesquisa: 78% dos brasileiros são contrários à continuidade da doação de recursos para campanhas eleitorais por parte de empresas privadas, chegando a 84% entre os moradores das re-

giões periféricas e entre as pessoas de renda familiar de até um salário mínimo. Isso mostra como o povo é inteligente. Nós sabemos que a doação de recursos de campanha por parte das empresas termina sendo uma das razões a justificar e a incentivar a corrupção neste Brasil. Empresa não vota! Por que, então, devem financiar as campanhas eleitorais? Quais são as empresas que financiam campanhas eleitorais? Não são os pequenos comerciantes, não são aqueles que não têm interesse direto na relação com o Estado. Ao contrário, são os que têm interesse direto na relação com o Estado, na relação com o Executivo, na relação com o Poder Legislativo, e que procuram, a partir do estabelecimento dessa relação, obter benesses, sejam elas legais ou ilegais.

Portanto, uma das medidas que nós temos de adotar – e nós teremos de adotar, mais cedo ou mais tarde, queira o Congresso ou não queira o Congresso, porque a voz da população vai se fazer ouvir – é uma mudança no processo de financiamento das campanhas eleitorais.

O meu Partido defende o financiamento público e exclusivo, mas acredito que o que a OAB tem defendido se adequa melhor aos tempos de hoje: financiamento privado sem participação de empresas, contribuintes individuais com limite de contribuição e a mesma participação que o Estado já tem hoje por conceder benefícios fiscais às empresas de rádio e televisão que concedem o horário gratuito para os programas eleitorais.

Ouço com atenção o Senador, nosso companheiro do Rio Grande do Sul.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Santa Catarina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – De Santa Catarina, Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas de nascimento sou gaúcho, de Carazinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Então é duplamente honrado.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com dois anos de idade, meus pais foram para o oeste catarinense, na região de Chapecó, onde sou criado catarinense. Mas, Senador Humberto Costa, do nosso Pernambuco, grande Pernambuco, essa proposta da OAB me sensibilizou também, não pude deixar de aproveitar esse momento em que V. Ex^a aborda a tese. Acho que é uma das saídas e a Câmara tem uma Comissão analisando uma reforma política agora, ainda para o ano vem. Quer dizer, nós, até outubro, poderemos alterar o quadro. Acho que essa medida... V. Ex^a foi na mosca! As relações com o Estado em si, o Estado e a União, ou Estados e Municípios, enfim, o

Poder Público, são as grandes empresas, são os grandes complexos, seus interesses, sem dúvida alguma, porque com os pequenos não há isso. Foi na mosca, foi bem na ferida. Acho que essa proposta da OAB é interessante, essa contribuição da pessoa física, já existem os fundos partidários também para ajudar os partidos. Quem sabe ali nós poderíamos acrescentar R\$1 por habitante nos fundos partidários, de acordo com os partidos, e já há uma estrutura para isso, e aí tem que haver a transparência, tem que informar. Um real por partido seriam duzentos – sei lá quanto vai dar isso – por eleitor no Brasil. Sei lá o quanto, dois ou coisa que o valha no fundo partidário, e essa contribuição da pessoa física com transparência vai trazer uma tranquilidade, até porque, como o que votamos agora em junho nesta Casa, empresas públicas que participarem e estiver comprovado que teve concurso na coisa pública, no seu desvio, será responsabilizada civil e criminalmente também. Até nisso haverá uma ordem mais tranquila no Brasil, até nisso a coisa vai desinibir ou fazer com que haja um cuidado maior, uma transparência maior em tudo. Quero cumprimentá-lo, Senador Humberto Costa, pela análise que faz em relação a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner, e entendo, inclusive, que...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – ... hoje, ninguém está isento de ser de alguma forma, direta ou indiretamente, envolvido nessas questões. Nós estamos vendo, a cada dia, novos escândalos que surgem dos mais variados partidos, e lá no fundo existe a razão do financiamento das campanhas eleitorais. Por isso, eu acredito que, se adotarmos essa medida, que é urgente, estaremos contribuindo fortemente para a moralização da vida pública no nosso País.

Essa mesma pesquisa demonstrou que 90% da população é favorável a uma punição mais dura para o caixa dois. A população é sábia. De um lado, ela não quer o financiamento de empresas privadas, e, de outro, ela sabe que isso pode acontecer pela via, digamos, não oficial, e, portanto...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – ... defende a ideia de que o combate ao caixa dois seja muito mais intenso.

Sr. Presidente, eu quero concluir dizendo que, por essa proposta, 84% da população deseja que essas novas regras possam valer para 2014, e acredito que, se houver boa vontade e interesse do Senado e

da Câmara dos Deputados, nós teremos condições de adotar essas medidas já para a eleição do ano que vem. Mas, se isso não for possível, ainda que seja para 2016. Sem dúvida, teremos dado um passo gigantesco para fazer com que no Brasil possamos combater a impunidade, a corrupção, as relações obscuras entre o setor público e o setor privado que existem hoje no nosso País.

Quero, aqui, parabenizar essa iniciativa da OAB de ter realizado essa pesquisa e dizer que estou associado à proposta que o Movimento Contra Corrupção está coletando, em termos de assinaturas, para apresentá-la aqui como uma proposta de lei de iniciativa popular. Vou continuar lutando no PT para que possamos assumir essa proposta...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – ... em vez da ideia do financiamento público exclusivo – hoje, há uma dificuldade de compreensão da população sobre isso – por que não adotarmos essa medida, que, sem dúvida, vai ajudar a moralizar a disputa eleitoral no Brasil?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – Permita.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Escuto V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – Prezado Senador Humberto Costa, primeiro eu gostaria de assinalar, estão aqui o Presidente da Associação Brasileira de Biomedicina, Silvio José Cecchi, e o Dr. Marcos Capargo, do Conselho Regional de Medicina, que gostariam, inclusive, de conversar com V. Ex^a, como médico. Eles avaliam que será importante a manutenção do voto da Presidenta Dilma sobre a questão do Ato Médico. Mas, depois, V. Ex^a poderá receber...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – Quero enaltecer e expressar a minha concordância com o seu pronunciamento relativo à reforma política. Eu estou de acordo com as proposições que o movimento contra a corrupção e pelas eleições limpas propôs, conforme V. Ex^a assinalou, para extinguir toda a contribuição de pessoa jurídica, manter a de pessoas físicas, mas num certo limite, como que no valor de um salário mínimo ou até R\$1 mil, uma quantia que seja considerada de bom senso. Agora, acho importante que venhamos todos a dar toda a força à proposta de plebiscito da Presidenta Dilma e que possamos até...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – ... incluir, ainda, a transparência em tempo real de

todas as doações, que sejam só de pessoas físicas, mas, então, que se faça em tempo real pela Internet. Todos ficam sabendo a forma como cada candidato foi eleito. E eu gostaria que, também, houvesse a eleição direta dos Senadores Suplentes, ou seja, aqui os 81 Senadores seriam sempre os eleitos diretamente pelo povo. E acho que seria interessante, também, na reforma política e, inclusive, para ser submetida ao plebiscito, a realização de prévias para a escolha de candidatos ao Legislativo e ao Executivo. E, pela sociedade, os partidos políticos ou coligações abririam à sociedade a possibilidade de ajudarem...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP)

– São as sugestões que formulo, mas acredito que em inteira consonância com o pronunciamento de V. Ex^a. Vamos aperfeiçoar as instituições democráticas, o processo eleitoral e político brasileiro. Parabéns, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Incorpo-o ao meu pronunciamento.

E quero lhe dizer que receberei com muito gosto os representantes da categoria médica.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente, e de todos os colegas e as colegas do Senado.

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento o Senador Humberto Costa.

Peço desculpas ao Senador Casildo Maldaner, mas a próxima oradora, como Líder, é a Senadora Ana Amélia.

Quero somente lembrar ao colega Humberto que eu apresentei, e inclusive está tramitando na Casa, uma proposta que estabelece exatamente o que V. Ex^a muito bem registrou, e vem como proposta da OAB: proíbe o financiamento de pessoa jurídica. Estabelece que o financiamento de campanha fica restrito à pessoa física e com teto de gasto. Já está tramitando na Casa esta proposta.

Se fizéssemos isso, já seria algo muito importante para que política e eleição, a busca de mandato e eleição não virasse sinônimo de corrupção – estou aqui na Presidência, mas, hoje, é um dos sinônimos de corrupção neste País. O que não pode ser. Temos que ter o fortalecimento dos partidos, dos mandatos para que a democracia se fortaleça no País.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, como Líder.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Jorge Viana.

Caros colegas Senadores, caras colegas Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, vou dar um palpite, Senador Jorge Viana, nessa matéria eleitoral. Considero todas as iniciativas para reduzir os gastos das campanhas eleitorais. Penso que um dos caminhos será reduzir o período de campanha eleitoral. Isso vai ajudar a economizar e a estabelecer um critério mais rigoroso em relação a esse processo. Outro caminho é a eliminação do cabo eleitoral pago existente hoje, que é uma instituição criada, consolidada e que também representa um ônus nas campanhas eleitorais, consumindo recurso.

Então, são iniciativas que estarão na agenda positiva desta Casa, à luz do que há pouco o Senador Humberto Costa abordou em relação ao financiamento público de campanha.

Senador, quero trazer de volta um assunto. Hoje, a Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo nosso colega Waldemir Moka, confirmou a vinda do Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Dr. João Maria Rabelo, ao Senado Federal, agendada para o próximo dia 20 de agosto. Como informado no requerimento, de minha autoria, aprovado no último dia 17 de julho, a presença dessa autoridade é para explicar, em uma audiência, às 11 horas da manhã, a questão das políticas aplicadas pelos administradores dos fundos de pensão, sobretudo o de empresas estatais, em relação ao processo que acompanhamos de uma perigosa desvalorização de ações do Grupo EBX, do empresário Eike Batista.

Especialistas em finanças afirmam que o mercado financeiro, especialmente o de ações, é de elevado risco. Precisamos, por isso, de informações e de transparência sobre a efetividade da fiscalização das aplicações em fundos complementares de previdência. Sabemos que para aumentar a rentabilidade dessas aplicações, os gestores dos fundos de previdência complementar aplicam, muitas vezes, em fundos ou ações de maior risco e, aí, é preciso a responsabilização.

Essa estratégia financeira é bem-vinda, desde que não cause danos aos recursos dos trabalhadores que contribuem mensalmente para formar, ao longo de anos, uma aposentadoria digna na hora de sua inatividade. A transparência sobre a aplicação dos recursos dos fundos de pensão é a maneira mais correta para evitar dramas como os que vivem hoje os aposentados do Fundo Aerius, um grave problema social e previdenciário de nosso País que se arrasta, sem solução, há mais de sete anos.

Aliás, quero registrar aqui a agenda extra do Presidente Renan Calheiros hoje, ao meio-dia, aos aposentados do Fundo Aerius que foram, juntamente com os Senadores Alvaro Dias, Paulo Paim, Pedro Simon,

Inácio Arruda e eu, além dos Deputados Rubens Bueno e Darcísio Perondi, reforçar, ele como Presidente desta Casa, um pedido de audiência já encaminhado pelos Senadores citados à Presidente Dilma Rousseff, porque entendemos que esse assunto agora fica no âmbito político.

Recentemente, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou denúncia, mostrando que em 2012 as aplicações feitas pelo fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Prev) em ações do grupo EBX despencaram de R\$15 milhões para pouco mais de R\$300 mil. É uma perda preocupante que exige atenção.

O fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postales, o terceiro maior do País, com 130 mil funcionários, também acumula quedas expressivas, segundo documentos obtidos pela imprensa: um rombo aproximado de R\$985 milhões, quase R\$1 bilhão, só nos últimos dois anos. O déficit aconteceu, também, após investimentos em ações do empresário Eike Batista. É o patrimônio dos trabalhadores que está correndo risco. Não podemos permitir que o desastre do caso Aerius se repita.

Quero lembrar também que no próximo dia 27 de agosto será a vez do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dr. Luciano Coutinho, vir aqui para explicar as operações da instituição ou a política das aplicações da instituição no grupo EBX, na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Lindbergh Farias.

Tão importante quanto os recursos dos trabalhadores que contribuem com a previdência complementar são os investimentos do BNDES para estimular o desenvolvimento econômico do País. Queremos preservar também este patrimônio que é da sociedade brasileira. O atual momento de incertezas na economia mundial e nacional exige melhor aplicação dos recursos públicos, especialmente quando são escassos, aí também em setores como infraestrutura, uma das áreas mais carentes de investimentos.

Para encerrar, Sr. Presidente, aproveitando a sua generosidade, quero lembrar os sete anos de vigência de uma lei relevante – e faço isso como Senadora mulher: a Lei Maria da Penha, importante conquista da sociedade brasileira. Hoje, inclusive, a data está sendo comemorada em todo o Brasil pelo Conselho Nacional de Justiça. Graças a esse importante marco legal, mais mulheres, crianças e adolescentes têm a chance de defesa e justiça contra a inaceitável violência.

É importante lembrar o trabalho árduo e persistente da nossa colega, Senadora Ana Rita, relatora da CPI criada para investigar a violência contra as mulheres em nosso país, bem como das Deputadas Federais Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais, e

Keiko Ota, do PSB de São Paulo, ambas integrantes da comissão que apresentou, neste ano, um denso relatório de 1.044 páginas, mostrando, inclusive, que o meu Rio Grande do Sul, lamentavelmente, aparece na 19ª colocação entre os Estados com os maiores índices de assassinatos de mulheres. Três municípios gaúchos (Taquara, Guaíba e Lajeado) estão entre os cem mais violentos do País em relação à violência contra a mulher.

Portanto, precisamos manter a luta contra este mal e esta chaga, uma verdadeira doença social, pois sabemos que é no ambiente doméstico onde mais ocorrem as situações de violência contra a mulher. A taxa de ocorrência no ambiente doméstico é de 71,8%, enquanto em vias públicas é de 15,6%, segundo dados do Mapa da Violência de 2012.

Muito obrigada, Sr. Presidente Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia, que eu tinha passado, inclusive, um minutinho a mais.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, ocupo este momento para falar de uma preocupação que nos levou ontem a uma reunião no Ministério das Relações Exteriores, em relação à extrema gravidade que está vivendo o Município de Brasileia, no Estado do Acre, por conta da entrada desenfreada dos haitianos. Já entraram cerca de dez mil haitianos irregularmente no Brasil.

Houve uma força-tarefa constituída de vários Ministérios do Estado brasileiro para ajudar a dar uma resposta imediata no que diz respeito aos passaportes temporários e também em relação à documentação para que eles pudessem obter emprego no Brasil. Eles estavam tendo Brasileia como passagem. Eles entravam por Assis Brasil, conseguiam essa documentação em Brasileia e eram destinados para vários Estados brasileiros.

Acontece que, há vários meses, há pelo menos 900 haitianos e também 187 de outras nacionalidades em Brasileia. Isso tudo chegou a um momento de exaustão, porque a população de Brasileia está sendo muito penalizada, porque é uma cidade pequena, com dez mil habitantes, e a presença de mil outros de outras nacionalidades demandando os equipamentos sociais – postos de saúde, agência bancária, espaços públicos de escolas – traz um custo muito elevado para o Governo do Estado. O Governo do Estado, hoje, tem

uma dívida firmada de pelo menos R\$700 mil com alimentação para essas pessoas.

Então, a gente veio exatamente pedir uma providência por parte do Governo Federal. Porque é chegado o momento de o Governo Federal adotar medidas restritivas. É chegado o momento de o Ministério da Justiça tomar uma medida séria a esse respeito. Porque é muito romântico dizer que a política de relações exteriores do Brasil estabelece apenas uma acolhida. Só que essa acolhida tem custos, tem exaustão física, tem exaustão financeira, e o Governo do Acre é muito pequeno e muito pobre para estar bancando essa situação.

Então, a gente quer fazer aqui um apelo – e vamos continuar essa discussão com o Gabinete da Presidenta Dilma – no sentido de que haja uma reunião interministerial e que sejam tomadas providências enérgicas para coibir a entrada irregular de haitianos via Assis Brasil e Brasileia, porque essa situação está absolutamente insuportável, tanto para a população do Município de Brasileia quanto para a Prefeitura ou o Governo do Estado.

Os agentes do Estado diretamente envolvidos nessa situação estão exauridos, porque eles estão sendo permanentemente demandados. Eles não têm mais hora – nem sábado nem domingo nem feriado, à noite. E nós estamos lá com um acampamento, como se fosse um acampamento de guerra, quando não existe uma guerra. Aliás, neste momento, acho que não existe, em lugar nenhum do mundo, um acampamento tão fora de propósito quanto esse no Município de Brasileia, que abriga hoje mais de 900 haitianos e pessoas de outras nacionalidades, que têm acorrido para o Brasil usando uma rota construída por coiotes, num formato completamente irregular. Essas pessoas estão entrando irregularmente no Brasil e ficando acampadas em Brasileia, sem as mínimas condições.

Então, faço este pronunciamento, porque já é um assunto do conhecimento das autoridades brasileiras. Só que o momento não é de romantismo, é momento de tomada de providência. O Ministério da Justiça tem a obrigação de se posicionar, porque não pode ficar brincando de romantismo, com o Estado do Acre pagando a conta e sendo penalizados tanto o Governo quanto as pessoas, os cidadãos de Brasileia, que estão sendo fortemente penalizados por esse ambiente desconfortável que está hoje instalado em Brasileia, pela presença dos haitianos que entraram irregularmente. É preciso que o Governo brasileiro, por meio dos seus mecanismos de relações internacionais, crie as situações adequadas para somente entrada regular e depois de ter o passaporte autorizado devidamente, com visto de permanência no Brasil, obtido ou no Haiti

ou em outros países por onde eles passam. Mas esse caminho irregular, por Assis Brasil vindo do Peru, nós temos que encontrar uma forma de barrar. E o Governo brasileiro, o Ministério da Justiça, tem a obrigação de tomar providência nesse sentido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento o Senador Aníbal. Tive o privilégio de acompanhá-lo nessa ida mais uma vez a Brasileia. O ambiente é de absoluta intranquilidade em Brasileia e de alto risco. É o maior acampamento de refugiados que há, hoje, no mundo. Não conheço nenhum outro lugar que tenha perto de mil haitianos, em um lugar precário, quase 10% da população, serviços públicos todos estrangulados e com um risco de termos um incidente gravíssimo a qualquer momento. Então, está passando da hora de o Ministro José Eduardo Cardozo tomar uma atitude. A atitude é pôr fim a essa rota de entrada ilegal de pessoas pelo Acre, por Brasileia.

Eu convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Fernando Collor. Em seguida, o Senador Casildo; depois, um orador e, depois, o Senador Mário Couto. Faltam três oradores, Senador Mário.

Senador colega Presidente Collor, V. Ex^a tem o tempo regimental do orador inscrito.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Jorge Viana, Sr^as e Srs. Senadores, o presidencialismo de coalizão chegou ao seu limite. A crise de governabilidade que se vislumbra atualmente, não só em função da mobilização social, mas também pelas dificuldades nas relações políticas entre o Governo e sua base de sustentação parlamentar, é a prova mais cabal do esgotamento desse modelo do sistema presidencialista e da coalizão em particular.

Norberto Bobbio bem definiu o termo governabilidade por meio do conceito oposto, qual seja, o da não governabilidade. Para ele, governabilidade e não governabilidade não são fenômenos completos, mas processos em curso, relações complexas entre componentes de um sistema político. Abordando uma das hipóteses para a não governabilidade, Bobbio alerta que esse fenômeno é “produto conjunto de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e aos governos. Na sua versão mais complexa, a não governabilidade é a soma de uma crise de *input* – ou seja, das demandas da sociedade – e de uma crise de *output*”, isto é, das respostas do Governo.

O presente caso brasileiro é, portanto, exemplar. Não há dúvidas de que as causas de um possível es-

tado de não governabilidade estão diretamente ligadas ao sistema presidencialista, mas ainda ao modelo de coalizão baseado numa ampla, mas nem tão sólida, base de apoio legislativo, composta por partidos diversos, tanto quantitativa, como ideologicamente.

Muito antes do atual momento de mobilização social por que passa o Brasil, Bobbio já dizia que “uma democracia torna-se tanto mais forte quanto mais organizada, sendo que o crescimento da participação política deve ser acompanhado pela institucionalização – isto é, pela legitimação e aceitação – dos processos e das organizações políticas. Quando, porém, diminui a autoridade política, temos a não-Governabilidade do sistema.” Para ele, Bobbio, “a situação mostra-se particularmente grave porque a expansão da intervenção do Governo se verifica numa fase na qual é evidente uma contração da sua autoridade e isto provoca um ‘desequilíbrio democrático’. Automaticamente, segue-se que a diminuição da confiança dos cidadãos nas instituições, de um modo geral, e do Governo, em particular, e a queda da credibilidade dos governantes provocam uma diminuição de sua capacidade para enfrentar os problemas, dentro de um circuito vicioso que pode ser definido como a ‘espiral da não-Governabilidade’.” – palavras de Bobbio.

Sr. Presidente, Sr^as. e Srs. Senadores, não bastassem as demandas da população por mudanças no modo de fazer política, vivenciamos ainda o descrédito das instituições, assim como a fragilização e os conflitos da Base de Apoio do Governo neste Parlamento. Trata-se de um cenário causado por esta aberração institucional chamada presidencialismo de coalizão, que, pela sua própria essência e lógica, acaba gerando crises e instabilidades nas relações com o conjunto partidário de sustentação do Governo. Contudo, em que pesem as dificuldades políticas do momento, as fraquezas e desvantagens desse modelo de presidencialismo, não podemos – nós, Parlamentares da Base de Apoio ao Governo – deixar que se chegue a uma crise extrema de gestão, sob o risco de enveredarmos de vez para a não governabilidade de que fala Bobbio. Temos a responsabilidade, acima de tudo, com o bom governo e a normalidade de sua condução. Mais do que nunca, a nossa missão maior, neste momento, é garantir a governabilidade do País.

Por tudo isso, Sr. Presidente Jorge Viana, em contraposição ao atual ordenamento político, não tenho dúvida de que passou da hora de repensarmos nosso sistema de governo. Volto a insistir que a solução, como principal iniciativa que precede uma verdadeira reforma política, está na adoção do sistema parlamentar de governo, com suas novas práticas e novos modelos de administrar e fazer política.

As principais e mais tradicionais democracias do mundo provam que o Parlamentarismo é a forma mais eficaz e contemporânea de trazermos o relacionamento político para uma seara que não seja a da constante refrega entre Legislativo e Executivo, que gera os malfeitos das crises de governabilidade. Repito que a hipertrofia de um poder, a centralização das decisões, os excessos burocráticos sob comando único e a consequente letargia da gestão pública, onde o discurso prevalece sobre as ações e os meios sufocam os fins, tudo isso está negativamente subentendido nas mobilizações da sociedade.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, Sr's e Srs. Senadores, o Parlamentarismo permite maior controle da sociedade sobre o Governo por meio da permanente presença do Chefe do Executivo – o Primeiro-Ministro – chamado ao Congresso Nacional para, em audiências públicas, dar explicações sobre as políticas e as ações do Governo. Reforça-se, assim, a prestação de contas do Governo para com a população, que pode se dar diretamente pela sua participação nas audiências no Parlamento ou por meio de suas entidades ou seus representantes.

Trata-se, na prática, da transparência da gestão pública que foi reiteradamente demandada e citada nas manifestações pelo País. Em suma – e este é o principal fator –, com o Parlamentarismo é possível estabelecer uma maior proximidade com as ruas, com a sociedade, com o eleitor e suas demandas. Enfim, é o estado máximo da democracia representativa, tão questionada e subjugada ultimamente pela população brasileira.

Contudo, enquanto isso não acontece, estamos diante de um problema grave que precisamos superar com os instrumentos de que dispomos. A Constituição Federal contempla uma Subseção exclusiva para tratar do Conselho da República, ao qual compete, como órgão superior de consulta do Presidente da República ou da Presidenta da República, pronunciar-se, entre outras, nas questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

Ressalte-se que, além do Vice-Presidente da República, dos Presidentes e Líderes das duas Casas do Congresso e do Ministro da Justiça, o Conselho da República é composto ainda por seis cidadãos brasileiros natos. Trata-se, portanto, de uma ótima oportunidade para sua convocação.

Além disso, acredito que nós, os ex-Presidentes da República, temos o compromisso com a Nação de nos colocarmos à disposição da Chefe do Executivo, para colaborar com a estabilidade institucional do País. Ademais, não seria também o momento de todas as lideranças políticas fazermos uma profunda reflexão

sobre o momento por que passamos, por que passa o Brasil, e avaliarmos o peso de nosso voto em cada uma das matérias que estão por ser deliberadas? O fato é que não podemos deixar que eventuais ressentimentos pessoais pesem nas decisões que tomaremos, e que terão consequências diretas nas condições mínimas para a manutenção da estabilidade do Governo e, ao mesmo tempo, no atendimento das demandas públicas. Daí ser também, Sr's e Srs. Senadores, neste ambiente de boa vontade, imprescindível a participação ativa dos presidentes dos partidos da Base aliada ao Governo.

Enfim, minha tentativa é a de clamar pelo bom senso e pela reta intenção da classe política, para encontrarmos a melhor maneira de evitar o que aqui já chamei de esfacelamento institucional. Para evitarmos tal esfacelamento institucional, temos a obrigação de trazer respostas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – ... à multidão atônita que, em algumas ocasiões, sequer tem, de forma clara, o que perguntar ou pleitear. Temos que extrair dessas demandas da praça pública uma resultante que possa nos indicar o objetivo de nossas ações. O momento é de conciliação, o momento é de temperança, ainda que alguns questionem como harmonizar a disposição de ajuda com a baixa capacidade de diálogo dos entes governamentais. Quem sabe não está aí exatamente o ponto em que possamos encontrar uma área comum que nos permita essa conciliação capaz de garantir a governabilidade de que tanto necessitamos? Afinal, Sr. Presidente...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – V. Ex^a me permite? Eu gostaria de um aparte, se for possível.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – Quero cumprimentar o Senador Fernando Collor pelas reflexões. Acho que elas têm um objetivo muito importante para que possamos bem responder ao clamor das manifestações e, sobretudo, chegar, através das recomendações do Papa Francisco – diálogo, diálogo, diálogo –, a um consenso, na medida do possível, respeitadas as divergências que existem entre todos nós na sociedade brasileira. Mas é muito importante esse empenho. V. Ex^a também propõe que venhamos a caminhar na direção do sistema parlamentarista, mas é consciente de qual (...)

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – (...) é a preferência dos brasileiros. Em 1963

e novamente após a Constituição de 1988, por duas vezes, realizamos um plebiscito em que, por enorme margem, o povo brasileiro escolheu o presidencialismo. Eu, sinceramente, com todo o respeito, ainda continuo a achar... E V. Ex^a já foi um dia o escolhido em eleição direta para a Presidência da República. Eu tenho a certeza de que, se fosse naquele momento a próxima eleição presidencial, haveria uma enorme preferência do povo brasileiro de escolher diretamente o seu prefeito, o seu governador, o seu presidente. Mas, na proposta de V. Ex^a, há considerações que podem ser (...)

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – (...) podem ser aproveitadas no sistema presidencial. V. Ex^a mencionou o diálogo que, por vezes, o primeiro-ministro faz junto ao parlamento. Ora, já foi aprovada pelo Senado – a Câmara está apreciando, mas demora um tempo para apreciar – que o Presidente da República ou a Presidenta venha sempre ler a sua mensagem presidencial, e não apenas no primeiro ano. Ela poderia, eventualmente, até aproveitar essa oportunidade e, quem sabe, até tomar a iniciativa. Nada a impede de, por exemplo, uma vez a cada semestre ter o diálogo conosco, com Senadores e Deputados, numa sessão que poderia ser objeto de algo que faça lembrar o que é tão positivo no sistema parlamentarista (...)

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Governo/PT – SP) – (...) em que o primeiro-ministro dialoga com os representantes do povo.

Quem sabe possamos – mesmo no sistema presidencialista – caminhar na direção de termos o que V. Ex^a assinalou como algo tão positivo do sistema parlamentarista. Meus cumprimentos.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, pela contribuição ao meu pronunciamento.

Eu gostaria de fazer apenas uma colocação, dividida em duas partes: a primeira delas, em relação à adoção do sistema parlamentarista que eu aqui apenas coloquei como adjetivando o fulcro do meu pronunciamento, das minhas palavras.

Eu, como Presidente da República, dentro do sistema presidencialista, portanto, insuspeito para dizer que, em minha opinião, salvo juízo contrário, que o sistema presidencialista já está inteiramente ultrapassado. Eu costumo dizer que o presidencialismo é a carroça do sistema político no Brasil. Nós estamos hoje tratando com outras variáveis, com outros momentos mundiais em que a participação popular se dará de forma muito mais efetiva, muito mais eloquente com o sistema par-

lamentarista, conforme V. Ex^a bem assinalou: quando o primeiro-ministro é chamado à assembleia e, com os representantes do povo, debate os diversos assuntos e também com aqueles que não estão exercendo o seu mandato – esse é um ponto; outro ponto é a respeito do momento em que estamos vivenciando.

Com a experiência de ex-presidente, ex-governador, ex-prefeito, ex-deputado federal e, atualmente, Senador da República, sinto que o ambiente político no País não está bem. E não somente eu, acho que vários dos senhores e senhoras compartilham com esta minha percepção. Aliás, a manifestação das ruas é ainda algo mais eloquente do que qualquer palavra que eu possa aqui evocar. Diante disso, é necessário que nós, que estamos aqui fazendo parte do Congresso Nacional, lideranças políticas, que nós estejamos sintonizados com essas questões e não deixemos que essas questões contaminem as relações, que devem ser fluidas, entre o Legislativo e o Executivo.

O diálogo – e V. Ex^a citou o Papa Francisco, quando ele, repetidas vezes dizia: “Diálogo, diálogo, diálogo” – eu diria que diálogo é algo absolutamente premente no instante que vivemos, o diálogo mais aberto, o diálogo entre os entes governamentais e o Poder Legislativo.

Ser parlamentar é estar apto a conversar, a debater, a tratar de assuntos vários do interesse da Nação e do interesse das relações institucionais entre os Poderes. E é isso que nós devemos fazer.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Chamo aqui inclusive a responsabilidade que cabe a nós, ex-Presidentes da República, para amainarmos esse clima de certa forma inflamado com que iniciamos os nossos trabalhos legislativos neste semestre.

A hora é de temperança. A hora é de termos o equilíbrio necessário para podermos colaborar com aqueles que estão no Governo, para evitarmos o que Norberto Bobbio chama de não governabilidade.

Isso é algo que nos parece, talvez, ou a alguns, distante, mas não é tão distante quanto parece, porque esses eventos ocorrem quando menos se espera. Quando menos nós estamos aguardando que algo aconteça, é aí que esse algo acontece.

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Por isso, (*Fora do microfone.*) esse é o motivo maior do meu pronunciamento do dia de hoje, que é um chamamento a todos nós, à classe política, aos dirigentes políticos, de partidos políticos, para que todos nós estejamos unidos numa abertura de diálogo maior com o Executivo, para que nós possamos for-

mular as ações que as ruas estão demandando – a nós, parlamentares, e também ao Executivo – que todos memos para sanar as dúvidas que lhes acossam no momento presente.

Com a permissão do Sr. Presidente da sessão, Presidente Jorge Viana, ouço o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – Obrigado, Presidente Jorge Viana. Senador Collor, eu fico feliz por ouvir o seu discurso, porque ele vai na mesma linha de um que o senhor fez aqui, há alguns meses, sobre esse esfacelamento institucional. Na época, eu fiz um aparte, dizendo que aquele discurso deveria ser divulgado e debatido entre nós. O senhor terminou saindo na frente, mostrando algo que a gente está vendo que está acontecendo agora. Não é possível que não o escutemos outra vez. Eu, pessoalmente, não estou convencido do parlamentarismo, mas esse é um detalhe do seu discurso, até porque plebiscito, como disse o Senador Suplicy, a gente faz outro. O povo muda também – não vou dizer amadurece porque já daria a impressão de que sou favorável; agora, tem de mudar. Hoje, a gente está entre um presidencialismo imperial e um presidencialismo de coalizão, que, no fundo, é um parlamentarismo com todos os problemas.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – Isso porque, no parlamentarismo, se a coalizão entra em crise, o presidente convoca eleições, e o parlamento novo faz outra coalizão, se for preciso, se nenhum tiver maioria. Hoje, se houvesse isso, seria uma crise institucional, porque o primeiro-ministro é a Presidente da República. Então, nós precisamos mudar isso – estou de acordo com o senhor –, seja o parlamentarismo, seja um presidencialismo que o Congresso tenha mais força, mesmo que não seja o primeiro-ministro alguém, necessariamente, do Congresso. Então, o senhor traz a necessidade de um debate sobre isso. Finalmente, quero dizer que a sua ideia do Conselho da República é muito bem lembrada. Se esse Conselho da República não for convocado nesse momento, é melhor acabar com ele. Esse é um momento fundamental. É mais importante convocar o Conselho da República agora do que se estivéssemos em guerra com outro país. Em guerra com outro país, a gente estaria unido, não precisaria nem ouvir ex-presidente, não precisaria ouvir esses seis personagens. Mas nós estamos em uma crise muito profunda interna. Por isso, seria tão bom que a Presidente tomasse a iniciativa de convocar esse Conselho da República para ouvir o que os ex-presidentes têm a dizer e o que

seis representantes da sociedade têm a dizer para ela e para nós. Então, fico satisfeito de ouvir o seu discurso. Espero que ele seja lido por todas as pessoas que precisam; e que tragam a consequência, porque, faz seis meses, eu creio – o senhor já falou coisas desse tipo – e nós não levamos adiante os seus alertas. Está na hora de, agora, levarmos em conta os alertas que o senhor fez.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Isso apenas engrandece o meu pronunciamento.

Eu gostaria também de aditar às suas palavras, dizendo (...)

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – (...) que eu espero que isso que estou aqui dizendo não seja premonitório. O que desejo é que o processo democrático já esteja fortalecido o suficiente para que nós não deixemos escapar tantas conquistas já alcançadas ao longo de tantos e tantos anos de atribulações institucionais para o povo brasileiro e para o nosso País.

Espero, sinceramente, que a classe política esteja reunida com um único objetivo, não de ser governo ou oposição, e sem ressentimentos, de lado a lado, que deixemos isso como um apêndice de um momento político que exige sejamos todos chamados à nossa responsabilidade. Responsabilidade de continuarmos o processo de consolidação democrática do Brasil e responsabilidade de darmos as condições que são imprescindíveis ao Governo de poder governar e lhes dar instrumentos para isso. Como também, do mesmo modo, que o Parlamento seja prestigiado pelo Poder Executivo, que sejam dadas ao Parlamento as condições que, constitucionalmente, ele tem como prerrogativas suas, para que ele as exerça dessa forma.

É isso que espero e tenho certeza de que, não em função do que estou hoje aqui dizendo, mas em função do que já vai no sentimento de cada um de nós, Parlamentares e integrantes da classe política deste País, haveremos, sim, de fazer uma reflexão e, ao mesmo tempo, (...)

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – (...) que estejamos ouvindo o clamor das ruas, que possamos retirar desse clamor a resultante que possa nos mover em direção à ação para alcançar esses objetivos.

Finalizando, Sr. Presidente, não podemos, nesse momento, faltar com o Brasil, menos ainda com o futuro desta geração e das gerações vindouras. Não

podemos deixar de refletir sobre o nosso legado, às vezes esquecido no dia a dia, mas que terá de servir de paradigma para que a conformação política brasileira se apresente de uma forma que resista às repetidas crises institucionais originárias de um sistema de governo ultrapassado, como é o presidencialismo de coalizão. A cada seis meses, uma crise se instala dentro desse sistema de governo. Dessa maneira, se é para fazer uma reforma política, que a façamos com abrangência e profundidade, e não apenas baseada em pequenos tópicos de alteração do sistema eleitoral.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo pela generosidade da concessão do tempo adicional por parte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Fernando Collor, pelo pronunciamento, e não poderia a Mesa agir de maneira diferente com V. Ex^a, tendo em vista a maneira cortês que nos trata e o tema que aborda da tribuna.

Convidado para fazer o uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Casildo; em seguida, Senador Walter Pinheiro e o Líder Mário Couto.

Nessa ordem, Senador Casildo, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Jorge Viana, eminentes colegas, primeiramente, eu quero me solidarizar com os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque. E não o fiz antes, Senador Fernando Collor, por causa do tempo, apesar da relevância dessa preocupação que V. Ex^a traz. Acho que ela é premente, sem dúvida alguma, e se coaduna com a proposta que fez também o Senador Cristovam Buarque, a de trazer até mesmo as pessoas, e, aqui, franquearmos a palavra a eles para auscultarmos, sentirmos o que vem ocorrendo no Brasil. Ora, foram duas personalidades, o Senador Cristovam Buarque e o ex-Presidente Fernando Collor, trazendo temas muito presentes no Brasil. Faço essas considerações porque gostaria de me associar às manifestações aqui expostas na tribuna desta Casa.

Antes de passar ao segundo ponto que trago, Sr. Presidente, preciso fazer o registro de que esteve aqui nos visitando, na tribuna de honra, o nosso Prefeito de São Bento do Sul, que fica no Norte catarinense, o Sr. Fernando Tureck, na companhia do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Daniel Lutz.

Destaco, também com alegria, a presença aqui, na tribuna de honra, dos Vereadores José Nelson Balensiefer e Alcides Maldaner, de Itapera, no Rio Grande

do Sul, nossa terra de origem, por sinal, nosso parente. Esses nobres vereadores, como eu diria, são deputados municipais lá em Itapera, terra onde nasci, embora eu tenha sido criado em Santa Catarina. É com muita satisfação que faço esse registro.

Mas aqui, Sr. Presidente, nesta comunicação que considero, de certo modo, quase que inadiável, caro Presidente Jorge Viana, ressalto que, no dia 4 de junho, o Governo Federal lançou, com toda pompa e circunstância, um novo Plano Agrícola e Pecuário, o chamado PAP, para 2013 e 2014, com recursos destinados ao financiamento da produção brasileira.

No programa atual, foram disponibilizados R\$136 bilhões, sendo R\$98 bilhões para financiamento de custeio e comercialização e R\$38 bilhões para os programas de investimento.

Anteriormente, conhecido como Plano Safra, o PAP é de extrema relevância para a atividade. Ao oferecer linhas de crédito com juros subsidiados para pequenos produtores, permite a expansão da produção agrícola, a manutenção do homem no campo e o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

A taxa de juros anual média é de 5,5%, sendo menores em modalidades específicas: de 3,5% para programas voltados à aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estruturas de armazenagem; de 4,5% ao médio produtor rural; e de 5% para práticas sustentáveis.

Pois bem, apesar de todas essas vantagens, agricultores do Brasil inteiro ainda estão esperando, após dois meses, a oferta desse crédito pelas instituições financeiras autorizadas a repassá-lo, Sr. Presidente.

Ocorre que os bancos, agências de fomento e cooperativas de crédito, que farão o repasse, precisam aguardar uma portaria do Ministério da Fazenda para equalização da taxa de juros. É inaceitável que medida dessa importância tarde em ganhar eficácia, Sr. Presidente!

A atividade agrícola tem o seu próprio tempo, regido pelo clima, pelo sol, pela chuva e pelas leis invioláveis da natureza. Exige organização e planejamento, que não podem esperar pela lentidão da burocracia estatal. Muito além dos anúncios midiáticos, precisamos de agilidade nas ações.

Trago, Sr. Presidente, essas reflexões que considero importantes. E tenho sido procurado em função de que, após o lançamento desse plano, no último dia 4 de junho – o antigo Plano Safra, hoje plano agropecuário para os anos de 2013 e 2014 –, os produtores vão às instituições que costumam ir em busca de crédito e, ali, se dão conta de que a regulamentação ainda não foi feita. E eu fui atrás e descobri que falta o Ministério da Fazenda baixar uma regulamentação e comunicar ao

BNDES para que ele, junto às representações, aos bancos oficiais e privados, possa atender a essa demanda.

Este é o momento, Sr. Presidente. Nós não podemos esperar. Já se passaram junho e julho, praticamente são dois meses, desde que foi anunciado o plano. E essa regulamentação já deveria estar pronta. Na hora em que a Presidente da República anunciou, já deveria estar confeccionada, preparada para entrar em prática imediatamente, porque, senão, no ano que vem, vamos novamente enfrentar problemas de estocagem, problemas de colocação, demanda por transporte, pois a logística não pode socorrer na hora, trancamento nos portos e assim por diante.

Precisamos assegurar que a produção tenha armazenagem nos campos, nos lugares de origem, para que depois, paulatinamente, possa ser escoada sem causar demandas fortes, que encarecem o transporte, baixam o preço da produção, criam problemas de toda ordem.

Então, quero aqui chamar à atenção, porque tenho recebido reclamações de representações desses órgãos não somente do meu Estado como de outros lugares do Brasil, para que, o quanto antes, se regulamente isso e se ponha em prática aquilo que o Governo tem anunciado há dois meses, Sr. Presidente.

Eram essas as comunicações que tinha que fazer neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Casildo Maldaner.

Convidado para fazer uso da palavra o Senador Walter Pinheiro, que está em uma agradável conversa com o Senador Lindbergh.

Em seguida, como Líder, falará o Senador Mário Couto.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Governo/PT – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de um tema que todos nós até vivenciamos aqui, num dado período, com efervescência e com interação muito grande, Refiro-me à questão das políticas públicas para a juventude.

É importante salientarmos que, mais do que aprovação de um Estatuto, temos a obrigação de realçar o que isso significa para um país como o nosso, cujas perspectivas da nossa juventude, Senadora Ana Rita, em um tempo não tão distante assim, eram marcadas por incertezas, por problemas centrais.

Essa mesma juventude, Senadora Ana Rita, de certa forma, ocupou as ruas, desde o mês de junho, fazendo, como todos temos levantado aqui, um chamamento, uma reivindicação pela melhoria das con-

dições, pela melhorai das instituições e pela melhoria dos serviços públicos.

Portanto, um estatuto, ainda que ele enquadre, que ele regule, que ele estabeleça normativas ou coisas do gênero, Senador Jorge Viana, o que mais se consagra em uma sociedade são os padrões culturais, aquilo que você vai construindo até nas ruas e que, depois, é possível, Senador Wellington, a gente materializar em lei, ter a capacidade de usar isso como instrumento agora normativo, e isso vale para as questões, desde as satisfações, como aqui temos dito que a juventude passa a ter a oportunidade do deslocamento, a meia entrada ou a própria questão do acesso ao serviço público, em particular, na questão do transporte.

Na nossa época, Senador Jorge Viana, o pleito da juventude e, particularmente, a chamada reivindicação do bloco estudantil era pelo direito à circulação e não só pelo direito de ir à escola, Senador Cristovam, até porque não se pode imaginar que a juventude só pode ter, como ganho, o caminho da escola. E o lazer? E a outra opção? E o circular? E o poder se mover, inclusive, a partir da própria inquietude dessa juventude?

Então, é importante que tenhamos uma percepção sobre o caráter dessas questões que aqui aprovamos a partir exatamente da identificação de processos culturais que foram se acumulando.

Qual é o papel da juventude em nosso tempo no aspecto transformador? Aliás, esta Casa pode apontar isso. Num tempo também não tão distante, Senador Cristovam, não tínhamos aqui Senadores tão jovens; não tínhamos Senadores oriundos do movimento estudantil ou de outros movimentos da juventude. Nós não tínhamos uma representação tão jovem em outras esferas na nossa sociedade.

Portanto, a consagração dessas regras ou até desses desejos em instrumento normativo não pode nos acomodar, não pode servir para avaliar que nós atingimos um patamar tal ou até a satisfação de alguns para avaliarem que já há uma entrega consagrada. Pelo contrário, eu chamaria o Estatuto de um, Senador Cristovam, de uma verdadeira abertura de caminho; ele tem que ser enxergado nessa perspectiva. Muito mais como diretriz do que um conjunto de normas; muito mais como algo que abre um horizonte para que possamos ir ampliando esse atendimento e enxergando como é que vamos estabelecer a relação desses serviços públicos, nessa sociedade, como a juventude, a sua participação, os seus anseios e, obviamente, o seu futuro.

Eu tenho três filhos, Senador Cristovam, e vou ser avô de seis netos, aqui na altura dos meus 54 anos. Amanhã, inclusive, três netos meus, trigêmeos, completam cinco meses; e até janeiro eu devo receber o sexto neto. E isso de uma forma tão rápida.

Portanto, convivi com os meus filhos em uma fase da juventude, ao mesmo tempo já sendo pai. Hoje, já posso entender com muito mais sutilezas quais foram às agoniias desses três jovens que enfrentaram épocas bem distintas de hoje, mas que também já se preparam para uma relação com os seus filhos, para um futuro que se aguarda bem melhor. E esse é o recado de que as ruas têm mandado. O recado de que é possível fazer melhor, Senador Cristovam. Não basta você ter que trabalhar isso com quantitativos; não basta trabalhar isto como uma estatística.

Agora, nós temos a política de quotas, Senadora Ana Rita, que é uma conquista extraordinária para você, inclusive, de uma vez por todas, promover uma reparação com a juventude que viveu marginalizada a vida inteira. Mas não basta só isso! É preciso que essa juventude, agora, além das quotas, essa juventude que ingressa na universidade, essa parcela que esteve fora, possa inclusive ter outro tipo de desejo, possa sonhar com outros caminhos e possa abrir outros horizontes.

A juventude rural, para quem, aqui, nós batalhamos, ao longo dos anos, para que houvesse uma política que enxergasse o filho do agricultor, Senador Cristovam – e com toda a nobreza, porque não estou dizendo que não é nobre seguir, eu diria, a toada da agricultura –, mas esse jovem não pode sonhar com algo mais? Seria só uma condenação a dizer: é aqui e somente aqui a perspectiva desse avanço. Por isso se ajustou a essa conquista do jovem trabalhador rural a chegada do ensino técnico, a chegada do ensino básico de qualidade.

Não basta só, Senador Cristovam, aportar nessas localidades a chamada escola agrícola, como se você dissesse a esses jovens que só e somente só lhe é dada a oportunidade do caminho da roça, com todo o respeito – não estou dizendo que isso não é importante, é muito importante também –, mas por que esse horizonte não se amplia na perspectiva daquilo que nós aprovamos aqui? Nós aprovamos o Estatuto da Juventude buscando horizontalizar, abrir, alargar, estender as condições, e não promover segmentação, tampouco um direcionamento para esse ou aquele na medida de onde vive, condenar as pessoas, Cristovam, a partir de onde elas vivem.

Eu me lembro muito de uma frase que um Vereador nosso em Salvador, Gilmar Santiago, que é um batalhador histórico e foi Secretário da Reparação na cidade de Salvador. Ele dizia o seguinte: “Pela cor da pele, você pode identificar o bairro onde o cidadão mora em Salvador e, pelo endereço onde o cidadão mora em Salvador, você pode já apontar a cor da pele”. Ora, se essas duas lógicas forem permanentemente presentes, aí, Senador Cristovam, aprovar Estatuto da Juventude, aprovar qualquer outro tipo de estatuto é mera formalidade de um Senado ou de qualquer parlamento.

Então, é por isso, Senador Cristovam, que, por diversas vezes, eu tenho insistido, e V. Ex^a deve se lembrar de um debate que nós fizemos sobre isso na Comissão de Educação, eu dizia o seguinte: “Lei o sujeito até rasga, cultura é muito mais difícil.” Então, estabelecer caminhos para consagrarmos culturas, para rompermos algo, que eu não quero chamar de cultura porque isso é anticultura, que são...

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Governo/PT – BA) – ... essas práticas excludentes. É fundamental rompermos de uma vez por todas essa barreira para caminharmos. Aí, sim, que eu posso até normatizar esses caminhos na perspectiva de um futuro extremamente proveitoso, revolucionário e, ao mesmo tempo, que permita que esse cidadão possa também ser parte na construção desse novo caminho.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – Eu quero parabenizá-lo e dizer que é muito oportuno o seu discurso. Vou pegar, primeiro, essa ideia: não adianta Estatuto se não soubermos como fazer no Estatuto da Juventude com que o jovem tenha escola, tenha emprego, tenha esperança. O Estatuto é como a Constituição, ela é o marco geral, a partir disso são leis. Segundo, eu quero dizer que, como o senhor – e foi bom o senhor repetir e dar ênfase – eu tenho o maior orgulho pelo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – ... agricultor (*Fora do microfone.*), até porque sem os agricultores a gente morreria de fome. Eu espero que nunca se decida neste País deixar de ser agricultor. Mas é preciso dar a cada jovem a opção de ser o que ele quer, inclusive aos filhos dos agricultores. E essa opção vem da escola. O Brasil é segmentado. O senhor disse que se pode dizer a cor – com alta probabilidade –, a cor de uma pessoa conforme o bairro onde mora em Salvador, pode-se dizer também qual é o grau de escolaridade. Conforme o bairro, se tem alta probabilidade de acertar o grau de escolaridade dos jovens dali. E eu acho que seu alerta é importante e eu não vejo outra maneira para garantir a mesma chance a todos do que a educação passar a ser uma questão de união nacional. Isso quer dizer uma questão da união do Brasil. Isso quer dizer a federalização da Educação, pelo menos é assim que eu penso. Só com uma escola igual para todos...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Governo/PDT – DF) – ... e boa para todos, porque igual ou ruim não

adianta, é que a gente vai poder fazer o que o senhor sugere: dar uma opção para cada jovem, cada criança, aliás, preparar para ser o que quer ser, e não aquilo que o bairro onde mora obriga, ou a cidade onde mora obriga; ou se é no campo ou na cidade que ela está, fica obrigada. É isso que eu queria, apenas como reflexão em cima do que o senhor falou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Governo/PT – BA) – O.k., Senador Cristovam, é isso aí.

Eu quero encerrar, Senador Jorge Viana, aproveitando isso que o Senador Cristovam levantou sobre a gente ter a oportunidade de ter um compromisso nacional com essa formação. Senador Cristovam, o senhor imagine dizer que um jovem, ou uma criança na minha querida Xorroxó, lá no interior da Bahia, vai ter o mesmo tratamento que na minha querida Salvador é extremamente absurdo. Mas se a gente tiver esse compromisso federalizado, Xorroxó deve ser tratada da mesma forma que a minha capital Salvador tem que ser tratada.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Cumprimento o avô do ano, Walter Pinheiro, porque três netos em cinco meses é um presente de Deus.

Convidado para fazer uso da palavra, falando como Líder nesta Casa, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Obrigado.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero, Senador Cristovam, prosseguir com o pronunciamento que V. Ex^a iniciou nesta tarde. Quero permissão de V. Ex^a para dissertar um pouco mais sobre aquilo que V. Ex^a dissertou na tarde de hoje, com muita propriedade, com muita inteligência, o que lhe é peculiar.

Senador Cristovam, não foram só os jovens que lotaram as ruas deste País. Não foram só os jovens; os adultos também, os idosos também. O povo brasileiro em geral cansou do Governo do PT. Não podemos esconder isso, Senador. Nada está certo neste Governo do PT, Senador. Na história do País, está registrado, jamais se apaga, a extrema violência da corrupção praticada neste País; jamais vai se apagar da história desta Pátria chamada Brasil. E onde se pratica a corrupção em exagero, como neste País, não se pode trazer desenvolvimento, a nenhuma pátria.

Senador, a Pátria não produz. Senador, este Congresso, este Senado está de mãos atadas. V. Ex^a, para apresentar um projeto de lei à sociedade vai sair

daqui e não vai ter o seu projeto aprovado. Sabe por quê? Porque implantaram uma ditadura branca neste País. Senador Cristovam Buarque, quando se aprova, no Senado Federal, que a Presidenta da República pode gastar com os estádios de futebol para a Copa do Mundo e essas despesas com gastos chegam a bilhões de reais e não são licitadas...

Olhem o absurdo a que chegamos! É proibido fiscalizar, Brasil. Nenhum Senador ou nenhum Deputado Federal pode fiscalizar os gastos da Copa do Mundo. É ou não é uma ditadura branca? Nenhum Senador pode fiscalizar os gastos do Governo com passagens e idas ao exterior. A Dilma pode gastar à vontade.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A Dilma pode ficar no hotel mais luxuoso do mundo; a Dilma pode comer caviar; a Dilma pode tomar uísque francês, alemão, inglês, e ninguém pode fiscalizar. Nós estamos proibidos de fiscalizar, Brasil.

Será que o povo brasileiro quer um governo deste tipo? Será que a Dilma, Mozarildo, conseguiria entrar num hospital do interior de Roraima, Rondônia, Acre, Pará? Será que a Dilma sabe como é que funciona um hospital na Ilha do Marajó? Sabe não.

A educação é o esteio principal de uma pátria, e nós não a temos neste País. Na saúde, os brasileiros morrem nas filas. Aí vem a grande resposta da Dilma à sociedade brasileira. Quando as vozes roucas vieram das ruas, pedindo saúde para o Brasil, eis que surge a inteligentíssima Dilma e diz o seguinte: Está resolvido. Eu vou contratar médicos em Cuba. Essa mulher é muito inteligente. Essa Presidenta foi encomendada; ela foi encomendada.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidenta, Vossa Excelência trocou as construções de estádios como o de Brasília, ponha a mão na cabeça, Dilma, tu gastaste mais de 2 bilhões para construir um estádio em Brasília, que só tem dois clubes de futebol, a saúde é dever teu, Dilma. Quantos hospitais construímos, Pátria amada, durante o Governo da Dilma neste Brasil, quantos hospitais? Digam-me. Dilma, o Brasil não tem hospital, Dilma, o Brasil não tem equipamento, Dilma. Olhe aqui, TV Senado, olhe aqui, médicos, no Amapá, operando com lanterna, isso é recente. Vou mandar para ti, Dilma, para o teu gabinete, espero que te entreguem, médicos no Amapá operando com lanterna. Uma médica saiu de Belém, fez um concurso no Amapá para ganhar R\$20 mil. Chegou ao Amapá, entrou no hospital, quando viu as condições, pediu demissão no dia seguinte. Dilma, tu brincaste demais com a Pátria, tu abandonaste a Pátria.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA)

– O Brasil, Cristovam, implantou, definitivamente, a corrupção. Em todas as esferas, em todas as esferas deste País existe a corrupção, nunca se viu tanto na história deste País. A saúde, uma das piores de toda a história. A educação vai precisar de anos e anos e anos para se reconstituir. Os jovens brasileiros se drogam cada vez mais, Cristovam. A nossa sociedade, Cristovam, está cada vez mais abalada pela violência das ruas...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA)

– ... Cristovam, porque os nossos filhos, os brasileiros, os jovens (*Fora do microfone.*) brasileiros não têm assistência do seu País.

O Governo é um governo que massacra a juventude, massacra os idosos, apadrinha aqueles que devem ser apadrinhados, não põe na cadeia os seus afilhados. Quem? Quem nesta Pátria teria tanto direito de ser julgado quanto esses mensaleiros? Se fosse aquela mulher que tirou um pãozinho na padaria, que está presa até hoje, para dar à filha que estava com fome e que está lá sofrendo, se fosse ela um Dirceu, se fosse ela um dos mensaleiros...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA)

– ... teria condição de passar anos, anos, anos, anos e anos livre. E dizem que estão sendo julgados. E cadeia? Citem-me. Brasil, brasileiros, citem-me um caso apenas. Um, um caso apenas de um filiado ou apadrinhado do PT que tenha sido punido ou preso. Um caso só.

É por isso, Cristovam. É por isso que eu vejo a sua angústia. É por isso, Cristovam, que eu vim aqui quando a Presidenta ainda tinha 80%, e com você sentado ali, eu avisei o que ia acontecer...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA)

– ... neste País, Cristovam. Eu disse o que ia acontecer. Mas quem vai ouvir? Quem vai ouvir (*Fora do microfone.*) – já vou descer – se aqui mandam projetos para não fiscalizar o Governo, e este Senado aprova? E este Senado aprova dizendo à Presidenta: “Faça, Dilma, faça o que você quiser, que nós garantimos você aqui”. Este é o Senado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Governo/PT – AC) – Senador Mário Couto, cumprimento V. Ex^a.

Convidado para fazer uso da palavra, em permuta com a Senadora Angela Portela, a Senadora Ana Rita.

Eu peço ao Senador Aníbal que, se puder, assuma aqui a Presidência, porque eu estou inscrito para uma comunicação inadiável depois da Senadora Ana Rita, e a Senadora Vanessa vai falar em seguida. Por gentileza, se puder assumir.

Com a palavra, V. Ex^a, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, hoje, dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha, aprovada, por unanimidade, por este Parlamento, está completando sete anos de vigência.

Avaliar o impacto dessa legislação na sociedade brasileira e seu cumprimento foi um dos objetivos da CPMI da Violência Contra a Mulher, da qual fui Relatora.

Embora, sete anos seja um período curto para mudanças, tanto na cultura jurídica quanto nas relações de gênero, a CPMI da Violência Contra a Mulher produziu um diagnóstico sobre a lei, que considero importante trazer ao conhecimento deste Plenário e da sociedade.

A Lei Maria da Penha é a mais importante legislação de proteção integral às mulheres em situação de violência. Essa proteção integral é formada por três dimensões: a da prevenção, a da assistência e a da repressão à violência.

Destaco que a Lei Maria da Penha talvez seja a legislação mais popular deste País e também a mais conhecida. Conforme atesta pesquisa realizada pelo DataSenado, em março deste ano, 99% das mulheres conhecem a Lei Maria da Penha e 66% delas se sentem mais protegidas depois da criação da lei. Apesar disso, conforme estima a mesma pesquisa, mais de 13,5 milhões de mulheres já sofreram algum tipo de agressão, o equivalente a 19% da população feminina com mais de 16 anos. Destas, 31% ainda convivem com o agressor; e, das que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência.

É interessante observar ainda que, no Sul, 80% das mulheres entrevistadas confiam na eficácia da lei. Em contraste, 41% das mulheres negras sentem-se mais desprotegidas, contra 28% das mulheres brancas e 31% das pardas. Esses dados demonstram a maior vulnerabilidade das mulheres negras e pardas e servem de alerta para a elaboração das políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.

Como mencionei, a Lei é de proteção integral e a abrangência de suas ações requer a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, ou seja, a atuação, a articulação de todos os poderes constituídos e a formação de uma rede de atendimento especializada.

Com isso, quero reforçar a ideia de que a Lei Maria da Penha transcende o aspecto meramente pu-

nitivo. Por exemplo: no âmbito preventivo, a Lei prevê a realização de estudos, pesquisas, estatísticas e sistematização de dados que deverão ser utilizados para a elaboração das políticas e terem seus resultados avaliados. Ainda nesse aspecto, a Lei dispõe sobre a promoção de campanhas educativas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, o controle da propaganda sexista, a capacitação permanente de operadores do sistema de justiça e de servidores que atendam mulheres em situação de violência.

Na perspectiva assistencial, a Lei estabelece a inclusão da mulher em programas assistenciais governamentais, além da possibilidade de acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta, e manutenção do vínculo trabalhistico quando necessário o afastamento do trabalho por até seis meses, além de toda a assistência médica necessária e cabível nos casos de violência sexual.

Por fim, a Lei prevê medidas protetivas de urgência, dispõe sobre a criação dos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a violência e proíbe a pena de multa, a conciliação, a transação penal e a suspensão condicional do processo em crimes de violência doméstica previstos na Lei dos Juizados Especiais Criminais. No entanto, apesar de toda essa inovação jurídica, desde sua promulgação, a Lei Maria da Penha enfrentou inúmeros obstáculos. O primeiro deles foi a contestação sobre sua constitucionalidade por se destinar exclusivamente às mulheres e por ter afastado a Lei dos Juizados Especiais Criminais que trata dos crimes de menor potencial ofensivo.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Senadora Ana Rita...

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Sim, Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Governo/PCdoB – AM) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Sim. Eu só gostaria de concluir este parágrafo.

Esse debate foi finalmente suplantado em 9 de fevereiro de 2012 por decisão do Supremo Tribunal Federal que, por unanimidade, considerou constitucional todos os seus artigos.

O Supremo Tribunal Federal também decidiu que, em caso de lesão corporal de natureza leve, a ação é pública, incondicionada e a denúncia de violência pode ser feita por qualquer pessoa. Por isso, diante de uma denúncia de violência contra mulheres, as autoridades públicas têm o dever de agir com rapidez e com eficácia.

Essas duas decisões do Supremo Tribunal Federal foram importantíssimas para firmar o correto entendimento da lei e acabar com as supostas diver-

gências que levavam muitos operadores do Direito a não aplicarem a lei.

Senadora Vanessa Grazziotin, concedo um tempo para V. Exª.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora. Eu, na realidade, irei à tribuna...

A Srª Lídice da Mata (Bloco Governo/PSB – BA) – Pela ordem.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Governo/PCdoB – AM) – ... daqui a alguns minutos também para falar dos sete anos que completa, hoje, a Lei Maria da Penha, que é a razão do seu pronunciamento. Eu apenas solicitei o aparte, Senadora Ana Rita, para destacar o papel que V. Exª tem tido para o Senado e, sem dúvida nenhuma, para o Brasil inteiro. V. Exª aqui esteve, ao lado da Deputada Jô Moraes, coordenando – V. Exª como Relatora e a Deputada como Presidente – a CPMI importante que tratou da violência contra a mulher, uma CPMI que concluiu há pouco tempo os seus trabalhos e aprovou um relatório que, eu não tenho dúvida nenhuma, Senadora Ana Rita, servirá para o fortalecimento ainda maior da Lei Maria da Penha. Então, esta minha solicitação de aparte é apenas para cumprimentar V. Exª e para falar, aqui, de público, para que todo o País escute, da sua dedicação na luta contra a violência que, infelizmente, as mulheres sofrem no Brasil ainda hoje. Parabéns, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. V. Exª também tem sido uma grande parceira nessa luta.

Eu concedo, também, um tempo à Senadora Lídice da Mata.

A Srª Lídice da Mata (Bloco Governo/PSB – BA) – Senadora Ana Rita, também quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento que faz. V. Exª presidiu a CPMI da Violência contra a Mulher e também é Presidente da Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, destacando-se, cada vez mais, na luta em defesa dos mais excluídos na sociedade, excluídos de tudo, muitos deles discriminados profundamente pelas maiorias existentes na nossa vida social. V. Exª destaca, neste momento, justamente os sete anos da conquista da Lei Maria da Penha, que, para todas nós, mulheres, é motivo de comemoração, no sentido de que ela consegue fazer ser possível a punição da violência doméstica, aquilo que era considerado praticamente um obstáculo intransponível. Porque falar em violência contra a mulher é falar, principalmente, em violência doméstica, porque esse é o tipo de violência que mais acomete a vida das mulheres.

(Soa a campainha.)

A Srª Lídice da Mata (Bloco Governo/PSB – BA)

– Por isso, quero parabenizar o papel que V. Exª tem desempenhado nessa nossa luta aqui, representando-nos cada vez melhor. Não apenas as mulheres do Espírito Santo têm orgulho do trabalho de V. Exª, mas todas nós, suas colegas e companheiras de trabalho nesta Casa.

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES)

Obrigada, Senadora Lídice da Mata, também companheira, membro da CPMI que fez todo o trabalho de investigação sobre a violência contra as mulheres.

Quero destacar, ainda, que a CPMI constatou que a cultura jurídica no País ainda resiste a entender que a Lei Maria da Penha foi criada para proteger as mulheres em situação de violência e que, para isso, as medidas protetivas de urgência não podem depender de outros elementos além do relato da vítima. Saliente: a concessão das medidas protetivas de urgência não depende de testemunhas, até porque é difícil ter testemunha no momento da agressão ou da violência.

Outro aspecto constatado pela CPMI refere-se à necessidade de capacitação permanente dos servidores do sistema de Justiça, que, em muitos casos, não conseguem escutar, não registram a ocorrência na hora, não tomam o depoimento da vítima no momento do registro. Muitos desses fatos ocorrem pela insuficiência de servidores...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – ... outras vezes, pela ausência de capacitação. Tudo isso tem um impacto negativo na apuração das ocorrências e na punição dos agressores.

Além disso, a CPMI verificou, também, a precrastide e a insuficiência das delegacias de mulheres no País, o não funcionamento 24 horas, o déficit de servidores, isto é, uma situação que prejudica enormemente o acesso à Justiça.

A situação dos institutos de perícia médica visitados pela CPMI, órgãos importantes para a emissão de laudos de agressão e de crime sexual, é muito deficitária, pois, em geral, estão com estrutura física, material e de pessoal bastante precária.

O número reduzido de juizados ou varas especializadas no País, de promotorias e defensorias da mulher constitui também um obstáculo para a aplicação efetiva da lei.

(Interrupção de som.)

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – No âmbito da aplicação, ainda se vislumbram interpretações sexistas da lei, como no caso de Elisa Samudio, analisado pelo CPMI e que motivou recomendação aos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, para que orientem

seus integrantes a aplicar a Lei Maria da Penha sem interpretações sexistas e discriminatórias, pois qualquer relação íntima de afeto deve ser protegida pela lei.

Hoje, o Conselho Nacional de Justiça realiza a 7ª Jornada sobre a Lei Maria da Penha, em que deve reafirmar o seu compromisso com a lei. O Conselho Nacional de Justiça tem um importante papel no desenvolvimento de recomendações aos integrantes do Poder Judicial, razão pela qual a CPMI fez 11 recomendações específicas ao órgão, com o intuito de contribuir para a melhor aplicação da lei. Igualmente ao Conselho Nacional do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, a CPMI faz 13 recomendações com o mesmo objetivo.

Destaco, agora, as sugestões da CPMI para alterar pontualmente a Lei Maria da Penha, visando melhorar a sua implementação, através da apresentação de três projetos de lei.

Peço, Sr. Presidente, mais uns três minutos para que eu possa mencionar quais os projetos de lei que estamos propondo e que esta Casa deverá apreciar nos próximos meses.

A primeira alteração estabelece que o juiz se manifeste sobre a concessão ou manutenção de medidas protetivas em caso de sentença condenatória. Em alguns casos, é importante manter a medida protetiva, independentemente da condenação. A outra, determina a comunicação ao juiz e ao Ministério Público em até...

(Interrupção de som.)

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – ...24 horas sobre encaminhamento da mulher vítima de violência ao abrigamento – em geral, casas de abrigo – para que decida sobre a necessidade ou não de pedir medidas protetivas contra o agressor.

Trata-se de medida importante, pois não queremos que a mulher vítima de violência seja refém. Em alguns casos, o Ministério Público pode solicitar e o juiz determinar a prisão do agressor, a mulher continuar em sua casa e retomar minimamente suas atividades normais.

Outra proposta altera a Lei Maria da Penha para definir que apenas o juiz possa estipular fiança em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher. Hoje, a autoridade policial pode fazê-lo e, não raro, mulheres são mortas após logo após a concessão da fiança.

A última proposta apresentada pela CPMI...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Governo/PT – ES) – ... impede a realização de audiência ou qualquer ato oficial para inquirir se a vítima quer renunciar ao processo contra o agressor, caso ela já tenha se manifestado

contrariamente à renúncia, nos casos em que a lei admite esta possibilidade.

Para concluir, Sr. Presidente, ressalto ainda, duas proposições igualmente relevantes da CPMI: a criação de um Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher para a melhor implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O objetivo é destinar recursos para a construção e manutenção de equipamentos sociais, para a formação e qualificação profissional, para campanhas, para programas de atendimento jurídico e assistenciais a mulheres, dentre outros. Recursos são fundamentais para a constituição da rede integral prevista na Lei Maria da Penha, pois, como verificou a CPMI, os Estados e Municípios destinam muito poucos recursos para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres.

E, para que a lei Maria da Penha contribua para uma efetiva mudança simbólica na vida de cada brasileira, o Congresso Nacional continuará a contribuir não apenas com a aprovação dessas propostas, mas também através da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher proposta pela CPMI em Projeto de Resolução.

Com isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as}s Senadoras, eu acredito que, em um curto espaço de tempo, a Lei Maria da Penha não será apenas a legislação mais conhecida no País, mas também a mais eficaz na prevenção da violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela atenção de todos e de todas.

Durante o discurso da Sr^a Ana Rita, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aníbal Diniz.

Durante o discurso da Sr^a Ana Rita, o Sr. Aníbal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Sr. Presidente, permita-me um aparte, com o consentimento da Senadora Ana Rita?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É que ela já acabou, Senador Ataídes. V. Ex^a pode, pela ordem, colocar rapidamente o que deseja.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Pela ordem, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É porque o assunto é de tamanha relevância, Senadora Ana Rita.

Quero parabenizá-la por esse belo discurso e dizer que a Lei Maria da Penha realmente é extraordinária, essa forma coercitiva de punir esses maridos malandros que espancam as suas companheiras. Mas eu percebo que não basta só a Lei Maria da Penha. Nós temos que combater a causa. E eu estive recentemente...

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Minoria/PSDB – TO) – O.k. Pois bem, Senadora, então, eu percebo que nós precisamos ir mais além. Conversando com procuradores, com delegados de polícia, com Defensoria Pública, eu perguntei a eles o porquê de essas senhoras apanharem hoje e, daqui a 15 dias, voltam a reclamar que voltaram, novamente, a ser espancadas por seus maridos. E 90% das reclamações são as seguintes: “Nós apanhamos e continuamos ao lado desses pseudocompanheiros, porque nós não temos condições de nos autossustentar. E eu não posso sair de perto dele”.

Senadora, protocolizei na Comissão de Direitos Humanos, tão bem conduzida por V. Ex^a, um projeto que propõe que o Sistema S, que tem condições financeiras para tal, disponibilizará de 5% a 15% das suas cotas para qualificar essas senhoras. Ou seja, se elas, então, tiverem uma profissão, tiverem uma forma de se autossustentar, elas não vão mais apanhar desses covardes maridos.

Esse projeto tramita na CDH. Aproveito, então, para pedir a V. Ex^a que olhe com carinho – e eu tenho certeza de que irá olhar –, pois, uma vez tendo elas essa qualificação, não mais irão apanhar.

Então, era isso que eu queria pedir.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, para uma comunicação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Renan, colegas Senadores e Senadoras, estamos já no horário da Ordem do Dia, mas presidi a sessão desde as duas da tarde e, agora, uso a tribuna para fazer dois registros.

O primeiro, de uma notícia que espero ganhe dimensão, pelo menos chegue perto do que foi o pessimismo com o aumento da inflação. Uma ação, que parecia uma posição contra o Brasil, de setores, inclusive da imprensa, de articulistas, falando diariamente que o País estava vivendo um aprofundamento da crise, de tal maneira que iria levar a uma falência das famílias brasileiras com a volta da inflação. Fizeram essa campanha contra o Governo, contra a Presidenta Dilma.

Agora, espero que, pelo menos, se dê espaço para que se trate do registro da queda da inflação. Tivemos quase uma deflação neste mês. A queda da cesta básica nas 18 cidades foi acompanhada pelo Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, que é sinônimo, hoje, no País, de seriedade e de tradução de números que interessam a todos nós brasileiros. O certo é que houve uma queda do valor da cesta básica, aqui, em Brasília, por exemplo, de 8,8%; em Florianópolis, de 7%; em Porto Alegre, de 7%, em Goiânia, de 7%.

Esse é um assunto que trago, um registro: a inflação está dentro da meta já neste mês, como bem tinham colocado o Ministro da Fazenda, Mantega, e o Presidente do Banco Central, quando veio a esta Casa, e a Presidenta Dilma.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, já que se trata de uma comunicação inadiável, diz respeito à pesquisa feita pelo Ibope, a pedido da OAB, sobre a importância que o cidadão brasileiro dá à reforma política.

Quando vim à tribuna, logo após as manifestações de junho, eu trazia o tema da reforma política e ouvia de alguns colegas, lia na imprensa, que a Presidenta Dilma estava tentando deturpar a voz das ruas, quando ela propunha, na pauta, o debate da reforma política.

Hoje, inclusive, Presidente, V. Ex^a traz um artigo muito interessante – li bem cedo –, objetivo, realista, que coloca o assunto. Eu estava sentado nesta cadeira desde as duas da tarde. Vários colegas vieram aqui tratar da reforma política novamente. Porque agora é a voz do cidadão brasileiro.

Aqui está, na pesquisa. Eu estava com V. Ex^a quando V. Ex^a recebeu, na Presidência, os representantes das entidades civis, capitaneados pela OAB, propondo algumas mudanças muito objetivas e pertinentes, relativas principalmente ao financiamento da campanha, ao custo das campanhas. O artigo de V. Ex^a trata disso. Simples: por que não reduzir essas campanhas, não tirar algumas coisas? Já tiramos showmício, já tiramos uma série de problemas que nos diminuía o debate, as propostas e aumentava o poderia econômico nas eleições. Ainda tem muita gordura para tirar. Sou favorável, inclusive, a que se tire carro de som. Para que isso? Já temos horário gratuito na televisão, já temos horário no rádio. Para que carro de som? Para que *outdoors*? De fato, o que interessa é que as propostas dos candidatos, as plataformas dos partidos possam chegar ao cidadão.

Trago aqui – e quero pedir a V. Ex^a que faça constar nos *Anais* – um artigo do Ricardo Kotscho, no *Balaio*: “Inflação baixando e reformas políticas, vitórias de Dilma”. Esse é o título. Houve a tentativa de dizer que a Presidenta estava errada quando foi debater –

porque Governo reage com atitudes –, quando ela foi tomar atitudes em relação ao que se lia nas cartolinhas das manifestações e traduziu o sentimento de questionamento da política através da reforma política. E não é mérito da Presidenta Dilma. O Presidente Fernando Henrique queria ter feito a reforma política. O artigo do Ricardo Kotscho trata disto, de um diálogo que teve ao final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Lula encaminhou proposta de reforma política, tentou duas vezes, mas essa é uma prerrogativa do Congresso.

Se quisermos recuperar algum respeito do cidadão, algum prestígio do cidadão, com a nossa atividade, que é tão nobre, quando exercida com honestidade e com ética, que é a política, que é a representação política, que se faça a reforma política.

Eu só quero, Presidente, prestando conta, inclusive ao apelo do artigo de V. Ex^a, há quatro propostas minhas tramitando na Casa.

A que fixa limite para gasto de campanha dos candidatos, porque nós só temos limite para quem doa, e não para quem gasta. Está na Constituição, está estabelecido na lei que tem que haver limite. Nunca votamos o limite para as candidaturas; é ao bel-prazer. Falta dinheiro, quem tem muito põe e aumenta.

Outra proposta que está tramitando: voto ao financiamento de campanha eleitoral por pessoa jurídica – apresentei lá atrás, faz uns dois meses que está tramitando na Casa. Tipifica crime de caixa dois em campanha.

Ora, eu queria encerrar, porque é uma comunicação.

Agora mesmo, o Governo de São Paulo – ninguém está tratando deste tema, mas eu o estou trazendo –, do PSDB, está sendo questionado pelo Cade, está sendo investigado, questionado, por licitação ligada ao metrô. É questionamento, investigação da qual nem se tem ainda o conteúdo. Estou acompanhando pela imprensa. Não posso afirmar e não vou afirmar, pelo respeito que tenho aos colegas e inclusive aos dirigentes do PSDB. Mas, se for comprovado que houve desvio de dinheiro no sistema de metrô, na implantação do metrô em São Paulo, se ficar provado que houve um cartel de empresas, é só andar um pouquinho mais para ver que isso é para financiar a campanha de alguém.

Nós do PT temos um processo em curso, na fase final, de financiamento, caixa dois de campanha. Nós do PT. Não tenho nenhuma dúvida de que, se quisermos fazer um bem para o País, ainda dá tempo: antes de outubro, vamos mexer juntos no financiamento de campanha.

Não defendi e não defendo aqui da tribuna financiamento público. Acho que isso nós podemos alcançar

mais adiante. Defendo que se ponha fim, como a OAB está propondo, ao poderio econômico nas campanhas eleitorais. Temos que fazer isso de maneira conjunta, suprapartidária – e aí eu apresentei as minhas quatro propostas, que estão tramitando na Casa –, tirar a possibilidade de termos esse poderio de dinheiro nas eleições, que estabelece uma desigualdade muito grande.

Eu ouço, com satisfação, o aparte do Líder Aloysio Nunes, antes de concluir.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Meu caro Senador, eu quero dizer a V. Ex^a que, no caso da denúncia relativa à formação de cartel para fraudar licitações do metrô e da CPTM, o maior interessado é o Governador Geraldo Alckmin. E nós faremos tudo que esteja ao nosso alcance, inclusive na cooperação total com os órgãos de investigação, para tirar a limpo essa história. Se houver culpados, pagaráo. E se houver cartel em prejuízo do Estado, as empresas vão ter que arcar com o ressarcimento, em primeiro lugar. Em segundo lugar, quero só lembrar a V. Ex^a algo que é muito recente. Nós tivemos, durante o período da Ditadura, uma lei que permaneceu intocada, se não me engano, até 1994 – em plena redemocratização! –, que proibia a doação de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais. Essa lei existiu! Imagina V. Ex^a se obstou o financiamento ilegal? De jeito nenhum. Existiu por baixo do pano, durante todo o período da Ditadura e até 1994. Eu disputei três eleições sob vigência dessa lei. Era assim: era proibido, no entanto corria, corria financiamento ilegal. Então, o que nós temos que fazer, na minha opinião, Senador, é aperfeiçoar os sistemas de controle, de prestação de contas. A Justiça Eleitoral é cada vez mais rigorosa. Trabalhar no sentido da limitação de gastos, na linha proposta pelo Senador Renan, embora eu não concorde com o encurtamento da campanha, que é boa para o Governo, não é boa para a oposição. Mas, enfim, eu só queria questionar, ter uma reflexão de V. Ex^a, para que possamos depois, oportunamente, discutir melhor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC) – Para concluir, Sr. Presidente.

Senador Aloysio, por isso é que estou aqui apresentando uma proposta que está tramitando na Casa, que tipifica caixa dois como crime. Minha proposta está tramitando. Ela estabelece o fim da possibilidade de doação por pessoa jurídica, estabelece limite para o candidato. Veja: há limite para quem doa, mas não há para quem gasta. O candidato vai à Justiça, apresenta um plano de milhões, depois ele manda uma correção no meio do caminho, que vai gastar outros milhões. Isso pode.

E está lá colocado que deveria ser estabelecido por lei um teto. Nunca foi estabelecido! Então, estou

propondo teto. E como se faz o teto? Com o que foi declarado oficialmente nas eleições anteriores, estabelece-se o teto futuro, inclusive com reajuste. Simples! Fácil de fazer, para Governador, para Presidente, para Senador, para Deputado Federal, para todo mundo. Pegam-se as duas últimas eleições e faz-se a correção do dinheiro. Aí vão dizer: “Ah, mas isso aí não vai dar para financiar a campanha, porque ali era só faz de conta”. Bem. Que seja.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Que sejam realistas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC) – Paciência! Mas é assim que se corrige.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Ex^a tem todo o meu apoio. Eu já sabia da ideia de V. Ex^a, pois chegou a levantar essa questão durante a Comissão da Reforma Política. Tem todo o meu apoio e entusiasmo para aprová-la.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC) – Por isso mesmo – falo porque citei aqui –, o PT vive hoje uma chaga que foi, sim, caixa dois; apelidaram de mensalão, mas no fundo era caixa dois, financiamento do que se chama a famigerada governabilidade – que virou sinônimo de coisa ruim, quando é uma coisa muito positiva –, pelo enfraquecimento dos partidos, por 30 partidos que temos.

Agora, não tenho dúvida – V. Ex^a colocou muito bem – quanto ao propósito de V. Ex^a, que é Líder do PSDB nesta Casa, e até dos dirigentes do PSDB, mas é um fato: se ficar provado que houve cartel lá em São Paulo no financiamento do metrô – está sendo investigado por enquanto, é cedo para se tirar conclusões –, daqui a um pouquinho mais, vão dizer que era para financiar caixa dois. Nós temos que por fim a isto: influência de empresas no processo eleitoral neste País. As licitações não podem ser feitas de olho na próxima eleição.

Então, eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que possa garantir que conste nos *Anais* o artigo do Ricardo Kotscho, que fala: “Inflação baixando e reforma política, vitórias de Dilma”, porque a população do País, segundo pesquisa do Ibope, deixa bem claro que quer a reforma política. São 86% dos brasileiros dizendo que querem a reforma política. Nós temos que 85% dos entrevistados são a favor de que a reforma política aconteça no País e 92% dos entrevistados se disseram favoráveis a que a reforma política aconteça por meio de iniciativa popular.

Então, está colocado: a população, a sociedade brasileira quer que nós, Congressistas, possamos cumprir nosso papel. É uma prerrogativa do Congresso. Se o Congresso não fizer, mesmo que em parte, a reforma política, principalmente se não tirar o poderio

do dinheiro nas eleições, como pede a OAB e a sociedade civil, nós vamos ficar ainda menores do que já estamos no próximo ano. É o nosso dever de casa para que possamos dar a nossa contribuição para o fortalecimento da democracia, que não se fortalecerá se nós não valorizarmos os partidos, que não se fortalecerá se não tivermos o fortalecimento dos mandatos.

A sociedade nos questiona com razão, porque não fizemos aquilo que é atribuição nossa fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Inflação baixando e reforma política, vitórias de Dilma

Postado por rkotscho em 7 de agosto de 2013 às 10:58

A inflação oficial do mês de julho, que deverá ser anunciada hoje, ficará próxima de zero e o valor da cesta básica caiu pela primeira vez desde 2007.

Pesquisa do Ibope, encomendada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e divulgada na terça-feira, revela que 85% dos brasileiros são a favor da reforma política e 84% querem que as mudanças já entrem em vigor nas eleições do ano que vem, endossando a proposta feita pela presidente Dilma Rousseff, que foi rejeitada pelo Congresso e motivo de chacotas na imprensa.

Alegava-se que a presidente não tinha entendido direito a "voz das ruas", porque a reforma política nem constava das reivindicações dos protestos que varreram o país no mês de junho, e que ela estava apenas tentando dar uma resposta rápida às manifestações, mesmo sabendo que não haveria tempo hábil para aprovar as mudanças a tempo de serem implantadas em 2014.

No dia em que anunciou a proposta de reforma política, dei os parabéns a Dilma aqui no Balaio pela coragem que seus antecessores não tiveram de mexer no sistema político-partidário eleitoral, que está na raiz de todas as mazelas e demandas levadas às ruas por centenas de milhares de pessoas poucas semanas antes.

Desde a estreia do *Jornal da Record News*, em maio de 2011, Heródoto Barbeiro e eu sempre batemos nesta tecla, tornando-nos até chatos de tanto insistir na pregação de uma profunda reforma política, a mãe de todas as reformas que o país necessita para acabar com este "presidencialismo de coalizão" que, em nome da governabilidade, acaba tornando o país ingovernável com seus mais de 30 partidos e 40 ministérios.

E não é de hoje que penso isso. No meu livro de memórias "Do Golpe ao Planalto – Uma vida de repórter", editado pela Companhia das Letras em 2006, escrevi no último capítulo:

A cada crise, fala-se novamente na necessidade de uma reforma política, que nunca acontece. Olhando as coisas agora de trás para a frente, fico

com a impressão de que a raiz do problema não está nas pessoas ou nos partidos, mas num sistema político condenado a não dar certo. Para chegar ao governo, um candidato, qualquer candidato de qualquer partido, tem que fazer tantas concessões a alianças, mobilizar tantos recursos, que acaba amarrado a um conjunto de antigos interesses _ de tal forma que não consegue implantar as reformas reclamadas pelo país há muitas décadas.

Em meio ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, no final de uma entrevista, já na hora do café, depois de ouvir as queixas dele sobre a dificuldade de conviver com a base aliada, perguntei-lhe singelamente:

_ Presidente, o senhor conseguiu a reeleição, já está no segundo mandato, por que não dá um murro na mesa e governa do seu jeito, com quem achar melhor para o país?

_ Você está maluco? Se eu fizer isso, meu governo acaba no dia seguinte...

As dificuldades que Dilma Rousseff vem encontrando para governar mostram que, como nenhuma reforma foi feita, a política do toma-lá-dá-cá continua se impondo e emperrando o desenvolvimento do país, e multiplicando as denúncias de malfeitos em todos os níveis da administração pública.

Os resultados da pesquisa da OAB/Tbope me deixaram feliz porque mostram que não estou sozinho. A imensa maioria da população pensa da mesma forma, como se pode ver por alguns números:

* 92% dos entrevistados disseram ser favoráveis à realização da reforma política por meio de projeto de lei de iniciativa popular.

* 78% da população não aprova que empresas privadas façam doações para as campanhas (o ovo da serpente). Como a pesquisa não perguntou sobre financiamento público de campanha, a única alternativa que resta é a que prefiro: só podem ser feitas doações por pessoas físicas.

* 80% defendem a imposição de limites de gastos para uso em campanhas eleitorais (esta questão está intimamente ligada à anterior).

* 90% querem penas mais severas para o uso de "caixa 2" nas campanhas.

* 56% apoiam mudar a forma de eleição dos deputados com a adoção de uma lista de propostas e candidatos apresentada pelos partidos.

O apoio à reforma política, em termos muito semelhantes à proposta por ela apresentada, e a queda na inflação constituem duas vitórias robustas de Dilma no pior momento do seu governo, quando já se previa um "apocalypse now" na reabertura do Congresso. A primeira semana do fatídico mês de agosto, porém, mostra que a presidente recuperou forças tanto na economia como na política, ao chamar as principais lideranças partidárias para conversar no Palácio do Planalto e restabelecer um diálogo que estava empeorado.

Para completar, o inferno astral mudou de lado e agora atormenta a oposição tucana, às voltas com as denúncias sobre falcatrusas nas obras do Metro paulistano nas gestões de Mario Covas, Geraldo Alckmin e José Serra, mas é muito cedo para se falar em recuperação da popularidade perdida pela presidente após os protestos de junho.

O ministério gigante, que Dilma por teimosia não quer mudar, é reconhecidamente muito fraco; os problemas continuam onde estavam; os desafios na economia são os mesmos e a reforma política não deve sair tão cedo, apesar do imenso apoio popular demonstrado pela pesquisa do Ibope, mas os fatos dos últimos dias, sem dúvida, dão um novo alento ao governo para sair das cordas e retomar a iniciativa política. Nada como um dia após o outro, com uma noite no meio, claro.

Por isso, subscrevo este trecho da coluna do meu colega Fernando Rodrigues publicada hoje na Folha:

"É que... governo é governo. Se Dilma resolve propor um plebiscito para fazer a reforma política, entorpece o Congresso e a mídia durante semanas. Por mais escalafobética e fora de hora que seja a formatação da ideia, quem há de ser contra consultar os eleitores a respeito de como melhorar a política brasileira?"

Pelo que a pesquisa do Ibope mostrou, são muito poucos, mas fazem um barulho danado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco da Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco da Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco da Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco da Maioria/PMDB – AL) – Senador Requião, pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco da Maioria/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, em 23/3/2011, preocupado com a precariedade do sistema regimental de exame, sabatina e aprovação de autoridades da competência do Senado e inspirado no processo norte-americano de sabatinas, eu apresentei um projeto de resolução.

Esse projeto de resolução veio para o plenário, não houve emendas, foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi designado como Relator o Senador Pedro Taques, que apresentou duas emendas que o melhoraram, e nós aprovamos esse projeto por unanimidade e com o entusiasmo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pois estaríamos pondo fim àquele processo anárquico de escolha e aprovação de autoridades indicadas pelo Executivo.

Muito bem. Esse projeto veio para a Mesa, que deveria ter posto em votação, uma vez que era um projeto de resolução. Hoje, pela segunda vez preocupado com o destino desse projeto de resolução, aprovado à unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça, preocupação que se acentuou com a discussão que tivemos ontem da falta de informação que chega à Comissão e faz com que, vez por outra, o Senado acabe aprovando uma personalidade da qual ele não tem conhecimento completo, fui verificar o que tinha acontecido com o projeto, que deveria ter sido votado no plenário, porque é um projeto de resolução.

Daí, Sr. Presidente – pasme V. Ex^a –, eu descubro aqui que, no dia 16/09/2011, a Presidência comunicou ao Plenário que a matéria seria encaminhada à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que já se encontrava instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não veio para o plenário e não veio para a votação.

Olha, Presidente, eu resolvi procurar saber o que era essa comissão. E pasme V. Ex^a: essa comissão simplesmente não existe. O meu projeto, apoiado pela unanimidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi para o limbo. Essa comissão está vaga. Ela não tem presidente, não tem vice-presidente e não tem relator. Essa comissão não existe. E nós continuamos com esse problema das sabatinas mal instruídas,

das sabatinas precárias, fragilizando as decisões do Congresso Nacional. Isso num momento em que essa questão está chamando a atenção da opinião pública.

Nós, até hoje, não temos as indicações da ANTT. Quando derrubamos o famoso Bernardo Figueiredo, a Presidenta nomeou um substituto por decreto e não o submeteu mais à apreciação do Senado. Na questão do Porto Seguro, dançaram outros diretores de agência e, até hoje, o Senado não examinou. E este projeto que moraliza o sistema de escolha e de aprovação desaparece no limbo de uma comissão inexistente.

Então, Presidente Renan Calheiros, em meu nome e, muito provavelmente, em nome do Senador Pedro Taques, que foi o Relator dessa matéria, requeiro a V. Ex^a que coloque esse projeto em votação no plenário, porque é um projeto de resolução muito diferente do projeto de reforma do Regimento Interno, examinado pelo Senador Lobão.

Era essa a questão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ...que eu queria colocar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Mas veja, Presidente, é de 2011; isso desapareceu até agora. Isso me faz indagar, de repente, o que estamos fazendo aqui se não conseguimos colocar em votação um projeto aprovado à unanimidade por uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em primeiro lugar, gostaria de comunicar a V. Ex^a e à Casa que vamos priorizar a apreciação do Projeto de Resolução nº 8, de 2011, a que V. Ex^a se refere. Já pedi à Secretaria-Geral da Mesa que mande pautar a apreciação desse projeto.

Em segundo lugar, quero parabenizar V. Ex^a, porque V. Ex^a percorreu, com a competência de sempre, todo processo legislativo da tramitação dessa matéria.

O que houve, na verdade, foi o seguinte... Para essa comissão irá a proposta de mudança do Regimento tão logo for aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Por isso, e apenas por isso, é que a comissão não foi constituída, porque estava aguardando exatamente a aprovação da proposta de emenda do Regimento na Comissão de Constituição e Justiça.

O último Presidente dessa Comissão para exatamente tratar desse assunto a que V. Ex^a se referiu foi o Senador Marco Maciel. Mas, em todo caso, como já

disse a V. Ex^a, vamos priorizar a aprovação desse importante projeto de resolução que V. Ex^a pede.

Senador Romero Jucá.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente depois.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a que nós pudéssemos iniciar a Ordem do Dia, e iniciar votando duas propostas de emenda constitucional que fazem parte do entendimento construído com as Lideranças e V. Ex^a.

A emenda constitucional que trata da questão dos médicos militares. Inclusive, haverá uma emenda registrando que o trabalho provisório feito pelos médicos militares, que não tenha caráter definitivo, não agrupa o militar. Isso precisa ser esclarecido exatamente para possibilitar a atuação dos médicos militares complementarmente nas regiões onde estão servindo.

A PEC seguinte é a dos Procuradores Municipais, Sr. Presidente.

Como vamos ter várias votações nominais, eu gostaria de fazer um apelo para que pudéssemos iniciar a Ordem do Dia por essas emendas constitucionais; para que pudéssemos tramitar rapidamente e votar essas duas matérias que são de extrema importância.

Era esse o apelo que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex^a.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rápido, porque concordo com o Senador Romero Jucá, quero fazer coro ao que disse o Senador Requião.

Esse projeto de resolução é muito importante em razão da apresentação do Senador Requião. Eu fiz poucas modificações, porque ele já veio muito bem desde o seu nascimento, e se encontra em uma espécie de limbo, em uma escama, em uma lindeira, uma coisa meio fronteiriça.

V. Ex^a represtina esse projeto, e penso que ele dever votado com a urgência que V. Ex^a entender.

Apenas faço coro ao que disse o Senador Requião.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sem revisão do orador.) – Eu quero também solicitar de V. Ex^a que possamos apreciar hoje

o PLS nº 410, de 2012, que está na pauta e estava acordado desde o final do semestre. Não foi votado, porque o Projeto de Lei Complementar... Há um entendimento entre todas as Lideranças, que inclui os Municípios de Alto Paraíso, São João da Aliança e Cabeceiras de Goiás dentro da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno.

Então, faço esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Realmente, como falou V. Ex^a, o projeto está na pauta e será apreciado hoje prioritariamente, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para engrossar o coro e pedir – já está acertado entre os Líderes – a votação da PEC nº 122, que trata dos médicos militares, algo que vai realmente contribuir com o momento que o País vive. Isso vai colocar no mercado da saúde imediatamente muitos médicos. Números que já temos indicam que hoje são 3.500 médicos militares na ativa, mais de 3.000 que servem no serviço médico obrigatório, sem contar os inativos.

Então, teremos uma grande ajuda, uma vez que o Governo está empenhado no programa Mais Médicos. Essa PEC vai contribuir muito com o País.

Daqui a pouco, vamos, com certeza, votá-la e aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sem revisão do orador.) – Rapidamente, Presidente. Aproveito a oportunidade para pedir o registro nos *Anais do Senado* deste texto que diz respeito a um fato inusitado revelado pela imprensa no dia de hoje.

Estranhamos que o Tribunal Superior Eleitoral tenha decidido repassar informações cadastrais de 141 milhões de brasileiros para a Serasa, empresa privada que gerencia um banco de dados sobre a situação de crédito dos consumidores brasileiros. Isso é muito grave.

Nós também nos reportamos a pronunciamento da Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a Ministra Cármem Lúcia, que também estranha o fato. Segundo ela, não houve determinação da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral para que esse repasse de informações à Serasa ocorresse. Segundo consta, teriam sido funcionários do Tribunal Superior Eleitoral responsáveis pelo repasse dessas informações.

Nós estamos registrando nos *Anais do Senado Federal* esse fato, porque é gravíssimo. Seria bisbi-

Ihotação oficial: a vida dos brasileiros eleitores sendo devassada através de informações indevidamente fornecidas. Esse é o registro que fazemos, confiando, evidentemente, nas palavras da Ministra Cármem Lúcia, que afirmou:

Por determinação da Corregedoria-Geral do TSE, tendo sido despachado pela Ministra Nancy Andrigi, que foi sucedida no cargo pela Ministra Laurita Vaz, restringindo-se essa matéria ao exclusivo cuidado da Corregedoria. Por isso a matéria nunca foi levada ao conhecimento prévio da Presidência do TSE ou aos demais Ministros.

Esse é o esclarecimento da Ministra Cármem Lúcia, afirmando não ter tido conhecimento do repasse dessas informações. Peço a V. Ex^a que registre nos *Anais do Senado*.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno)

Base de eleitores vai enriquecer cadastro de empresa

6 de agosto de 2013 | 22h 16

José Roberto de Toledo – Colunista do ‘Estado’

O que faz o acordo de cooperação técnica do TSE é “enriquecer”, de graça, o cadastro da Serasa, com a sua, a minha, a nossa informação cadastral – sem contar a de nossas mães.

Não é à toa que o meio empresarial refere-se à prática de acrescentar informações a um cadastro como enriquecimento de dados. Dá dinheiro: empresas, organizações e quem mais puder pagar compra essas informações porque elas revelam desde os dados mais básicos de um cidadão até seu padrão de consumo.

Os dados de eleitores interessam à Serasa, primeiro, pela quantidade: nada menos do que 141 milhões de pessoas. Poucas bases são tão vastas e universais. Talvez não haja outra, consolidada e checada pelo uso, com tantos registros confiáveis e ainda não apropriada pelo mercado.

Um dos problemas da manutenção de cadastros é saber se as pessoas que estão ali continuam vivas. O próprio cadastro de eleitores sofre com esse problema. As taxas de abstenção nas eleições são superestimadas porque muitos eleitores não aparecem para votar pelo simples fato de terem morrido, mas continuarem cadastrados.

A vantagem é que a Justiça eleitoral, de tempos em tempos, promove recadastramentos. Quando isso

acontece, a base fica “limpa” e mais fidedigna. Uma empresa privada, como a Serasa, não tem o poder de compelir alguém a dizer se continua vivo. Daí outra vantagem de ter acesso a cadastrado do TSE: separar os vivos dos mortos.

Justiça Eleitoral repassa dados de 141 milhões de brasileiros para a Serasa

Empresa privada que gerencia informações sobre a situação de crédito dos consumidores do País passa a ter acesso a nomes, data de nascimento e até o nome da mãe dos eleitores

6 de agosto de 2013 | 21h 54

Daniel Bramatti – O Estado de S. Paulo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu repassar informações cadastrais de 141 milhões de brasileiros para a Serasa, empresa privada que gerencia um banco de dados sobre a situação de crédito dos consumidores do País. A medida já está em vigor e afeta praticamente todos os cidadãos com mais de 18 anos, que não terão possibilidade de vetar a abertura de seus dados. O acesso foi determinado por um acordo de cooperação técnica entre o TSE e a Serasa, publicado no último dia 23 no Diário Oficial da União.

Pelo acordo, o tribunal entrega para a empresa privada os nomes dos eleitores, número e situação da inscrição eleitoral, além de informações sobre eventuais óbitos. Até o nome da mãe dos cidadãos e a data de nascimento poderá ser “validado” para que a Serasa possa identificar corretamente duas ou mais pessoas que tenham o mesmo nome.

O acordo estabelece que “as informações fornecidas pelo TSE à Serasa poderão disponibilizadas por esta a seus clientes nas consultas aos seus bancos de dados”. Paradoxalmente, o texto também diz que caberá às duas partes zelar pelo sigilo das informações.

Violação da privacidade. Especialistas em privacidade e advogados ouvidos pelo Estado ficaram surpresos com a “terceirização” de dados privados sob a guarda de um órgão público. “Fornecer banco de dados para a Serasa me parece uma violação do direito à privacidade, o que é inconstitucional”, disse o criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira. “O importante é saber que esses dados fazem parte da sua personalidade, e ela é protegida pela Constituição”, sustenta.

Mariz acrescentou que, diante do debate internacional sobre o programa de espionagem da agência de segurança nacional dos Estados Unidos, o acordo “pode fazer parte de uma escalada maior de quebra de privacidade” no Brasil.

Autorização. Para Dennys Antonielli, coordenador do Núcleo de Direito, Internet e Sociedade da Facul-

dade de Direito da USP, o Tribunal Superior Eleitoral precisaria de “consentimento expresso” dos cidadãos/eleitores para poder repassar seus dados a uma entidade privada.

Com a ressalva de que desconhece os termos do acordo, o criminalista Pierpaolo Bottini disse que, em princípio, os dados de eleitores sob a posse do TSE são “protegidos”. Ambos os juristas ressaltaram que estas informações podem ser requeridas por um juiz criminal à Justiça Eleitoral desde que sejam julgadas relevantes para uma investigação. De acordo com o Bottini, o fato de ser necessário um mandado para sua liberação indica que os dados não podem ser vendidos.

Defesa. Anderson Vidal Corrêa, diretor-geral do TSE, negou que o tribunal esteja abrindo dados sigilosos. Ele afirmou que itens como nome da mãe ou data de nascimento do eleitor serão apenas validados – ou seja, o órgão dirá à Serasa se a empresa dispõe ou não das informações corretas sobre determinada pessoa. Se o dado estiver incorreto, o TSE não vai corrigi-lo, argumentou Corrêa. O acordo, informou o tribunal, foi autorizado por Nancy Andrichi, corregedora-geral eleitoral.

Como contrapartida pela cessão dos dados, servidores do tribunal ganharão certificação digital (espécie de assinatura eletrônica válida para documentos oficiais) da Serasa, o que facilitará a tramitação de processos pela internet. As certificações, porém, só terão validade de dois anos./COLABOROU LUCAS DE ABREU MAIA

Nenhuma informação sobre eleitores foi repassada à Serasa, diz TSE

Contrato com a empresa foi assinado em julho, mas ainda não foi efetivado.

Documento ainda está sob análise da corregedoria do TSE.

Mariana Oliveira Do G1, em Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral informou, por meio de sua assessoria, que o contrato com a Serasa para o repasse de dados dos eleitores foi assinado em julho pelo diretor-geral do TSE, mas ainda não foi efetivado, ou seja, nenhuma informação foi disponibilizada à empresa.

Conforme a assessoria, o contrato assinado está sob análise da corregedoria do tribunal e ainda precisaria ser efetivado para o acordo entrar em vigor. A corregedora-geral do TSE é a ministra Lautira Vaz, a quem cabe as decisões sobre o cadastro do eleitorado.

Mais cedo, a presidente do TSE, Cármén Lúcia, afirmou que não havia sido informada sobre o convênio porque a corregedoria tem total autonomia na gerência

dos dados do cadastro eleitoral. Cármén Lúcia havia defendido a suspensão do acordo com a Serasa para repasse de dados.

A assinatura do acordo entre TSE e Serasa foi divulgada nesta quarta-feira (7) em reportagem do jornal “O Estado de S.Paulo”. Em contrapartida ao acesso às informações, a Serasa deve fornecer ao TSE 1.000 certificados digitais, instrumento que permite que o teor de processos judiciais seja consultado por meio de pessoas cadastradas. Ele funciona como um CPF eletrônico para confirmação da identidade da pessoa. A Serasa é uma das empresas autorizadas pelo governo a emitir a certificação digital.

Por meio de sua assessoria, a ministra Cármén Lúcia disse que sugeriu à corregedora-geral do TSE, ministra Laurita Vaz, a suspensão do acordo firmado pela corregedora anterior, a ministra Nancy Andrichi, que já deixou o TSE.

Ainda conforme a assessoria, Cármén Lúcia solicitou à corregedora que fosse feito um estudo mais criterioso da liberação do cadastro e, a partir daí, o tema fosse levado para análise do plenário do TSE.

“Deve ser levado ao plenário do TSE porque o cadastro fica sob a responsabilidade da Corregedoria-geral mas é patrimônio do povo brasileiro e deve ser submetido ao TSE como órgão decisório maior. O TSE tem que vir a público informar o que aconteceu e os cuidados. E isso certamente será feito pela corregedora-geral que é a responsável pela cadastro dos eleitores. O compromisso do TSE é de total transparência com a cidadania”, afirmou a ministra, conforme a assessoria.

Atualmente, os dados de todos os eleitores do país estão disponíveis para consulta pelo site do TSE. É preciso que seja informado o nome do eleitor, a data de nascimento e o nome da mãe. Ao informar os dados, abre-se uma janela que dá detalhes sobre o título de eleitor do cidadão e o local de votação dele.

Em nota, a Serasa afirmou que as informações que obterá por meio do convênio “são públicas e de natureza cadastral, como título de eleitor e a situação eleitoral, podendo ser acessadas no site do TSE, para verificação ou consulta, por todo e qualquer interessado”. A nota diz ainda que “uma vez que as informações são públicas, cadastrais e necessárias à perfeita identificação do cidadão, tais dados não estão sujeitos à privacidade e, portanto, não violam este direito”.

Segundo a Serasa, o objetivo do convênio é “a verificação de dados para evitar fraudes contra consumidores brasileiros e também facilitar o acesso do cidadão ao crédito”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Na forma do Regimento, atendemos ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Item 12 da pauta.

Não havendo objeção da Casa, nós começaremos a nossa pauta pelo Item 12.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 122, DE 2011

(Calendário Especial – Requerimento
nº 865, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que altera a redação do inciso VIII do § 3º do art. 142, da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de acumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea “c”.

O Parecer sob nº 736, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Eduardo Lopes, é favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria consta da Ordem do Dia em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Em discussão a proposta.

Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra V. Ex^a para discutir a proposta.

E queria, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, registrar, com muita satisfação, aqui entre nós, a presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que visita o Senado, prestigia o Senado num dia em que o Senado vai deliberar sobre matéria importante para a saúde dos brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também cumprimento o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que nos honra com sua presença no plenário do Senado, e a todos que nos honram também.

Quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella, autor dessa proposta de emenda à Constituição, mas cumprimentar também de forma muito enfática o Senador Eduardo Lopes, que é co-autor dessa proposta de emenda à Constituição, pela dedicação, pelo empenho que ele demonstrou na aprovação dessa matéria.

Ainda ontem, na reunião de líderes da base com a Presidenta da República, para discutir o Programa Mais Médicos, mais saúde, o Senador Eduardo Lopes levantou a questão, que contou com o apoio de todos os líderes presentes, da importância da aprovação desta matéria, uma proposta de emenda à Constituição de relativa simplicidade, mas que trará um benefício enorme nesse esforço do governo de garantir um número maior de médicos para atendimento da população, sobretudo em áreas que têm dificuldade de atrair médicos.

É importante registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que hoje, aos 55 anos, o médico militar vai para a reserva. E aos 55 anos ele está no auge da sua produtividade, do seu conhecimento, da sua especialização. E se ele, por exemplo, depois de ir para a reserva, atuar no SUS ou em outro hospital, pela lei atual, ele perde os seus vencimentos de militar.

Isso realmente não tem sentido. E vejam o benefício que essa proposta trará, permitindo que esse médico possa, depois de ir para a reserva, continuar atuando. Ela também permite que, ao longo da sua carreira, ele possa, como podem os demais médicos, além de atuar dentro das suas atribuições militares, em uma jornada que não seja incompatível com a jornada militar, também atuar prestando serviços à população.

É importante registrar que esses médicos, grande parte deles, como foi muito bem lembrado pelo Líder do Governo na reunião com a Presidenta ontem, o Senador Eduardo Braga, até porque ele é um conhecedor dessa situação, haja vista que governou um Estado que tem uma enorme fronteira seca, que é o Estado do Amazonas, grande parte desses médicos está na região de fronteiras, em regiões e Municípios com grande dificuldade de atrair médicos. E esses Municípios serão beneficiados porque os médicos militares poderão também atuar no Sistema Único de Saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo /PSB – DF) – Portanto, essa medida, como disse, é de relativa simplicidade, mas de um impacto social fantástico, além de fazer justiça aos médicos militares.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Lopes pela iniciativa, lembrando, aproveitando aqui a presença do Ministro Alexandre Padilha – e hoje nós teremos uma reunião da Bancada do PSB com o Ministro –, da importância também de o Governo Federal fazer convênios com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica para que a estrutura desses hospitais militares, quer dizer, onde exista uma estrutura adequada, possa também fazer parte do Sistema Único de Saúde nesse

enorme esforço que todos estamos fazendo no sentido de garantir mais médicos para o interior do Brasil.

Portanto, parabéns Senador Eduardo Lopes, parabéns Ministro Alexandre Padilha, pelo esforço...

(Interrupção do som)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – ...pela disposição de diálogo que V. Ex^a tem demonstrado com os líderes das bancadas, com os membros das comissões temáticas para que possamos avançar.

Essa proposta de emenda à Constituição, ninguém será contra ela. Certamente não haverá resistências, mas ela trará um enorme benefício, sobretudo para os Municípios com maior dificuldade para atrair médicos em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

Com a palavra V. Ex^a para discutir a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, senhoras e senhores que nos acompanham pela televisão, pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas diversas mídias do Senado da República, sem nenhuma dúvida, Presidente Renan, a votação desta emenda constitucional vem complementar o enfrentamento de um dos maiores problemas na saúde pública brasileira, que diz respeito à inexistência de médicos em inúmeros Municípios pelo Programa Mais Médicos, que a Presidenta Dilma teve a coragem e a ousadia de, com sua equipe, com o Ministro Padilha, que está presente no Plenário do Senado, no dia de hoje, de apresentar à Nação. E estamos todos otimistas de que haveremos de instalar, na próxima semana, comissão mista a respeito desta Medida Provisória, a Medida Provisória do Mais Médicos, a 621, que trata de médicos generalistas.

Ficava, de qualquer forma, Senador Romero Jucá, a região periférica do País, como a região da Amazônia, como a região do Nordeste, sem ter acesso ainda, no interior das suas regiões, a médicos especialistas.

A PEC nº 122, que trata da questão dos médicos, Senador Mozarildo, nosso querido Senador do Estado de Roraima, que é médico, já estabelece a possibilidade de que os médicos que estejam na carreira militar ou no serviço médico obrigatório possam ter um segundo contrato, garantindo-se, assim, o acesso da população civil, em inúmeras regiões isoladas do País, a médicos especialistas.

Veja, Sr. Presidente: hoje, estão engajados no Exército, nas Forças Armadas, nada mais, nada menos

do que sete mil médicos, a grande maioria médicos com especialização. Esses médicos, a partir do momento em que passam a ter acesso a um segundo contrato, um contrato com a Secretaria Estadual de Saúde, um contrato com a Prefeitura Municipal de Saúde, estenderão o atendimento à população civil, especificamente em áreas isoladas e em áreas de fronteira.

No caso do Amazonas, por exemplo, em Tabatinga, um hospital que é do Estado está cedido para as Forças Armadas. Diante da incapacidade de podermos colocar médicos especialistas civis naquela região, nós não podíamos usar esses médicos para estender os seus horários exatamente por causa da proibição constitucional existente com relação à matéria. Agora, com a aprovação dessa PEC, nós estamos abrindo a possibilidade não apenas para esses sete mil médicos especialistas, mas também para um sem-número de médicos reformados, que, mesmo reformados, não tinham acesso a esse segundo contrato, sob pena de perderem sua aposentadoria.

Ora, isso trará ao mercado de trabalho do setor público, do Sistema Único de Saúde, a meu juízo, algo equivalente ao número de médicos do Mais Médicos – eles são generalistas, é algo como 15 mil médicos –, só que médicos especialistas, médicos com CRM brasileiro e médicos brasileiros e formados no Brasil.

Portanto, essa é uma PEC que complementa a ação, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^as Senadoras, de acesso a médicos dentro do programa referente à política de saúde pública brasileira e no Sistema Único de Saúde.

Há uma emenda assinada por 28 Senadores que, além de estabelecer isso, garante também que esses médicos militares, médicos da ativa ou médicos reformados, não sofrerão nenhum tipo de agregação, caso eles venham a adotar um contrato também civil.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui para fazer um apelo, para defender essa PEC, para dizer da importância dessa PEC para os cidadãos que estão nas regiões brasileiras mais isoladas e que, a partir dessa aprovação, passam a ter acesso a médicos especialistas, a médicos experientes, a médicos treinados e a médicos adaptados à nossa região.

Portanto, quero apoiar e louvar a iniciativa do Senador Marcelo Crivella; do Senador Eduardo Lopes, nosso Relator, que tem sido um baluarte dessa questão; do nosso Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que foi também um baluarte na CCJ dessa questão; do Senador Romero, que é da nossa região e que conhece o assunto; e do Senador Mozarildo, que também conhece essa questão.

Enfim, a todos os Senadores faço um apelo para que possamos aprovar uma importante emenda à

Constituição que trará mais presteza, mais resolutividade e mais cidadania para os brasileiros que hoje estão excluídos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

Tem a palavra V. Ex^a para discutir a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, antes do nosso recesso, eu vim a esta tribuna para dizer que fui procurado por médicos militares e que achei que isso realmente era muito injusto. A Constituição de 1988 tirou a possibilidade de o médico militar ter outro contrato, e lembro que, anteriormente à Constituição, não era assim.

Hoje, a realidade – posso estar equivocado – é que, dentro da carreira de saúde das Forças Armadas, há praticamente 25 mil profissionais. Parece-me que são 15 mil médicos, Senador Mozarildo. Eu não tenho certeza desse número, mas há uma quantidade muito grande de médicos militares aposentados, que, por incrível que pareça, com 55 anos, com 56 anos ou com 60 anos, não podem, em função dessa proibição constitucional, ter outro contrato numa prefeitura ou num governo de Estado. E esses médicos têm essa aptidão natural, sobretudo para atender em lugares mais difíceis, porque essa é a missão.

No meu Estado, o Mato Grosso do Sul, os médicos da Marinha e do Exército atendem a chamada população ribeirinha. Eles viajam em embarcações para atender a essas populações, sobretudo em momentos de muita dificuldade, como no caso de inundações. Então, eles são vocacionados para isso. Aí, um médico desses se aposenta e não pode ter o contrato com uma prefeitura em um governo de Estado. Acho que essa PEC vai corrigir isso no momento em que estamos importando médicos para este País, sendo que há aqui um contingente de médicos com um potencial muito grande, e são médicos com experiência já comprovada.

Então, penso que esta é a grande oportunidade que esta Casa tem de colocar ali, de imediato, pessoas, profissionais que têm experiência, que têm aptidão e que estão acostumados a lugares de difícil acesso.

Sr. Presidente, meu caro Líder Eduardo Braga, eu fui atrás. Queria eu apresentar a PEC. Quando fui pesquisar, eu me dei conta de que já estava tramitando aqui a PEC do Senador Crivella, que, hoje, é o Ministro da Pesca. É coisa de destino mesmo, pois vou acompanhá-lo amanhã no meu Estado do Mato Grosso do Sul. O Ministro Crivella é o autor dessa PEC. E,

hoje, aqui, pedi que discutíssemos isso. E aí o Senador Eduardo Lopes já faz essa discussão. Quero dizer que o primeiro pronunciamento aqui, Senador, em defesa da PEC de V. Ex^a hoje fui eu que o fiz desta tribuna, entendendo o momento, a necessidade e a oportunidade de discutirmos.

Também quero elogiar a postura do Ministro da Saúde, Ministro Padilha, que defendeu ontem, junto com a Presidente Dilma, a aprovação dessa PEC.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dessa forma, hoje, temos aqui todas essas oportunidades. Temos uma matéria que é importante e temos a oportunidade de fazer com que esses profissionais possam, de imediato, dar vazão a essa demanda. E, aqui, tenho a certeza, há Senadoras e Senadores comprometidos, que querem realmente fazer com que os médicos vão para os lugares de mais difícil acesso. Esses médicos militares são vocacionados para essa missão.

Sr. Presidente, encerro, agradecendo a V. Ex^a o tempo a mim destinado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Presidente, inscreva-me!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, dispõe de até cinco minutos, para discutir a matéria.

Inscriverei V. Ex^a, Senador Antonio Carlos.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2011, que ora analisamos, estende aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37. A importância da aprovação de tal medida reside na extensão do permissivo constitucional aos médicos militares, alternativa que é permitida apenas na iniciativa privada e no setor público civil.

Assim, ao aprovarmos essa PEC, estaremos atendendo ao princípio da isonomia e, sobretudo, garantindo a redução do número de desligamentos de médicos dos quadros das Forças Armadas por falta de atratividade econômica, decorrente da impossibilidade de acumular cargos.

À Marinha, à Aeronáutica e ao Exército fica garantida a prestação de atendimento de saúde de qualidade, uma vez que os médicos e outros profissionais da área poderão exercer atividade remuneratória fora

do ambiente militar e ainda seguir carreira nas Forças Armadas.

Por outro lado, garante-se também aos médicos e demais profissionais a possibilidade de terem um acréscimo em seus vencimentos, sem prejuízo de suas funções ordinárias nas Forças que integram.

Sendo assim, por compreender a relevância desse projeto para que o serviço médico militar siga atrativo aos profissionais da saúde, ao mesmo tempo em que eles possam também contribuir para a assistência em âmbito civil, quero dizer que fico entusiasmada ao votar essa PEC, que vem, sem dúvida, resolver um dos graves problemas que temos de atendimento à população brasileira.

Portanto, o meu voto é favorável a essa PEC.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei mais rápido, não usarei os cinco minutos. Apenas quero registrar a importância dessa emenda constitucional.

Quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella.

Quero parabenizar o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, que trouxe para a votação essa matéria, priorizando sua discussão na Comissão.

Quero registrar a importância dessa matéria para todo o Brasil, mas, em especial, para a Região Amazônica, para a Região Centro-Oeste e para os militares brasileiros, Sr. Presidente.

Sou de Roraima e tenho acompanhado o esforço dos militares, principalmente nas fronteiras, nos pelotões de fronteira. Hoje, o médico militar, muitas vezes, já atende às comunidades indígenas, já atende às populações que estão ali sem ter remuneração e sem ter condições operacionais, porque, efetivamente, não pode atendê-las dentro do posto de saúde, dentro da unidade de saúde. Com essa medida, vamos dar condições de, nos lugares mais longínquos, haver um atendimento responsável de médicos que se engajaram na carreira militar e que estão defendendo o nosso País em todo o território nacional.

Quero registrar também a importância de uma emenda que nós apresentamos exatamente para possibilitar que o médico militar possa atuar nas prefeituras, nos Estados, de forma complementar, recebendo remuneração. O médico militar, ou qualquer outro militar, se exercer uma atividade civil, é agregado. Portanto, saía

da carreira militar provisoriamente, da forma como o texto estava. O Senador Eduardo Lopes corrigiu essa questão, exatamente para que o militar pudesse ser médico militar no quartel, no pelotão e na unidade e pudesse também atuar, complementar e provisoriamente, numa atividade médica no Município, no Estado.

Portanto, vamos encaminhar favoravelmente à votação da emenda constitucional e também favoravelmente à emenda que foi apresentada há pouco à Mesa e que complementa o projeto, dando-lhe as condições operacionais de atender o povo brasileiro.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Minoria nesta Casa vai votar favorável a essa emenda constitucional. Achamos que qualquer providência em relação à saúde, Senador Eduardo, vem em bom tempo.

Só não concordamos, Senador, de ver a Presidenta Dilma se expressar a esta Nação como se estivesse tudo resolvido com a contratação de médicos. Isso é brincadeira, Senador, isso é piada da Presidenta Dilma! O povo brasileiro vai às ruas pedir saúde à Presidenta, e ela responde dizendo que vai contratar médicos.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a TV Senado pode mostrar algumas manchetes de hoje. A primeira: "Médico usa lanterna para operar no interior da Bahia." A outra manchete: "Médicos contam como é trabalhar onde falta tudo, até esparadrapo." Brasil, brasileiros, a saúde do Brasil está falida.

A Presidenta Dilma prefere construir estádios de futebol, com valores absurdos, que chegam a R\$2 bilhões, o que traz revolta à população brasileira, meu caro João Durval. É isso o que fez o povo brasileiro ir às ruas. É isso o que vai fazer o povo brasileiro voltar às ruas. É porque a Presidenta não trata com seriedade os principais problemas desta Nação.

Outra manchete que a TV Senado mostra ao Brasil: falta de estrutura pública para o médico trabalhar. Mostre, TV Senado! Pode ser que a Dilma esteja assistindo ao meu pronunciamento, ou que alguém do Governo esteja aqui, ou o próprio Ministro, que deve estar aqui, nesta sessão, pode ouvir minhas palavras e dizer que a contratação de médicos, meu Jarbas Vasconcelos, é um pingo d'água no oceano.

Os brasileiros morrem nas filas dos hospitais, meu Jarbas Vasconcelos. Vá ao interior de Pernambuco, vá ao interior do Pará, vá ao interior da Bahia e mostre a realidade à Dilma, que faz que não a conhece.

O povo brasileiro quer hospital com estrutura. O povo brasileiro não quer só médico cubano. O povo brasileiro não quer só médico militar. O povo brasileiro quer médico, mas o povo brasileiro quer estrutura e quer hospitais.

Ora, Senador Jarbas Vasconcelos, Brasília tem apenas dois clubes de futebol: o Gama e o Brasiliense. Como é que cabe na cabeça de um cidadão construir um estádio de futebol que custou R\$2,5 bilhões e que jamais, na história do futebol de Brasília, vão entrar ali 30 mil torcedores, enquanto os hospitais do interior caem aos pedaços, enquanto no interior você não tem uma sala de cirurgia? Essa é a realidade da saúde brasileira de hoje, ou será que a Presidenta Dilma, ou será que o Ministro que está aqui, neste momento, não sabem disso, não conhecem isso? Ou fazem que não veem.

É preciso que se balance a Presidenta Dilma para que ela possa dizer que o que mais tem neste País é dinheiro para a saúde, que o povo brasileiro este ano vai bater mais uma vez – mais uma vez! – o recorde de pagamento de imposto. Brasileiros e brasileiras, nós vamos chegar este ano a mais de um trilhão e meio de imposto, brasileiros! O Brasil é o país que mais cobra imposto do seu filho.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Por isto ele quer saúde: porque ele paga bem à Nação, e a Nação não retribui a ele nem com saúde, nem com educação, nem com combate à violência.

Este é o País cujo povo está na rua pedindo que saia do poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella, atual Ministro da Pesca, o Senador Eduardo Lopes e parabenizar também a todas as Lideranças aqui do Senado, que, vamos dizer assim, ressuscitaram esta PEC no momento oportuno.

Esta PEC eu diria que é a PEC do bom senso, porque, se nós temos médicos, vamos colocar lá na Amazônia, em toda a faixa de fronteira, com unidades militares e alguns hospitais – esses médicos já atendem, embora não seja obrigatório, às populações locais –, eles vão, efetivamente, até se motivar para permanecer lá. Então, a Região Amazônica, o Centro-

-Oeste e o Nordeste vão se beneficiar bastante, mas o Brasil como um todo.

Repito: é uma PEC do bom senso, em vez de se forçar, por exemplo, pessoas que estão se formando ou que estão por se formar a ir para lugares que não querem, porque até grande parte deles se formaram em faculdades particulares.

Então, entendo que essa foi uma medida, no que tange a esse item de contratação de médicos, extremamente boa, de bom senso e que terá resultados práticos a curto prazo.

Quero dizer aqui, inclusive como médico, que entendo que esta PEC talvez vá fazer com que possamos ter mais tranquilidade quanto à MP do Programa Mais Médicos, porque realmente não dá para ficar numa dicotomia em que ou manda o médico civil, que se forma numa faculdade, para regiões, ou importa médicos estrangeiros e, pior, sem fazer o exame do Revalida.

Então, eu quero cumprimentar V. Ex^a por ter pautado essa proposta e dizer que realmente essa é uma proposta que aprimora, em vez de criar um conflito entre médicos e população, médicos e pacientes. Acho que, afora os vários problemas que existem na saúde, esta PEC ainda vai ajudar, porque vai agregar os hospitais militares, as unidades militares em todos os lugares do Brasil. De forma que eu entendo que talvez até nós não sejamos nem forçados a trazer médicos de fora, sem nenhuma xenofobia, até porque eu sempre dou o exemplo do meu Estado: nós só conseguimos implantar o curso de Medicina quando trouxemos professores de Cuba, e o governo do Estado, na época, fez um convênio com o Ministério da Saúde de Cuba, e levamos médicos para todo o interior. Então, eu não tenho aversão, nenhuma xenofobia em relação a médicos estrangeiros, mas acho que nós temos que, primeiro, esgotar os nossos próprios recursos com os médicos brasileiros que estão aí.

No caso dos militares, além da formação acadêmica da Medicina, eles têm também, digamos assim, a formação disciplinar, que ainda aprimora mais o comportamento deles como médico.

Então, quero dizer que fico feliz, porque, realmente, eu vinha aqui fazendo alguns pronunciamentos contra essas medidas, que entendo que não são suficientes, porque o problema da saúde não é só falta de médico; é falta de leito, é falta de equipamento, é falta de material. Então, com essa questão e passando as unidades militares a também serem financiadas pelo SUS, o SUS vai deixar de ter que construir várias unidades.

(Soa a campainha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Agradeço, Presidente, e faço uma convocação a todos os Senadores, para que possamos votar por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

V. Ex^a já está inscrito, Senador Ferraço.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, quero cumprimentar também os procuradores municipais que participam assistindo à sessão do dia de hoje. (*Palmas.*)

E quero dizer, Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, que eu tenho ocupado bastante a tribuna, nesses últimos dias, para tratar da questão dos médicos, dos problemas da saúde e, em particular, dos médicos, da ausência de médicos em muitos dos Municípios brasileiros.

Diante de uma avalanche de críticas à medida provisória editada, publicada pela Presidenta Dilma, que possibilita, em último caso somente, a partir do momento em que haja a vacância, a contratação de médicos estrangeiros, e que entra, inclusive, no aspecto da formação médica em nosso País, eu tenho vindo a esta tribuna, Sr. Presidente, para comemorar não só o debate, mas para comemorar as iniciativas que, sem dúvida nenhuma, vão mudar a situação na área da saúde brasileira. Não tenho dúvida nenhuma.

Eu digo isso, porque, desde 2003, Sr. Presidente, participo, no Ministério da Saúde, de uma comissão, juntamente com entidades médicas, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, que buscava encontrar soluções para garantir presença de médicos em todos os Municípios brasileiros. Infelizmente, esse problema nunca – o debate, o enfrentamento – ocorreu, da forma como vem ocorrendo hoje.

Não tenho dúvida nenhuma. Tenho convicção, certeza absoluta de que a medida provisória, Senador Pimentel, não será aprovada da forma como veio, mas será aprovada – e, quiçá, com grande consenso.

O outro resultado: eu falei aqui sobre um acordo feito recentemente no meu Estado, provocado pelas próprias entidades médicas.

Os médicos do Estado do Amazonas, que é o Estado que mais aderiu ao Programa Mais Médicos – porque há uma grande falta de médicos nos Municípios do interior –, concordam em trabalhar em forma de rodízio no interior do Estado, ficando um mês e voltando para a capital; depois de um tempo, voltam

e ficam mais um mês. Então, essa é uma novidade. A outra novidade qual é? O debate de agora, a emenda constitucional apresentada pelo Ministro, então Senador Crivella, que permite que médicos que atuam nas Forças Armadas possam ter um contrato a mais.

Eu escuto esse pleito desses profissionais, Senador Mozarildo, há mais de 10 anos, há mais de 15 anos.

No Estado do Amazonas, nós temos pelo menos três grandes hospitais militares, sem falar das unidades, sem falar dos pelotões de divisa que nós temos em Roraima, no Amazonas e em vários Estados brasileiros. Mas temos três grandes hospitais: Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Manaus. Esses hospitais têm um corpo importante de médicos, que não podem, depois de terminar o expediente no hospital militar, trabalhar assistindo a população em outra unidade de saúde.

Mas isso nós estamos acabando hoje, porque chegamos, Senador Mozarildo, a um momento como este de agora, a um consenso. Porque estamos debatendo a questão da saúde. Porque estamos buscando soluções para resolver o problema da saúde.

Ontem, o movimento Saúde+10 esteve na Câmara dos Deputados apresentando mais de um milhão de assinaturas de um projeto de lei...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – ... de iniciativa popular para ampliar os recursos na área da saúde. Isso é importante também. É necessário que o Parlamento brasileiro enfrente esse debate. É muito necessário. É muito importante.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, que é com muita alegria que neste momento votamos esta medida provisória, eu em particular, porque tenho convicção, certeza absoluta, de que ela ajudará muito a melhorar a assistência à saúde e a saúde pública brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Relator desta matéria, Senador Eduardo Lopes, destaca em um dos trechos do seu parecer a aceitação perante a comunidade, feita em pesquisas de opinião, das Forças Armadas, a sua credibilidade, acima até do Ministério Público e de outras instituições que representam o povo brasileiro e que defendem os interesses da Nação.

O art. 29 do Estatuto dos Militares, no seu § 3º, acentua que:

§ 3º No intuito de desenvolver a prática profissional, é permitido aos oficiais titulares dos Quadros ou Serviços de Saúde e de Veterinária o exercício de atividade técnico-profissional no meio civil, desde que tal prática não prejudique o serviço e não infrinja o disposto neste artigo.

Quer dizer, a legislação ordinária, representada pelo Estatuto dos Militares, já permitia que eles desenvolvessem uma atividade, desde que tal prática não prejudicasse o serviço militar. No entanto, a Constituição originária de 88 permitia a acumulação de cargos dessa espécie. Com a revisão constitucional acontecida posteriormente, essa acumulação dos militares foi proibida, resultando que determinados segmentos passaram a ter direito, como os professores e os médicos, em detrimento dos militares.

O que esta proposta prevê é a igualdade de tratamento, é a harmonia entre o que acontece na vida civil e o que acontece na vida militar. O militar pode prestar serviços à sua corporação e, ao mesmo tempo, desenvolver a atividade de médico perante a comunidade de forma remunerada, naturalmente que obedecendo ao princípio de que ninguém pode ganhar mais do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, conforme prevê a própria Constituição.

De forma que esta é uma medida justa, equânime e que vem dar aos militares a mesma condição de outros profissionais da vida civil.

Voto favorável. Esse é o pensamento, sem dúvida alguma, do Partido Socialista Brasileiro, de vez que, no mérito, a providencia atende aos seguintes aspectos: ao interesse das Forças Armadas para manter seus quadros profissionais de saúde a ela indispensáveis, aos próprios profissionais de saúde do Exército, Marinha e Aeronáutica, para que logrem acréscimo remuneratório, sem prejuízo de suas funções ordinárias...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – ... e ao interesse da saúde pública, porque nós sabemos que é mais um elemento profissional qualificado que vem servir a comunidade. E agora mesmo nós estamos sabendo que pelo menos 700 Municípios brasileiros, apesar da convocação feita pelo Ministério da Saúde, não têm nenhum médico. Apesar dessa convocação, ninguém se habilitou a servir a essas comunidades.

Por isso, votamos favoravelmente, parabenizando o relator e o autor. O autor é o Senador, hoje Ministro, Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senadora Ana Amélia, para discutir a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, Nelson Rodrigues não foi nada generoso com as unanimidades, Presidente. Nada generoso, não é, Senador Mozarildo? Nunca foi generoso com a unanimidade. Mas, como toda regra tem exceção, a unanimidade que estamos vendo nesta Casa neste momento nos permite ver uma parte ótima da unanimidade, por uma causa justa, por uma causa necessária, por uma causa de urgência e de emergência: a causa da melhoria das condições de atendimento de saúde em nosso País. Mais ainda, a valorização, Sr. Presidente, de uma iniciativa parlamentar de uma Casa que vem sendo, como é normal nos parlamentos, atacada com muita frequência pela improdutividade, pelos gastos, por uma série de mazelas que nós enfrentamos.

Então, eu fico, como Parlamentar de primeiro mandato, extremamente feliz por ver aqui uma iniciativa parlamentar de um colega nosso, o Senador Marcelo Crivella, feita em 2011, e hoje, 2013, já estarmos votando uma emenda constitucional que trata de permitir o acesso de médicos militares ao atendimento da sociedade brasileira, do cidadão civil, nesta hora em que discutimos aqui a Medida Provisória nº 621, que trata da famosa importação de médicos para atender as demandas da saúde.

E é exatamente a relevância desta medida que dá esse clima de unanimidade. Não há oposição, não há Governo. Todos aqui estão do mesmo lado: do lado de uma PEC que vai assegurar o direito aos militares, uma das categorias de maior empenho e compromisso com a Nação. E aí está também o valor da iniciativa do Senador Marcelo Crivella.

Esta emenda constitucional tem vários méritos. Todos aqui já foram destacados, mas vale salientar que até o Ministro Alexandre Padilha nos dá a honra de ficar conosco nesta tarde para, como ele disse nas redes sociais e nas agências de notícia, fazer um trabalho de formiguinha.

Ministro Alexandre Padilha, este é um tema da maior relevância, e nós agradecemos também a sua agradável presença aqui no plenário do Senado para acompanhar a tramitação desta matéria.

Senador Moka, V. Ex^a, que já ocupou esta tribuna, preside a Comissão de Assuntos Sociais e é médico, sabe, porque vive em um Estado com dois países de fronteira, a importância que as Forças Armadas brasileiras têm em nosso País. E a categoria médica nas Forças Armadas tem uma grande relevância.

Então, estamos com esta Proposta de Emenda Constitucional nº 122, criando um ambiente favorável a fim de assegurar a ampliação do atendimento médico, mas, sobretudo, no meu ponto de vista, valorizando esta Casa, valorizando as Forças Armadas e a iniciativa do Senador Marcelo Crivella na relatoria com o nobre Senador Eduardo Lopes, na Comissão de Constituição e Justiça.

Esperamos que a Câmara dos Deputados dê igual agilidade que esta Casa deu a esta matéria, caro Senador Eduardo Lopes.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nós precisamos dela. E é exatamente esse o motivo pelo qual ocupo esta tribuna, fazendo um alerta de que, ao permitir a dupla função que é necessária para os militares, que não descuidemos de assegurar no Orçamento, Senador Eduardo Braga, às Forças Armadas, o necessário recurso para que não haja nenhuma quebra e nenhuma deficiência nessa prestação de serviços que os militares farão aos civis em nosso País.

Precisamos estar atentos para conceder e fornecer às Forças Armadas as condições de continuar atendendo não apenas as Forças Armadas – Aeronáutica, Marinha e Exército –, mas também a sociedade civil.

E é exatamente nesse ponto que o Nelson Rodrigues, que não foi nada generoso com a unanimidade, está hoje...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A unanimidade (*Fora do microfone.*) nesta Casa é inteligente, é justa, é socialmente justa e é necessária.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Com o apoio integral do Partido Progressista à PEC nº 122.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, vi, há pouco, não sei se ainda está aqui no plenário do Senado, S. Ex^a o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com quem tive a oportunidade de fazer algumas reuniões no meu Estado, com a Governadora do Estado, com o Secretário de Saúde, com políticos do meu Estado, a começar pelo Ministro Garibaldi e pelo Presidente da Câmara, Henrique Alves, tratando das questões de saúde do meu Estado, num clima republicano, onde pleiteamos ajuda para resolver ou para encaminhar soluções no campo da saúde no meu Estado. A relação que tenho com o Ministro é muito cordial, tenho apreço pessoal

por S. Ex^a e, se ele estivesse aqui no plenário, até iria testemunhar aquilo que vou falar.

Entendo, Sr. Presidente, que a solução para a saúde no Brasil envolve muitas coisas, a começar por recursos novos. E explico a V. Ex^a e aos companheiros Senadores que estão neste plenário. No meu Estado do Rio Grande do Norte, como conversei com o Ministro da Saúde, com o Secretário e com a Governadora, neste momento, existem duas UPAs, uma em Natal, capital, e outra em Macaíba, Município da Grande Natal, prontas, fechadas, sem funcionar, há bastante tempo. Não funcionam porque não há médico? Não sei se por isso, porque em Natal é sempre possível conseguir médico, enfermeira, atendente. Em Macaíba, o próprio prefeito é médico. Elas não funcionam, Senador Jader Barbalho, porque as Prefeituras de Natal e de Macaíba não têm recurso para o custeio, para equipar, para colocar em funcionamento, para ter medicamento, para ter o material de atendimento para que a UPA funcione.

A Presidente da República anunciou um plano de construção de 500 UPAs no Brasil.

Eu li uma estatística há poucos dias de que não chegavam a 15 as concluídas. Muito, muito longe de atingir a meta! Que dirá se houvesse 300 prontas! Que exemplo estariam dando ao Brasil essas 300 prontas, que seriam iguais às de Macaíba e Natal!

Estariam fechadas, porque não havia recurso para o custeio, para o funcionamento dessas Unidades de Pronto Atendimento.

Eu digo isso porque sou Líder de oposição, mas não faço oposição ao País. Eu não jogo no “quanto pior, melhor”. Eu quero ajudar o Brasil e vou votar a favor dessa matéria, porque entendo que ela tem mérito, mas não é a panaceia, não é a solução dos problemas da saúde.

O problema da saúde, Senador Renan Calheiros, é votarmos mais recursos. Houve um grupo que entregou ao Poder Executivo uma proposta de financiamento da saúde pública que está sendo cotejada com a Emenda 29 e tem que ser – tem que ser – objeto de ação prioritária no Congresso votar, para aprovar ou não, financiamento para ações de saúde, que é o maior dos problemas do povo brasileiro. É o maior de todos!

As UPAs são o exemplo do que é preciso fazer. Vamos votar uma matéria que foi unanimidade na reunião dos Líderes há dois dias, no gabinete de V. Ex^a, quando discutimos talvez 20 temas diferentes e alguns foram unanimidade.

Essa foi uma matéria que mereceu a unanimidade das opiniões para se votar, para se incluir na pauta e se votar a favor. E por que razão? Porque ela é lógica.

O que vai acontecer, Senador Eduardo Braga? No caso de indisponibilidade de médicos, maiores, capitães em Municípios de fronteira, em Municípios distantes, onde está parte do problema de saúde, aí, sim, vale, porque nos rincões pode estar faltando médico, e um dos problemas de saúde é a falta de médico.

O que vamos votar permite que o médico militar não se agregue, não deixe nem perca a função de militar e possa fazer como atividade extra um benefício à comunidade, tendo remuneração pela atividade que desenvolva. Essa é uma oportunidade para que o médico militar possa prestar serviço sem perder a função militar, o que atualmente acontece. Estamos dando um acréscimo adjutório para a solução da questão da saúde.

Mas não que isso signifique a panaceia. Essa é uma matéria que se justifica. Essa matéria vai ter, creio eu, a unanimidade dos votos do Senado, mas longe de ser a solução do problema de saúde.

Urge que se vote esta PEC 122, mas que se aprecie o mais urgente possível o financiamento real para as questões de saúde, ou com a proposta nova que chegou ao Poder Executivo ou com a Emenda 29. Essa, sim, destinando 10% da receita bruta do País

à saúde pública, vai fazer com que União, Estados e Municípios façam esforço conjunto no sentido de beneficiar a saúde dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, com a declaração de voto de que o meu Partido votará "sim" à PEC 122.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Há, sobre a mesa, emenda que será lida pelo Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Dê-se à ementa da Proposta de Emenda Constitucional nº 122, de 2011, a seguinte redação:

Altera a redação dos incisos II, III, VIII do §3º do art. 142 da Constituição Federal para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea "c", assinado pelo Senador Alvaro Dias e mais outros Srs. Senadores.

É a seguinte a Emenda na íntegra:

EMENDA Nº 2, DE PLENÁRIO (À PEC Nº 122, DE 2011)

Dê-se à Ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº. 122, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a redação dos incisos II, III e VIII do § 3º do art. 142, da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea 'c'!"

"Art. 142.

§ 3º.

II - o militar cm atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art.

37, inciso XVI, alínea c, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III - O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea c, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

VIII – aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVI, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV, XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, o inciso XVI, alínea c;

” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em relação ao Parecer da CCJ a presente Emenda de Redação visa a **repetição da ressalva feita no inciso VIII do § 3º, do art. 142 da Constituição Federal, para permitir a acumulação de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde das Forças Armadas, também nos incisos II e III, do mesmo art. 142.**

Essa modificação, de natureza redacional, é necessária para reparar incorreção de técnica legislativa, pois os incisos II e III do art. 142 tratam da passagem para a reserva do militar que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente e da sua agregação, caso o cargo ou emprego seja de natureza temporária, respectivamente.

Dessa forma, a modificação feita evitará que a alteração proposta pela PEC 122, de 2011, gere futura contradição com o previsto nos citados incisos II e III, do § 3º do art. 142 da CF.

Ressalte-se que, apesar de o nosso Regimento Interno prever mas não definir o que seja “Emenda de Redação”, o da Câmara o faz nos seguintes termos:

Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Art. 118. (...)

§ 8º Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

Por fim, o emprego dessa analogia com o Regimento da Câmara é previsto em nosso Regimento, da seguinte forma:

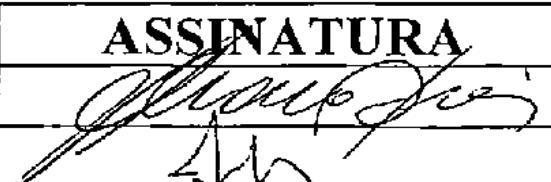
**REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO LEGISLATIVO**

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

(...)

VI – decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito;

A modificação ora proposta nenhuma alteração substancial introduz no Parecer aprovado pela CCJ e pode receber Parecer neste Plenário, permitindo que a PEC 122, de 2011, se aprovada nos termos da Emenda, seja encaminhada à apreciação pela Câmara dos Deputados.

ASSINATURA	NOME
	Alvaro Dias EDUARDO LOPES

Find offis
now 30
Dwight
Brown
R. Brown Brown
Dwight
Brown
Dwight Brown
Dwight Brown

Lyra leucosticta
Sturnis sp.
mari do Carnaval
graua (water)
Turdus fuscater
Buteo buteo
Gymnorhina tenuirostris

My
days
are
full
of
work
and
fun
and
I
have
a
lot
of
time
to
relax
and
have
fun.

Rodrigo Horowitz
Ana Amélia (PPRS)
CAPP GEMANIS
C120 N

Eduardo Braga
Jair AGUIRRE

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Eduardo Lopes, para emitir parecer.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida: é o parecer quanto à emenda ou quanto à PEC?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quanto à emenda inicialmente.

PARECER N° 745, DE 2013 – PLEN

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Quanto à emenda. O.k. Muito bem.

Vou proceder, então, ao parecer com respeito à emenda de redação da PEC 122, de 2011.

Em relação ao parecer da CCJ, cuja relatoria também me coube, a única modificação sugerida pela emenda é a repetição da ressalva feita no inciso VIII do §3º do art. 142, para permitir a acumulação de cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde das Forças Armadas, também nos incisos II e III do mesmo art. 142.

Essa modificação de natureza redacional é necessária para reparar incorreção de técnica legislativa, pois os incisos II e III do art. 142 tratam da passagem para a reserva do militar que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente ou da sua agregação, caso o cargo ou emprego sejam de natureza temporária, respectivamente.

Dessa forma, a modificação feita evitará que a alteração proposta pela PEC 122, de 2011, gere futura contradição com o previsto nos citados incisos II e III do §3º do art. 142.

Ressalto que, apesar de o nosso Regimento Interno prever, mas não definir o que seja emenda de redação, o da Câmara o faz, nos seguintes termos – Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

Art. 118

.....
§8º Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

Por fim, o emprego dessa analogia com o Regimento da Câmara é previsto em nosso Regimento da seguinte forma:

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....

VI – decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito.

Isso está no inciso VI.

Dessa forma, a modificação ora introduzida dispensa o seu reexame pela CCJ, pois de fato nenhuma alteração substancial é introduzida no parecer por ela aprovada, podendo a PEC 122, de 2011, se aprovada, ser encaminhada à apreciação pela Câmara dos Deputados, razão pela qual, Sr. Presidente, eu acolho, como integrante do parecer apresentado neste plenário, a emenda de redação à PEC 122.

Eu acolho a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Declaramos encerrada a discussão, em primeiro turno.

Passa-se, portanto, à votação da proposta de emenda à Constituição, nos termos do substitutivo, ressalvada a Emenda n° 2, apresentada em plenário, com parecer favorável do Senador Eduardo Lopes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo /PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB – AL) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo /PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro agradecer esse entendimento praticamente com todas as Lideranças e destacar a importância desta Proposta de Emenda à Constituição n° 122.

Eu creio que há algo que precisa ser destacado, Sr. Presidente. Nós tivemos uma reunião dos Líderes da Base do Governo com a Presidenta e ali mostrávamos a importância desse projeto. E ela, que disse que já havia tratado também com V. Ex^a e com outros Parlamentares, prontamente nos atendeu para manifestar uma posição de apoio a um projeto como este. Por quê? Porque demonstra o compromisso que tem neste instante de dar solução a um problema real do País: a escassez de profissionais da saúde, principalmente da área médica. Nós estamos falando de milhares de profissionais que, por conta das regras hoje, estão impedidos de atuar nas regras do Sistema Único de Saúde. E aqui nós abrimos a chance, principalmente nas regiões em que se encontram dificuldades para ter profissionais.

Estamos falando não só de atenção básica, mas também de cirurgiões, de profissionais altamente qualificados tanto do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, como das polícias, do corpo de bombeiros.

E é por essa razão que eu quero aqui fazer esse apelo a todos os Parlamentares, Senadores e Senadoras, pelo voto “sim”, para que possamos aprovar a PEC 122.

Aproveito para convidar os Parlamentares que estão nos gabinetes ou em outras áreas do Senado para que aqui compareçam e possamos votar. Consideramos tão importante, Sr. Presidente, este projeto, que nós tivemos uma reunião com a Presidenta Dilma e pedimos a ela, e V. Ex^a também, o adiamento para que pudéssemos ter as condições de dar o quórum necessário para a aprovação, já que é uma emenda constitucional.

A orientação, portanto, do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio – e fazemos um apelo a todos os demais partidos – é pelo voto “sim”, pela aprovação da PEC 122.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo /PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria /PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB – AL) – Senador Paulo Davim. Em seguida, o Senador Inácio Arruda.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria /PV – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, da mesma forma que muitos colegas, externar a minha mais inteira concordância com a aprovação desta matéria.

Realmente, o Brasil não pode se dar ao luxo de ter um segmento de excelência, profissionais médicos, profissionais da área de saúde que servem às Forças Armadas e que, por força de lei, são impedidos de prestar serviços à comunidade em geral, à sociedade nos locais onde eles são lotados como militares. E veja que são profissionais bem-preparados, bem-formados e que podem prestar muito mais serviço, e um serviço de grande relevância, sobretudo nas áreas mais pobres do Brasil, nas áreas onde há dificuldade no provimento de profissionais médicos.

Portanto, eu quero parabenizar o Senador Eduardo por essa iniciativa e louvar esta Casa, que está tendo o tirocínio, que está tendo a oportunidade de contribuir, de uma forma muito marcante, com a qualidade da saúde do Brasil.

São mais de sete mil médicos, profissionais militares, que poderão contribuir sobremaneira na qualidade e na assistência à saúde pelo Brasil afora.

Fica aqui o meu voto de concordância, e quero parabenizar mais uma vez o Senador Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esta emenda constitucional, de autoria do Senador Crivella, Ministro da Pesca, Senador preocupado com a saúde pública no Brasil, relatada aqui pelo Senador Eduardo Lopes, seu suplente, tem dois sentidos que eu considero muitíssimo importantes, no momento que nós estamos vivendo no Brasil.

Primeiro, ela trata de uma quase que injustiça praticada contra os médicos de carreira das Forças Armadas. Mesmo os que exercem a atividade de serviço militar obrigatório e que são médicos têm que cumprir essa passagem na sua vida: vão até as Forças Armadas, servindo ao País, mas ficam impedidos de exercer a Medicina em outro órgão público. Às vezes, estão ali sediados em um Município que precisa de mais um médico, mas que não tem a oportunidade de ter esse médico porque ele está servindo às Forças Armadas.

Eu considero que nós corrigimos essa injustiça. Já é um pleito de muitos anos dos médicos brasileiros e das médicas brasileiras. Então, nós corrigimos essa injustiça e, ao mesmo tempo, ajudamos o Brasil em uma hora difícil de carência de profissionais médicos para atender regiões no Brasil que hoje estão sem atenção nenhuma praticamente.

Veja a questão da região de fronteira do nosso Brasil, que é imensa; o interior do Nordeste brasileiro; o Centro-Oeste brasileiro; são regiões que precisam intensamente de profissionais médicos, e nós estamos, ao mesmo tempo, corrigindo uma injustiça e dando um alento ao povo brasileiro, porque vamos ter mais profissionais disponíveis para o serviço público, no Brasil inteiro, podendo exercer a Medicina.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o nosso Senador Crivella, o Relator Eduardo Lopes, pelo projeto que permitiu que nós pudéssemos ajudar o nosso País nesta hora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço, para encaminhar a votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/Maioria. PMDB – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Cumprimentando, Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Crivella, cumprimentando o Relator, Senador Eduardo Lopes, o PMDB encaminha favoravelmente a essa matéria, entendendo o seu alcance, a igualdade de oportunidades que nós estamos dando aos oficiais das Forças Armadas que exercem a função de médico, sobretudo aqueles que estão no interior do nosso País, nas regiões e nos Municípios onde nós estamos vendo, com muita clareza, a necessidade intensa de uma presença cada vez mais firme de médicos que

possam acolher, acolher brasileiros que necessitam dessa que é uma prestação de serviço absolutamente fundamental à sobrevivência humana.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, o PMDB encaminha favoravelmente, na expectativa que se tem de que pelo menos sete mil médicos das Forças Armadas poderão incorporar-se a esse esforço, poderão ter um outro tipo de atividade. Além do atendimento às pessoas, nós também poderemos reforçar a remuneração adequada e justa desses profissionais. E, com isso, nós estamos criando até mesmo um estímulo para que eles possam se manter nas Forças Armadas, prestando um trabalho, tendo em vista que o mercado anda de certa forma subtraindo a presença desses profissionais.

Por isso mesmo, o PMDB encaminha o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella, nosso Ministro da Pesca hoje, o Senador Eduardo, Relator da matéria, pela incorporação desses sete mil médicos num País com dimensões continentais como o nosso, que necessita da presença do médico, e essa adequação salarial, de maneira que nós contemos com esses oficiais.

Aliás, o Exército, todo ano, faz convites a Senadores e Deputados para uma viagem à Amazônia. Acho que todos deveriam fazer para poder entender a necessidade deste País nas suas dimensões.

Sr. Presidente, o bom médico é aquele que está perto do paciente.

Vejo esse debate todo em torno do Mais Médicos, que é um programa do Governo; essa iniciativa do Ministro Marcelo Crivella, Senador Crivella, que tão bem faz ao País, com essa relatoria do Senador Eduardo, com que todos nós concordamos, porque sabemos o benefício que o País vai receber. E há tanta polêmica desnecessária em torno do projeto do Governo; fala-se em formação. Anatomia, Sr. Presidente, sempre foi a mesma coisa: todo mundo tem dois braços, duas orelhas, dois olhos, duas pernas. O bom médico, o médico com boa formação é aquele médico que está perto do doente. E para Presidente Kennedy, para Ponto Belo, para Pedro Canário, os menores Municípios do meu Estado, o médico, com excelente formação, com especialidade, não quer ir, Sr. Presidente. É por isso que nós precisamos defender o projeto, esse projeto do Governo que, embora tenha contrariedades, tem critérios. Nós precisamos, neste País, de médico per-

to do doente; este é o médico qualificado: o que está perto do doente.

Mais uma vez, saúdo a iniciativa do nosso Ministro e Senador Marcelo Crivella e vejo com os olhos da Nação, com bons olhos esses sete mil que virão para ajudar a debelar essa necessidade do País.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, venho aqui para dizer ao Senado da República, aos nossos telespectadores que nos assistem, da importância da aprovação desta PEC. Esta PEC traz para o Sistema Único de Saúde a possibilidade imediata, em regiões isoladas do Brasil, de contratação de aproximadamente 15 mil médicos por Estados e Municípios – e médicos com especialização, brasileiros com especialização e CRM, adaptados a essas regiões.

Portanto, quero aqui cumprimentar o nosso Senador Marcelo Crivella mais uma vez; o nosso Relator Eduardo Lopes; o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Moka; bem como todos os Senadores que estão engajados; o nosso Ministro Padilha; o Governo Federal, que entendeu essa necessidade, para que nós possamos avançar. E mais, registrar a importância da emenda apresentada e encabeçada pelo Senador Romero Jucá, que faz com que essa retirada de obstrução não implique agregar nem quem está na ativa nem prejudicar quem está na reserva para termos acesso a esses médicos.

Portanto, com alegria, encaminhamos o voto “sim” para a PEC 122 e a emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também para registrar – como inclusive já foi destacado pelo nosso Líder, o Senador Rollemberg – a importância dessa PEC, a importância deste momento, representando um diálogo com o Governo Federal, que apresenta a proposta Mais Médicos.

Compreendemos que não se trata de demonizar a categoria dos médicos no Brasil nem de fazer uma mistificação do seu papel. Trata-se de discutirmos efetivamente a garantia da saúde para a população brasileira e para aqueles que mais precisam. Essa é uma antiga reivindicação das Forças Armadas; os próprios médicos que são funcionários das Forças Armadas desejam participar desse esforço do Brasil, de levar a saúde àqueles que mais precisam, nas regiões mais

distantes. O Governo precisa disso e o povo brasileiro, acima de tudo, precisa disso.

Quero, portanto, registrar o meu voto “sim”, seguindo a Liderança do meu Partido, do nosso Bloco e da Base do Governo.

Obrigada.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria, se possível, depois da última manifestação, como Relator, de fazer uma manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Daremos a palavra a V. Ex^a.

Senador Jorge Viana.

Em seguida V. Ex^a, Senador Vital do Rêgo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era só para também registrar que venho do Acre e talvez não tivemos hoje a dimensão do que estamos votando. É muito importante. Quem conhece bem este País sabe o quanto será importante para o cidadão que mora nos pequenos Municípios, nos lugares mais distantes, esta medida que o Senado vota agora.

O Ministro Padilha está aqui. É uma iniciativa da qual eu falava com o Senador Rodrigo Rollemberg: “Só cabe nos perguntar por que não fizemos isso antes, mas o estamos fazendo em boa hora”. Na hora em que o cidadão brasileiro identifica, em toda e qualquer pesquisa, que o problema de saúde do País está sempre entre os três maiores problemas de qualquer Estado, de qualquer Município, nós estamos adotando uma medida, como disse o Líder do Governo, Eduardo Braga, que vai criar a possibilidade de incorporarmos 15 mil profissionais de saúde. Essa medida, que cria a possibilidade de a sociedade poder usufruir melhor de um profissional com especialização nos lugares mais distantes, é fantástica.

No Acre, nós temos a presença do Exército em Santa Rosa. Não se mantém, por dinheiro nenhum, um médico civil em Santa Rosa. Lá está o médico militar, que agora vai poder trabalhar com a prefeitura, trabalhar nos programas do Governo. A mesma coisa em Marechal Thaumaturgo, a mesma coisa em Assis Brasil.

Eu estou só fazendo este registro em face de votações como esta, de projetos como este. Parabenizo o Senador Eduardo Braga, o Ministro Crivella e o Governo da Presidenta Dilma, por intermédio do Ministro Padilha, por esta iniciativa, que, de certa forma, é uma atitude concreta a favor da saúde, a favor daqueles que mais precisam.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer, agradecendo a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me alegro muito com este projeto e parabenizo V. Ex^a pelo esforço que fez junto com o Senador Crivella, autor desta matéria; parabenizo o Senador Eduardo Lopes, que, de forma brilhante, defendeu, na Comissão de Constituição e Justiça, tão logo solicitou pauta, esta proposta de emenda constitucional.

V. Ex^a reconstrói este Senado, começa a reconstrução de pontes com uma categoria fundamental e importante para o Brasil, que é a classe médica, que agora vai, por intermédio de profissionais militares da mais alta envergadura, da mais alta competência multidisciplinar, estabelecer, dentro de um período, de um horário específico, continuando a dar prioridade às Forças Armadas – vale salientar –, o atendimento à população brasileira.

Esses profissionais, Sr. Presidente, como já foi dito aqui pelos colegas, principalmente os da Região Norte, contribuem com mais de 15 mil médicos e médicas, que poderão, com as suas mais diversas atividades e especialidades, continuar fazendo o que, em muitos locais, Senador Aníbal, Senador Randolfe, Senador Eduardo Braga, já estão fazendo através do extraordinário trabalho das Forças Armadas, do Exército Brasileiro, da Marinha, que ocupam esses espaços muitas vezes inatingíveis por outros profissionais para os quais o exercício da Medicina pode contribuir.

Por isso, Sr. Presidente, é importantíssima a votação de hoje, pois se começa a construir uma ponte importante com a classe médica brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Esta PEC nº 122, proposta pelo Senador Marcelo Crivella – hoje Ministro da Pesca e Aquicultura –, e relatada com brilhantismo pelo Senador Eduardo Lopes, tem um mérito triplo. Ao mesmo tempo em que vai ajudar as populações das cidades mais distantes, das comunidades mais distantes, vai também proporcionar às nossas Forças Armadas a possibilidade de não perder seus profissionais médicos. Permitirá ao militares, aos médicos militares, uma oportunidade a mais de trabalho nas horas extras, exatamente para atender as comunidades que mais precisam.

A PEC nº 122 está sendo aprovada num momento muito oportuno, num momento em que nós temos um grande déficit de médicos em cidades mais isoladas. Posso falar com conhecimento de causa porque en-

frentamos muito esse problema lá no Estado do Acre, no Município de Santa Rosa do Purus, por exemplo, no Município de Jordão, de Porto Walter, de Thaumaturgo. São Municípios nos quais, durante o inverno, se tem a possibilidade de chegar por água e por avião, e, durante o verão, só por avião.

Uma proposta como essa permitirá que as unidades militares instaladas nessas regiões, os quartéis, possam disponibilizar os seus profissionais médicos para também prestarem assistência no Sistema Único de Saúde. Portanto, fico orgulhoso por estar aqui presente, hoje, nesta sessão do Senado, e por estarmos aprovando esta PEC nº 122, dando essa possibilidade a mais aos profissionais médicos militares, a possibilidade de prestarem os seus serviços de maneira mais abrangente, atendendo a população que mais precisa de saúde, que é a que mora nos Municípios mais isolados da Amazônia.

Então, estão de parabéns o Relator, Eduardo Lopes, e o proponente da PEC, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Flexa, Senador Randolfe e Senador Cristovam. Senador Gim Argello.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sem revisão do orador.) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E vamos encerrar a votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ...Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Essa PEC nº 122, de 2011, que teve como primeiro subscritor o Senador, hoje Ministro, Marcelo Crivella, é aquele tipo de PEC que tenho certeza de que será aprovada por unanimidade. Quero também parabenizar o Relator, Senador Eduardo Lopes, porque ela vem ao encontro de extinguir o que é, eu diria, uma aberração, que não permitia ao militar prestar serviço profissional de saúde, para prestar serviço fora da corporação. Então agora vão poder fazer exatamente aquilo que eles já faziam nas ações de cidadania.

Na Amazônia, todos nós que lá vivemos sabemos da importância das Forças Armadas, seja do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, no sentido de atendimento, principalmente aos ribeirinhos e aos Municípios de fronteira. Agora eles poderão exercer a sua profissão

na área da saúde, fazendo de forma correta, inclusive aqueles que já estão na reserva vão poder ajudar.

Repto, não se faz...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ... saúde sem médicos, mas também não se faz saúde só com médicos. É preciso que o Governo entenda que a Medida Provisória “Mais Médicos, Mais Saúde” precisa ser revista, precisa ser aperfeiçoada, porque ela, sim, não atende às necessidades, porque o que falta para a área de saúde é gestão e recursos para custeio, e não só para investimentos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que gostei quando ouvi o Senador Jorge Viana dizer que há coisas que acontecem aqui que a gente pergunta como demoramos tanto a fazer. Essa é uma das coisas. Eu creio que ainda vamos ter muitas coisas acontecendo aqui que vamos dizer “como é que demoramos tanto a imaginá-las?” Mas essa é uma dessas, e eu voto muito satisfeito a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta proposta de emenda constitucional é um marco importante, um ato, um passo de uma caminhada que, me parece, precisa de duas ações fundamentais e indissociáveis. O problema da saúde pública no Brasil passa pelo enfrentamento de duas questões. Nós temos um sistema de saúde consagrado na Constituição brasileira, um Sistema Único de Saúde público, gratuito e assegurado e consagrado como universal. Esta é uma conquista civilizatória em nosso País, consagrada na Constituição e resultado de uma luta da sociedade brasileira ao longo de anos, assegurada no texto constitucional de 1988.

Mas, para avançar nessa conquista, são fundamentais dois passos. O primeiro passo, um dos passos nesta caminhada é a aprovação, sem dúvida, desta Proposta de Emenda Constitucional nº 122, que possibilita aos profissionais médicos militares optar, ter o direito também de ocupar a função da atividade civil.

Mas somente isto não basta. O grande problema da saúde pública hoje é a ausência de profissionais de saúde em regiões mais distantes do País, em regiões inacessíveis. O grande problema é a não presença de profissionais de saúde em regiões como o Arquipélago

do Bailique, no meu Estado do Amapá, a não presença de profissionais de saúde, notadamente profissionais médicos, em Municípios como Pracuuba, como Calçoene, no meu Estado do Amapá. Nas regiões mais distantes da Amazônia. Este é o primeiro dos problemas que necessita e que precisa ser enfrentado. Neste sentido me parece que é a medida provisória que está em debate aqui no Congresso Nacional, mas esta é uma das vertentes do problema.

Há um outro tema que também tem que ser enfrentado, que é o tema do financiamento da saúde pública. Entre os sistemas de saúde pública da América Latina, o nosso financiamento por habitante é menor que o financiamento por habitante do Uruguai, da Argentina, da Venezuela, de um conjunto de países latino-americanos. O financiamento por habitante da Argentina e do Uruguai é maior que o financiamento por habitante do nosso País.

Então, não adianta somente o acesso de médicos se nós não resolvemos o problema do financiamento da saúde pública.

E por isso que é importante acompanharmos o trâmite do projeto de lei de iniciativa popular que foi apresentado na Câmara dos Deputados, que exige, que estabelece não menos de 10% da receita bruta da União para a saúde pública. Sem isso é impossível resolver a questão da saúde pública somente com o atendimento, com a disponibilidade de profissionais de saúde para as regiões mais distantes do País.

É fundamental, é necessário iniciativas como essa. É necessário, por exemplo, definir a carreira de médico como carreira típica de Estado, conforme proposta de emenda constitucional que está aqui no Senado. Mas também é indispensável resolver o problema do financiamento da saúde pública.

Por isso, com a mesma celeridade dessa proposta de emenda constitucional, é necessário trazermos a proposta que tramita na Câmara dos Deputados, se ali aprovada, e trazermos aqui ao plenário do Senado, para também resolvemos, concomitante ao acesso de médicos, concomitante à MP do Mais Médicos, mas concomitante, paralelo a isso, resolvemos também a questão do financiamento da saúde pública.

Obviamente, meu voto pessoal será favorável a essa Proposta de Emenda à Constituição nº 122.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Governo/PCdoB – CE) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador Gim Argello, nós vamos encerrar a votação. V. Ex^a quer ficar inscrito logo para a votação seguinte?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não. Vou falar ainda nesta votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Governo/PCdoB – CE) – Então, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Eu lhe agradeço, Presidente, agradeço a referência feita, agradeço ao Presidente Renan Calheiros por ter colocado essa matéria ontem, a pedido do Colégio de Líderes, tendo em vista que essa matéria foi levantada e muito bem colocada no momento oportuno que o País está vivendo pelo nobre Senador Eduardo Lopes, que também é do Bloco União e Força.

Ontem, na reunião com a Senhora Presidente da República Dilma Rousseff, quando colocou o assunto do Mais Médicos, que é um assunto muito importante, vai ser debatido longamente nesta Casa, o Senador Eduardo Lopes lembrou que havia uma PEC muito bem construída aqui nesta Casa, já apresentada, já com relatório feito, já aprovada nas comissões temáticas desta Casa, de autoria do nobre Senador, hoje Ministro da Pesca, nosso querido Marcelo Crivella.

Então, na lembrança do Senador Eduardo Lopes, nós resolvemos colocar ontem, no Colégio de Líderes, pelo nobre Senador Eduardo Lopes. Só estou fazendo justiça. Por quê? Para lembrar que nesta Casa, os temas que são prioritários para o País, todos eles têm origem na Casa do Povo, têm origem no Senado da República.

Marcelo Crivella fez esta PEC e hoje nós a estamos votando tendo a certeza de que estamos ajudando o nosso País, porque esses médicos militares, realmente, todos eles, são muito preparados e se apresentam relativamente muito novos. Então, o Marcelo Crivella, que foi do Exército brasileiro durante muitos anos, lembrou disso, atendeu. Isso foi conversado nas Forças Armadas. Foi acertado pelo Senador Marcelo Crivella e pelo Senador Eduardo Lopes no Exército, na Marinha, na Aeronáutica. Então, é muito importante.

Esta Casa hoje está dando um passo muito importante para ajudar o Mais Médicos. E mais do que isso, para ajudar não só o projeto, mas a população, porque hoje ainda há 700 Municípios que não têm médico para atender.

Eu queria parabenizar o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, por ter colocado a matéria, mas mais efusivamente o Senador Marcelo Crivella e o Senador Eduardo Lopes, do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Governo/PCdoB – CE) – Todos os Srs. Senadores e Senadoras já votaram?

Vamos encerrar a votação. Em seguida, votaremos a emenda, que já recebeu parecer favorável do Senador Eduardo Lopes.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

54^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA N°1- CCJ (SUBSTITUTIVO) A PEC N° 122/2011 (1º TURNO)

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VIII DO § 3º DO ART. 142, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTENDER AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS A POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE CARGO A QUE SE REFERE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C".

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	1	Abertura:	07/08/13 17:54
Data Sessão:	07/08/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	07/08/13 18:25

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO Maldaner	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELcídio do AMARAL	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM

PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MARIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

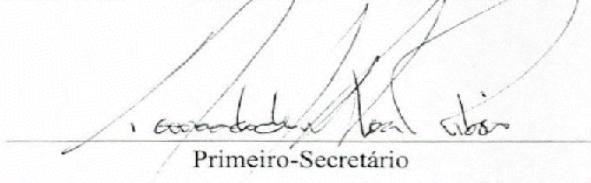
SIM : 69

NÃO : 00

ABST. : 00

PRESIDENTE : 1

TOTAL : 70



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Governo/PCdoB – CE) – Resultado: 69 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Total: 69.

Votação por unanimidade. Meus parabéns ao Senador Crivella e ao Senador Eduardo Lopes, a quem já dou a palavra, para proferir parecer sobre a emenda.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria de ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Governo/PCdoB – CE) – O parecer já foi oferecido à emenda, parecer favorável do Senador Eduardo Lopes.

Então, vamos abrir a votação e concedo a palavra a V. Ex^a.

Está aberta a votação para a emenda.

(Procede-se à votação.)

O Senador Eduardo Lopes está com a palavra.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham agora pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Internet, enfim, eu quero, neste momento tão especial, neste momento tão importante não só para mim, no sentido do mandato, não só para o Senador Marcelo Crivella, como autor dessa PEC tão importante, não só hoje também para o País. Porque, quando ele fez a PEC, em 2011, já foi visualizando esta questão da deficiência, mas também a questão dos próprios médicos militares. Então, é um momento muito importante – repito – não só para mim, não só para o Ministro Crivella, mas para o Brasil, porque eu já tive a oportunidade de visitar as fronteiras. Já

estive na Cabeça do Cachorro, já estive no Pico da Neblina, já visitei a Amazônia, o Comando Militar da Amazônia, e eu vi ali nas fronteiras, Senador Eduardo Braga, o senhor que conhece certamente melhor do que eu, porque eu fui a visitas pontuais, mas eu vi ali a questão dos médicos militares. Visitei o hospital e vi ali militares que até mesmo sem ganho nenhum não deixam de ajudar a população, porque são médicos. Eles têm dom de médico, têm vocação de médico e jamais vão deixar de ajudar uma pessoa pelo fato de não ganhar nada. Então, o militar está lá na fronteira, o médico militar está lá na fronteira onde não tem médico.

Essa PEC traz exatamente essa condição, permitindo que o médico militar venha a acumular função, venha a receber. Nós temos três vertentes da nossa PEC, o que realmente é muito bom: a questão da própria vida financeira dos médicos, a questão da sociedade brasileira que vai ser ajudada com isso, e tem mais, nós estamos hoje sendo muito pergunados sobre o número de médicos. A informação, Senador Mozarildo, que é médico também, é de que nós temos hoje 3.500 médicos ativos no Exército, de carreira. São os chamados médicos de carreira militar. Temos mais 3.000, chamados de temporários, e temos também os inativos, dos quais eu não tenho número oficial, mas não acredito que seja menor do que a soma dos dois, eu não acredito, uma vez que o militar era reformado com 50 anos, agora é com 55 anos.

Então vimos aí o benefício desta PEC, porque imaginem os senhores: um médico aposentando-se com 55 anos, e não podendo acumular função, ele teria de abrir mão da aposentadoria ou ficar aposentado. E ele não vai abrir mão da estabilidade de uma aposentadoria para depois, de repente, perder o serviço, perder a reforma. Então um médico parando com 50 anos, agora com 55 anos, um especialista, formado pelo Exército...

Semana passada, no Rio de Janeiro, por conta desta PEC, para conhecimento de causa, eu visitei o HCE do Rio de Janeiro, Hospital Central do Exército, onde temos uma escola de saúde do Exército, Senador Moka. Inclusive existe um projeto. Como foi falado aqui, eu levantei essa questão na reunião de Líderes ontem e a Presidenta Dilma, o Ministro Padilha, a Ministra Ideli, todos os Senadores estavam presentes.

Quando eu falei dessa PEC, a Presidente já me perguntou: "Mas você tem essa PEC?". Eu falei: "Já está votada na CCJ e pronta para a votação no plenário". E é o que está acontecendo hoje, depois da reunião de Líderes. E vejam só que, em função disso, eu visitei o HCE. E já pedi a ela para colocar isso em sua pauta, porque o Exército tem um projeto de ampliação da Escola de Saúde, um projeto de R\$70 mi-

lhões, uma obra grandiosa, magnífica, e lá há espaço, terreno. Hoje, as acomodações da Escola de Saúde do Exército são acomodações que foram adaptadas, e eles têm um projeto. Eu pedi para a Presidenta Dilma colocar isso como investimento. No momento em que nós estamos falando de mais médicos, de mais saúde, de mais investimento, por que não ampliar a Escola de Saúde do Exército, construir esse grande projeto? Aí o Exército vai formar mais médicos ainda, mais especialistas ainda. Então, é um círculo "vicioso" – entre aspas – bom: o Exército pode conceder mais militares ainda para poderem prestar serviço à saúde pública de forma remunerada. Então, essa PEC traz isso em relação aos inativos.

Repto: há 3,5 mil na ativa na carreira militar, e há mais ou menos três mil como temporários, que são renovados a cada ano. E temos aí o número de inativos. Faço uma estimativa, pois é um número em relação ao qual não tenho certeza. Já até pedimos às Forças Armadas que nos fornecesse o número de inativos, para que pudéssemos ter uma ideia melhor, mas eu não acredito que seja menor do que 14 mil, pelos meus cálculos. Nós estamos dando ao mercado da saúde 14 mil profissionais capacitados, especializados, para poderem exercer a profissão, seja no setor público ou no setor privado.

Um jornalista argumentou: "Mas só 10% do efetivo estão na fronteira". Sim, mas são 10% que estão lá. Cedo ou tarde, um militar vai servir na fronteira e, lá na fronteira, ele vai... Disseram que ele pode querer ir para o hospital privado, não para o público. Mas será que, na fronteira, existe um serviço privado maravilhoso para que ele possa escolher? Não! Lá nós temos o SUS, lá nós temos é hospital público. Então, nós vamos ver o impacto disso nos próximos dias. O impacto dessa PEC vai ser visto nos próximos dias, mas, certamente, vai ser um impacto positivo, porque é uma mão de obra que está aí sem poder ser utilizada.

Então, há os ativos, os temporários e os inativos, sem contar, Senador Magno Malta, algo que não foi citado aqui: essa PEC vai alcançar os Estados também. Nas Constituições estaduais, há Estado que permite e Estado que não permite, ainda que o lugar onde se permita esteja contra a Constituição Federal. Mas a PEC, que regulamenta isso, vai alcançar os Estados. Então, podemos acrescentar também, Senador Mozarildo, os médicos bombeiros, que também são militares e que também vão poder acumular. Estamos falando de um contingente muito grande, de uma mão de obra muito grande, que já vai estar à disposição do mercado de saúde.

Quero agradecer, porque a votação foi unânime, Senador Moka.

Eu até brinquei com o Senador Moka: se o Senador Crivella, o Ministro Crivella é o pai, disseram que eu sou o tio. Eu quero dizer que sou o tio por parte de pai, Senador Rollemberg, e que o Senador Moka é o tio por parte de mãe, porque o Senador Moka, como já foi falado, trouxe o assunto aqui. Nós trouxemos aqui o assunto, que, hoje, ganha essa grande importância.

Portanto, quero parabenizar o Congresso e quero parabenizar os Senadores. Com certeza, poderemos contar com a mesma rapidez na Câmara dos Deputados. Creio nisso. Vamos trabalhar para que a votação da PEC também tenha essa celeridade na Câmara dos Deputados.

Aproveitando, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, posso permitir um aparte? Estou falando como Relator, e, por isso, a dúvida. Sr. Presidente, eu, como Relator, posso permitir um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Isso não é permitido, mas, tão logo V. Ex^a encerre, nós daremos, com muita satisfação, a palavra pela ordem ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O.k., Sr. Presidente! Estou encerrando.

Então, quero agradecer aos Senadores e a todos que contribuíram na CCJ, como o Senador Rollemberg. Enfim, agradeço a todos os que contribuíram na votação na CCJ e aqui. Quero agradecer também o aperfeiçoamento através da emenda de redação que acatei aqui.

Creio que o Senado – e, mais à frente, a Câmara também – e os Senadores estão de parabéns por terem aprovado uma PEC tão importante para o nosso País. Parabéns a todos!

Durante o discurso do Sr. Eduardo Lopes, o Sr. Inácio Arruda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

cia, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão.

Em seguida, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan, pedi um aparte ao Senador Eduardo para parabenizá-lo. Essa PEC, que teve uma votação expressiva nesta Casa, com certeza, vai beneficiar, e muito, a Região Amazônica, principalmente o meu Estado, o Estado do Acre. Dou o exemplo de Municípios como Santa Rosa, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, todos aqueles onde há a presença do Exército Brasileiro.

Então, eu queria parabenizar o Senador Crivella, o Senador Moka, todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram. Com certeza, essa proposta de emenda à Constituição trará muitos benefícios para o meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, antes que saia o resultado, quero registrar o meu voto favorável, porque, circunstancialmente, tive de substituir V. Ex^a, e a minha senha ficou bloqueada. Então, meu voto não pode ser registrado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

(Procede-se à apuração.)

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA N°2- PLEN A PEC N° 122/2011 (1º TURNO)

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VIII DO § 3º DO ART. 142, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTENDER AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS A POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE CARGO A QUE SE REFERE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C".

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 2 Abertura: 07/08/13 18:26
 Data Sessão: 07/08/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 07/08/13 18:37

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRCO NOGUEIRA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM

PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	SIM

Presidente: INÁCIO ARRUDA

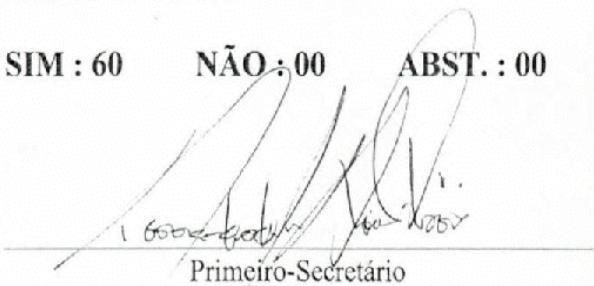
SIM : 60

NÃO : 00

ABST. : 00

PRESIDENTE : 1

TOTAL : 61



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –SIM, 60 votos; NÃO, nenhum voto
Não houve abstenção.

Está, portanto, aprovada, em primeiro turno, a Emenda nº 2, de Plenário, à PEC nº 122, de 2011.

Meus cumprimentos ao Senador Marcelo Crivella, autor da proposta de emenda à Constituição; ao Senador Eduardo Lopes; ao Senador Waldemir Moka e a todos os Senadores que participaram dessa construção!

Eu queria, mais uma vez, agradecer a presença no Senado ao Ministro Alexandre Padilha e dizer aos Senadores e ao Brasil que a presença do Governo foi muito importante, mas essa iniciativa é do Senado Fe-

deral. O Senado, aliás, já votou a destinação de 75% dos *royalties* para a saúde; regulamentou a profissão de médico, projeto que estava há 11 anos tramitando na nossa Casa; e, hoje, aprova essa importante proposta de emenda à Constituição, possibilitando aos médicos militares prestarem serviço à população através de contrato com os Municípios ou com os Estados.

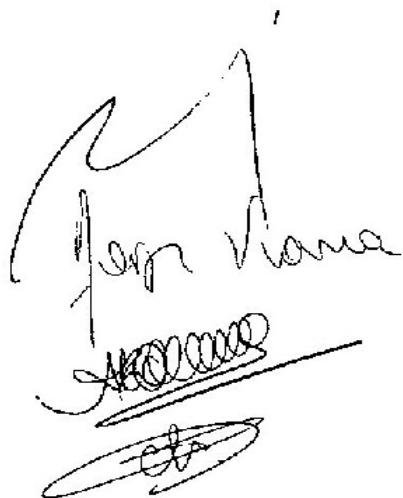
Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final para o segundo turno constitucional, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação para o segundo turno:

PARECER Nº 746, DE 2013 (Da Comissão Diretora)

A **Comissão Diretora** apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2011, que *altera a redação do inciso VIII do § 3º do art. 142, da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere art. 37, inciso XVI, alínea c*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo) e a Emenda nº 2, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 07 de agosto de 2013.



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sen Viana", is written over a horizontal line. Below the line, there are two smaller, overlapping signatures: one that looks like "M. Viana" and another that is mostly obscured but appears to end in "eto".

ANEXO AO PARECER Nº 746, DE 2013.

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2011.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2013

Altera os incisos II, III e VIII do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, para estender aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o art. 37, inciso XVI, alínea "c".

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os incisos II, III e VIII do § 3º do art. 142 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 142.....

.....
§ 3º

II – o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “c”, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III – o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea “c”, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;

.....
VIII – aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea “c”;

.....” (NR)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Tendo sido aprovado calendário especial de tramitação, a proposta constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa. (Pausa.)

Perdão! Como nós votamos o calendário especial, vamos proceder agora ao segundo turno.

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 122.

Em discussão a proposta.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Governo/PSB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Governo/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Na votação anterior, eu gostaria de registrar o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo. (Pausa.)
Em discussão a proposta.

Com a palavra, o Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só quero justificar que eu estava numa reunião e que, quando aqui cheguei, já havia sido encerrada a votação. Peço para justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

Em discussão a proposta.

Não havendo quem queira discutir a proposta, declaramos encerrada a discussão.

Votação da proposta em segundo turno.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Vital do Rêgo, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto estamos votando, peço a atenção de V. Ex^a, no comando desta sessão, para o Item 14 da pauta. É o Projeto de Resolução nº 07, que institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pelo Senado Federal por ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da nossa Constituição. V. Ex^a está preparando, de forma justa e meritória, uma grande confraternização para marcar o transcurso desse jubileu.

Essa proposta da Medalha Ulysses Guimarães está na pauta. Se V. Ex^a, na oportunidade, puder inverter a pauta e votar essa matéria, que, entendo, é uma matéria pacífica, nós apressaremos também as soluções que deverão vir após a aprovação dessa matéria, qual seja a confecção da Medalha, para tudo estar pronto dentro de um prazo preestabelecido pela Mesa Diretora e pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A matéria a que o Senador Vital do Rêgo se refere consta da nossa Ordem do Dia e será apreciada imediatamente. Há duas matérias: uma delas é de sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg e será apreciada em primeiro lugar; em seguida, será apreciada a sugerida pelo Senador Vital do Rêgo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente Renan. Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a colocará em apreciação as autoridades, Presidente Renan?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Ex^a colocará em votação as autoridades que foram encaminhadas à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há algumas autoridades a serem votadas, e todas exigem maioria absoluta. Talvez, seja melhor que nós conversemos antes de submetermos à apreciação as autoridades, senão poderemos incorrer na derrubada de alguém. Talvez, esse não seja o melhor encaminhamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – V. Ex^a tem razão, mas, se houver a intenção de votá-las, isso terá de ser feito logo em seguida, para aproveitar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Poderemos fazer isso.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um lembrete a V. Ex^a. Eu sei que sobre a mesa há uma série de autoridades indicadas para o CNJ. Eu quero só lembrar a V. Ex^a que o CNJ está, neste momento, deixando de deliberar matérias por falta de quórum. Então, seria importante se, no rol das autoridades a serem apreciadas e votadas, V. Ex^a incluísse os indicados já sabatinados e aprovados para comporem o CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos isso, Senador José Agripino.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

SUBSTITUTIVO CONSOLIDADO A PEC N° 122/2011 (2º TURNO)

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VIII DO § 3º DO ART. 142, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA ESTENDER AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS A POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE CARGO A QUE SE REFERE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C".

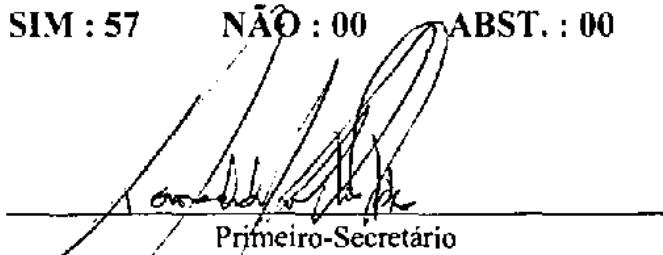
Num. Sessão: I Num. Votação: 3 Abertura: 07/08/13 18:40
 Data Sessão: 07/08/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 07/08/13 18:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM

PMDB	PR ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	MS RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PSD	AC SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS WALDEMAR MOKA	SIM
PT	BA WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO WILDER MORAIS	SIM
PDT	MG ZEZÉ PERRELLA	SIM

Presidente. RENAN CALHEIROS

SIM : 57 NÃO : 00 ABST. : 00 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 58



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 57 votos; NÃO, nenhum voto.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o substitutivo consolidado à PEC nº 122, de 2011, que teve como primeiro subscritor o Senador Marcelo Crivella, em segundo turno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 3** da pauta:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 410, DE 2012-COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 767, de 2013 – art. 336, II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012-Complementar, do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride)*, e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências, para incluir os municípios de Alto Paraíso de

Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás, na *RIDE*.

O Parecer nº 656, de 2013, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que teve como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, é favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que apresenta.

Foi apresentada a Emenda nº 2 durante o prazo regimental perante a Mesa.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir parecer sobre a emenda de plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para pedir a V. Ex^a que registre o meu voto favorável à emenda, à PEC nº 122, que eu não o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

PARECER N° 747, DE 2013–PLEN

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a emenda é a

Emenda Aditiva nº 2, emenda de plenário, de autoria do Senador Gim Argello.

A emenda acrescenta ao art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, e passa a vigorar com a seguinte redação:

A região administrativa de que trata esse artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Gameleira, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Valparaíso, Vila Boa e Flores, no Estado de Goiás; e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

Aproveito esta oportunidade para dizer, Sr. Presidente, que é pela aprovação da emenda, de autoria do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer da Senadora Lúcia Vânia é favorável, com subemenda.

Discussão do projeto e das emendas.

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srs. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto os Senadores votam, eu só quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia, Senadora goiana, que tem uma grande inserção na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, conhecida como Ride, e dizer da importância desse projeto.

Eu apresentei o projeto no sentido de incluir as cidades de Alto Paraíso e de São João d'Aliança na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno porque são cidades que têm toda a sua vida vinculada ao Distrito Federal. As cidades de Alto Paraíso e de São João d'Aliança são dois grandes destinos do turismo ecológico e, portanto, sem dúvida, eles vão contribuir para facilitar a utilização de instrumentos comuns e de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

O projeto foi enriquecido pela emenda da Senadora Lúcia Vânia, ainda na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e pela emenda do Senador Gim Argello, acrescentando um Município que havia sido

desmembrado de outro Município antes da criação da Ride, portanto, aperfeiçoando a matéria.

Eu quero agradecer à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Gim Argello pelo aperfeiçoamento do projeto e solicitar a todos os Senadores e Senadoras apoio a esse projeto que, sem dúvida, melhora a concepção de Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno ao acrescer os Municípios de Alto Paraíso, de São João d'Aliança, Gameleira e também Cabeceiras, em Goiás.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Gim Argelo.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, da mesma forma, no mesmo tom, não com a mesma capacidade do Senador Rodrigo Rollemberg, eu gostaria também de agradecer à nobre Senadora Lúcia Vânia por ter relatado essa emenda, por ter relatado essa subemenda, parabenizando o Senador Rodrigo Rollemberg, já que o que nós estamos fazendo aqui é uma questão de justiça com esses Municípios que ficam em volta do Distrito Federal.

O Distrito Federal é um quadrilátero pequeno, que foi desapropriado pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Foram 139 fazendas que constituíram o Distrito Federal, dentro do Estado de Goiás, com a ponta vizinha ao Estado de Minas Gerais. Aqui, dentro do Distrito Federal, Sr. Presidente, como V. Ex^a bem sabe, como as Srs. e Srs. Senadores sabem, e todos os que nos escutam, moram 2,7 milhões de pessoas. Em volta do Distrito Federal, Senador Vital do Rêgo, há mais 1,5 milhão de pessoas que vivem e que dependem quase que exclusivamente do Distrito Federal, que é a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. Trata-se de uma Ride do Distrito Federal, conhecida também como Região do Entorno.

Então, o que nós estamos fazendo agora é colocando mais esses 4 Municípios para que possam ser atendidos também pelo Distrito Federal, que tem uma lei própria para isso. Estamos fazendo justiça com esses Municípios.

Estou parabenizando o Senador Rodrigo Rollemberg e a Senadora Lúcia Vânia porque agora o Senador aumentou mais dois Municípios, e eu aumentei mais dois Municípios, e o Senado da República concordou com isso porque é uma questão de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, Relatora da matéria.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, além de acatar a emenda do Senador Gim Argello, eu propus no projeto uma emenda de minha autoria, incluindo o Município de Gameleira.

Então, eu gostaria de deixar registrado, embora o Senador Rollemberg já tenha feito isso.

Quero aproveitar a oportunidade e cumprimentar o Senador Rollemberg, em nome do meu Estado, o Estado de Goiás. Lá em Goiás nós já costumamos dizer que o Senador Rollemberg e o Senador Gim Argello são dois outros Senadores pelo nosso Estado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Apenas para apoiar aqui esse projeto, Sr. Presidente.

Nós temos uma Região Integrada na grande Teresina. Foi implantada recentemente lá no Piauí, com a presença do Ministro Fernando Bezerra, e sabemos da importância que tem aqui para o nosso Distrito Federal.

Eu queria parabenizar o Senador Rollemberg, o Gim Argello, a Senadora Lúcia Vânia, enfim, todos os que contribuíram para que tivéssemos esse entendimento com as Lideranças e a votação desse projeto.

A orientação do voto é “sim”.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para esclarecer, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Eu estou percebendo que alguns Senadores estão em dúvida sobre qual o impacto desse projeto. É importante registrar que não há acréscimo nenhum de despesa para a União. Apenas acrescenta quatro Municípios da Região Integrada do Desenvolvimento do Entorno, o que facilita a elaboração, a formulação e a execução de políticas públicas de desenvolvimento comum a toda essa região.

Daí esse esclarecimento.

Estamos acrescentando Alto Paraíso, São João d’Aliança, Gameleira e Cabeceiras, em Goiás, à Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno.

Há o apoio do Ministério da Integração Nacional, a partir da Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria homenagear os Senadores do Distrito Federal, Cristovam Buarque, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Gim Argello, com o apoio da Bancada do PP, por esse projeto, e também saudando a Relatora, a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

54^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 410 DE 2012 (COMPLEMENTAR)

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 94, DE 19/02/1998, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - RIDE E INSTITUIR O PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL...

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 4 Abertura: 07/08/13 18:48
 Data Sessão: 07/08/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 07/08/13 18:54

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPlicy	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	NÃO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM

PMDB	ES RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR ROBERTO REQUIÃO	ABST.
PSB	DF RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	MS RUBEN FIGUEIRÓ	ABST.
PMDB	PR SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO WILDER MORAIS	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

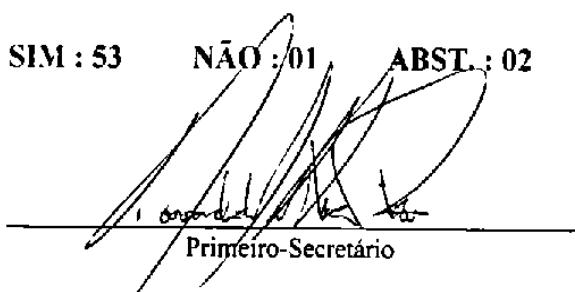
SIM : 53

NÃO : 01

ABST. : 02

PRESIDENTE : 1

TOTAL : 57



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votaram SIM, 53; NÃO, 1 voto. Houve 2 abstenções.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012, Projeto de Lei Complementar.

Votação da Emenda nº 1 da Comissão de Desenvolvimento Regional e da Emenda nº 2 de Plenário, nos termos da subemenda apresentada pela Senadora Lúcia Vânia.

As Sr's e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para corrigir o meu voto.

O meu voto saiu ali em vermelho. Fui apertar "sim" e apertei "não", Sr. Presidente. O meu voto é "sim" na votação anterior.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO) – Gostaria de registrar o meu voto.

Estava aqui, sentada. Eu me distraí um minuto e não votei. Voto "sim" na última matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a e retificará o voto de V. Ex^a, conforme a manifestação.

Senador Casildo Maldaner, a Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

Faço um apelo aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário. Nós vamos ter pelo menos mais

três votações nominais. Portanto, é muito importante a presença de todos.

Senador Eunício Oliveira.

(Procede-se à votação.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade da votação de inclusão de Municípios na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno de Brasília, eu quero sugerir a V. Ex^a trazer à pauta o Projeto de Lei Complementar nº 122, de 2009, que cria a Região Integrada do Cariri–Araripe. É muito importante porque envolve o Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí e cria condições mais favoráveis para que a União possa investir em programa de desenvolvimento nessa região tão importante do interior do Nordeste brasileiro. Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 122, do ano de 2009.

Tenho a impressão de que não há – e não poderá haver – dificuldade entre os nossos colegas Senadores e Senadoras por conta de se tratar de projeto que tem como objetivo criar as condições para o desenvolvimento de uma determinada região do País.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero registrar meu voto na votação passada. Infelizmente não pude votar, não estava presente, mas quero pedir a V. Ex^a que mande a Secretaria da Mesa registrar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem. Só para registrar o meu voto. Na outra votação foi “sim”. Eu estava dando entrevista e não pude votar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, quero aqui expressar que, se aqui estivesse, votaria como o meu Bloco na PEC nº 122, o meu voto “sim”, porque é justo, é correto e, com certeza, vai engrandecer mais ainda todos os profissionais de saúde, Sr. Presidente. Solicito que se registre isso.

54^a Legislatura 3^a Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA N° 1 CDR E EMENDA 2 PLEN C/SUBEMENDA PLS 410/2012 (COMPL.)

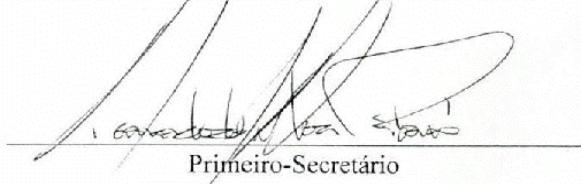
Num. Sessão:	1	Num. Votação:	5	Abertura:	07/08/13 18:55
Data Sessão:	07/08/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	07/08/13 19:01

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ANGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM

PP	PI	CIRO NOGUEIRA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPILCY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CABEDEBE	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	ABST.
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
DEM	GO	WILDER MORAIS	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 60 NÃO : 00 ABST. : 01 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 62



Renan Calheiros

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –SIM, 60 votos; nenhum voto NÃO; uma abstenção.

Está, portanto, aprovada a Emenda nº1, da Comissão de Desenvolvimento Regional, e a Emenda nº 2, de plenário, com a subemenda apresentada ao Projeto de Lei 410, de 2012.

Aprovada a subemenda, ficam, portanto, prejudicadas as Emendas nº 1 e 2 de plenário.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER

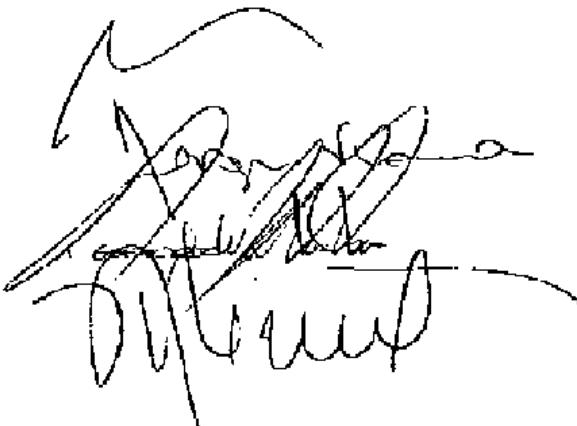
Nº 748, DE 2013

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências, para incluir os municípios de Alto Paraiso de Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás, na RIDE, consolidando a Emenda nº 1 – CDR, a Emenda nº 2 – Plen e a Subemenda, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 07 de agosto de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 748, DE 2013.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar.

Altera o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que “autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências”, para incluir os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Gameleira de Goiás, São João d'Aliança e Flores, no Estado de Goiás, e de Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais, na RIDE.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal e pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Gamelaíra de Goiás, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Valparaíso, Vila Boa e Flores, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declararemos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 14:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso do 25º aniversário da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Pareceres favoráveis, sob nºs 589 e 590, de 2013, das Comissões de Educação, Cultura

e Esporte, Relator: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Ao projeto não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Discussão da redação final. (Pausa.)

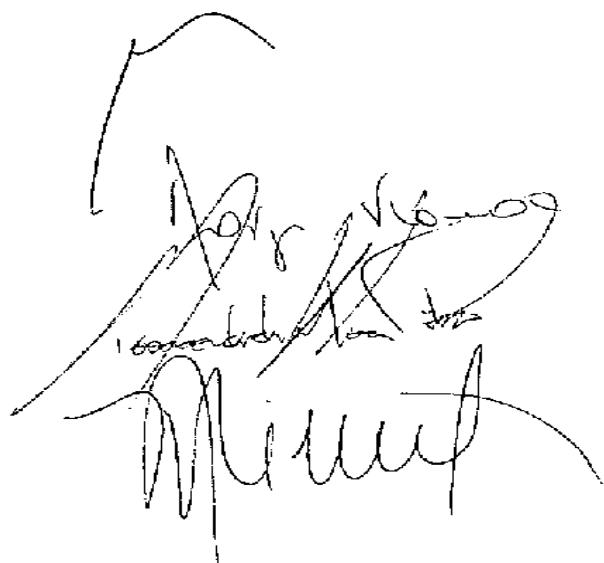
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

**PARECER
Nº 749, DE 2013
(Da Comissão Diretora)**

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2013.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2013, que institui a Medalha Ulysses Guimarães a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Sala de Reuniões da Comissão, em _____ de _____ de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 749, DE 2013.

Redação final do Projeto de Resolução
nº 7, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 2013

Institui a Medalha Ulysses Guimarães, a ser conferida pelo Senado Federal na ocasião do transcurso dos 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída, no âmbito do Senado Federal, a Medalha Ulysses Guimarães, destinada a agraciar pessoas naturais ou jurídicas que, no País, tenham se destacado no campo da promoção da cidadania e do fortalecimento das instituições democráticas.

Art. 2º A medalha será concedida pela Mesa Diretora do Senado Federal e será acompanhada da concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados.

Art. 3º A cerimônia de entrega da medalha será realizada em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Art. 4º As despesas com a confecção das medalhas correrão por conta da dotação orçamentária do Senado Federal.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Passamos à votação da redação final.

Em votação a redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 2** da pauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 248, DE 2013

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 724, de 2013 – art. 336, II)

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2013, do Senador Renan Calheiros e outros Senhores

Senadores, que *institui o Programa "Passe Livre Estudantil", de âmbito nacional.*

Pendente de pareceres da CE e CAE.

Há, no entanto, um requerimento sobre a matéria.

Apesar, Srs. Senadores, de a matéria encontrar-se em regime de urgência aprovado pelo Plenário, este mesmo Plenário vai apreciar esse requerimento do Senador Wellington Dias.

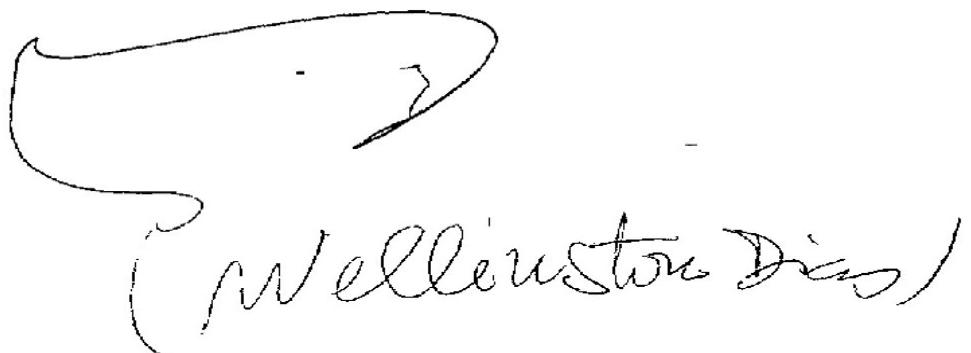
Requeiro, nos termos do item 12 da alínea "c" do inciso II do art. 255, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 248, de 2013, que institui o Programa "Passe Livre Estudantil", de âmbito nacional, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 874, DE 2013

*Requeiro, nos termos do item 12 da alínea "c" do inciso II do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2013, que *Institui o Programa "Passe Livre Estudantil", de âmbito nacional*, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2013.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agora nós temos as autoridades. Talvez pudéssemos votar algumas delas. Temos pelo menos sete indicações para o Conselho Nacional de Justiça, uma indicação para a ANP e outra indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Vamos votar. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 696, DE 2013 (Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 696, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Eunício Oliveira, sobre o Ofício nº S/32, de 2013, das Lideranças partidárias, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103, letra "b", da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata, com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, eu não posso deixar de registrar aqui, no momento em que nós estamos votando mais um membro do CNJ, o ocorrido quando nós fomos à votação do nome do Dr. Augusto Aras e novamente solicitar a V. Ex^a que a Mesa reconsiderasse a posição tomada de não permitir nova votação. Quero insistir, e farei isso em toda votação de autoridade que houver aqui, especialmente na questão do CNJ.

Acho que o Senado incorreu num erro grave. O nome de Augusto Aras é um nome respeitado no mundo jurídico brasileiro, na Bahia especialmente, representa uma unanimidade do Ministério Público...

Vladimir Aras. Desculpe.

E nós consideramos... A Bancada baiana especialmente se sente constrangida nesta situação a que o Senado nos submeteu.

Eu quero registrar que a posição certa era nós nos recusarmos até a fazer qualquer votação de autoridade aqui, em função do que ocorreu na votação do Dr. Vladimir Aras. No entanto, nós estamos abertos à conversa. E eu quero, mais uma vez, registrar o nosso protesto. Já entrei com requerimento junto à Mesa e peço a V. Ex^a que possa apreciar, o mais rápido possível, esta questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal 54^a Legislatura 3^a Sessão Legislativa Ordinária

PARECER N° 696, DE 2013 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (OFÍCIO N° 932, DE 2013) - CNJ

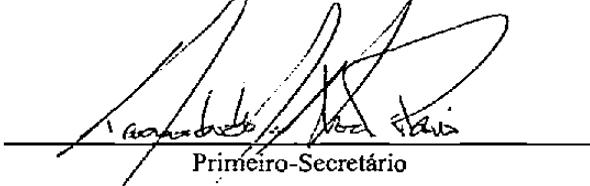
Num. Sessão:	1	Num. Votação:	6	Abertura:	07/08/13 19:07
Data Sessão:	07/08/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	07/08/13 19:11

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO

PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PTB	DF	GIM	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PR	ES	MAGNO MALTA	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAES	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 55 NÃO : 06 ABST. : 00 TOTAL : 61



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 55; NÃO, 6.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Fabiano Augusto Martins Silveira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para informação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu havia solicitado de V. Ex^a se o nome do Dr. Leonardo está aí. Leonardo Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está aqui. É o próximo item da pauta.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER N° 695, DE 2013
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 695, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Vital do Rêgo, sobre o Ofício nº S/31, das Lideranças partidárias, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130, letra “a”, da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão do parecer.

Passa-se à votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 130-A da Constituição Federal, combinado com o art. 288 do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

As Senadoras e os Senadores já podem votar. (Pausa.)

Senador Vital do Rêgo.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que nós... Peço a V. Ex^a diligência em relação ao tema, um requerimento, nos termos do Regimento, solicitando pedido de informação ao Tribunal Superior Eleitoral, considerando denúncia feita hoje pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, dando conta de um acordo, de uma parceria, que salta aos olhos, entre o Superior Tribunal Eleitoral e a Serasa Experian. Por esse acordo, sem consultar individualmente as pessoas, violando a Constituição Federal, o direito ao sigilo, o Superior Tribunal Eleitoral está transferindo à Serasa Experian, que é uma empresa multinacional de origem norte-americana, informações cadastrais de 140 milhões de brasileiros. Sou informado de que, agora à tarde, a Ministra Carmen Lúcia mandou suspender esse tipo de parceria. Ainda assim, estamos formalizando à Mesa, para que a Mesa possa ser diligente, e nós possamos conhecer os fundamentos que moveram o Superior Tribunal Eleitoral para que ele pudesse proceder a esse tipo de intervenção, violando, como disse aqui, o sigilo das pessoas, ao arrepio da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa aguarda a formalização do requerimento de V. Ex^a.

Atenção, Srs. Senadores que estão em outras dependências, por favor, venham ao plenário.

Deputado João Caldas.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para constar o meu voto favorável no segundo turno da PEC 122 e na emenda, na Mesa, à proposta de emenda constitucional. Peço para constar o voto favorável tanto na emenda quanto no segundo turno da PEC.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Governo/PDT – RO) – Sem revisão do orador.) – Só para justificar minha ausência nas votações anteriores. Eu estava numa audiência no Ministério do Trabalho.

O meu voto é acompanhando a Base do Governo.

Só para justificar.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Gim Argello, Líder do PTB.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Desembargadora Ana Maria, aqui do Distrito Federal, muito competente, passou com louvor por toda a sabatina que foi feita. Ela também está indicada para o CNJ.

Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, se possível, que colocasse a matéria em seguida, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, já encerrou a votação aqui no painel, e eu não consegui votar. Então, quero declarar o meu voto “sim”. E, ao tempo em que declaro meu voto “sim”, faço, mais uma vez, o meu protesto em referência à rejeição do nome do Dr. Vladimir Aras.

Quero reafirmar esse protesto. Sou chata o suficiente para fazê-lo todas as vezes em que votarmos autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco
Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará as manifes-

tações de V. Ex^a.

(Procede-se à apuração.)

54^a Legislatura
3^a Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 695, DE 2013 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. LEONARDO HERIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 130-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (OFÍCIO N° S/31, 2013) - CNMP

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	7	Abertura:	07/08/13 19:13
Data Sessão:	07/08/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	07/08/13 19:18

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRIO NOGUEIRA	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PTB	DF	GIM	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	VOTO
PR	ES	MAGNO MALTA	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 53

NÃO : 07

ABST. : 00

TOTAL : 60


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 53; NÃO, 7.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Leonardo Henrique Carvalho para o Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Presidente, pela ordem, eu gostaria...

Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não votei e gostaria que ficasse registrado o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER N° 658, DE 2013
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer n° 658, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Flexa Ribeiro, sobre o Ofício n° S/29, de 2013 (n° 216/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO DE FARIAS DUARTE, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar, Senadora Ana Rita.

(Procede-se à votação.)

Senador Gim Argello, logo em seguida, nós apreciaremos a indicação da Dr^a Ana Maria Duarte Amarante Brito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo após a nova indicação que V. Ex^a já propôs que votemos, eu gostaria de que nós tivéssemos uma ideia de como iremos proceder, porque há uma emenda constitucional na Ordem do Dia de hoje, a PEC 17, que diz respeito à carreira de procuradores municipais e está dentro daquela ideia da ampla moralização do serviço público no Brasil.

V. Ex^a recebeu os procuradores. Há um compromisso de votar. Uma emenda foi apresentada à emenda constitucional. Então, nós poderíamos ter ideia de como vamos proceder, porque o tempo é uma espécie de adversário do quórum, e, para aprovar uma emenda constitucional, nós precisamos, no mínimo, de 49 votos.

Então, é muito importante que a Mesa já dê uma orientação aqui para os nossos colegas, Senadores e Senadoras. É um apelo que eu faço a V. Ex^a, para que tenhamos uma ideia de como vamos nos conduzir, porque se trata de uma emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós estávamos aguardando exatamente por V. Ex^a, porque havia tratativas no sentido de que pudesse haver um acordo com relação ao encaminhamento desta matéria. Eu não sei se foi o caso, se houve o acordo, ou se nós vamos iniciar a sua apreciação tão logo votemos a última autoridade, que não será o Sr. Leonardo, mas a Sr^a Ana Maria Duarte Amarante Brito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu sou apenas o Relator, e o meu relatório já está pronto, favorável à matéria. Se o entendimento da Mesa for de que devemos seguir o curso natural, nós vamos para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos isso, então.

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sem revisão da oradora.) – Quero, mais uma vez, registrar, agora que votamos o Conselho Nacional do Ministério Público, que o Senado cometeu um ato absolutamente inaceitável, que não corresponde ao interesse público do povo brasileiro: a rejeição do nome do Dr. Vladimir Aras. Eu quero, mais uma vez, registrar o nosso descontentamento com essa decisão e apelar para que a Mesa volte a analisar a possibilidade do retorno dessa votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero fazer um registro sobre a CPI do erro médico e da negação de direitos na saúde: direitos humanos públicos e privados.

O Governo está tentando inviabilizar a CPI faz tempo. Eu só quero avisar o Governo de que essa

passagem está comprada. Ele está adiando a viagem, mas não tem como inviabilizar a passagem, porque a CPI está votada. Está querendo proteger quem? Porque nós estamos falando de gente que comete crime na Medicina, e onde tem joio tem trigo.

Não estou falando de médicos, de sacerdotes da Medicina. Eu estou falando de gente que precisa ser julgada, porque cometeu indignidade contra o povo, contra a população; cometeu crime.

Imagine V. Ex^a: esse senhor, que não é cirurgião plástico, mutilou o rosto de 72 pessoas e está impune. Então, não pode ser investigado? Estou falando de uma coisa mínima.

O Governo está aí colocando gente, tirando gente, tentando inviabilizar. Eu estou avisando: a passagem está comprada, porque já foi votado. Ele só está inviabilizando o embarque, mas uma hora vai ter que embarcar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Luiz Henrique, com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, relativamente

ao projeto referido pelo nobre Senador cearense, eu queria fazer uma sugestão no sentido de que aprovássemos essa proposição dos procuradores municipais...

(Manifestação da galeria.)

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... fazendo um acordo em relação à emenda da nobre Senadora Ana Amélia, que limita a pretensão dos ilustres procuradores aos Municípios com até 100 mil habitantes, excluindo aqueles abaixo de 100 mil habitantes.

Eu acredito que, com isso, nós poderemos obter consenso e aprovar logo essa matéria tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Nós ainda vamos ter algumas votações importantes.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 658, DE 2013 (LEONARDO FARIAS DUARTE - CNMP)

Sr. LEONARDO FARIAS DUARTE, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 130-A, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, (OFÍCIO N° S/29, DE 2013) (N° 216/2013, NA ORIGEM) - CNJ

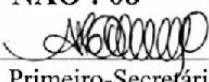
Num. Sessão:	1	Num. Votação:	8	Abertura:	07/08/13 19:19
Data Sessão:	07/08/2013	Hora Sessão:	14:00	Encerramento:	07/08/13 19:26

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO

PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	VOTO
PT	AC	JORGE VIANA	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PR	ES	MAGNO MALTA	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	VOTO
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO
DEM	GO	WILDER MORAIS	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 49 NÃO : 08 ABST. : 00 TOTAL : 57


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 49; NÃO, 08.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome de Leonardo Farias Duarte para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER N° 663, DE 2013
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer n° 663, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Gim, sobre o Ofício n° S/28, de 2013 (n° 215/2013, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Srª

ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, da Constituição Federal.

Em discussão o parecer do Senador Gim Arguello. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr's e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O Senador Luiz Henrique fez uma proposta que pode, sem dúvida nenhuma, ser um bom encaminhamento para a matéria que apreciaremos logo a seguir, no sentido de que possamos avançar na apreciação da matéria, levando em consideração a emenda da Senadora Ana Amélia.

Seria importante que pudéssemos, especificamente sobre isso, ouvir alguns Senadores que parti-

ciparam da construção desse entendimento, para que possamos avançar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de me manifestar dizendo que a Mesa novamente acertou em pautar esta matéria que já há algum tempo precisava da deliberação do Senado. É uma matéria interessante, porque as procuradorias municipais precisam ter as suas garantias.

A emenda da Senadora Ana Amélia, tão bem-posicionada agora há pouco pelo Senador Luiz Henrique, cria um corte dos Municípios a partir de 100 mil habitantes. Parece-me que há uma prevalência no entendimento dos Srs. Senadores, principalmente para aqueles Municípios abaixo de 100 mil habitantes que teriam dificuldades maiores, sob o ponto de vista econômico, para estabelecer essas carreiras. Entendo que devamos votar esta matéria ainda na sessão de hoje.

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Kátia Abreu, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PSD – TO. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de saudar a Dr^a Ana Maria Duarte Amarante Brito, que tem quase 30 anos de carreira. É uma mineira da melhor qualidade, reside no Distrito Federal há muitos anos e professora da grande maioria dos advogados aqui do Distrito Federal, em Direito Civil e também Constitucional. É com prazer e alegria que voto a favor da sua condução ao CNJ.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo//PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo//PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também quero ressaltar a importância da votação e da eleição da Dr^a Ana Maria Duarte Amarante Brito, mais uma mulher no Conselho Nacional de Justiça.

Mas quero dizer que, infelizmente, o Senado não teve essa coerência na votação do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público –, quando rejeitou, por motivos menores, motivos afastados do interesse da sociedade brasileira, o nome do Dr. Vladimir Aras.

E eu quero, mais uma vez, apelar para que a Mesa do Senado possa voltar a analisar essa questão, a fim de que nós façamos justiça de verdade e não criemos um constrangimento para um profissional com a carreira do Dr. Vladimir Aras de ter o seu nome rejeitado pelo Senado Federal sem nenhuma justificativa passível de ser levada em conta.

Muito obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo/PT – RJ. Sem revisão do orador.) – É só para registrar o meu voto nas outras autoridades. O meu voto foi “sim”. Queria deixar isso registrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Mesa registrará as manifestações de V. Ex^a.

Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 663, DE 2013 (ESCOLHA DE AUTORIDADE - CNJ)

Sra. ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (OFÍCIO N° S/28, DE 2013) (N° 215/2013, NA ORIGEM) - CNJ

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 9 Abertura: 07/08/13 19:27
 Data Sessão: 07/08/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 07/08/13 19:31

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PTB	DF	GIM	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIINO	VOTO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	VOTO
PR	ES	MAGNO MALTA	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 50 NÃO : 06 ABST. : 00 TOTAL : 56

Assinado por: Renan Calheiros
 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 50; NÃO, 6.

Está, portanto, aprovado o nome de Ana Maria Duarte Amarante Brito para o Conselho Nacional de Justiça.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 13:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 17, DE 2012**

**(Calendário Especial – Requerimento
nº 866, de 2013)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012 (nº 153/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Maurício Rands), que *altera o art. 132 da Constituição Federal (estende aos Municípios a obrigatoriedade de organizar carreira de procurador)*.

Parecer sob nº 485, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco da Maioria/PMDB – AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Só um esclarecimento. Estava também na pauta de votação de autoridades o candidato ao Conselho Nacional do Ministério Público Wellington Saraiva, um pernambucano, mas aparentemente seu nome não vai ser objeto de votação ainda hoje. Gostaria de fazer essa indagação a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Humberto Costa, nós tínhamos anunciado, antes da apreciação do nome da Ana Maria, que em seguida passaríamos a esse item da pauta, já que havia um pedido para que pudéssemos começar a discutir essa matéria.

Esse nome e outros três nomes ficarão para uma próxima oportunidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há sobre a mesa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Eu queria retomar a questão aqui, pedindo a V. Ex^a que, se possível, fizéssemos a votação do Procurador Wellington Saraiva. Ou seja, se é possível que V. Ex^a inclua ainda na pauta de hoje esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se essa for a vontade do Plenário e não houver objeção, nós faremos isto. Anunciarei a matéria em seguida.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. Sem revisão do orador.) – Senador, eu queria reiterar o apelo do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos isto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Portanto, antes de fazer a leitura, submetemos...

Vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro que faça a leitura da emenda. Em seguida, faremos a leitura do nome sugerido pelo Senador Humberto Costa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Emenda nº 3, de 2013 – Plenário:

O art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O artigo 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 132. Os procuradores dos Estados, Municípios e Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

§1º Aplica-se o estabelecido no caput apenas para os Municípios com população superior a 100 mil habitantes.

§2º Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios após relatório circunstanciado das corregedorias quando for o caso.

Senadora Ana Amélia e outras Srs e Srs. Senadores.

É a seguinte a Emenda na íntegra:

EMENDA Nº 3, DE 2013 (De Plenário) (à PEC nº 17, de 2012)

O artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O artigo 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 132 Os Procuradores dos Estados, Municípios e Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exerçerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

§ 1º Aplica-se o estabelecido no *caput* apenas para os Municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes.

§ 2º. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias, quando for o caso.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição estende aos municípios brasileiros a condição de ingresso no serviço público no cargo de Procurador por meio de concurso público de provas e títulos, alterando a redação do art. 132 da CF/88.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), preocupada com os reflexos negativos que a projeto poderá causar aos pequenos Municípios, sugeriu através de emenda a aplicação de seus dispositivos apenas aos municípios com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes. Entendemos que as previsões da proposição seriam prejudiciais aos 3.100 municípios de menor população, nos quais o Procurador seria único e, no mínimo, exerceeria suas atividades por longo período de tempo (prática de representação risco para a moralidade, para a impessoalidade e, principalmente, para a modernidade da gestão pública). Em pouco tempo, tal Procurador poderia tornar-se, de fato, um ditador da esfera local, e o prefeito que assumisse o cargo teria de submeter-se às suas regras e orientações que, nem sempre, seriam as mais adequadas ou de melhor interesse na visão do gestor público eleito.

Acreditamos ademais, que nos pequenos municípios certamente seriam poucos os advogados disponíveis para a participação em concursos públicos tendentes ao preenchimento do cargo previsto pela proposição. Em adição, poucos seriam aqueles profissionais – vindos dos grandes centros – dispostos a residirem nas pequenas localidades. Consequentemente seria comprometida a garantia de melhoria na qualificação dos serviços a serem prestados, principalmente porque aquele servidor estaria impedido de advogar, estando sujeito às baixas condições de remuneração garantidas pelos municípios (que possuem forte restrição orçamentária). Tratando-se de carreiras de Estado, é mais um passo para destituir o prefeito das suas efetivas funções ou para eleger o Procurador, prefeito.

Financeiramente, seria um problema muito sério para o erário, visto que as remunerações previstas constitucionalmente o são para os procuradores estaduais. Porém, não vemos qualquer proposta no sentido de alterar essas diretrizes, presentes no inciso XI do art. 37 da CF/88.

O valor que terá de ser pago a esse Procurador com certeza irá ultrapassar o teto para vencimentos dos Municípios, que é o subsídio do Prefeito, e criaria mais uma casta a corroer os cofres municipais (como acontece com os médicos, indispensáveis porque deles depende a saúde e a vida da população).

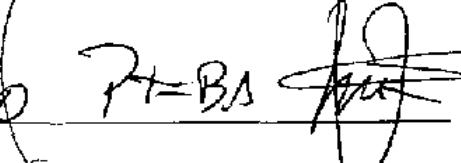
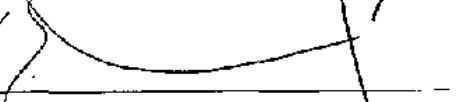
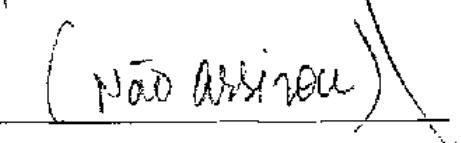
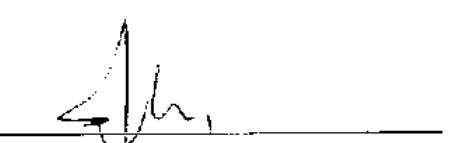
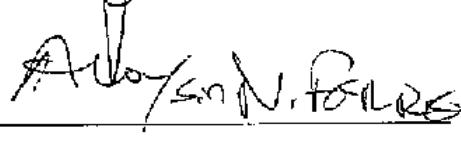
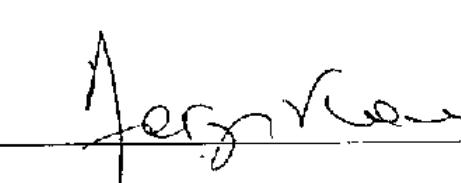
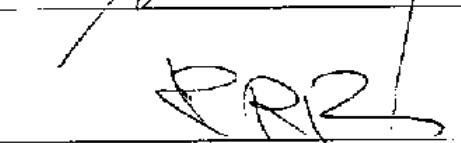
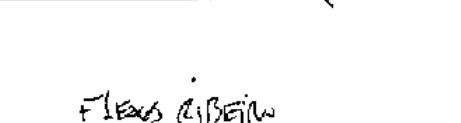
A organização de uma Procuradoria capaz de oferecer sustentação aos atos administrativos é indispensável. Porém, ela somente será efetivamente válida nos Municípios de grande porte, onde tal Procuradoria não se resumiria a um único advogado ou procurador, mas de um corpo de profissionais voltados ao exercício das atribuições.

Parece-nos adequado lembrar que ente municipal não tem Poder Judiciário. Logo, a função do Procurador é, muito antes e acima de tudo, de defesa do interesse do Município e nada mais. Difere, portanto, das demais carreiras nas esferas estadual e federal cujas atribuições vão além do mero interesse do Poder ou do Ente como pessoa jurídica e, sim, também do contribuinte, do interesse público, do meio ambiente, dos portadores de deficiência e das categorias de menor renda.

Sala das Sessões,

1. Senadora ANA AMÉLIA

2. Ribeiro & Antunes

3. Adriano da Cunha 
4. Walter Pinheiro PT-BA 
5. Renato Góes 
6. Bruno Magalhães (não assinou) 
7. Antônio Araújo 
8. Elizeth Lopes 
9. Assy  Adyson N. Pires : DS
10. José Serra 
11. Ciro Gomes 
12. Paulo Paim  PRR
13. Antônio José  FPTB

14. Wagner Carvalho Wagner Carvalho
15. Elisio Andrade Elisio Andrade
16. Eduardo Braga Eduardo Braga
17. Ivo Cassol Ivo Cassol
18. João Azevedo João Azevedo
19. João Pimentel João Pimentel
20. Renan Calheiros Renan Calheiros
21. Mozarildo Mozarildo
22. Wladimir Maranhão Wladimir Maranhão
23. Walmir Mattos Walmir Mattos
24. CCU Cassio C. Lima
25. Renan Roberto Requião
26. Renan Renan Calheiros
27. Walmir Antônio Carlos Fabrício
28. João Durval João Durval
29. Renan Renan Calheiros

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Interrompemos, portanto, a apreciação deste item da pauta e voltaremos à apreciação do Parecer nº 657.

Item extrapauta:

**PARECER N° 657, DE 2013
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 657, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Armando

Monteiro, sobre o Ofício nº S/22, de 2013 (nº 603/2013, na origem), da Procuradoria-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. WELLINGTON CABRAL SARAIVA para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem quisesse discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores já podem votar.

Quero fazer um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar esta votação e dar o meu testemunho da correção, da independência do Dr. Wellington Saraiva.

É um Procurador da República, de Pernambuco, tem uma militância importante na área judicial, já exerceu várias funções extremamente importantes.

Nós, os Senadores de Pernambuco – Senador Jarbas, Senador Armando e eu –, estamos o apoio unicamente. E gostaríamos de pedir aos Senadores o apoio também ao Dr. Wellington Saraiva.

Ele não tem qualquer tipo de ligação política com correntes políticas do Ministério Público, é uma pessoa independente. Creio que merece voltar ao CNJ, até porque lá desenvolveu um excelente trabalho.

Então, queria apelar a todos os Senadores para que pudéssemos aprovar, na noite de hoje, esta indicação.

Antecipadamente, agradeço a V. Ex^a por ter colocado a matéria, neste momento, na pauta.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Armando Monteiro, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força /PTB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria também me somar aqui à palavra do Senador Humberto e atestar a idoneidade, a isenção e a postura do Conselheiro Wellington, que tem se evidenciado em sua atuação.

Trata-se de uma recondução. Tenho certeza de que, pelo mérito da sua atuação, ele é merecedor.

Tenho certeza de que esta Casa fará justiça.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, voto “sim”, atendendo o posicionamento, o apelo da Bancada pernambucana, na eleição para o CNJ do Dr. Wellington Cabral Saraiva.

E quero dizer que igualmente digno do voto deste Senado é o Dr. Vladimir Aras, também Procurador da República, com enormes serviços prestados à sociedade brasileira, à sociedade baiana, ao ensino de Direito na Bahia, como Professor da Universidade Federal da Bahia.

Trata-se de um homem de posicionamento absolutamente independente de partidos políticos, mas

de compromisso profundo com os interesses da sociedade brasileira e dos direitos humanos em nosso País e de todas as causas progressistas.

Portanto, eu quero, ao tempo em que empresto o meu apoio ao Dr. Wellington Cabral Saraiva, apoiando o desejo da Bancada pernambucana, dizer que a Bancada baiana encontra-se profundamente constrangida com a posição equivocada que o Senado tomou, quando da votação do nome do Dr. Vladimir Aras nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. VITAL DO RÉGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a conclua a votação da indicação do Sr. Wellington Cabral, quero fazer uma proposta de encaminhamento em relação à Emenda nº 17.

Acabo de conversar com a Senadora Ana Amélia; conversei com o Senador Vital do Rêgo, com o Senador Wellington, com o Senador Eduardo, com a Senadora Lídice da Mata, com o Senador Alfredo Nascimento, que pediu para pautar a matéria, com o Senador Luiz Henrique, e há um sentimento muito favorável. Mas apresentou-se uma proposta de corte em relação à questão dos Municípios, em relação à população, apresentada corretamente, dentro do que é regimental e de direito, pela Senadora Ana Amélia.

É uma matéria, digamos assim, polêmica para decisão, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – ... ela tem um sentido moralizador, e nós não podemos criar uma ideia de que, não tendo a Procuradoria, não estaria moralizado. Então, nós temos que ter esse entendimento também. Por isso eu pediria a V. Ex^a, se for possível, que a gente pudesse mandar a matéria de volta à Comissão de Constituição e Justiça, que é onde há um ambiente que permite um diálogo aberto sobre uma questão que é constitucional. Se o nosso Presidente Vital do Rêgo pautar a matéria, eu ficaria satisfeito. Se V. Ex^a também concordar, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes, porém, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Daremos a palavra a V. Ex^a pela ordem.

(Procede-se à apuração.)

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 657, DE 2013 (ESCOLHA DE AUTORIDADE - CNJ)

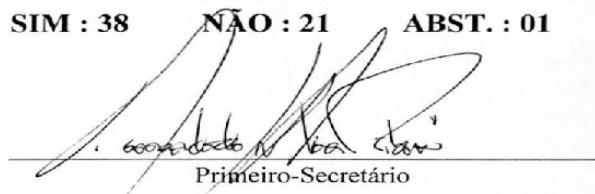
Sr. WELLINGTON CABRAL SARAIVA, PARA COMPOR O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 103-B, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (OFÍCIO N° S/22, DE 2013) (N° 603/2013, NA ORIGEM) - CNJ

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 10 Abertura: 07/08/13 19:37
 Data Sessão: 07/08/2013 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 07/08/13 19:43

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	VOTO
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	VOTO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	VOTO
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	VOTO
PP	RS	ANA AMÉLIA	VOTO
PT	ES	ANA RITA	VOTO
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	VOTO
PT	AC	ANIBAL DINIZ	VOTO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	VOTO
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	VOTO
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	VOTO
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	VOTO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	VOTO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	VOTO
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	VOTO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	VOTO
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	VOTO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	VOTO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	VOTO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	VOTO
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	VOTO
PT	SP	EDUARDO SUPlicY	VOTO
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	VOTO
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	VOTO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	VOTO
PTB	DF	GIM	VOTO
PT	PE	HUMBERTO COSTA	VOTO
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	VOTO
PMDB	PA	JADER BARBALHO	VOTO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	VOTO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	VOTO
PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	VOTO
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	VOTO
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	VOTO
PT	CE	JOSE PIMENTEL	VOTO
PSD	TO	KÁTIA ABREU	VOTO
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	VOTO
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	VOTO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	VOTO
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	VOTO
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	VOTO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	VOTO
PV	RN	PAULO DAVIM	VOTO
PT	RS	PAULO PAIM	VOTO
PDT	MT	PEDRO TAQUES	VOTO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	VOTO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	VOTO
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	VOTO
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	VOTO
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	VOTO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	VOTO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	VOTO
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	VOTO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	VOTO
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	VOTO
PR	TO	VICENTINHO ALVES	VOTO
PMDB	PB	VITAL DO REGO	VOTO
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	VOTO
PT	BA	WALTER PINHEIRO	VOTO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	VOTO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 38 NÃO : 21 ABST. : 01 TOTAL : 60


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – SIM, 38; NÃO, 21; uma abstenção.

Está, portanto, rejeitado o nome de Wellington Cabral Saraiva para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Será feita a devida comunicação à Presidente da República.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique, em seguida, Lídice da Mata.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem. Também queria pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós mantivemos contato com as lideranças; estabelecemos juntamente com os Srs. Senadores já mencionados pelo Senador Inácio Arruda, Relator da matéria. Nós estabelecemos contato com as lideranças dos procuradores municipais e acordamos nessa solução de enviar à Comissão de Constituição e Justiça, para que lá, com tempo, com equilíbrio, com sensatez, se possa constituir um acordo que seja votado aqui, sem polêmica, no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Vital do Rêgo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria também...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Inácio Arruda faz uma ponderação para que a Comissão de Constituição e Justiça possa estudar especificamente, agora, a emenda da Senadora Ana Amélia.

Como Relator da matéria – que haverá de continuar regimentalmente –, o Senador Inácio Arruda precisa construir esse entendimento a partir da comissão de mérito, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Por isso, há um compromisso desta Presidência de pautar a matéria tão logo o Senador Inácio Arruda faça o entendimento, para que nós possamos discutir e debater essa questão do corte, da emenda da Senadora Ana Amélia, a partir de Municípios com 100 mil habitantes. Precisamos ouvir e entendemos que a CCJ é o fórum competente.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um adendo rápido e pedir a V. Ex^a que pauta o PLC nº 47, de 2013, que trata especificamente de um adicional nos vencimentos de profissionais da Polícia Federal, da Receita Federal e de outros profissionais que trabalham em áreas de fronteira.

Já foi aprovado, por unanimidade, na Comissão de Constituição e Justiça. Essa é uma matéria que poderá ser tratada com tranquilidade pelo Plenário do Senado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington, Senadora Lídice, Senador Petecão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apoiar esse encaminhamento do Senador Inácio Arruda, do Senador Vital do Rêgo e de todos os líderes.

Veja só, Sr. Presidente. Nós estamos tratando de um tema importantíssimo. Eu quero dar um testemunho. Eu sei que sempre que se trata de uma ideia como essa, de ter um procurador em Município, vem o pensamento em relação às despesas, em relação a salários.

Eu quero dizer que hoje a Constituição já assegura o teto de procurador para qualquer Município, portanto, não se está fazendo qualquer alteração de teto.

Segundo, Sr. Presidente, devo aqui reconhecer, e é este o testemunho que eu quero dar como ex-Governador, a importância que tem a existência da procuradoria em Município, não só para a proteção do Município, ou seja, a segurança do povo de que nos processos, passando pela procuradoria, será observada a lei.

Nenhum gestor, nem prefeito nem governador nem mesmo o Presidente da República tem obrigação de conhecer com profundidade uma legislação: a legislação complexa de uma licitação, a legislação complexa de contratos. Ao passar por uma procuradoria são garantidas as condições dessa isenção.

É também, Sr. Presidente, a proteção do gestor. Ou seja, quando você é prefeito ou governador e tem um contrato, um processo administrativo com parecer favorável da procuradoria, você isenta, quando há qualquer problema, o gestor de ser condenado. Por quê? Porque passou pela procuradoria, passou por alguém que tinha a obrigação de dar um parecer de constitucionalidade, de legalidade, enfim.

Por esses aspectos é que eu quero dizer da importância de tratarmos desse processo sem paixões. Eu sou um municipalista e, ao defender o Município, quero colocar esses dois aspectos: o Município do ponto de vista do povo e o Município do ponto de vista do gestor.

É esse o sentido dessa matéria e eu acho que esse encaminhamento é importante para a gente não votar apaixonadamente por esse ou aquele argumento sem uma profundidade maior. É essa a posição que quero colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Quero concordar também com o encaminhamento dado. Eu creio que essa medida permitirá um debate mais aprofundado e a possibilidade de chegarmos a um novo acordo. Como Prefeita, tive um Procurador-Geral vindo da carreira da Procuradoria do Município de Salvador, Dr. Renato Simões, hoje Desembargador do Trabalho no Estado da Bahia, um líder inconteste da categoria nacionalmente, mas sei também que nós precisamos ouvir o lado dos prefeitos, das prefeituras pequenas e tentar encontrar um nível de acordo que permita – e este é um dos papéis que o Senado pode desenvolver bem – um processo de aperfeiçoamento, de esforço e mesmo de definição que não nos faça sair como vencedores ou derrotados.

Então eu creio que o Senado agiu bem nessa direção, não derrotando a PEC nem impedindo que nos fosse possível um momento de negociação posterior.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo /PSB – BA) – Mas, Sr. Presidente, para finalizar, quero também registrar que o Senado acabou de derrotar um novo nome para o Conselho Nacional de Justiça. Não é possível que os profissionais que têm uma carreira a zelar passem por uma sabatina na CCJ, com interesses da sociedade colocados em jogo, e que, sem debate, sem que aqui se coloque o porquê de não votar em determinados nomes, os Senadores possam se ocultar em um voto secreto para derrotar pessoas que têm carreira pública e têm, portanto, uma prestação de contas a dar à sociedade quando o seu nome recebe uma negativa dessas.

Tenho aqui em mãos uma manifestação do Ministério Público Federal na Bahia apoiando o Dr. Vladimir Aras e protestando contra a decisão do Senado Federal.

Também quero protestar contra a rejeição do Dr. Wellington, que nós acabamos de ouvir, sem que ninguém possa dizer qual a razão pela qual este senhor acaba de, por falta de *quorum* suficiente, ter o seu nome rejeitado.

Essa prática, o Senado tem que acabar. E me deixa mais convencida ainda de que o voto aberto é o caminho. A Câmara de Vereadores hoje, em Salva-

dor, acaba de aprovar o voto aberto em todas as suas votações. E eu quero parabenizar a Câmara da capital do meu Estado e dizer que espero que o Senado em breve possa seguir esse caminho.

Muito obrigada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Sérgio Petecão.

Em seguida, Senadora Ana Amélia, Senador Benedito, Senador Eduardo e Senador Eunício.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, alguns colegas pediram aí a inclusão do PLC nº 47, que trata sobre o adicional de fronteira, projeto que relatei lá na CCJ, que teve uma certa celeridade e está pronto para ser votado.

Eu gostaria que o senhor observasse com o maior carinho para que nós pudéssemos votar hoje esse projeto, que é de interesse dos policiais federais...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos isso, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Ok, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Renan Calheiros, caros colegas Senadores e Senadoras, eu queria assinar embaixo do que disse a Senadora Lídice da Mata a respeito do que aconteceu mais uma vez nesta Casa, nesta votação.

E é exatamente, Senadora Lídice da Mata, ao abrigo do voto secreto, que esse resultado nos assombra, criando um constrangimento extremamente inadequado na relação das instituições. Então penso que derrubar o voto secreto seria o melhor caminho para que o resultado seja conhecido e identificados os autores dos seus respectivos votos.

A CCJ votou, aprovou, mas aprovou também o indicado. Não é a primeira vez, e é preciso que tenhamos a responsabilidade de assumir a nossa posição numa votação dessa natureza, em relação à escolha para compor o Ministério Público.

Eu queria então endossar novamente o que disse a Senadora Lídice, que foi muito feliz na sua manifestação, lembrando que o Senador Paulo Paim é o autor do projeto que aguarda votação da CCJ, que quebra e derruba o voto secreto.

Quanto à iniciativa do Senador Inácio Arruda, eu queria cumprimentá-lo, porque numa casa política o melhor caminho é a negociação, é o entendimento. E essa alternativa encontrada pelo Senador Luiz

Henrique, com a sua experiência de ex-Governador, com a manifestação do Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ, não tenho dúvida, Presidente, de que teremos na CCJ o caminho adequado para encontrar uma alternativa.

Como Presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Comissão de Assuntos Econômicos, eu não poderia dar as costas a mais de 70% dos Municípios brasileiros que têm até 20 mil habitantes, e hoje estão na maior penúria financeira, uma situação de dar dó. Perderam dinheiro do FPM ...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... Fundo de Participação dos Municípios, unilateralmente, não fecham contas, prefeitos estão reduzindo os seus salários, cortando cargos, cortando despesas. E aumentar ainda a responsabilidade por novas despesas seria um ato de muito comprometimento das prefeituras municipais.

Não fui prefeita, mas tenho a sensibilidade de saber o que passam os administradores municipais. Sou defensora da moralidade do setor público e o concurso é o melhor caminho para isso. Não há dúvida dos méritos da PEC nº 17, não há dúvida. A questão é a PEC e a realidade. E eu fico com a realidade dos Municípios, que é de penúria. Não conseguem contratar médicos e estão convivendo com sérias dificuldades.

Por isso, Sr. Presidente, o caminho desse entendimento na Comissão de Constituição e Justiça será a melhor solução para essa demanda que envolve não apenas a categoria dos procuradores municipais, mas, sobretudo, a gestão pública municipal como ente. E quem paga a conta, Presidente, é a sociedade. É ela que tem que ser também consultada. Por isso a origem e a iniciativa que tomei de apresentar essa emenda de plenário.

Renovo os cumprimentos ao Senador Inácio Arruda pela iniciativa tomada de encaminhar o assunto à Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a Senadora Ana Amélia disse uma frase que é fundamental na atividade política e principalmente nas Casas do Congresso.

Há Senadores que comungam com a hipótese de os Municípios não terem um procurador ou consultor jurídico; outros acham que deve haver. Os Municípios

brasileiros realmente passam por dificuldades, mas não é essa dificuldade que vai criar problemas maiores para os Municípios. O prefeito precisa ter garantia do que vai fazer, e ele só pode ter garantia se tiver alguém para assessorá-lo juridicamente. Se não tem procurador, a grande maioria dos Municípios contrata um escritório de advogado, o que talvez fique muito mais caro.

Então, vamos analisar isso com muito cuidado na Comissão de Constituição e Justiça. É meritória a emenda da Senadora, mas a gente precisa encontrar o caminho para a solução. Sabemos perfeitamente que grande parte dos prefeitos do nosso País não tem qualquer tipo de assistência jurídica, Senador Agripino, e é preciso que ele seja respaldado, para não cometer erros, equívocos por inocência ou por ignorância. Ele vai ter alguém para dizer o que ele pode fazer e o que ele não pode fazer. Se ele fizer ao arrepio da orientação, é problema dele, mas temos obrigação de analisar esse processo e proporcionar aos Municípios exatamente a oportunidade de o prefeito ter garantias. Assim como esta Casa, que é uma Casa de pessoas das mais diversas formações, nós temos uma assessoria jurídica da melhor qualidade, independentemente de quem seja, porque aqui nós somos Senadores, não somos procuradores jurídicos. Então, é preciso que nossos atos, nossas ações, nossas decisões sejam respaldadas pelos consultores jurídicos.

É por isso, Sr. Presidente, que eu comungo dessa deliberação e quero cumprimentar o Presidente da Comissão por ter admitido essa hipótese de levarmos a proposta para reanálise da emenda da Senadora Ana Amélia na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eduardo Braga, Senador Eunício, Senador Pedro Taques e Senador Paulo Paim, na sequência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, para manifestar-me favoravelmente à proposta de estruturação de procuradorias municipais, Sr. Presidente, com as razões já expostas aqui, sejam pelo Senador Benedito de Lira, sejam pela Senadora Ana Amélia, sejam pelos Senadores que nos antecederam. Desde o início, essa é uma luta também do Senador Alfredo Nascimento, do Estado do Amazonas, sobre essa matéria.

No entanto, Sr. Presidente, acho que a decisão do Plenário de encaminhar para a Comissão de Constituição e Justiça, diante do compromisso do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e a proposta aqui apresentada, é prudente, para que possamos debater, para que possamos encaminhar essa matéria, desde já colocando a nossa posição favorável à estruturação das procuradorias municipais.

Eu queria também trazer, Sr. Presidente, uma colocação com relação à PEC nº 47, que trata do adicional de fronteira. É extremamente importante para a Nação brasileira fortalecer a presença do Estado democrático nas nossas fronteiras. O nosso Estado é representado pela Receita Federal, é representado pela Polícia Federal, é representado pelos mecanismos de comando e de controle na fronteira brasileira, fronteira esta que tem a responsabilidade de guardar nosso País com relação a tráfico de drogas, a tráfico de armas e a uma série de outras questões que reproduzem a segurança pública e a segurança do nosso País.

Portanto, também ratifico junto a V. Ex^a a importância da solicitação proposta pelo Senador Petecão e pelo Senador Vital do Rêgo, para que nós possamos levar a votos a PEC nº 47, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do PMDB, quero também dizer a esta Casa que V. Ex^a foi Ministro de Estado da Justiça, que fui Ministro das Comunicações e que aqui há ex-Presidentes da República, muitos ex-Governadores e ex-Ministros de Estado. Ninguém aporia uma assinatura em nenhum documento se, primeiro, ele não passasse pela consultoria jurídica de um Ministério, de um governo ou até do Governo Federal, que tem a AGU para proteger o Presidente da República e defender as questões do Estado brasileiro. (*Palmas*.)

Portanto, Sr. Presidente, comprehendo a emenda da Senadora Ana Amélia. Eu fui Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e acho adequado que a emenda seja avaliada por essa Comissão, que já deu parecer favorável a essa matéria. Quero me posicionar de forma favorável. Isso pode até onerar as prefeituras já sacrificadas do Brasil inteiro – comprehendo isso e concordo com a Senadora Ana Amélia –, mas é necessário que cada ente da Federação tenha uma assessoria jurídica adequada para evitar, inclusive, muitas demandas às quais, depois, ficam os Srs. Prefeitos respondendo em tribunais, porque, muitas vezes, desconhecem a matéria do ponto de vista do Direito.

Portanto, nossa posição é favorável à matéria e, obviamente, favorável ao encaminhamento dessa emenda à Comissão de Constituição e Justiça, o foro adequado. (*Palmas*.)

Trato do segundo item, Sr. Presidente: como Líder do PMDB, eu queria solicitar a V. Ex^a que fizesse a inclusão em pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, que trata do sistema de controle interno e que já se encontra pronta aqui, na Mesa Diretora, para ser votada. Então, se V. Ex^a entender o momento oportuno e o quórum oportuno para votarmos uma PEC, eu solicito a V. Ex^a, em nome do PMDB, a inclusão em pauta, Sr. Presidente, da PEC nº 45, que trata do controle interno, que regulamenta o controle interno no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento. Tão logo nós tenhamos a oportunidade, nós vamos pautar essa importante matéria sugerida por V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não seria eu – não tenho esta atribuição constitucional – a criticar voto de Senador da República. Cada Senador da República vota de acordo com sua consciência. A Constituição da República, ao estabelecer o voto secreto, permite que o Senador vote porque não vai com a cara daquele indicado, porque a gravata que ele usa é cafona, porque ele é alto, porque ele é baixo, porque ele é competente, porque ele é incompetente. Vota-se também por vingança, vota-se por vindita, vota-se por revanchismo. Cada Senador tem a liberdade para votar por que quer. Daí a Constituição, de forma equivocada, eu penso, estabeleceu a votação secreta.

Nós temos de ter responsabilidade e aprovar a proposta de emenda do Senador Paim, para que a votação seja aberta e para que cada Senador mostre a sua cara, tenha coragem! (*Palmas*.)

É preciso ter coragem! Mostre a cara e tenha coragem!

Sr. Presidente, por que estou dizendo isso? Quando eu, como Senador da República, entendi que uma das indicadas para o Supremo não teria atribuição, eu aqui me levantei e disse que as atribuições não estavam preenchidas. Precisamos ter coragem, coragem republicana.

Dois Procuradores da República da melhor qualidade foram recusados por esta Casa. Cada Senador teve legitimidade para votar desta ou daquela forma. Não estou a criticar voto de Senador da República. Cada um tem a legitimidade constitucional, a liberdade de opinião, a liberdade de voto, que é sagrada no art.

53 da Carta da República. Agora, esses dois Procuradores não foram indicados pelo Dr. Gurgel, mas foram votados pela instituição. O Dr. Gurgel foi um meirinho, foi um aguazil, ele encaminhou ofício a esta Casa. Nós, aqui, estamos julgando uma instituição. Estamos aqui responsabilizando o mensageiro pela sua mensagem.

Quero expressar meu respeito a estes dois Procuradores: o Dr. Vladimir Arras, já recusado para o Conselho Nacional do Ministério Público, e o Dr. Wellington Cabral, que teve a sua recondução rejeitada. Ele exerceu no Conselho Nacional de Justiça por dois anos as suas atribuições, e nada contra ele pesou. Ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, cada Senador tem a responsabilidade para votar desta ou daquela forma, tem a legitimidade, tem a opinião constitucional, tem o seu direito constitucional. Quero expressar, Sr. Presidente, que não estou a criticar voto de Senador. O Senador, na votação secreta, pode votar, inclusive, por vingança. Imagine se um Procurador da República não vai com a cara de um réu, se um Procurador da república não vai com a cara de um investigado. Ele o denuncia, ele pede a condenação? Imagine se um juiz não gosta da gravata que usa o acusado. Será que esse juiz vai condenar esse acusado por isso ou por não gostar do chefe do acusado? Isso não é republicano.

Encerro minha fala, Sr. Presidente, dizendo que cada Senador tem a liberdade constitucional de votar desta ou daquela forma. Não estou a criticar voto de Senador. Aliás, lutamos para que cada Parlamentar pudesse expressar sua opinião. Mas ele expressa sua opinião para que o cidadão possa saber de que maneira ele votou, sem a escuridão do segredo. Não há melhor detergente do que a luz daquele painel. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, a votação de hoje só reforça uma tese que não somente eu como outros defendem desde a Assembleia Nacional Constituinte: é legítimo que cada Parlamentar assuma seu voto publicamente. Na Suprema Corte americana, por exemplo, Sr. Presidente, toda escolha de autoridade é feita por voto aberto, no plenário do Senado. Para escolher os membros da Suprema Corte americana, o voto é aberto. E, aqui, fica a dúvida entre todos.

Por isso, faço, mais uma vez, um apelo a V. Ex^a. Quanto à PEC nº 20, o Senador Vital do Rêgo, atendendo a um pedido nosso, colocou-a em votação. Foi aprovada por unanimidade, está pronta para ser apreciada no plenário, em rito especial. É claro, V. Ex^a me disse: "Aprovarei o rito especial, Paim, mas vou

dialogar com os Líderes". Esse foi o acordo. Mas ela está pronta para ser votada. Eu acho que o Senado poderia, no Estado democrático de direito, anunciar ao País: "No Senado da República do Brasil, não existe voto secreto. Cada um assume suas posições." Esse é o apelo que eu faço a V. Ex^a.

Eu não voto de forma secreta, Sr. Presidente. Houve o debate na Bancada sobre a questão dos procuradores municipais. A Bancada ficou dividida. O Líder Wellington Dias liberou a Bancada. E eu, que dificilmente votei diferentemente da Bancada do Rio Grande do Sul, nessa questão, anunciei, há muito tempo, aos procuradores: "Depois que eu dou a palavra, eu não mudo o voto. A não ser que me matem, eu votarei pela proposta original dos procuradores municipais". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Eu acredito, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, que, com o resultado recente da votação da indicação de autoridade, caminha a passos largos aquela transformação que, há muito, já deveria ter sido feita. E olhem que atrás eu tinha dúvidas, Senador Paim, sobre a oportunidade das discussões em torno do voto secreto, sobretudo na indicação de autoridades.

Agora, preocupa-me que o Senado da República, com a maturidade que tem, com a responsabilidade que possui, esteja dando recados institucionais, o que só vai criar um clima de confronto, que não é bom para o Brasil. A nossa democracia é muito jovem. Talvez, ainda estejamos numa fase de transição, por incrível que pareça! Acredito que todos nós devemos ter muita prudência, muita responsabilidade em tudo o que aqui fazemos, pela repercussão que isso traz à democracia brasileira e à relação entre instituições, e não entre pessoas.

Feito esse registro, eu queria fazer um comentário rápido sobre a proposta que foi apresentada pela Senadora Ana Amélia e que resultou – pelo menos no meu caso, em particular – num conjunto de contatos de diversos prefeitos do Estado que eu aqui represento. E, nessas horas, tenho sempre muito zelo, muito critério de compreender que o Senado da República representa o Estado. Quem representa o povo é a Câmara dos Deputados. Essa é a organização básica da nossa República. Estamos aqui para representar o Estado. Compreendo o Estado *lato sensu*, como Estado e como Município. Portanto, sou um representante do Município, do entre federado Município, assim como também do ente federado Estado.

Nessa condição de representante do Estado e dos Municípios, eu não posso deixar de atender a uma solicitação, feita nas últimas horas, por mensagens de texto, por WhatsApp, por vários meios, de prefeitos de cidades menores que pedem a aprovação da emenda da Senadora Ana Amélia, pela qual manifesto, desde já, posição favorável.

Falo como um ex-Governador do meu Estado que teve uma postura de absoluto respeito com sua Procuradoria. Os procuradores da Paraíba podem trazer o seu testemunho do plano de cargos, da carreira e da remuneração que lá implementamos, da valorização que demos não apenas aos procuradores de Estado, mas também aos procuradores de autarquias.

Fui Prefeito de Campina Grande, cidade com mais de 100 mil habitantes. Hoje, Campina tem 400 mil habitantes. Durante os meus três mandatos, também valorizei a Procuradoria. Mas há de se reconhecer que não há como, num País tão diverso como o nosso, com múltiplas realidades, você impor, de baixo para cima, para as cidades pequenas, essa realidade.

Acredito que a solução encontrada na emenda da Senadora Ana Amélia é bastante razoável para a realidade do Brasil, para aquilo que nós estamos constatando num País onde, infelizmente, você pode gerar uma circunstância, na vinculação em cascata, em que um procurador do Município de Coxixola, Senador Vital, ou de qualquer outro pequeno Município paraibano, tenha uma distorção na carreira em relação a professores, a médicos e a outras funções de Estado tão relevantes quanto a sua função.

Portanto, fica aqui minha manifestação de louvor à iniciativa da Senadora Ana Amélia, sempre brilhante, competente, e o respeito público aos procuradores, em suas diversas carreiras, em seus diversos órgãos, para que nós possamos compreender que aqui, como Senadores que somos, representamos os interesses dos Estados e, consequentemente, também os dos Municípios. A representação corporativa do povo fica lá na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Sérgio Souza, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Cristovam Buarque.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Eu também pedi, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E Senador Humberto Costa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas últimas semanas, nós tivemos dois episódios referidos aqui pelo Senador Pedro Taques: o caso da rejeição do nome do Dr. Vladimir para o Conselho Nacional do Ministério Público e agora o do Dr. Wellington, na sua recondução para o Conselho Nacional de Justiça.

Esses fatos demonstram, na minha opinião, de forma muito clara, aquilo que venho defendendo nesta tribuna, que devemos instituir o voto aberto em todas as modalidades de votação do Congresso Nacional.

Esses dois cidadãos demonstraram grande competência, grande conhecimento quando sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça – salvo engano, está aqui o Presidente da Comissão, Senador Vital do Rego. Foram aprovados por unanimidade, naquele momento, e hoje foram rejeitados – mais um rejeitado; o outro já havia sido rejeitado há cerca de três semanas – através do voto secreto.

E o que se comenta nos bastidores desta Casa é que se trata de um processo de retaliação à figura do Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Gurgel. Em primeiro lugar, é importante registrar que isso é uma insensatez, porque, como disse muito bem o Senador Pedro Taques, essas pessoas foram eleitas, foram escolhidas pelo conjunto do Ministério Público. Não são indicações do Procurador-Geral.

De qualquer forma, é importante registrar que aqui todos os Senadores têm liberdade total de voto. Mas também é muito importante que o cidadão que está fora do Senado Federal, o cidadão que se vem manifestando por mais transparência na política, o cidadão que está dizendo que há uma crise no modelo de representação do nosso País... A população quer e tem o direito de saber como está votando o seu representante.

Eu volto a fazer um apelo ao Colégio de Líderes para que façamos uma reflexão. Está mais do que na hora de implementarmos o voto aberto em todas as votações. Várias Assembleias Legislativas em todo o País estão se antecipando ao Congresso Nacional e fazendo isso no âmbito dos seus Estados. Está na hora de fazermos isso no âmbito do Senado.

Dizia-se que o voto secreto era uma forma de proteger o Parlamentar da pressão do Executivo, pois eu entendo que o Parlamentar tem que estar pronto, apto a resistir a qualquer tipo de pressão. Ele deve, sim, satisfações à opinião pública, ao eleitor, que o colocou aqui e que tem todo o direito de saber como vota o seu representante.

Essa é a manifestação que eu gostaria de fazer em meu nome, e tenho certeza de que essa é a posição de toda a Bancada do PSB no Senado Federal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não poderia deixar também de me manifestar. Eu venho da carreira jurídica. Sou advogado do Direito Público, do Direito Eleitoral, do Direito Administrativo, inclusive tenho publicações nesse sentido.

Já trabalhei em dezenas de prefeituras do meu Estado. Conheço a realidade das prefeituras, da menor à maior prefeitura do Estado do Paraná. Sei das dificuldades dessas prefeituras em conseguir pagar os valores sugeridos, por exemplo, para os agentes comunitários de saúde, os pisos salariais. Sei das dificuldades dessas prefeituras em pagar um médico, quando o Congresso Nacional disse que ninguém pode ganhar mais do que o prefeito no Brasil. Há salários de prefeitos ou subsídios de prefeitos de R\$4 mil, R\$5 mil, lá no meu Estado, e você não contrata um médico por menos de R\$10 mil, de R\$15 mil, de R\$20 mil, de R\$35 mil, como há casos no Estado do Paraná. E, aí, qual a solução encontrada? Buscar outros meios: a subcontratação, a terceirização, e assim por diante.

Eu quero parabenizar a Senadora Ana Amélia por uma emenda em que busca uma solução e quero dizer que não pode ser diferente, Sr. Presidente, à carreira dos procuradores do Estado, da União. E o Município, que também é um ente federativo? Também tem o direito de regular a sua carreira de procuradores. Assim deve fazer.

Nós, aqui, no Congresso, devemos fazer a alteração da Constituição para permitir a organização das carreiras de procuradores. Mas, em quantos Municípios há mais de um procurador? Nós precisamos, de fato, dar uma resposta.

Eu acho e acredito, Senadora Ana Amélia, que, na CCJ, já com a manifestação do nosso Presidente, Senador Vital do Rêgo, da celeridade que vai ser dada a esse caso, nós vamos encontrar a solução; se 100 mil, 50 mil, 200 mil ou a forma que atenda aos procuradores municipais da maneira como eles merecem ser atendidos.

Também, Sr. Presidente, gostaria de me manifestar sobre a votação última.

Respeito a opinião de cada um dos Srs. Senadores. Cada um tem o seu *animus* de votar de acordo com a sua consciência, de acordo com a sua convicção, que foi formada hoje, ontem, ou no passado, de acordo com o seu entendimento. No entanto, essa é uma resposta de que precisamos avançar em relação ao fim do voto secreto.

O fim do voto secreto – e fui o Relator da PEC nº 20, na Comissão de Constituição e Justiça; nós já temos aqui o interstício quebrado, para que possamos votar rapidamente essa Proposta de Emenda à Constituição – é um avanço à sociedade brasileira.

Estamos vivendo um período democrático em que o cidadão brasileiro, centenas de milhares vão às ruas sem nenhuma organização, sem nenhuma entidade ou ideologia previamente planejada para isso. O Brasil, talvez, seja uma das maiores democracias deste Planeta. Nenhum país do mundo tem a liberdade que nós temos aqui.

Agora, nós precisamos, de fato, dar um pouco mais de transparência, e não tenho dúvida de que os Senadores que votaram não teriam votado diferentemente. Acredito que teriam votado de acordo com a sua convicção. Não faria diferença.

Eu acho que está na hora de o Congresso Nacional dar esse grande avanço, que é extirpar o voto secreto em todas as suas categorias.

Era essa a minha palavra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, eu queria só lembrar à Casa o seguinte: houve um pedido para que nós pudéssemos votar hoje o Projeto de Lei da Câmara nº 47, que institui a indenização devida ao ocupante de cargo efetivo das carreiras e planos de cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos fronteiriços.

Talvez fosse o caso de nós, como a matéria não vai exigir votação nominal, avançarmos e, em seguida, garantirmos a palavra aos Srs. Senadores. É uma sugestão para encaminhamento.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, é rápido. Eu só queria justificar o meu voto favorável ao Sr. Leonardo Farias Duarte, Juiz de Direito, para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

E gostaria de ter essa prerrogativa também em relação ao Sr. Wellington Cabral Saraiva, porque o voto foi favorável. E que essa prerrogativa fosse para todos os Senadores, com o fim do voto secreto, que seria o adequado.

Só para ser breve, nós rejeitamos Vladimir Aras e rejeitamos agora Wellington Cabral Saraiva. Eu acho que perdeu o Brasil. Eu acho que o Senado se apequenou com essas duas votações.

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu creio que a democracia...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador, eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Governo/PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Repetindo, eu creio que a democracia representativa, como é a nossa, deve ter duas coisas sagradas: uma é o voto secreto do eleitor, a outra é o voto aberto do eleito.

O voto fechado, escondido, do eleito é uma excrescência, porque é o voto escondido daqueles que nos colocaram aqui. Eu me sinto envergonhado cada vez que aperto os botões aqui votando e sabendo que o meu eleitor não vai saber como eu votei.

Eu me sinto envergonhado quando recebo consultas me perguntando: "Como é que você votou em relação a tal e tal assunto?" Primeiro, porque eu gostaria que fosse tão nítida a minha posição, que ninguém tivesse dúvida de como é que votei. Segundo, porque eu vou ter que explicar como votei. É uma excrescência com a qual temos que acabar.

Há pouco, nós votamos aqui a possibilidade de médicos do Exército trabalharem. E o Senador Jorge Viana disse que isso aí era o óbvio. Como é que nós demoramos tanto? Um dia nós vamos nos perguntar como é que demoramos tanto para acabar com a excrescência do voto secreto.

Quanto à votação sobre os procuradores aqui, eu quero dizer que eu também votei favorável, por respeito à escolha, pelos procuradores e pelo filtro que foi feito na CCJ.

Eu creio que nós precisamos ter um filtro, sim. Eu sou contra o democratismo de que eles sejam eleitos sem passar por aqui. Sou favorável, sim, a que passe pelo plenário, mas que passe de uma maneira aberta.

Quanto aos procuradores municipais, eu quero falar de uma grande preocupação; a preocupação de que tirem dinheiro da educação para pagar os novos procuradores, ou o dinheiro da saúde. Porque há prefeitos pobres, prefeituras pobres, Municípios pobres. Eles vão ter que fazer um sacrifício reduzindo gastos em outros setores, e a gente sabe que os setores que vão pagar são esses.

Mesmo que haja uma prerrogativa constitucional que dá um piso mínimo a ser gasto no Município, esse é o piso. Eles deveriam gastar mais e não vão poder.

Creio que é muito perigoso criar uma carreira igual para todos os Municípios, sobretudo se essa carreira for imitando as carreiras federais e estaduais.

Quanto à emenda da Senadora Ana Amélia, Senadora, eu acho que, por mim, eu colocava não 100 mil, mas 200 mil. Agora, eu colocaria mais um dado: a renda do Município. Há Municípios grandes, com alta população, mas pobres. Esses vão sofrer igualmente ou até mais. Nós temos que incorporar na emenda a renda *per capita* do Município, se não a renda geral do setor público do Município. Caso contrário, nós vamos ter problemas em grandes Municípios do ponto de vista populacional, mas paupérrimos do ponto de vista financeiro.

Essas são as minhas posições, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu queria me manifestar principalmente porque fiz aqui a defesa pública do nome do Procurador Wellington Saraiva para a sua recondução ao Conselho Nacional de Justiça.

Eu não sei qual foi a motivação pela qual vários Senadores rejeitaram a sua indicação. Fiz questão aqui de afirmar claramente que esse procurador é respeitado pela sua qualificação técnica, pela forma correta com que tem trabalho no CNJ e que não havia qualquer tipo de ligação do procurador com qualquer grupo que eventualmente possa existir dentro do Ministério Público.

Esse testemunho que dei foi aqui reforçado tanto pelo Senador Jarbas Vasconcelos quanto pelo Senador Armando Monteiro, já que ele é pernambucano. Nós conhecemos a vida e a trajetória dele. Realmente, não sei o que definiu para que alguns votassem dessa maneira.

Imagina o que representa para um cidadão que tem conduta ilibada do ponto de vista profissional, do ponto de vista pessoal ter o seu nome rejeitado pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal, para a recondução a um cargo onde ele se houve muito bem.

Ou seja, eu fico sem entender. Até porque ele foi sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça. Se alguém tivesse algo a dizer contra ele que fosse lá e registrasse sua posição ou que o dissesse aqui, como já aconteceu em outras situações. Resultado: submetemos o candidato à sabatina, vários Senadores votaram... Quer dizer, aqueles que mais profundamente discutiram o currículo, as atribuições e a qualificação do candidato, suas opiniões de nada valeram. Não que

os outros não tenham absolutamente o direito de votar e de individualmente expressar sua posição, mas nós não podemos alimentar esse tipo de prática. Eu creio que isso é muito ruim e espero que não se repita.

Eu acho que nós temos que fazer uma discussão sobre o voto secreto. Uma das coisas que eu defendo é que se acabe o voto secreto para tudo, mas tenho defendido que, para a indicação de autoridades, permaneça, até porque muitos de nós podemos ser julgados lá, isso pode gerar constrangimento para um Ministro do Supremo, para um Procurador-Geral da República. Eu tenho essa posição, posso estar enganado ou não. Agora, se o voto secreto é uma atribuição, uma prerrogativa do mandato parlamentar, é importante que ele seja usado corretamente e não para qualquer outra finalidade que não seja a de expressar o que é melhor ou pior para o Brasil.

Eu acho que, com essa votação de hoje, não perdeu o Procurador Gurgel, não perdeu o Ministério Público, perdeu o Brasil e perdeu o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ruben Figueiró, com a palavra V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, se aqui estivesse nas cinco últimas votações, eu acompanharia a decisão da Liderança do meu Partido. Peço a V. Ex^a que registre.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE) – Presidente, eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra V. Ex^a. Perdoe-me pela omissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Governo/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Não, Presidente, eu sei que V. Ex^a está apressado.

Eu não gostaria de repetir o que os outros já disseram. Eu já fui bem representado pelo meu Líder, o Senador Rollemberg, e por todos aqueles que lamen-

taram o acontecido com a derrubada do Procurador. O meu voto, neste instante, é de protesto pela forma como o Senado agiu. Porque nós votamos de acordo com o mérito, com o currículo e com a apresentação que o candidato fez na Comissão de Justiça. E assim eu procedi. E volto a lamentar que o Senado tenha rejeitado um nome aprovado sem qualquer restrição pela Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares.

Discussão do projeto em turno único.

Item extrapauta:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 47, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (nº 4.264/2012, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que específica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. Pareceres favoráveis, sob nºs 737 e 738, de 2013, das Comissões de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Ivo Cassol; e de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Petecão.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^as e os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

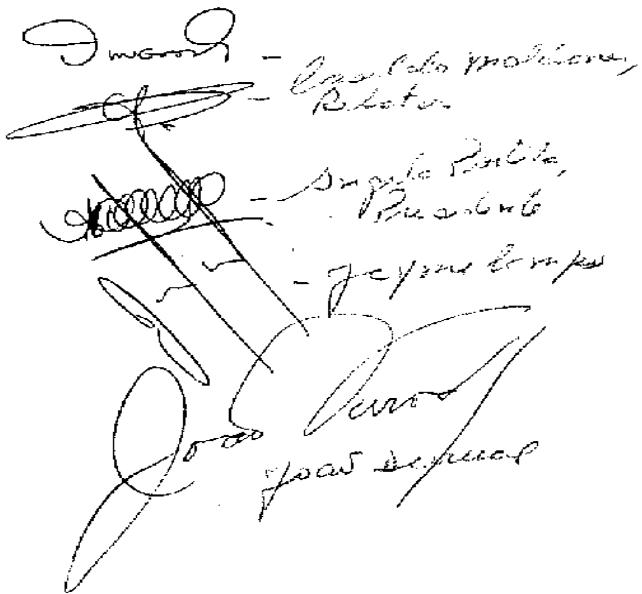
Aprovado o projeto.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER
Nº 750, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (nº 4.264, de 2012, na Casa de origem), que *institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 7 de agosto de 2013.



ANEXO AO PARECER N° 750, DE 2013

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (nº 4.264, de 2012, na Casa de origem).

Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituída indenização a ser concedida ao servidor público federal regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em exercício de atividade nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.

§ 1º A indenização de que trata o *caput* será concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo das seguintes Carreiras ou Planos Especiais de Cargos:

I – Carreira Policial Federal, de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996;

II – Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998;

III – Carreira Auditoria da Receita Federal (ARF), de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

IV – Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003;

V – Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005;

VI – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;

VII – Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004; e

VIII – Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 2002.

§ 2º As localidades estratégicas de que trata o *caput* serão definidas em ato do Poder Executivo, por Município, considerados os seguintes critérios:

I – Municípios localizados em região de fronteira;

II – existência de postos de fronteira ou de portos ou aeroportos com movimentação de ou para outros países;

III – existência de unidades a partir das quais seja exercido comando operacional sobre os postos de fronteira;

IV – dificuldade de fixação de efetivo.

Art. 2º A indenização de que trata o art. 1º será devida por dia de efetivo trabalho nas delegacias e postos do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e em unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego situadas em localidades estratégicas, no valor de R\$ 91,00 (noventa e um reais).

§ 1º O pagamento da indenização de que trata o art. 1º somente é devido enquanto durar o exercício ou a atividade do servidor na localidade.

§ 2º O pagamento da indenização de que trata o art. 1º não será devido nos dias em que não houver prestação de trabalho pelo servidor, inclusive nas hipóteses previstas no art. 97 e nos incisos II a XI do art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 3º O valor constante do *caput* equivale à jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e deverá ser ajustado, proporcionalmente, no caso de carga horária maior ou menor prestada no dia.

§ 4º No caso de servidores submetidos a regime de escala ou de plantão, o valor constante do *caput* será proporcionalmente ajustado à respectiva jornada de trabalho.

Art. 3º A indenização de que trata o art. 1º não poderá ser paga cumulativamente com diárias, indenização de campo ou qualquer outra parcela indenizatória decorrente do trabalho na localidade.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência da cumulatividade de que trata o *caput*, será paga ao servidor a verba indenizatória de maior valor.

Art. 4º A indenização de que trata esta Lei não se sujeita à incidência de imposto sobre a renda de pessoa física.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do 1º de janeiro de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.

Votação da redação final.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Senador Suplicy, antes de conceder a palavra pela ordem, há um requerimento sobre a mesa, assinado por vários Srs. Líderes partidários. É um requerimento que propõe um calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que acrescenta inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 875, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeremos, calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *Acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de controle interno*, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia

Sessão às _____ horas	1ª Sessão de discussão em 1º Turno
Sessão às _____ horas	2ª Sessão de discussão em 1º Turno
Sessão às _____ horas	3ª Sessão de discussão em 1º Turno
Sessão às _____ horas	4ª Sessão de discussão em 1º Turno
Sessão às _____ horas	5ª Sessão de discussão em 1º Turno
Sessão às _____ horas	1ª Sessão de discussão em 2º Turno
Sessão às _____ horas	2ª Sessão de discussão em 2º Turno
Sessão às _____ horas	3ª Sessão de discussão em 2º Turno

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2013.

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento e, consequentemente, o calendário especial.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Suplicy, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a visita ao Senado do Embaixador do Equador, Horacio Sevilla Borja, que aqui se encontra acompanhado da Secretaria da Embaixada, Sr^a Noralma Novoa, que esteve visitando a mim e ao Senador Luiz Henrique hoje.

Pela manhã, nós tivemos, hoje, uma audiência de extraordinária qualidade com o Ministro das Relações Exteriores, com todos os representantes de bananicultores de Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Bahia, com prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, onde foram colocadas as preocupações dos produtores de banana, de prefeitos e de governos de cada um desses Estados, tendo em conta o possível entendimento com o Equador com respeito à possibilidade de o Equador exportar bananas para o Brasil. Tivemos a oportunidade de ouvir do Embaixador Horacio Sevilla Borja alguns argumentos importantes.

Então, por sugestão do Senador Luiz Henrique, vamos realizar uma reunião de produtores de banana na Embaixada do Equador, por convite dele. E ele agora estendeu o convite, gostaria que o Senador Luiz Henrique e eu fôssemos ao Equador, junto com os produtores de banana, para ali conhecermos mais de perto todas as características da produção de banana. Avalio que isso poderá ser bastante produtivo para o melhor entendimento entre ambas as nações.

Então, quero agradecer inclusive ao Senador Luiz Henrique pelo empenho que teve nessa questão, que, esperamos, possa ser bem resolvida. Inclusive estamos aguardando uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para concluir esse diálogo que se completará com o Embaixador da Bolívia e com todos os nossos ministros. Mas esperamos que possamos dar um passo muito construtivo com o governo do Presidente Rafael Correa e da Presidenta Dilma Rousseff, porque ambos têm tido diálogos muito produtivos, querendo avançar na direção do melhor entendimento entre as duas nações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reiterar aqui as palavras do nobre Senador Eduardo Suplicy nesta questão que é realmente muito importante para um setor que emprega, entre empregos diretos e indiretos, cerca de 2 milhões de pessoas.

Esse assunto está sendo bem conduzido pelo Ministro da Agricultura. Hoje tivemos uma audiência muito produtiva com o Chanceler Antonio Patriota e esperamos poder solucionar a questão, para que uma eventual importação de banana do Equador não sufoque a produção nacional, que é feita por uma rede atomizada de agricultores familiares.

Mas eu quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, para lavrar aqui um voto pelo restabelecimento do nosso ex-Presidente da República, do nosso ex-Presidente do Senado, José Sarney, que está internado em São Paulo, para que ele possa voltar rapidamente ao nosso convívio.

Entendo que este também é o pensamento de todas as Sr^as e de todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Hoje mesmo, eu tive oportunidade de, mais uma vez, falar com o Presidente José Sarney e, em nome do Senado, a exemplo do que fez aqui o Senador Luiz Henrique, apresentar os nossos votos de uma rápida recuperação, para que ele rapidamente reassuma suas funções nesta Casa do Congresso Nacional.

Senador Petecão e Senador Magno Malta.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E a Senadora Lídice da Mata.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é no sentido de agradecer a esta Presidência por ter tido a sensibilidade de colocar o PLC 47 para votação nesta sessão da noite de hoje.

O PLC 47 é o que trata do adicional de fronteira, projeto esse que, com certeza, irá ajudar os Estados de fronteira. E o meu Estado, como é um Estado de fronteira, o Estado do Acre, com certeza será beneficiado, porque esse PLC, esse adicional de fronteira, é um atrativo para que os servidores da Polícia Federal, os servidores da Polícia Rodoviária Federal, os servidores

do Ministério do Trabalho, da Agricultura e da Receita Federal possam trabalhar na nossa região de fronteira.

Então, agradeço a esta Presidência por ter tido a sensibilidade de colocar em votação e de aprovamos aqui, com maioria absoluta, esse projeto que vai ajudar, e muito, os Estados de fronteira.

Obrigado, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, a minha fala também é ainda a respeito da recusa do Dr. Vladimir Aras. Até porque eu fui o Relator do Dr. Vladimir na CCJ. E eu sou muito cauteloso, Sr. Presidente, e muito cuidadoso, Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Certamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – E eu conheço o Dr. Vladimir. E no... Fiz a recomendação no meu relatório por uma praxe. Conheço esse Procurador; conheço o seu trabalho. Trabalhei no relatório dele. Não fiz alguma coisa a meia boca, a toque de caixa. E acho isso de um mau gosto muito grande, Sr. Presidente.

Eu estava internado no Sírio Libanês – fiz uma cirurgia no pé –, assistindo à sessão do Senado. Eu fiz uma cirurgia no pé, estava assistindo à sessão do Senado e vi quando o Senado deu um tiro no pé. Ele simplesmente foi derrubado, simplesmente negaram o nome dele, com esse argumento tão flácido, tão pueril, de que ele é de Gurgel.

Dizia aqui o Senador Pedro Taques: é de cada instituição. Assim como nós: onde tem trigo tem joio, onde tem joio tem trigo. A instituição não pode ser penalizada com esse tipo de raciocínio. Por isso eu lamento, repudio. Eu me senti desrespeitado no meu relatório, recomendando o Dr. Vladimir Aras, preparado, competente. Meu relatório foi aprovado por unanimidade. E vê-lo ser execrado neste plenário, ser negado aquilo que foi votado na CCJ e ver como, de maneira – dirigindo-me ao Senador Pedro Taques – escura, atrás do painel, o meu relatório foi desmoralizado neste plenário.

Reafirmo ao senhor e reafirmo ao Brasil que lamento, porque esse Procurador, Dr. Vladimir Aras, esse baiano, é preparado, competente e um homem de bem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Ex^a e às Lideranças do Senado, que, na noite de ontem, aprovaram o Projeto de Resolução nº 46, de 2011, de minha autoria, que institui, a partir de agora, a Comenda Dorina Gouvêa Nowill, destinada a agraciar personalidades que tenham ofe-

rido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

A Fundação Dorina Gouvêa Nowill presta importante serviço no processo de educação e coloca à disposição das pessoas com deficiência a possibilidade de se qualificarem e serem acolhidas nas suas dificuldades.

Então, eu quero agradecer ao Senado, às Lideranças que ontem apreciaram essa matéria.

Eu estava inscrita para falar, Sr. Presidente, mas tenho agora uma reunião da Bancada com o Ministro da Saúde e, por isso, não quis deixar de registrar o meu reconhecimento aos Srs. Líderes e a V. Ex^a, que colocou o projeto em pauta ontem.

Ao mesmo tempo, quero também registrar a realização, em Salvador, esta semana, da 5^a Conferência Estadual das Cidades da Bahia, aberta na última segunda-feira, com a participação de 1.400 delegados, eleitos nas mais de 250 conferências locais.

É uma conferência preparatória para a 5^a Conferência Estadual das Cidades, que tem como tema a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, e como lema “Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já!”

Foi isso que as ruas, em todo o Brasil, disseram, de forma muito vigorosa. É discussão de mobilidade urbana, de transporte, do controle social do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, enfim, a discussão das cidades brasileiras.

E eu tive também oportunidade, neste fim de semana, de participar de um importante encontro no interior do Estado da Bahia, na cidade de Andaraí, que fica a 414 quilômetros de Salvador, justamente no distrito de Igatu, um maravilhoso distrito, todo de pedra, feito ainda no século XIX pelos garimpeiros, na época do ouro e do diamante, naquela região do nosso Estado, um dos mais lindos sítios da Chapada Diamantina e também uma região muito pobre.

Discutimos as consequências da seca e estabelecemos uma agenda de trabalho da União de Municípios da Chapada Diamantina.

Eu retrato tudo isso, Sr. Presidente, nesse pronunciamento que faria da tribuna e que peço a V. Ex^a que registre nos Anais da Casa, integralmente, para que eu possa participar da reunião com o Ministro da Saúde e a minha Bancada.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA LÍDICE DA MATA

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. Sem revisão da oradora.) –

Encontro da União dos Municípios da Chapada Diamantina (UMCD)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, gostaria de registrar que no último final de semana estive no município de Andaraí, a 414 quilômetros de Salvador, mais precisamente no distrito de Igatu, participando do Encontro da União dos Municípios da Chapada Diamantina, a UMCD. Esta é uma das mais belas e também das mais pobres regiões da Bahia. Além dos gestores de mais de 30 municípios da Chapada e entorno, o Encontro reuniu representantes da bancada baiana do Congresso Nacional e do Poder Executivo estadual. Participaram os deputados federais Walmir Assunção, José Carlos Araújo, Edson Pimenta e Luis Argoio; o presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, Marcelo Nilo; o líder do governo na Assembléia, deputado Zé Neto; os secretários estaduais de Saúde, Jorge Solla; de Educação, Oswaldo Barreto; de Agricultura, Eduardo Salles; e o de infraestrutura e vice-governador Otto Alencar.

Apenas pela escolha do encantador sítio de Igatu, pela quantidade e principalmente pela qualidade dos presentes já seria possível mensurar o sucesso desta iniciativa, que teve à frente o anfitrião, fundador e primeiro presidente da UMCD, o prefeito de Andaraí, Wilson Cardoso, e o atual titular do posto, o prefeito de Utinga, Alberto Muniz.

Mas quero destacar que o evento foi realizado entre a noite do dia 2 e a manhã do dia 3 de agosto no histórico vilarejo de Igatu pedra, construído no século XIX, durante o período áureo da exploração do diamante.

Conseguiu superar as expectativas tanto pelo nível dos debates como pelo comprometimento dos representantes do Executivo estadual e dos parlamentares em trabalhar de mãos dadas com os gestores municipais, visando a alavancar o desenvolvimento da Chapada Diamantina e levar às populações locais uma qualidade de vida digna de usufruir da exuberância daquela paisagem.

Foi sinalizada por todos a necessidade de lutarmos pela finalização das obras do Hospital Regional de Seabra. A educação da Chapada precisa da aprovação da Universidade Federal da Chapada Diamantina. A integração na Chapada só será completa com o asfaltamento de estradas que ligam importantes cidades como o trecho de 70 quilômetros entre Palmeiras e Mucugê. O desenvolvimento da Chapada dará

um salto de qualidade com a ampliação da área de atuação da para as bacias dos Rios Paraguaçu e Rio de Contas. Nós vamos encampar estas e muitas outras lutas.

Nas 24 cidades que compõem o Território de Identidade da Chapada Diamantina, a área rural é quase duas vezes maior que a urbana. Não podemos pensar, portanto, no desenvolvimento da Chapada sem trabalhar por mecanismos de desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária.

Mais do que nunca, são necessários maquinários para a construção de barragens e aguadas onde a água das chuvas possa ser armazenada no período da estiagem, para a implantação e manutenção de estradas vicinais que aliviam o sofrimento e o isolamento da população rural. E isso o governo também tem feito.

No último dia 29, o governador Jaques Wagner distribuiu 50 restroescavadeiras, 60 motoniveladoras e 42 pás-carregadeiras a 152 municípios, dentro do Plano de Convivência com a Seca do governo federal em parceria com o governo da Bahia, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Mas é preciso encurtar as distâncias e investir em abatedouros modulares para combater a praga do abate clandestino que ainda vigora na Bahia. Para atender a esse objetivo, tive a oportunidade de destinar emenda de bancada. No entanto, por mais ações que sejam feitas nessa área, ainda há um enorme hiato de investimentos para incentivar a produção de café em Piatã e Mucugê, um café de alta qualidade, diga-se de passagem, premiado nacional e internacionalmente.

Apesar do flagelo da seca, a Chapada é uma região privilegiada pelas bacias dos Rios de Contas e Paraguaçu, este último de vital importância para toda a Bahia, uma vez que suas águas abastecem 40% da população do Estado. Os gestores têm contado com a Secretaria de Turismo do Estado (Setur) que, paralelamente ao projeto de sinalização turística da Chapada, em fase de conclusão, está iniciando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo da Chapada Diamantina, que será indispensável para que possamos receber recursos de infraestrutura turística. Os desafios são enormes para uma região que compreende área de mais de 400 mil quilômetros quadrados, maior, portanto que o Estado de Alagoas; e, ao mesmo tempo, tem população de pouco

mais de 400 mil habitantes, menor que muitas cidades do interior de São Paulo, por exemplo. Esta reduzida concentração populacional dá aos prefeitos um trabalho a mais, pois temos um território muito grande para uma população pequena e espalhada pela zona rural o que torna a política pública mais cara. É mais caro fazer escolas ou desenvolver ações voltadas para a saúde, porque as distâncias são imensas. Andaraí, por exemplo, tem 14 mil habitantes e uma área semelhante à da cidade de São Paulo, cuja população ultrapassa os 11 milhões de habitantes.

Neste contexto, a formação dos consórcios municipais é a alternativa mais viável para o desenvolvimento destas regiões, pois é da junção de forças de municípios com características semelhantes que se pode alcançar a força política necessária para o atendimento de suas demandas.

Finalizo este registro, Sr. Presidente, saudando a organização do Encontro de Prefeitos da Chapada Diamantina, ensejando que este passo seja inspirador para outras regiões da Bahia e do Brasil se organizarem em busca dos recursos necessários ao desenvolvimento regional integrado e sustentável.

Muito obrigada!

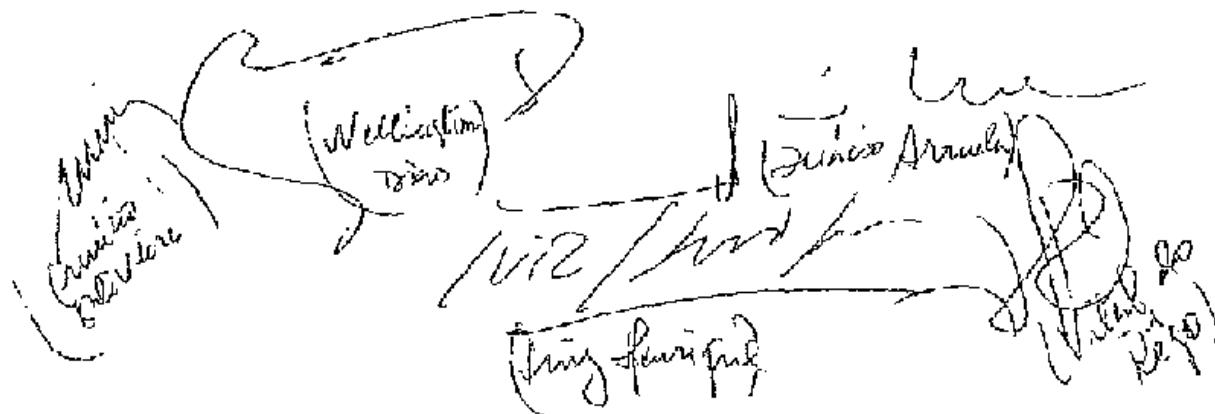
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O pedido de V. Ex^a está deferido na forma do Regimento.

Antes de encerrarmos a Ordem do Dia, é fundamental nós submetermos à apreciação da Casa o requerimento acordado pelos Líderes partidários que pede o reexame, pela Comissão de Constituição e Justiça, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 876, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que a Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2012, seja encaminhada para reexame à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, uma vez que é necessário analisar a pertinência da Emenda apresentada em Plenário sobre a limitação das Procuradorias Municipais em municípios que tenham mais de cem mil habitantes.



A large, handwritten signature of Senator Renan Calheiros is the central focus, written in cursive ink. To the left of the main signature, the name 'Renan Calheiros' is written vertically. To the right, the name 'Renan Calheiros' is written horizontally above the signature. Below the main signature, the name 'Renan Calheiros' is written again, followed by 'Senador'. The entire document is signed in black ink on a white background.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428/2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010 (nº 252/2007, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado), que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.* Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 823, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2012-Complementar (no 362/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivo da *Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências.*

Pareceres sob nos 598 e 599, de 2013, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e
- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Waldemir Moka, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 174, DE 2013

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 670, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Sérgio Souza), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2013.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aníbal Diniz.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal. (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 46, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012) (Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucio-*

nais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Pendente de novo parecer, nos termos do Requerimento nº 795, de 2013.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012) (Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Pendente de novo parecer, nos termos do Requerimento nº 795, de 2013.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos*

para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado José Augusto Maia, em substituição ao Deputado Jovair Arantes; e, como membro suplente, o Deputado Jorge Corte Real, em substituição ao Deputado Antonio Brito, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 623, de 2013**, conforme o **Ofício nº 352 de 2013**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 352/2013

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado José Augusto Maia (PTB/PE), na qualidade de Titular, em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB/GO); e, na qualidade de Suplente o Senhor Deputado Jorge Corte Real (PTB/PE), em substituição ao Senhor Deputado Antonio Brito (PTB/BA), para compor a Comissão Mista sobre a MP nº 623/2013, que “Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2013

Requeremos, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que a sessão especial do dia 13 de setembro de 2013, destinada a “celebrar os 70 anos de criação do Território Federal do Amapá”, em cumprimento ao Requerimento nº 87, de 2013, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária, realizada no dia 3 de abril de 2013, seja alterada para o dia 20 de setembro de 2013.

JUSTIFICATIVA

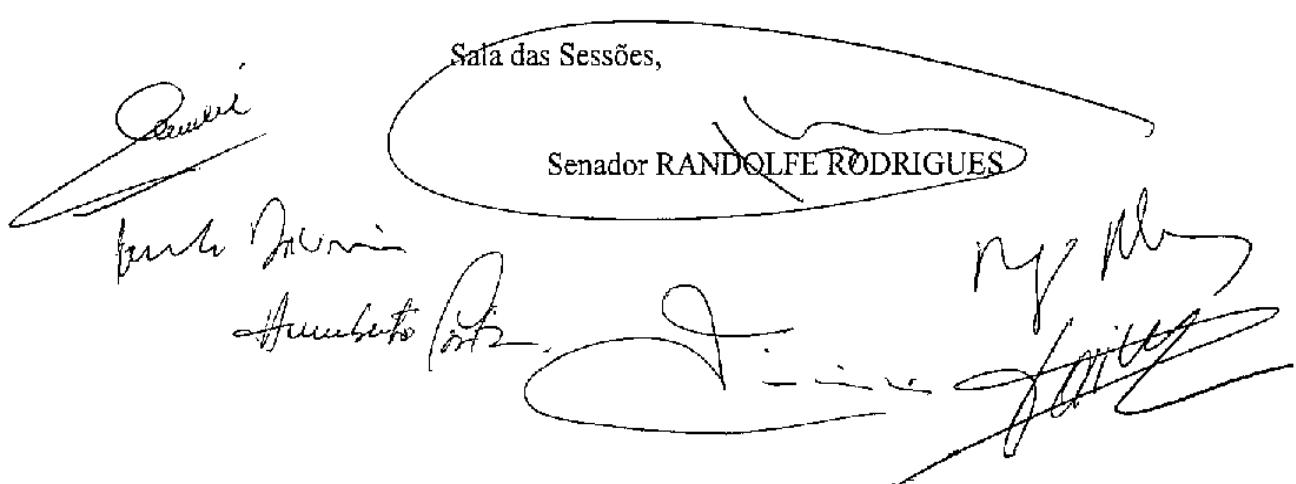
Nos termos regimentais, foi apresentado ao plenário desta Casa o Requerimento nº 87, de 2013, para que fosse realizada sessão especial no dia 13 de setembro de 2013, destinada a celebrar os 70 anos de criação do Território Federal do Amapá, que foi aprovado em 3 de abril passado.

No entanto, em virtude de ajustes na extensa programação que estão sendo estabelecidos pelo governo do Estado do Amapá, faz-se necessária a alteração da data da sessão especial para o dia 20 de setembro do corrente.

Assim, para que a vontade do plenário seja realizada em conformidade com o regimento desta Casa e em atendimento à necessidade de alteração da data, é apresentado o presente requerimento, em aditamento ao Requerimento nº 87, de 2013.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



REQUERIMENTO Nº 878, DE 2013

Senhor Presidente,

Com fundamento nos termos do artigo 40, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência licença para participar, na condição de representante desta Casa, do *Programa de Visitantes Parlamentarios Internacionales Elecciones Nacionales – PASO*, para acompanhar como observador internacional do processo de *Las Elecciones Primarias Abiertas Simultaneas y Obligatorias*, no período de 8 a 11 de agosto do corrente.

Comunico, ainda, nos termos do artigo 39, do mesmo Regimento, que me ausentarei do País neste mesmo período.

Sala das sessões, em agosto de 2013

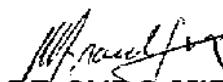

Senador HUMBERTO COSTA

REQUERIMENTO Nº 879, DE 2013

(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa, no próximo dia 12 de agosto, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da mesa de abertura do Seminário “**Lei de Responsabilidade Educacional**”, a ser realizado na cidade do São Paulo.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2013.



SENADOR CYRO MIRANDA
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Convite

O movimento Todos Pela Educação, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas convidam para o Seminário Lei de Responsabilidade Educacional (LRE), que será realizado no dia 12 de agosto, das 9h às 13h, no auditório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

O objetivo desse seminário é ampliar o entendimento sobre o tema nos seus aspectos jurídicos, políticos e econômicos. Na ocasião, o deputado Raul Henry (PMDB/PE), relator da Comissão Especial da LRE da Câmara dos Deputados, fará uma apresentação sobre o projeto de lei e, na sequência, serão promovidas duas mesas: uma sobre 'Sistema de Justiça' e outra sobre 'Gestão Pública e Accountability'.

O evento é gratuito, porém, pelo número limitado de lugares no auditório, a inscrição é obrigatória e pode ser feita pelo e-mail todospelaeducacao@todospelaeducacao.org.br com o envio dos dados: nome completo, instituição e número do RG.

Contamos com sua participação!

Programação

Seminário Lei de Responsabilidade Educacional

Data: 12 de agosto

Local: Auditório da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
Rua Itapeva, 474, 6º andar, São Paulo/SP

9h Recepção e café da manhã
9h30 Abertura
10h Apresentação dep. Raul Henry (PMDB/PE), relator da Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Educacional da Câmara dos Deputados
10h30 Mesa 1: Sistema de Justiça
11h15 Mesa 2: Gestão Pública e Accountability
12h Debate
12h45 Encerramento

Realização

Todas Pela Educação
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
da Fundação Getúlio Vargas
Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Apoio

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados
Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

EXCERTO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS REFERENTES À APRECIAÇÃO DO REQUERIMENTO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda, Bluc/Minoria/PSDB – GO) –

REQUERIMENTO N° . DE-2013.

Requeiro, nos termos do art. 40, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa no próximo dia 12 de agosto, uma segunda-feira, quando participarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da mesa de abertura do Seminário de Lei de Responsabilidade Educacional, a ser realizado na cidade de São Paulo.

Coloco o requerimento em discussão. (Pausa.)

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srs e os Ss. Senadores que aprovam esse requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO - CE
NA REUNIÃO DE 6/8/2013, OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)

ÂNGELA PORTELA	1-LINDBERGH FARIAS
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-(VAGO)
PAULO PAIM	4-VANESSA GRAZZIOTIN
RANDOLFE RODRIGUES	5-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	6-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	7-ZEZÉ PERRELLA
INÁCIO ARRUDA	8-JOÃO CAPIBERIBE

Bloco Parlamentar Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)

RICARDO FERRÃO	1-EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2-VITAL DO RÉGO
ROMERO JUCA	3- VALDIR RAUPP
JOÃO ALBERTO SOUZA	4-LUIZ HENRIQUE
(VAGO)	5- PEDRO SIMON
ANA AMÉLIA	6- (VAGO)
BENEDITO DE LIRA	7-(VAGO)
CIRO NOGUEIRA	8-(VAGO)
KÁTIA ABREU	9-(VAGO)
(VAGO)	10-(VAGO)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS	2-FLEXA RIBEIRO
PAULO BAUER	3-CÁSSIO CUNHA LIMA
MARIA DO CARMO ALVES	4-LÚCIA VÂNIA
JOSÉ AGRIPIINO	5-ATAÍDES DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)

ARMANDO MONTEIRO	1-EDUARDO AMORIM
(VAGO)	2-JOÃO VICENTE CLAUDINO
(VAGO)	2-MOZARILDO CAVALCANTI
(VAGO)	3-(VAGO)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Gover-

no/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser
lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 880, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado pela Mesa Diretora do Senado Federal à Excelentíssima Senhora Carmem Lúcia, Presidente do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE), o pedido de informações para o esclarecimento do acordo de cooperação técnica nº 07/2013 firmado entre o TSE e a Serasa Experian.

Justificação

A matéria de capa veiculada no jornal **O Estado de São Paulo** na edição nº 43758, do dia 7 de agosto de 2013, revelou o acordo de cooperação técnica nº 07/2013 celebrado entre a Justiça Eleitoral e a Serasa Experian para repasse de informações cadastrais de 141 milhões de brasileiros para a empresa. Em troca, a Serasa disponibilizaria 1000 certificados digitais, mecanismos que permitem a consulta a processos judiciais.

Conforme se verifica da Cláusula Primeira do referido acordo, o TSE prestaria à Serasa “informações contendo o nome do eleitor, número e situação da inscrição eleitoral, além de informações sobre eventuais óbitos e validação do nome da mãe e data de nascimento”. Ainda, de acordo com a reportagem, o acordo prevê que “as informações fornecidas pelo TSE à Serasa poderão ser disponibilizadas por esta a seus clientes nas consultas aos seus bancos de dados”.

Como se sabe, a Serasa é empresa privada (multinacional) com fins lucrativos, que atua em dezenas de países, inclusive o Brasil, e vende uma série de serviços, inclusive a prestação de informações sobre a situação de crédito das pessoas físicas e jurídicas residentes no País.

Recebi com preocupação essa notícia não apenas pela aparente violação às regras consumeristas rígidas sobre proteção dos dados em bancos de entidades públicas, mas também pela iminente afronta ao princípio constitucional da privacidade, relacionada à personalidade do cidadão brasileiro.

Especialistas em direito constitucional ouvidos pelo Estadão afirmam que o TSE precisaria de “consentimento expresso” do eleitor para transmitir seus dados a uma empresa privada. E mais: alertam que as informações objeto do acordo só poderiam ser disponibilizadas a terceiros por meio de autorização judicial, na forma do inciso XII, do artigo 5º da nossa Carta Magna. Estamos, ao que tudo indica, diante de uma situação ilegal, constitucional, e talvez, imoral, já que a Serasa poderia utilizar tais dados para fins comerciais.

Ademais, em face das revelações de espionagem norte-americana e ameaça à privacidade de cidadãos do mundo todo a que estamos assistindo, o acordo celebrado com uma empresa multinacional – conforme consta do seu sítio na Internet, tem sede em Dublin (Irlanda) e escritórios operacionais em Costa Mesa (Estados Unidos) e Nottingham (Reino Unido) – parece-me também extemporâneo e temerário.

Dante do acima exposto, solicito do e. TSE informações detalhadas acerca deste acordo, que já está em operação desde 23 de julho deste ano.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2013. – Senador **Ricardo Ferreiro**, PMDB – ES.

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Conselho Federal de Medicina Veterinária e da Zootecnia pelo trabalho de valorização constante à mulher veterinária e zootécnica nos últimos anos, que bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: SIA – Trecho 6 – Lotes 130 e 140 Brasília-DF CEP: 71205-060.

Presidente: Benedito Fortes de Arruda

Justificação

A revista CFMV é editada quadrimensalmente pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária e destina-se à divulgação de trabalhos técnicos-científicos e matérias de interesse da Medicina Veterinária e da Zootecnia. A distribuição é gratuita aos inscritos no sistema CFMV/CRMVs e aos órgãos públicos.

As mulheres da Medicina Veterinária e da Zootecnia são o destaque da ultima edição da Revista CFMV. Com apoio das comissões assessoras do Conselho Federal de Medicina Veterinária, a publicação de número 58 traz um especial com informações sobre o número de profissionais atuantes nas duas áreas e seu vertiginoso crescimento. Como vem ocorrendo também em outros setores do conhecimento, atualmente as Médicas-Veterinárias e Zootecnistas compartilham um espaço que já foi bastante restrito aos homens.

Na Medicina Veterinária, desde a década passada, o número de mulheres inscritas, por ano, no Sistema CFMV/CRMVs é maior que o número de homens. No acumulado, até janeiro de 2013, elas somavam 52.218 inscrições primárias. Na Zootecnia, o crescimento da participação das mulheres também é uma realidade. Nos dois últimos anos, 41% das inscrições primárias foram do sexo feminino. Elas somam 4.238 inscrições primárias no Sistema CFMV/CRMVs.

O especial das mulheres na Revista CFMV traz ainda artigo sobre a grande sensibilidade delas em relação ao bem-estar animal e a trajetória feminina nos cursos de Medicina Veterinária.

Parabéns ao Conselho Federal trabalho pela tiragem de 95 mil exemplares e em especial pela Edição de n.58, que retrata a trajetória da mulher nos cursos de medicina veterinária no Brasil, além de tratar o fato

de que as mulheres são mais sensíveis às questões de bem-estar animal.

Sala das Sessões, de agosto de 2013. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 751, DE 2013

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2011, do Senador Roberto Requião, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões .

RELATOR: Senador **PEDRO TAQUES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 8, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, *altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões*, reelaborando, para tanto, o rito estabelecido no art. 383 da Norma Interna.

A proposição, com base nas experiências das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI), pretende aperfeiçoar procedimentos introduzidos, na legislatura passada, pelos dois Colegiados e estendê-los a todas as comissões permanentes que possuem a atribuição de examinar as escolhas de autoridades previstas nos incisos III e IV do art. 52 da Constituição Federal.

Em comparação com o texto atual do art. 383 do Regimento Interno, o projeto inova ao exigir uma série de informações e documentos que facilitarão a análise acerca da qualificação profissional e da vida particular e pública do indicado para cargo público.

Além disso, o projeto prevê a possibilidade de participação da sociedade nesse processo, por meio do Portal do Senado Federal, para o qual poderão ser encaminhadas informações sobre o candidato ou perguntas a ele.

Lida a proposição, aguardou-se a apresentação de emendas perante a Mesa, pelo prazo de cinco dias úteis, findado o qual o processado foi despachado a esta Comissão.

É o relatório.

II – ANÁLISE

Sob o ângulo do exame de constitucionalidade, esta é daquelas proposições que, mais do que encontrar amparo na Lei Maior, destina-se a dotar de eficácia plena o texto constitucional, disciplinando o exercício de

importantes competências privativas pelo Senado Federal, na apreciação de indicações de nomes para o exercício de cargos públicos nos Poderes Executivo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas da União.

O rito de apreciação dessas indicações está previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, mas, a partir de 2007, começou a contemplar procedimentos adicionais previstos apenas em normas infraregimentais, como os Atos nºs 1, de 2007-CCJ, e 1, de 2009-Cl.

No início desta legislatura, tem se verificado uma proliferação dessas experiências, sendo que também as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos já aprovaram Atos regulamentares sobre a matéria.

Há muitos méritos nesses novos procedimentos: além de receber mais informações sobre os candidatos, conforme já mencionado no relatório, passou-se a dar maior prazo para a comissão, por meio da chamada “vista coletiva automática”. Combinados os dois fatores, a comissão, ao possuir maiores informações e o prazo mínimo de uma semana entre a leitura do relatório e a arguição do candidato, ficará menos vulnerável a decisões de afogadilho, que no passado já trouxeram dissabores à Casa.

Nesse sentido, a previsão da participação da sociedade, por meio do Portal do Senado Federal, é outro importante instrumento de contribuição para o exame mais acurado dos nomes indicados.

Quanto à juridicidade e regimentalidade da proposição, não identificamos óbices à sua tramitação. Nesse ponto, a única sugestão é no sentido de que o projeto não deixe de incorporar algumas especificidades do rito de escolha dos titulares das missões diplomáticas de caráter permanente, razão pela qual apresentamos emenda de adição de alínea “d” ao inciso I do art. 383, a fim de incluir exigências atualmente já atendidas pelo Ministério das Relações Exteriores.

Por fim, do ponto de vista da técnica legislativa, também não há reparos, devendo-se esclarecer que a linha pontilhada entre o inciso III e o § 1º do art. 383 do Regimento significa a preservação, sem quaisquer modificações, dos incisos IV a VIII do referido art. 383.

III – VOTO

Diante dos argumentos expendidos, opinamos pela aprovação do PRS nº 8, de 2011, com as alterações produzidas pela emenda a seguir apresentada:

EMENDA Nº . – CCJ

Acrescente-se a alínea “d” ao inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata o art. 1º do PRS nº 8, de 2011:

“Art. 383.

I -

d) no caso dos indicados na forma do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores:

1. com informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado;

2. com a relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão ou renegociação de dívidas e a renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal;

... (NR)

Sala da Comissão, 14 de setembro de 2011.

Senador FERNANDO OLIVET
Presidente
Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na 46ª Reunião Ordinária realizada em 14 de setembro de 2011, durante a discussão, aprova Parecer ao Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2011, conforme Relatório reformulado pelo Senador Pedro Taques, que concluiu com voto favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de iniciativa do Relator, e com a Emenda nº 2-CCJ, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, acolhida pelo Relator, conforme se segue:

EMENDA N° 1- CCJ

Acrescente-se a alínea “d” ao inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata o art. 1º do PRS nº 8, de 2011:

"Art. 383.

I =
.....

d) no caso dos indicados na forma do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores:

1. com informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado;
2. com a relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão ou renegociação de dívidas e a renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal;

.....” (NR)

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se às alíneas “a” e “e” do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, de que trata o art. 1º do PRS nº 8, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 383.

II -

a) o relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais;

e) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a cinco dias úteis, ouvi-lo, em argüição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (Const., art. 52, III);

.....” (NR)

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2011.



Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PR⁵ Nº 08 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
RELATOR:	Senador Pedro Taques
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIA
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÉGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPIÑO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

PARECER Nº 752, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013 – Complementar, da Senadora Ana Amélia, que *acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a exigência de recolhimento antecipado de imposto relativamente ao estoque de mercadorias recebidas antes do início do regime de retenção antecipada por substituição tributária.*

RELATOR: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

RELATOR “AD HOC” Senador **ARMANDO MONTEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013 – Complementar, de autoria da Senadora ANA AMÉLIA, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em dois artigos.

O art. 1º inclui § 3º no art. 6º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), de maneira a proibir expressamente a extensão da substituição tributária ou a cobrança antecipada do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) relativamente a mercadorias ou bens estocados em estabelecimento de contribuinte ou a ele remetidos antes do início do regime de substituição tributária para mercadorias ou bens similares.

O art. 2º contém a cláusula de vigência, que se dará na data da publicação da lei decorrente.

Ao justificar a proposta, a autora critica os abusos perpetrados na aplicação da substituição tributária dita “para a frente”, ou seja, aquela que obriga o pagamento do tributo antes da efetiva ocorrência do seu fato gerador, em relação ao ICMS. Entre as exorbitâncias apontadas, consta a exigência do

pagamento antecipado do imposto sobre estoques de mercadorias existentes nas empresas antes da inclusão de mercadorias similares na sistemática de substituição tributária, medida em geral normatizada por decreto do Governador de Estado ou do Distrito Federal.

Apresentada em fevereiro de 2013, a proposição foi distribuída exclusivamente à CAE.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, inclusive sobre tributos, tarifas, finanças públicas e normas gerais sobre direito tributário.

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário, sistema tributário, normas gerais em matéria de legislação tributária e normas gerais do ICMS, conforme o disposto nos arts. 24, I, 48, I, 146, III, e 155, § 2º, XII, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto atende à juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei complementar – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o direito brasileiro.

A proposição respeita, também, os requisitos da boa técnica legislativa, em perfeita consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, não há dúvida de que a proposição em análise apresenta todas as condições para prosperar.

De fato, como explica a autora do projeto em sua justificação, a substituição tributária “para a frente” de estoques de mercadorias ou bens, ao tributar mercadorias antes de sua efetiva circulação, não só prejudica a atividade empresarial e atinge o consumo, como constitui severo golpe na regra-matriz de incidência do ICMS.

O termo “circulação” não pode ser entendido, para efeitos tributários, como mera movimentação física de mercadorias e serviços, desprovida de sentido econômico. Deve, sim, ser interpretado como circulação jurídica, que indica transmissão da titularidade por ato necessariamente oneroso, ainda que não se dê a transferência da propriedade.

Ora, a simples manutenção de produtos em estoque, além de sequer caracterizar movimentação física, não pode, em hipótese alguma, ensejar a cobrança de ICMS, sob pena de se ignorar o significado da letra “c” da sigla que dá nome ao imposto. Configura-se, aqui, uma clara tributação ao patrimônio da empresa, e não à sua atividade mercantil. O patrimônio, por seu turno, está sujeito, sim, ao gravame de outras exações, com hipóteses de incidência e critérios definidores próprios, devidamente estruturados em Ici, mas que nada têm em comum com a regra-matriz do ICMS.

A Constituição Federal, em seu art. 155, § 2º, XII, diz que cabe à lei complementar federal dispor sobre diversos aspectos gerais do ICMS, inclusive a substituição tributária. A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), cumpriu o desiderato de forma bastante satisfatória, o que, num cenário ideal de respeito à legislação, já seria suficiente para coibir qualquer pretensão dos Estados e do Distrito Federal em extrapolar os limites de incidência do imposto. Entretanto, como tais entes federados têm insistido em onerar a “não circulação” com o referido tributo, em sede de substituição tributária, faz todo o sentido o esforço materializado na proposição em comento, motivo pelo qual recomendamos expressamente sua aprovação.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013 – Complementar.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2013.

SEN. BINDEBERGH FARIA, Presidente

, Relator

SEN. ARMANDO MONTEIRO,

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 45ª REUNIÃO, DE 06/08/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

SENADOR ARMANDO MONTEIRO, RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)

Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)

Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Morais (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)

Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blaíro Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antônio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 146. Cabe à lei complementar:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

XII - cabe à lei complementar:

LEI COMPLEMENTAR N° 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR)

Art. 6º Lei estadual poderá atribuir a contribuinte do imposto ou a depositário a qualquer título a responsabilidade pelo seu pagamento, hipótese em que assumirá a condição de substituto tributário. (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002)

§ 1º A responsabilidade poderá ser atribuída em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações, sejam antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive ao valor decorrente da diferença entre alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, que seja contribuinte do imposto.

~~§ 2º A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias ou serviços previstos em lei de cada Estado.~~

§ 2º A atribuição de responsabilidade dar-se-á em relação a mercadorias, bens ou serviços previstos em lei de cada Estado. (Redação dada pela Lcp 114, de 16.12.2002)

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 752, de 2013**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2013–Complementar**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento dos seguintes expedientes:

– **Ofício nº 1, de 2013**, do Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 619, de 2013**, comunicando a instalação do Colegiado bem como a eleição de seu Presidente, Senador Walter Pinheiro, Vice-Presidente, Deputado Bohn Gass, Relator, Deputado João Carlos Bacelar e Relator Revisor, Senador Sérgio Souza;

– **Ofício nº 1, de 2013**, do Presidente Eventual da Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 623, de 2013**, comunicando a instalação do Colegiado bem como a eleição de seu Presidente, Deputado José Airton, Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, Relator, Senador Cícero Lucena e Relator Revisor, Deputado Manoel Júnior.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 1/MPV nº 619 – 2013

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 619, de 7 de junho de 2013, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Walter Pinheiro

Vice-Presidente: Deputado Bohn Gass

Relator: Deputado João Carlos Bacelar

Relator Revisor: Senador Sérgio Souza

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual. – Deputado **Bohn Gass**, Vice-Presidente.

Ofício nº 1/MPV nº 623/2013

Brasília, 7 de agosto de 2013

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a indicação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida

Provisória nº 623, de 19 de julho de 2013, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Deputado José Airton

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

Relator: Senador Cícero Lucena

Relator Revisor: Deputado Manoel Júnior

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual. – Deputado **José Airton**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Passamos a palavra, como orador inscrito, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu quero aqui ressaltar a importância da evolução dos preços na economia.

Os jornais hoje, em especial a *Folha de S.Paulo*, registraram que, desde 2007, pela primeira vez, baixou o custo da cesta básica no Brasil. Isso é muito importante, porque significa que o Governo da Presidenta Dilma tem, de fato, a inflação sob controle e que as medidas que vêm sendo colocadas em prática pelas autoridades econômicas e monetárias, seja pelo Ministro Guido Mantega, seja pelo presidente e pela direção do Banco Central, pelo Conselho Monetário Nacional, pela Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, e por toda a equipe governamental, estão gerando frutos que poderão levar maior tranquilidade e confiança a todos os brasileiros.

Então, eu quero saudar essa boa notícia, pois há indicações de que, até o final do ano, a taxa de inflação se aproximará da meta de 4,5%, assim como também se levará em conta a perspectiva de um crescimento mais acelerado da economia brasileira.

Quero aqui também registrar o fato de que a taxa de desemprego no Brasil, ao longo de todo o primeiro semestre, foi das mais baixas, mês a mês, em comparação a todas as ocasiões em que foi medida a taxa de desemprego, desde que o IBGE passou a medir a taxa de desemprego em nosso País nas seis regiões metropolitanas brasileiras, nas principais regiões metropolitanas brasileiras.

Mas, queridos Senadores Paulo Paim e Randolfe Rodrigues, quero aproveitar esta oportunidade aqui para fazer uma reflexão a respeito das manifestações tão significativas que aconteceram no Brasil nos meses de junho e julho, a partir, sobretudo, do chamamento que o Movimento Passe Livre fez, em especial em São Paulo, para que fosse diminuída a tarifa de ônibus de R\$3,20 para R\$3,00. E o intento alcançado foi bem-sucedido.

O Prefeito Fernando Haddad ouviu os representantes do Movimento Passe Livre, as lideranças, até

porque não há, digamos, um presidente do Movimento Passe Livre – há vários coordenadores, de uma forma muito aberta, o que caracteriza o movimento. E diversos representantes compareceram ao Conselho Municipal onde expressaram as suas opiniões. Inclusive foi ali decidida a formação de um Conselho Gestor do Transporte Público Municipal, que passou a tomar providências importantes, tais como a de divulgar e difundir toda a planilha de custos das empresas de transporte coletivo na Grande São Paulo.

Mas aquelas manifestações, aquelas passeatas acabaram resultando em muitas outras. E, algumas delas, seja em São Paulo, seja nas demais capitais, no Rio de Janeiro, em Curitiba, em Salvador, em Recife, em Florianópolis, em Porto Alegre, e assim por diante, resultaram, em alguns momentos, em atos de depredação, de incêndio, de destruição, por exemplo, de bancas de jornais, de sinais de trânsito, de vitrinas de bancos, de lojas de distribuidores de automóveis, até, em algumas ocasiões, com depredações de transporte coletivo, de ônibus, e quase tentativa de incêndio. Em alguns momentos, por reação a posições ou a fatos, algumas forças da Polícia Militar ou de segurança acabaram, por vezes, tendo uma atitude que foi considerada demasiadamente repressora. Tudo isso acabou causando as reações fortes de alguns grupos.

A partir desses incidentes, alguns grupos passaram a concluir, através das redes sociais, do chamado Facebook, da Internet, do Twitter e tudo, outros para aparecerem nessas manifestações com máscaras, de maneira a não poderem ser as pessoas identificadas. Algumas se denominaram anônimos, outras se denominaram *black blocs* ou outras denominações. Passaram a concluir pessoas a realizarem atos que muitas vezes se caracterizaram por depredações, incêndios. Por exemplo, jogaram bombas molotov ou formas explosivas sobre os policiais e outras pessoas, numa quase guerra.

Aqui quero transmitir minha preocupação com essas pessoas e grupos. Primeiro, registro que essas manifestações, na sua maior parte, foram extremamente saudáveis. Cumprimento a Presidenta Dilma Rousseff, o Prefeito Fernando Haddad e muitos outros governantes, chefes do Poder Executivo, que, sensíveis aos movimentos, resolveram recebê-los em audiências e ouvir com atenção os seus reclamos.

Nós ouvimos as ponderações, lemos os cartazes de todos aqueles que bradam por melhoria do transporte público, se possível com tarifa zero ou diminuição das tarifas de transporte coletivo; melhoria dos sistemas de corredores de ônibus, de metrô, de trens e de todo o sistema de transporte coletivo; melhoria dos serviços de educação em nosso País; melhoria dos serviços de

atendimento à saúde pública – no grande debate que ora está se realizando, acho muito importante a disposição do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que hoje veio aqui ao Senado e já marcou reuniões com todos nós Senadores para bem explicar as medidas que estão sendo propostas no programa denominado Mais Médicos. Escutamos o apelo para que haja muito mais oportunidades educacionais, culturais e também a crítica tão severa e mais do que justa para que nós, que somos responsáveis e eleitos pelo povo no Parlamento, no Poder Executivo, de maneira alguma, venhamos a proceder, em qualquer situação, de forma desonesta, porque houve uma condenação fortíssima e mais do que natural contra qualquer ato de corrupção.

Mas, o que gostaria de transmitir a todos esses movimentos, inclusive aos membros do Black Blocs, dos Anônimos e outras denominações, que pessoalmente eu me disponho a dialogar com eles, a estar nas suas manifestações, e digo a essas pessoas, a essas organizações que estão conclamando o povo para realizar novas manifestações, por exemplo, no dia 7 de setembro, quando comemoramos a Independência do Brasil, que procurem seguir os exemplos daqueles que mostraram às nações e aos povos a importância da não violência, pessoas como Mahatma Gandhi que, através de movimentos de desobediência civil, da própria greve de fome, levou seus compatriotas a lutarem pela independência da Índia, conquistando-a em 1947, persuadindo os ingleses e o Reino Unido quanto a isso.

Seguindo esses mesmos métodos, tivemos, sobretudo ao longo dos anos 60, nos Estados Unidos da América – eu vivi alguns anos nos Estados Unidos naquela época e pude testemunhar –, inúmeros movimentos que passaram a realizar ações para protestar contra a falta de direitos civis iguais, especialmente para os negros; que passaram a protestar contra a iniquidade de não se dar o direito de todos votarem nos Estados Unidos da América, especialmente em muitos dos estados do sul. Foi então que surgiram inúmeros movimentos como o dos Black Panthers, dos panteras negras, que passaram a realizar atos de depredação, de incêndios. Vimos nas cidades de Detroit, Los Angeles e tantas outras, depredações umas após as outras. E foi então que um pastor luterano, jovem, em torno de 35 anos, sobretudo ali nas cidades do sul dos Estados Unidos, passou a concluir os seus compatriotas e principalmente os negros: “Sim, vamos realizar ações de desobediência civil! Vamos realizar protestos! Vamos realizar marchas, passeatas, mas vamos caracterizar as nossas ações pelas formas não violentas, por formas pacíficas!”

E houve, por exemplo, a cena que foi histórica daquela senhora negra que resolveu se sentar na área

dos ônibus onde era permitido apenas que brancos se sentassem, mas ela ali se sentou e só foi removida daquele assento pela força da Polícia. Isso se tornou algo muito simbólico.

Da mesma forma, outras ações de desobediência civil foram realizadas, mas, mais e mais, Martin Luther King Jr. conclamou o seu povo a realizar marchas, que foram acontecendo uma após a outra.

Eis que, no dia 28 de agosto de 1963, Martin Luther King Jr. conclamou os norte-americanos para comparecerem diante do monumento, do memorial de Abraham Lincoln, exatamente no dia, Senador Paulo Paim, em que se comemoravam os cem anos da Abolição da Escravidão nos Estados Unidos da América. Eis que 200 mil pessoas compareceram.

Alguns dias antes, o Presidente John Kennedy chamara Martin Luther King Jr. para dizer que não fizesse aquela marcha ali, porque acabariam destruindo Washington, a capital dos Estados Unidos. E ele disse ao Presidente que podia ter a certeza de que a manifestação se procederia de forma tranquila e pacífica. E assim aconteceu.

Naquele dia, houve a apresentação de alguns artistas que cantaram música em favor da paz, do entendimento, e Martin Luther King Junior, com seu I Have a Dream, um dos pronunciamentos mais belos da história da humanidade, disse a todos aqueles que ali compareceram que não aceitassem as recomendações daqueles que diziam que as transformações iriam acontecer com o tempo, que não tomassem o chá do gradualismo porque, se não houvesse as transformações imediatamente, a América iria viver um novo verão abrasador. Mas também, disse ele: "Não vamos aceitar tomar do cálice do veneno do ódio, da guerra, da vingança. Vamos sempre confrontar a força física com a força da alma."

Tamanha foi a força de suas palavras naquele belo pronunciamento que, pouco depois, o Congresso norte-americano aprovou a lei dos direitos civis e também a lei dos direitos iguais de votação, que foram então sancionados pelos Presidentes dos Estados Unidos, John Kennedy e Lyndon Johnson. Inclusive numa época em que ocorreram os assassinatos de John Kennedy, de Robert Kennedy e do próprio Martin Luther King Junior. Mas ele, em que pesem aquelas ações violentas, continuou a conamar os seus concidadãos a seguirem o exemplo daqueles que procuram transformar as instituições de cada País de forma pacífica, democrática, com muito respeito, inclusive seguindo as recomendações de pessoas que estão, a cada dia, nos mostrando que isso é possível.

Tivemos um exemplo notável nas palavras do Papa Francisco, há poucos dias no Brasil. Durante

seis dias, em suas homilias, em suas manifestações e bênçãos, ele sempre conclamou as pessoas a saírem às ruas, a protestarem contra a corrupção, a lutarem por melhores serviços, melhor qualidade de educação, de transporte, de atendimento de saúde, mas sempre através do diálogo, do diálogo, do diálogo.

Assim, querido Presidente Paulo Paim, concluo as minhas palavras com recomendações aos participantes dos Black Blocs, do Anônimos e dessas entidades. Estou à disposição de dialogar com eles, de ouvi-los, mas digo que a utilização das depredações, dos incêndios, de lançar bombas aqui e acolá, lançar artefatos de ferro para eventualmente ferir quem quer que seja, não será o melhor para os próprios propósitos daqueles que querem construir uma Nação justa, civilizada, onde o direito à palavra, o direito à cidadania sejam efetivamente para todos os quase 200 milhões de brasileiros que somos hoje.

Muito obrigado, Presidente Paulo Paim. Agradeço a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – Senador Suplicy, eu convidaria V. Ex^a a presidir, se puder, para que eu possa usar a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Com a maior honra. Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Na história do Senado, um dos Senadores que mais têm honrado o povo que o elegeu, juntamente com o Senador Randolfe Rodrigues, que aqui também está presente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Randolfe Rodrigues, Senadores, Senadoras, Presidente Suplicy, comunique à Casa que cerca de 30 homens e mulheres idosos, como dizia ontem, de 70 a 90 anos, estão fazendo uma vigília aqui no Congresso Nacional. Neste momento eles se encontram ali no Salão Verde.

Fizeram uma vigília de 26 dias lá no Rio de Janeiro. Agora vieram para o Congresso, na busca de uma solução para a questão do Aerius.

Sr. Presidente, eu recebi deles hoje um dossier, que mostra a realidade nestes últimos 12 anos, em que, simplesmente, passaram a receber menos que 8% do valor do salário que eles tinham de direito.

Está aqui o Deputado Molon – seja bem-vindo –, que tem nos apoiado sempre. Estou falando aqui

do Aerus e mostrando um dossiê, casualmente aqui duma passeata no Rio de Janeiro – já que sei que V. Ex^a esteve lá visitando-os.

Ainda hoje, tiveram uma reunião na AGU, e o resultado, mais uma vez, não foi o esperado. Por isso que hoje, ao meio-dia, estivemos, numa delegação de Senadores e Deputados, com o Presidente do Senado e pedimos, Deputado Molon – e V. Ex^a é um dos incentivadores dessa ideia –, que a Presidenta da República receba uma comissão, para que eles possam expor a situação desses homens que dedicaram a sua vida ao País.

Aqui, nesse dossiê, eles dizem que sete anos é muito tempo e questionam quanto mais terão que resistir.

Dizem também: “Temos leis, mas quem as fará cumprir? A Constituição Federal determina, em seu art. 85, inciso VII, que é dever do Presidência da República cumprir decisões do Judiciário”.

Eles recorrem aqui ao Estatuto do Idoso, casualmente de nossa autoria, que diz, no art. 102:

Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa de sua finalidade: Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Aqui eles sintetizam a luta do Aerus, dizendo:

Somos 17.000 participantes do Aerus, sendo 10.000 aposentados e pensionistas, e 7.500 ativos (funcionários demitidos da Varig).

Estamos lutando para receber o que pagamos e que temos direito. Não queremos “benesses”, apenas o que é nosso.

Fomos os únicos que cumpriram integralmente o que estava no contrato. Hoje, pagamos o pato.

Fazem aqui uma síntese da caminhada. Falam do momento em que o Tribunal Regional Federal determina à União que pague aos aposentados do Aerus. Aqui descrevem trechos da decisão da Desembargadora Federal da 1^a Região Dr^a Neuza Alves da Silva. Aqui eles falam como disse Darcy Ribeiro, grande Senador da República, que já faleceu. Disse Darcy: “Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. Eu não vou me resignar nunca.”

É assim que eles são. Não estão jogando a toalha, continuam peleando, não aceitam não receber mais nada a partir de outubro, até porque o que estão pagando a eles até o momento é somente 8%. Repetem: “Por termos sido os únicos a cumprir o que estava no contrato, perguntamos até quando seremos obrigados a viver nessa tortura, nesse pesadelo.”

Aí o dossiê vai chegando à última decisão do Supremo Tribunal Federal. Elogiam muito o relatório da Ministra Cármen Lúcia, dizendo:

Em 8 de maio de 2013, inicia o julgamento no Pleno do STF [e eu estava lá] com a apresentação do excepcional voto favorável aos aposentados, pensionistas e trabalhadores do Aerus, da Relatora, Ministra Cármen Lúcia. E, no momento seguinte, para a tristeza de todos nós, o pedido de vista do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, para rever a decisão que poderia ter sido tomada naquele momento. Lamentamos muito.

Já da tribuna, Deputado Molon, Senador Suplicy, fiz inúmeros apelos. Presidente do Supremo Tribunal Federal, devolva o processo para que o Pleno julgue. É a democracia. Ninguém está questionando. Estamos relatando os fatos. O pedido de vista é legítimo. Pediu vista, devolva, e votem a matéria.

É impossível que o Supremo Tribunal Federal, mediante o brilhante relatório da Ministra Cármen Lúcia, que favorece esses homens e mulheres, muitos dos quais estão vivendo com R\$250, R\$300, homens que foram comandantes de Boeing, de aviões, enfim, que ganhavam R\$14.000, R\$15.000, R\$10.000.

O que eles querem? Eles querem apenas receber aquilo a que têm direito. Por isso estou convicto de que os Ministros vão acompanhar a Relatora, Ministra Cármen Lúcia. E por isso estamos aqui, nesta expectativa.

Dizem eles:

A idade média dos aposentados é de quase 80 anos. O prazo de validade já acabou para mais de 850, que faleceram esperando essa solução. Mas os sobreviventes não vão desistir da luta nunca. Pelear sempre, desistir jamais.

Eu vou acompanhá-los e sei que o Senador Suplicy também vai visitá-los aqui no Salão Verde. Sei que o Deputado Alessandro Molon já veio de lá, esteve lá com eles. Nós estamos dando todo o apoio. Esperamos que a Presidenta os receba, quem sabe amanhã ainda, para dialogar sobre a situação deles.

Por fim, Senador, nesses 14 minutos que me restam, eu quero ainda falar de um outro tema: a qualificação profissional da pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Senador Paulo Paim, com respeito ao Aerus, eu quero, sim, expressar a minha solidariedade a todos os representantes da Aerus que

aqui, no Salão Verde, estão aguardando a sua visita em vigília. Quero acompanhá-lo e ao Deputado Alessandro Molon, que nos honra com a sua presença, para fazer a visita a eles.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – E já esteve conosco o Alessandro Molon em muitos momentos, com essa mesma peleia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – E pergunto a V. Ex^a qual é a autoridade do Governo Federal para a qual se está pedindo audiência, porque gostaria de reiterar também o meu apelo e o do Deputado Alessandro Molon à voz de V. Ex^a, para que possa ser concedida essa audiência o quanto antes, se possível amanhã, para os representantes do Aerus.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Como diz um ditado bem popular, “quem beija o santo, se puder, vai a Deus”. Nós estamos mais ou menos nessa situação. Ou seja, quem vai ao padre vai ao Papa. Quem vai ao pastor vai ao bispo maior da igreja. Enfim, independente da religião, nós já fomos a todas as instâncias. Fomos ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Fomos ao Ministro da Justiça. Fomos ao Ministro do Trabalho. Fomos à Casa Civil. Enfim, já percorremos Ministérios como verdadeiros peregrinos, lembrando, mais uma vez, o Papa no Brasil. Mas, neste momento, achamos que somente a Presidenta da República é que pode tomar uma posição sobre este tema.

Apresentei aqui, a pedido da AGU, um projeto de lei que o Senado pode aprovar, criando o que chamamos de conforto legal para que haja um acordo com o Executivo, garantindo o aporte de recursos no fundo do Aerus. Foi aprovado já na CCJ parecer do Senador Alvaro Dias, só falta agora o Plenário votar.

Primeiro vou fazer um apelo para que o Plenário vote, mas enquanto o Plenário não vota, seria fundamental que a Presidenta da República recebesse uma comissão de Senadores, Deputados e os líderes do movimento do Aerus. Esse é o pedido que fizemos hoje ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado. Foram duas delegações, fizemos dois movimentos e ambos assumiram o compromisso de fazer o pedido dessa audiência junto à Presidenta da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Permita-me, Senador Paulo Paim.

Nós temos muitas causas em comum. V. Ex^a sabe que, juntamente com a assinatura do Líder Wellington Dias, em 4 de julho passado, encaminhei uma proposta à Presidenta Dilma Rousseff, para que institua um grupo de trabalho de todos os que têm estudado mais aprofundadamente os processos de transferência de renda, o combate à pobreza no Brasil, que é o principal objetivo dela. Que esse grupo de trabalho,

com esses estudiosos – membros como os que unificaram os diversos programas que antes existiam no chamado Bolsa Família -, agora possa estudar como poderá se realizar a transição do programa Bolsa Família, para um dia termos a Renda Básica de Cidadania. Agradeço muito se V. Ex^a como os membros de nossa Bancada, pois teremos uma audiência amanhã, às 16h, com a Presidenta Dilma Rousseff... Sugiro a V. Ex^a: abrace também essa causa, porque eu quero muito somar a minha voz à de V. Ex^a quando, amanhã, perante a Presidenta, quando teremos a oportunidade de um diálogo, os 12 Senadores do PT com ela, que resolveu nos receber, exatamente para ouvir aspirações como, essa tão justa, dos membros do Aerus. É a proposição que faço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Estaremos juntos, Senador Suplicy, com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Quero lhe passar – peço a gentileza à Secretaria da Mesa – a cópia da carta enviada à Presidenta Dilma em 4 de junho último.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Muito bem, estaremos juntos nessa caminhada.

Sr. Presidente, encaminho-me para o fim do meu pronunciamento. Tenho ainda nove minutos.

Quanto ao tema qualificação profissional da pessoa com deficiência, quero lembrar um projeto que apresentei em 2003, o PLS nº 274, que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, o Fundep. O Fundep é um programa que visa custear programas de ensino profissional e qualificação do trabalhador. Já foi aprovado nas comissões aqui no Senado – está agora na última comissão, que é a de Assuntos Econômicos.

Sempre julguei fundamental pautar a qualificação dos trabalhadores. Isso é, na verdade, um debate permanente na busca de melhorar a qualidade de vida de toda a nossa gente, o que passa também pelo ensino técnico.

Dessa forma, posso adiantar que fiquei satisfeito quando, em abril de 2012, a Presidenta Dilma participou da solenidade de lançamento do Programa de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), quando garantiu investimento do Governo Federal da ordem de R\$1,5 bilhão. As vagas criadas no programa poderão integrar, assim, as bolsas-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec.

No evento, a Presidenta destacou que o Século XXI é o século do conhecimento, da tecnologia, da inovação e da educação. Ora, avançamos. Pois bem,

todos os brasileiros necessitam de educação de qualidade e de melhor formação profissional, ambas de caráter continuado.

Convém lembrar que parcelas significativas da população permaneceram historicamente discriminadas e apartadas de diversos benefícios sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, Sr. Presidente, o século atual é também o século da redenção dessas minorias, o momento histórico de resgatar a imensa dívida que o País contraiu com a nossa gente mais pobre.

Exatamente por isso, venho hoje mais uma vez à tribuna para discorrer sobre qualificação profissional das pessoas com deficiência, que chegam hoje no Brasil a quase 40 milhões.

É certo que no trajeto de nossa evolução social temos feito muito no sentido de melhorar alguns pontos fundamentais, como o combate à extrema pobreza. Retiramos nos últimos dez anos cerca de 30 milhões de pessoas da extrema pobreza.

De acordo com os dados do Banco Mundial, contidos em seu Relatório de Desenvolvimento Global 2013, o item trabalho foi o maior responsável pela redução da extrema pobreza no Brasil na primeira década dos anos 2000.

Segundo a economista Joana Silva, representante desse organismo multilateral, para que a redução da pobreza ocorra de forma sustentada, é crucial promover o acesso dos mais pobres a cursos de qualificação profissional, a serviços de intermediação de mão de obra e ao microcrédito.

Esse conjunto de elementos tem sido denominado Inclusão Produtiva e constitui um dos eixos do Plano Brasil sem Miséria, cuja meta é retirar mais 16 milhões de brasileiros da extrema pobreza até 2014.

O meio mais produtivo para alcançar esse objetivo é, portanto, gerar oportunidades de trabalho digno para esse segmento tão importante da nossa população. Em um primeiro momento, as organizações defensoras dos direitos das pessoas com deficiência apontaram lacunas no Plano Brasil sem Miséria – Pronatec, pois não as teria contemplado com políticas específicas. Ou seja, que no Pronatec tivéssemos políticas específicas para as pessoas com deficiência.

A literatura reconhece que a presença de deficiência é desproporcional entre as camadas mais pobres e que os deficientes se encontram quase sempre em situação de fragilidade social.

Nós, Parlamentares das duas Casas, Senado e Câmara, enfim, do Congresso Nacional, não tardamos em agir, propondo soluções legislativas e interagindo com o Poder Executivo a fim de que se avance nessa questão tão importante que é assegurar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Sempre digo que elas precisam somente de oportunidades. Três trabalham comigo, todos da maior competência. Dois são cegos, um escreve discursos em Brasília, e o outro é meu chefe de gabinete no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, a pessoa com deficiência não pode ser alijada do processo produtivo, tampouco ser alvo de ações de cunho exclusivamente assistencialistas. Eles não querem isso. Querem, sim, educação, qualificação profissional e trabalho formalmente constituído. São esses os passaportes para uma vida mais digna e independente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é um documento de valor central para os tempos atuais, um verdadeiro marco, de modo que, pouco depois, foi sancionada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas como marco de avanço da civilização. No seu art. 23, inciso I, ficou assegurado o direito ao trabalho, dizendo que “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS)

– Nos últimos anos, no Brasil, os direitos das pessoas com deficiência a oportunidades iguais de trabalho vêm sendo reconhecidos. Tal reconhecimento se deve principalmente à adoção pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1983, da Convenção nº 159 e da Recomendação nº 68, as quais tratam da reabilitação profissional e do emprego das pessoas com deficiência.

É reconhecido que nosso País dispõe hoje de uma das mais avançadas legislações mundiais de proteção e apoio à pessoa com deficiência. Contudo, ainda há uma grande lacuna quanto à sua aplicação prática, pois a estrutura social e econômica do mundo do trabalho não está isenta de preconceitos, muito pelo contrário.

Assim, há inúmeras barreiras à integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O Pronatec, programa voltado para a formação profissional de beneficiários de programas de transferência de renda, trabalhadores, estudantes, aqueles que estão no ensino médio da rede pública, pessoas com deficiência e populações tradicionais, é um meio para conferir e garantir a inclusão produtiva. Sr. Presidente, seus 448 cursos de formação inicial e continuada já receberam cerca de 450 mil matrículas desde 2011, em cerca de dois mil Municípios.

O Pronatec, Sr. Presidente, oferecerá às pessoas com deficiência 150 mil vagas para cursos gratuitos até 2014, conforme informação do próprio Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2012, foram 20 mil vagas

em cursos de formação inicial e continuada da Bolsa-Formação Trabalhador.

Conforme determinará o Estatuto da Pessoa com Deficiência, veda-se a negação da matrícula dessas pessoas por motivo de deficiência. Esse Estatuto foi por mim apresentado, foi aprovado aqui e está na Câmara. Foi montado um grupo de trabalho especial. Fizeram um pente-fino, articulado com a Convenção Internacional. O Estatuto está pronto agora para retornar ao plenário e ser votado de forma definitiva.

Sr. Presidente, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto de nossa autoria, garantimos a reserva de 5% de vagas para os deficientes nos cursos de formação profissional. Buscando tornar os programas de qualificação profissional acessíveis às pessoas com deficiência, o Estatuto veda a negação de matrícula dessas pessoas por qualquer motivo.

Como forma de promover esse acesso, são necessárias, sim, adaptações no ambiente de estudo, material de ensino em que se contemplem as diferenças, os diferentes formatos de comunicação, como, por exemplo, Braille, texto ampliado, leitores de tela, intérprete de Libras, entre outros.

O universo de pessoas com deficiência que conta com a proteção da carteira de trabalho assinada hoje representa apenas 0,7% do total, somente 0,7% do total! Essa cifra, de fato, é vergonhosa!

Apesar de a chamada Lei de Cotas, Lei nº 8.213, de 1991, viger há mais de duas décadas, ainda existem diversas limitações...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – ...que cerceiam a sua eficácia, como o preconceito sobre a capacidade produtiva da pessoa com deficiência.

Algumas empresas alegam a baixa qualificação dessa população. Eu pergunto a essas empresas que dão curso de formação internamente para jovens e adultos: estão dando curso também internamente para as pessoas com deficiência? Com certeza, 90% não dão esse curso. Como é que vão preencher 5% das vagas, se não querem dar oportunidade para que as pessoas com deficiência possam aprender nos cursos de formação que são feitos dentro da própria empresa? Por isso, mostrando coerência com a lei que garante 5% das vagas, eu coloquei 5% também em todo curso de formação para as pessoas com deficiência.

Por fim, Sr. Presidente, é necessário refletir, é claro, sobre um tema que envolve 40 milhões de pessoas. Vejam bem: num País que tem em torno de 200 milhões de pessoas, 40 milhões têm algum tipo de deficiência. É claro que essas reflexões não nos eximem de buscar formas de qualificar o trabalhador com

deficiência, oferecendo-lhe rapidamente igualdade de oportunidades na busca por inclusão e trabalho.

No âmbito do Poder Legislativo, temos feito nossa parte. Em novembro do ano passado, aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal o PLS nº 621, de 2011, que é de autoria da nobre Senadora Lídice da Mata e que lá relatei. Ali, naquele projeto específico, nós fomos além. Inspirado no que colocou a Senadora Lídice da Mata, o projeto destina para as pessoas com deficiência 10% das vagas em programas e ações de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Então, além de garantir 5% no Estatuto da Pessoa com Deficiência, toda vez que o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) for usado para curso de formação, no mínimo 10% das vagas serão destinados às pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, a vida laboral confere dignidade ao ser humano. É dever do Estado fornecer os meios para que todas as pessoas possam lutar e ter direito a um lugar ao sol, ampliando seus horizontes e podendo proporcionar a si e a seus dependentes uma sustentação digna e adequada. Em particular, a qualificação profissional da pessoa com deficiência é uma necessidade imperiosa ao longo dos nossos dias.

Termino, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a que considere, na íntegra, meus dois pronunciamentos.

Tenho a esperança muito grande de que, ainda este ano, a Câmara dos Deputados vote o Estatuto das Pessoas com Deficiência. Nós estamos debatendo esse Estatuto há mais de 15 anos. O da Igualdade Racial, que também apresentei e que aprovamos, nós o debatemos por dez anos. O Estatuto do Idoso, que também apresentamos e aprovamos, nós o debatemos por 12 anos. Na política de salário mínimo, foram 20 anos de debate, mas a apresentamos e a aprovamos. Viajamos pelo País, dizendo que a inflação e o PIB seriam a referência, e hoje é lei. A redução da jornada de 48 horas para 44 horas semanais, lá na Constituinte, nós a apresentamos e a aprovamos, com o apoio, é claro, de outros constituintes com a mesma proposta. As férias mais um terço, nós a aprovamos também lá atrás.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Mas percebemos que, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, há certa discriminação. É o projeto que está sendo mais difícil de aprovar, um projeto que tem um olhar respeitoso, carinhoso e, eu poderia dizer, generoso não de alguém que está pedindo assistencialismo ou de alguém que está com pena do outro. Não! Eles querem oportunidade para mostrar toda a sua capacidade.

Por isso, mais uma vez, faço um apelo à Câmara dos Deputados para que o vote, quem sabe, em 21 de setembro, Sr. Presidente, que é o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – projeto que apresentei e aprobei; é lei sancionada pelo Presidente Lula –, para que possamos anunciar ao País e ao mundo que, no Brasil, nós temos um estatuto específico para garantir direitos à pessoa com deficiência.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Fico na expectativa, eu termino dizendo, de que consigamos resolver a questão do Aerus, porque a situação deles é desesperadora.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre qualificação profissional da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senhoras e Senhores Senadores, hoje quero abordar um tema bastante especial, a qualificação profissional das pessoas com deficiência.

No âmbito deste tema, quero lembrar de um projeto que apresentei em 2003; o PLS 274 que busca instituir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador, o FUNDEP.

O FUNDEP é um programa que visa custear programas de ensino profissional e qualificação de trabalhadores.

Ele já foi aprovado em algumas Comissões e hoje encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer pela aprovação.

Sempre julguei muito importante pautar a qualificação dos trabalhadores. Esse é, na verdade, um debate antigo.

Desta forma, fiquei muito satisfeito quando, em abril de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff participou de solenidade de lançamento do “Programa de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira”, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O investimento do governo federal é da ordem de R\$ 1,5 bilhão, e as vagas criadas no programa poderão integrar as bolsas-formação do “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego” (Pronatec).

No evento, a Presidenta destacou que o século 21 é o século do conhecimento, da tecnologia, da inovação e da educação.

Ora, sem discordar dela, penso que talvez fosse o caso de acrescentar um complemento.

Pois bem, todos os brasileiros necessitam de educação de qualidade e melhor formação profissional, ambas de caráter continuado.

Mas convém lembrar que parcelas significativas da população permaneceram, historicamente, discriminadas e apartadas de diversos benefícios sociais, econômicos e culturais.

Nesse sentido, o século atual é também o século de redenção dessas minorias, o momento histórico de resgatar a imensa dívida que o País contraiu com essas pessoas.

Exatamente por isso, venho hoje à tribuna para discorrer sobre a qualificação profissional de pessoas com deficiência.

É certo que, no trajeto de nossa evolução social, temos feito muito no sentido de melhorar alguns pontos fundamentais, como o combate à extrema pobreza.

De acordo com dados do Banco Mundial, contidos em seu Relatório de Desenvolvimento Global 2013, o item trabalho foi o maior responsável pela redução da extrema pobreza no Brasil na primeira década dos anos 2000.

Segundo a economista Joana Silva, representante desse organismo multilateral, “para que a redução de pobreza ocorra de forma sustentada, é crucial promover o acesso dos mais pobres a cursos de qualificação profissional, a serviços de intermediação de mão de obra e ao microcrédito”.

Esse conjunto de elementos tem sido denominado inclusão produtiva, e constitui um dos eixos do “Plano Brasil Sem Miséria”, cuja meta é retirar 16 milhões de brasileiros da extrema pobreza até 2014.

O meio mais produtivo para alcançar esse objetivo é, portanto, gerar oportunidades de trabalho digno para esses segmentos sociais.

Em um primeiro momento, as organizações defensoras dos direitos das pessoas com deficiência apontaram lacunas no “Brasil Sem Miséria/Pronatec”, pois este não os teria contemplado com políticas específicas.

A literatura reconhece que a presença de deficiência é desproporcional entre as camadas mais pobres, e que os deficientes encontram-se quase sempre em situação de fragilidade social.

Nós, parlamentares das duas Casas do Congresso Nacional, não tardamos em agir, propondo soluções legislativas e interagindo com o Poder Executivo, que se mostrou receptivo ao debate.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a pessoa com deficiência não pode ser alijada do processo produtivo, nem tampouco ser alvo de ações de cunho exclusivamente assistencialistas.

Educação, qualificação profissional e trabalho formalmente constituído são o passaporte para uma vida mais digna e independente.

A “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, de 1948, é um documento de valor central para os tempos atuais: um verdadeiro marco civilizacional, de modo que, pouco depois, foi sancionada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Nela, no artigo 23, inciso “a”, ficou assegurado o direito ao trabalho. Abro aspas: “Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

Nos últimos anos, no Brasil, os direitos das pessoas com deficiência a oportunidades de trabalho iguais vêm sendo reconhecidos.

Tal reconhecimento se deve principalmente à adoção pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1983, da Convenção nº 159 e da Recomendação nº 68, as quais tratam da reabilitação profissional e do emprego de pessoas deficientes.

É reconhecido que nosso País dispõe hoje de uma das mais avançadas legislações mundiais de proteção e apoio à pessoa com deficiência, contudo ainda há uma grande lacuna quanto a sua aplicação prática, pois a estrutura social e econômica do mundo do trabalho não está isenta de preconceitos, muito pelo contrário.

Assim, há inúmeras barreiras à integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O Pronatec, programa voltado para a formação profissional de beneficiários de programas de transferência de renda, trabalhadores, estudantes do Ensino Médio da rede pública, pessoas com deficiência e populações tradicionais é um meio para conferir materialidade à inclusão produtiva.

Seus 448 cursos de formação inicial e continuada já receberam mais de 422 mil matrículas, desde 2011, em cerca de 2 mil municípios.

O Pronatec, Sr. Presidente, oferecerá a pessoas com deficiência 150 mil vagas para cursos gratuitos até 2014, conforme informação do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2012, foram 20 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada da “Bolsa-Formação Trabalhador”.

Conforme determinará o estatuto da pessoa com deficiência que veda a negação da matrícula dessas pessoas por motivo de sua deficiência,

Como bem sabemos, as ações de educação profissional devem contemplar medidas de adaptação dos trabalhadores com deficiência aos cursos oferecidos normalmente na comunidade.

Sr. Presidente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto de minha autoria, estipula reserva de 5% de vagas para os cursos de formação profissional.

Buscando tornar os programas de qualificação profissional acessíveis às pessoas com deficiência o Estatuto veda a negação da matrícula dessas pessoas por motivo de sua deficiência.

Como forma de promover esse acesso são necessárias adaptações no ambiente de estudo, material de ensino que contemple os diferentes formatos de comunicação, como braille, texto ampliado, leitores de tela, intérpretes de libras e outros.

Sr's e Srs. Senadores, o universo de pessoas com deficiência que conta com a proteção da carteira de trabalho assinada representa apenas 0,7% do total. Essa cifra é aviltante!

Apesar de a chamada Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 1991) viger há mais de duas décadas, ainda existem diversas limitações que cerceiam sua eficácia, como o preconceito sobre a capacidade produtiva da pessoa com deficiência.

Algumas empresas alegam a baixa qualificação dessa parcela da população. Em resposta a isso, é necessário perguntar se elas estão de fato buscando tornar seus espaços de trabalho acessíveis, se estão oferecendo todos os recursos tecnológicos, como leitores de tela para pessoas com deficiência.

É necessário refletir se existem nessas empresas, políticas que aproximem as pessoas com deficiência dos demais empregados, oferecendo um ambiente de trabalho acolhedor e, ainda, se as funções que são oferecidas valorizam a responsabilidade e a criatividade.

É claro que essas reflexões não nos eximem de buscar formas de qualificar o trabalhador com deficiência oferecendo-lhe igualdade de oportunidades na busca por inclusão e trabalho.

No âmbito do Poder Legislativo, temos feito nossa parte. Em novembro do ano passado, aprovamos na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal o PLS nº 621, de 2011, de autoria da ilustre Senadora Lídice da Mata e por mim relatado.

O Projeto destina, para pessoas com deficiência, 10% das vagas em programas e ações de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A proposta se justifica porque inúmeras empresas alegam descumprir a Lei de Cotas por não encontrarem no mercado pessoas com deficiência aptas a ocuparem as vagas disponíveis.

Atualmente, a proposta se encontra pronta para a pauta na Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, a vida laboral confere dignidade ao ser humano. É dever do Estado fornecer os meios

para que todas as pessoas possam lutar por um lugar ao sol, ampliando seus horizontes e podendo proporcionar a si e a seus dependentes uma sustentação material adequada.

Em particular, a qualificação profissional da pessoa com deficiência é uma necessidade imperiosa de nossos dias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Prezado Senador Paulo Paim, meus cumprimentos por sua batalha pelos servidores com direitos no Aerus e por essa importante manifestação em que destacou os cursos que, no Pronatec, propiciarião melhor inclusão social e o quanto importante é que mais e mais trabalhadores tenham oportunidade de melhoria de sua habilidade profissional com esses cursos, que estão se expandindo significativamente, conforme registra V. Ex^a.

Também quero enaltecer a sua iniciativa de, através de projetos de lei e do apoio dos Parlamentares que aqui se têm destacado, como a Lídice da Mata e outros, assegurar às pessoas portadoras de algum tipo de deficiência oportunidades de trabalho. Mais do que garantir isso através de lei, isso vai se tornar mais efetivo na medida em que mais e mais conclamarmos, como V. Ex^a acaba de fazer, as empresas, os responsáveis e cada um de nós a proverem oportunidades às pessoas com deficiência.

É muito interessante e exemplar o que V. Ex^a fala. No seu gabinete, propiciou oportunidades a três pessoas que, tendo algum tipo de deficiência, contribuem de forma muito produtiva. É importante nós ressaltarmos isso.

Eu acabo de perguntar quantas pessoas trabalham no gabinete. Aqui e em São Paulo, trabalham comigo 23 pessoas. E me dei conta de que uma pessoa que trabalha comigo tem limitações, porque precisa, a cada semana, fazer duas ou três vezes diálise e tem de trabalhar em casa. Eu a tenho como uma pessoa que muito contribui intelectualmente com meus trabalhos. Ela faz todas as traduções de que preciso e está no gabinete, mas percebi que ela corresponde a quase 5% dos meus 23 funcionários. Então, preciso abrir mais oportunidades.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – V. Ex^a está na frente, mas é importante esse exemplo que V. Ex^a aqui expressa aos nossos colegas. Quem sabe cada um de nós, cada um dos 81 Senadores poderia contar pelo menos com uma pessoa ou com duas com algum tipo de deficiência? Eu quero estimular os nossos colegas também a darem oportunidades nos seus respectivos gabinetes,

segundo o seu exemplo. Então, vou segui-lo na manifestação do pessoal do Aerus.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Senador, eu queria fazer só uma colocação, se me permitisse.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Como é importante dar oportunidade às pessoas com deficiência! Eu tenho dois funcionários cegos, e os dois são exemplares. E eles não veem problema nenhum em eu falar a palavra “cego”. Eu poderia falar “deficiente visual”. “Senador, o senhor me chama de cego mesmo. É isso mesmo! E a gente, como cego, às vezes, vê mais do que muita gente que diz que não é cego.”. E é verdade.

E adivinha quem é o terceiro? Vou fazer uma homenagem a ele aqui.

Ele era o meu motorista aqui no Senado, contratado por mim. Teve um derrame cerebral e nunca mais poderá ser motorista. O que eu faço? Ele foi motorista a vida toda. Eu o coloquei para trabalhar comigo, e ele é um dos melhores assessores que eu tenho. Ele não é bom mais como motorista, mas é um grande companheiro, competente, qualificado e opera dentro do gabinete agora. Motorista ele não será nunca mais, nem por isso eu deixei de ter um grande assessor.

Então, a pessoa que tem algum tipo de deficiência tem outras áreas em que ela é muito eficiente.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Se me botarem aqui para sair correndo, devido à idade, já tenho certa deficiência. Eu vou caminhar devagar. Agora, se me entregarem um microfone, uma tribuna e se deixarem, eu falo três, quatro horas, cinco sem parar. Eu sei que os funcionários estão dizendo: “Deu, Paim! Tá legal! A gente entendeu, a causa é justa, mas agora está na hora de todo mundo ir para casa!”

Mas, assim mesmo, vou ficar ali, na vigília, com os companheiros do Aerus no Salão Verde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Vou cumprimentá-los junto com V. Ex^a.

Meus parabéns!

A solicitação de V. Ex^a para a transcrição completa do seu pronunciamento será atendida.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. *Sem apanhamento taquigráfico.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras e Srs. Senadores, foi com enorme satisfação que recebi, poucos dias atrás, a notícia de que o

Governo Federal está estudando providências para que os empréstimos destinados a obras de mobilidade urbana não sejam incluídos no cálculo do limite de endividamento dos Estados e Municípios.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Senhor Presidente, é seguramente uma das maiores conquistas já alcançadas pela administração pública em nosso País. Sua decisiva contribuição para o aumento da probidade e da eficiência na gestão dos escassos recursos públicos nunca poderá ser questionada.

Mas também é inegável, Nobres Colegas, que determinados setores merecem um incentivo especial, por tudo que representam para a dignidade, o conforto e o bem-estar da população.

Dois desses setores – a saúde e a educação – já foram atendidos com fórmulas contábeis que os diferenciam dos demais, na aplicação dos rigorosos critérios da LRF.

Nada mais justo, assim, que também a mobilidade urbana receba um tratamento especial que, sem configurar privilégio, permita a realização de investimentos no setor que se mostram necessários e urgentes. Parece ser essa a intenção do Governo Federal.

Afinal, ao longo das últimas décadas, temos observado em nosso País uma cruel discrepância entre as palavras e a realidade. Se existe um discurso, praticamente generalizado, de que se deve dar prioridade ao transporte coletivo, a verdade é que a maior parte dos investimentos governamentais vem sendo feita em benefício do transporte individual.

Enquanto isso, os 400 mil ônibus que trafegam em nossas cidades precisam disputar cada centímetro de via para transportar – e esse é o dado que mais impressiona – um número maior de passageiros que os veículos particulares.

Pesquisa realizada no último mês de junho pela Confederação Nacional do Transporte – presidida, por sinal, por nosso colega Clésio Andrade – informa que 33% dos deslocamentos diários feitos pela população brasileira são feitos nos ônibus, e 29% nos automóveis. Cerca de 14% das pessoas se locomovem a pé, 13% em motocicletas, 6% em bicicletas, 3% em trens ou metros e 2% em outros meios de transporte.

Ou seja: com uma frota 100 vezes menor, os ônibus têm maior participação na matriz de transportes que os automóveis. E, ainda assim, não gozam da prioridade a que teriam direito.

A comparação é ainda mais chocante, Senhoras e Senhores Senadores, se observarmos outros aspectos envolvidos.

Diversas pesquisas já realizadas no Brasil e em outros países, confrontando os dois meios de transporte, mostram que o espaço ocupado na via por alguém que se desloca em automóvel é sete vezes maior que

aquele ocupado por um passageiro de ônibus. O dispêndio de energia é quatro vezes maior; a poluição, seis vezes maior. E o custo total de transporte, que em última instância representa o gasto do País com o deslocamento, é três a quatro vezes maior.

E no entanto, Senhor Presidente, mesmo conhecedores desses dados comparativos, o fato é que nossos governos – federal, estaduais e municipais –, com raras exceções, têm atuado ao longo do tempo como se eles não existissem.

As consequências estão aí, à vista de todos. Basta sair às mas, ou abrir um jornal, ou ligar a televisão.

Nossas cidades sofrem com problemas de trânsito cada vez mais angustiantes. Na pesquisa da CNT a que fiz referência, 30% dos entrevistados responderam que enfrentam um, dois ou mais congestionamentos diários.

Por sua vez, a última Pesquisa de Orçamento Familiar divulgada pelo IBGE revela que o gasto mensal das famílias brasileiras com transporte já se igualou ao de alimentação. Cada um deles, Sr's e Srs. Senadores, consome atualmente 16% da renda das famílias.

Ora, nunca é demais lembrar que o Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, que instituiu o salário-mínimo em nosso País, estabeleceu que o gasto de transporte, considerada a média de todos os Estados e Municípios, deveria ficar na faixa dos 6% da remuneração recebida pelo trabalhador.

Esse percentual, diga-se de passagem, foi mantido na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o vale-transporte.

Algo está errado, portanto, se nossa legislação trabalha com a hipótese de que as famílias brasileiras devem gastar 6% de sua renda com transporte e elas estão gastando 16%, ou seja, quase três vezes mais.

A medida que está prestes a ser adotada pelo Governo, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, certamente atuará no sentido de corrigir essa distorção.

Se aumentarmos a capacidade de endividamento de Estados e Municípios para a realização de obras de mobilidade urbana, se permitirmos que Governadores e Prefeitos tenham à sua disposição um volume maior de recursos para investir em corredores exclusivos de ônibus, veículos leves sobre trilhos, metros, trens de subúrbio e ciclovias, seguramente estaremos reduzindo os custos de transporte hoje suportados por nossa população e, ao mesmo tempo, melhorando suas condições de conforto e segurança.

Espero, para concluir, que a solução governamental seja logo encontrada, para que a população brasileira possa usufruir de seus benefícios no mais curto prazo possível.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que será realizada sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com a previamente designada

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010

**(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 428/2013)**

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010 (nº 252/2007, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado), que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.* Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2012 – COMPLEMENTAR

**(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 823, de 2013)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2012-Complementar (no 362/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivo da *Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências.*

Pareceres sob nos 598 e 599, de 2013, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e
- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Waldemir Moka, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo), que oferece.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2013

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 670, de 2013,

da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Sérgio Souza), que *aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2013.*

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.*

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal. (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)
(Calendário Especial – Requerimento nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e*

jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Pendente de novo parecer, nos termos do Requerimento nº 795, de 2013.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**
**(Tramitam em conjunto as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012)**
**(Calendário Especial – Requerimento
nº 809, de 2013)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Pendente de novo parecer, nos termos do Requerimento nº 795, de 2013.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.* Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2008 (nº 7.299/2006, na Casa de origem, do deputado Beto Albuquerque), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.*

Parecer sob nº 457, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-Cl, de redação, que apresenta.

11

**REQUERIMENTO
Nº 827, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 827, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (cursos profissionalizantes para condenados em regime semiaberto e para dependentes de drogas).*

12

**REQUERIMENTO
Nº 828, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 828, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (altera a Lei Maria da Penha).*

13

**REQUERIMENTO
Nº 834, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 834, de 2013, do Senador Sérgio Souza, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, de sua autoria.*

14

**REQUERIMENTO
Nº 835, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385,*

de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

15
REQUERIMENTO
Nº 836, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 836, de 2013, do Senador Wilder Morais, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 145, de 2005; 208, 463, 581 e 586, de 2007; 301, de 2008; 466 e 539, de 2009; 303 e 326, de 2010; 16, 35, 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 524, 580, 618 e 663, de 2011; 91 e 390, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (utilização do FGTS para pagamento de serviços educacionais).

16
REQUERIMENTO
Nº 837, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 837, de 2013, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (abono salarial anual).

17
REQUERIMENTO
Nº 842, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 842, de 2013, do Senador Clésio Andrade, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (contribuições ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

18
REQUERIMENTO
Nº 843, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 843, de 2013, do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (estabelece idade mínima para recebimento do benefício de prestação continuada).

19
REQUERIMENTO
Nº 846, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 846, de 2013, do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 42, de 2011, por tratarem de matéria correlata (reforma do sistema eleitoral).

20
REQUERIMENTO
Nº 847, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2013, do Senador Valdir Raupp, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (incentivos para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais).

21
REQUERIMENTO
Nº 848, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 2013, do Senador Valdir Raupp, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (incentivos para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Governo/PT – SP) – Está encerrada a presente sessão.
(Levanta-se a sessão às 21 horas e 46 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

7/08/2013
Quarta-feira

11h	Reunião da Mesa Diretora Sala de Audiências
12h	Recebe o presidente João Carlos Gomes, da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM, acompanhado de vinte e cinco reitores Sala de Audiências
12h30	Recebe o Governador Beto Richa, do Paraná Sala de Audiências
15h30	Recebe o Presidente Robson Braga de Andrade, da Confederação Nacional da Indústria – CNI Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PDT** - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

- Bloco-PP** - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

- Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

- Bloco-PSDB** - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

- Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

- Bloco-PT** - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues*** (S)

Minas Gerais

- Bloco-PMDB** - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

- Bloco-PSDB** - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

- Bloco-DEM** - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PMDB** - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

- Bloco-PCdoB** - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

- Bloco-PSDB** - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

- Bloco-PT** - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

- Bloco-PTB** - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

- Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim*** (S)

Santa Catarina

- Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

- Bloco-PTB** - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

- Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

- Bloco-PR** - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

- Bloco-PSDB** - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

- Bloco-PT** - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PSDB** - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

- Bloco-PTB** - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

- Bloco-PDT** - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

- Bloco-PSD** - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

- Bloco-PMDB** - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

- Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2

PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antônio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP

Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

PRB-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	13
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues*** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferreira*** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira*** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza*** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi*** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão*** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp*** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves*** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^o VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^o SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^o SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^o SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^o - Magno Malta - (PR-ES)

2^o - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferroço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p> <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL/PRB) - 13</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
---	--	--

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. n° 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVAL V n° 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Moacir do Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eurício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB n° 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eurício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB n° 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. n° 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR n° 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB.
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

- *. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
- 6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
- 7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 61 33033511

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

2) CPI DA ESPIONAGEM

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 811, de 2013, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar emails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 10/07/2013

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar Umião e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

***. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 10/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

***. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM (Of. nº 107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulco Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDB AG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDB AG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDB AG nº 82/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo prorrogado: 30/09/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Uglette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 30/09/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 33033508

Fax: 33031176

E-mail: gbrandao@senado.gov.br

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).

4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).

6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).

7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).

8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 03/11/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnaldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Uinie Caminha

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013

PRAZOS

Notas:

*. Prazo recontado, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303 4854
E-mail: sscepi@senado.leg.br

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI N° 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei n° 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente n° 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)

RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013

Instalação: 13/06/2013

Prazo final: 12/08/2013

Prazo final prorrogado: 11/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS

Notas:

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

***. Prazos recontados, em virtude do disposto no § 2º, do art. 57 da CF.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Moraes (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argel como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares, e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDB AG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDB AG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Pertella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6^a para a 2^a suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) (5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) (8)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (7)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. n° 014/2013 -CAE.
7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domellos (OF. n° 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valadares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(27,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
- Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(83,23)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Aníbal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Lindbergh Farias (PT) (92,94)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. VAGO (2,4,16,20,27,39,50,77,95)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Romero Jucá (PMDB) (95)	9. Lobão Filho (PMDB) (89,96,97)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Amíbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domílles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude do Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. N° 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. N° 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. N° 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
94. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
95. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
96. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
97. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 231/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)		
Pedro Taques (PDT)		1.
Lindbergh Farias (PT)		2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾		
Eduardo Braga (PMDB)		1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		1.
VAGO ⁽²⁾		2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽¹⁾		
Armando Monteiro (PTB)		1.
PSOL		
Randolfe Rodrigues		1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PCdoB)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
VAGO (17,41,60,74)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (24,58,66)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcicio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nº's 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(64,11)	
Aníbal Diniz (PT) (13,55)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (61,68,14,55)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) (59,65,1,22,46)	1. Gim (PTB) (59,65,2,56)
Eduardo Amorim (PSC) (59,65,41,42,49,51)	2. VAGO (59,65,69,70,71,39)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldis Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾		
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾		1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾		2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)		3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾		
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾		1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾		2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)		3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Cícero Lucena (PSDB)		1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽⁶⁾		
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)		1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular, Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾		
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾		1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)		2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)		3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾		
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)		1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾		2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Flexa Ribeiro (PSDB)		1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽⁸⁾		
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)		1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 - Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 - Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
VAGO (2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) (46)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabo de Cima é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Cabo de Cima para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDB AG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾		
Angela Portela (PT)		1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)		2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾		
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾		1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾		2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
VAGO ^(1,6)		1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (8,9,10,6,7)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- **. Os Líderes do PSD e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude do Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PP, PR, DEM, PSB, PCdP, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMBD nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reuniada elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR)
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazzotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. N°058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAL V nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
 10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
 *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
 **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,50,51,52,55)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. N° 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽¹⁾		
Wellington Dias (PT)		1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)		2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾		
Vital do Rêgo (PMDB)		1. Ciro Nogueira (PP)
		2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Maria do Carmo Alves (DEM)		1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC		
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)		

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽⁴⁾		
Vanessa Grazziotin (PCdoB)		1. VAGO (10,11)
VAGO (9)		2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾		
Ana Amélia (PP)		1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)		2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
VAGO (1)		1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(OF. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(OF. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(45,37)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. n° 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. N° 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB n° 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. N° 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR n° 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. n° 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (OF. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferrão, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antônio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aníbal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **8^a Eleição Geral:** 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003 **9^a Eleição Geral:** 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

1. Kátia Abreu (TO)

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

VAGO

Atualização: 03/04/2013**Notas:**

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) (1)	PR

Atualização: 11/03/2013**Notas:**

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 11/02/2011**5^a Designação:** 11/03/2013**6^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1^a Designação:** 23/03/2010**2^a Designação:** 14/03/2011**3^a Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1^a Designação:** 30/11/2010**2^a Designação:** 14/03/2011**3^a Designação:** 21/03/2012**4^a Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PCdoBVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoB

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PCdoBVanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada

André Lima (3)

Pesquisador com produção científica relevante

Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles (3)

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Rui Carlos Ottoni (3)

Atualização: 11/07/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Aníbal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PSD/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomem (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	Homero Pereira (PSD/MT)
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12} 2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{6 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ioshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ioshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSD.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSD.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Lider do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) ²
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.brEndereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Relator: Senador Romero Jucá ²

Instalação: 2-4-2013 ²

Prazo Final: 30-9-2013 ⁴

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
⁵	⁵

Notas:

1 - Alinea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima²
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer²
Vice-Presidente: Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marcel Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Atila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁴
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

